



Paulo Davide Garcia Espírito Santo
Licenciatura em Ciências de Engenharia do Ambiente

Avaliação da Sustentabilidade da Gestão de Resorts

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Engenharia do Ambiente – Perfil Ordenamento do Território e
Impactes Ambientais

Orientador: José Carlos Ferreira, Mestre, FCT-UNL
Co-Orientador: Reinaldo Miguel Fernandes Silhéu,
Engenheiro, Grupo Vila Galé

Júri:

Presidente: Prof. Doutora Lia Maldonado Teles Vasconcelos
Arguentes: Prof. Doutor Carlos Pereira da Silva
Prof. Doutora Odaleia Telles Marcondes Machado Queiroz
Vogaais: Mestre José Carlos Ferreira
Engenheiro Reinaldo Miguel Fernandes Silhéu

FCT FACULDADE DE
CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Setembro, 2012

Avaliação da Sustentabilidade da Gestão de *Resorts*

“Copyright” Paulo Davide Garcia Espírito Santo, da FCT-UNL e da UNL

A Faculdade de Ciências e Tecnologia e a Universidade Nova de Lisboa têm o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicar esta dissertação através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, e de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Dedico este trabalho ao meu Avô Albino
e à minha Avó Francisca

Agradecimentos

Aos meus pais pela força, dedicação e apoio durante estes longos meses e todo o meu percurso acadêmico. Agradeço o vosso amor, sem vocês não seria possível.

Ao Professor José Carlos Ferreira pela sua orientação, dedicação, paciência, tempo e disponibilidade, bem como pela motivação dada e entusiasmo demonstrado no decorrer da dissertação. Agradeço por todo o conhecimento transmitido, por todos os conselhos e em especial pela amizade.

Ao Grupo Vila Galé, por permitirem e concederem a oportunidade de estudar os seus hotéis e torna-los caso de estudo para a dissertação.

Ao Eng. Reinaldo Silhéu pela imediata prontidão em me receber, pela orientação e conhecimentos transmitidos, pela disponibilidade e prontidão em esclarecer as dúvidas que surgiram no decorrer do estudo.

Ao Sr. Diretor Bruno Martins, do hotel Vila Galé Albacora, pela disponibilidade, pela paciência, por toda a informação fornecida e por me ter recebido no seu hotel.

Ao Sr. Diretor Porfírio Perdigão, do hotel Vila Galé Lagos, por todo o tempo dispensado, num período de muito movimento do hotel, pela paciência e prontidão em fornecer toda a informação necessária para o estudo.

Á restante equipa do hotel Vila Galé Lagos por toda a paciência e prontidão no fornecimento de toda a informação necessária para a dissertação. Agradeço ao Sr. Pedro Belo, à Sra. Sandra Guedes e ao Sr. Aníbal Trigo.

A Nanete Pereira por toda a paciência e compreensão ao longo destes meses. Agradeço todo o apoio e dedicação.

Por último, mas não em último, todos os colegas e amigos que, diretamente ou indiretamente, apoiaram e contribuíram para a realização desta dissertação.

Resumo

O turismo é atualmente um dos sectores económicos mais importantes, quer a nível nacional, quer a nível mundial. O aumento crescente da procura por destinos turísticos em áreas sensíveis, do ponto de vista ambiental e social, gerou inúmeros impactes negativos. De forma a contrariar esta tendência e tornar o turismo um sector mais sustentável, procurou-se estudar quais os meios existentes, que assumem uma importância estratégica na transformação das práticas turísticas, como promotoras de um desenvolvimento sustentável para as comunidades locais.

A certificação no turismo, permitiu às entidades responsáveis compreenderem a necessidade de preservarem o ambiente natural e traçar as diretrizes gerais a adotar pelas empresas relacionadas com o turismo, com vista a tornarem-se mais sustentáveis e a gerarem menos impactes negativos no território onde se instalam.

Através da percepção que os empreendimentos turísticos de maiores dimensões, geram mais impactes no local em que se inserem, tornou-se fundamental criar uma ferramenta que permitisse aos empreendimentos de grandes dimensões perceberem em que situação se encontram em termos de sustentabilidade, e a partir daí tomarem medidas concretas nas áreas de intervenção necessárias.

Para avaliar a sustentabilidade de um empreendimento turístico de grandes dimensões, como os *resorts*, é essencial compreender todo o processo de implementação, desde a fase de conceção até a fase de desativação. Percebendo os erros de cada fase, torna-se mais simples atuar com vista a melhoria do desempenho ambiental do empreendimento.

Desta forma a criação de um modelo de avaliação da sustentabilidade de um *resort*, permitiu perceber o estado atual de dois *resorts* do grupo Vila Galé, no Algarve, e através do resultado obtido, realizar um conjunto de propostas com o objetivo de auxiliar o grupo a melhorar o desempenho ambiental dos seus *resorts*. O desenvolvimento e a aplicação do modelo em estreita colaboração com o referido grupo hoteleiro permitiu verificar as vantagens da certificação e o seu contributo para tornar um empreendimento turístico mais sustentável.

Palavras-chave: Turismo; Avaliação da Sustentabilidade; Certificação no Turismo; *Resorts*; Desenvolvimento Sustentável

Abstract

Tourism is currently one of the most important economic sectors, both nationally and globally. The increasing demand for tourist destinations in sensitive areas, environmental and socially, generated numerous negative impacts. In order to counteract this trend and make tourism a more sustainable industry, we tried to study what resources are currently important in the transformation of tourism and its practices, into something beneficial for the community.

The certification in tourism, allowed the companies to understand the need to preserve the natural environment and outline the general guidelines adopted by businesses related to tourism, in order to become more sustainable and generate fewer negative impacts on the environment.

Through the perception that larger tourism projects generate more impacts, it became essential to create something that would enable large enterprises realize what situation they are in terms of sustainability and take concrete actions if necessary.

To assess the sustainability of a resort is essential to understand the entire implementation process, from initial conception to decommissioning phase. Realizing the errors of each phase, it becomes easier to act with a view to improving the environmental performance of the enterprise.

The creation of a model for assessing the sustainability of a resort, allowed us to perceive the current state of two resorts from the group Vila Galé in Algarve, and perform through the result a set of proposals aimed at helping the group to improve the environmental performance of their resorts. The application of the model has shown the benefits of sustainability assessment and certification and its contribution to make resorts and tourism something more sustainable.

Keywords: Tourism, Sustainability Assessment, Tourism Certification, Resorts, Sustainable Development;

Índice

Agradecimentos	VII
Resumo	IX
Abstract	XI
Índice de Figuras	XV
Abreviaturas e Acrónimos	XIX
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Objetivo.....	2
1.2. Organização, estrutura e metodologia da dissertação	3
2. TURISMO: UM FENÓMENO GLOBAL – IMPORTÂNCIA E IMPACTES.....	7
2.1. Contexto mundial.....	8
2.2. Contexto Português.....	10
2.3. Impactes do Turismo	13
2.4. Turismo Sustentável e Ecoturismo	18
3. A CERTIFICAÇÃO NO TURISMO	25
3.1. Enquadramento	25
3.1.1. <i>Global Sustainable Tourism Council</i>.....	26
3.2. Objetivos da Certificação do Turismo	28
3.3. Processo de certificação	29
3.4. Programas de Certificação.....	31
3.5. Análise comparativa dos programas de certificação.....	40
3.5.1. Componente Ambiental	41
3.5.2. Componente Económica.....	41
3.5.3. Componente Sociocultural.....	42
4. RESORTS: SUSTENTABILIDADE NO PLANEAMENTO, CONSTRUÇÃO E GESTÃO.....	43
4.1. Definição e Características.....	43
4.2. <i>Eco Resort</i>	44
4.3. A Procura por empreendimentos ecológicos	46
4.4. O Mercado de <i>Eco-Resorts</i>	47
4.5. Planeamento e Gestão Sustentável	48
4.5.1. Construção e Desenvolvimento.....	51
4.5.2. Seleção do local	53
4.5.3. Custos de construção e de operação.....	54
4.5.4. Materiais e Tecnologias de Construção	55
4.5.5. Minimização de impactes no local.....	56
4.5.6. Conservação e Gestão da Água	56
4.5.7. Energia.....	58
4.5.8. Gestão de resíduos	59
4.5.9. Minimização dos impactes das atividades turísticas.....	61
5. MODELO DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE <i>RESORTS</i>	63
5.1. Critérios de avaliação	64
5.1.1. Planeamento.....	64

5.1.2.	Construção	66
5.1.3.	Exploração/Operação.....	67
5.2.	Descrição dos critérios	68
5.2.1.	Planeamento:.....	69
5.2.2.	Construção	71
5.2.3.	Exploração.....	74
5.3.	Sistema de avaliação dos critérios	77
5.4.	Escala de valores	80
6.	APLICAÇÃO DO MODELO AOS CASOS DE ESTUDO.....	99
6.1.	Enquadramento Geográfico dos Casos de Estudo	99
6.1.1.	Algarve.....	99
6.1.2.	Tavira	101
6.1.3.	Lagos.....	104
6.2.	Caracterização dos Casos de Estudo	107
6.2.1.	O Grupo Vila Galé.....	107
6.2.2.	Vila Galé Albacora	107
6.2.3.	Vila Galé Lagos.....	108
6.3.	Avaliação da Sustentabilidade e Aplicação do Modelo.....	109
6.3.1.	Vila Galé Albacora	109
6.3.2.	Vila Galé Lagos.....	121
7.	DISCUSSÃO DE RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA	131
7.1.	Vila Galé Albacora.....	131
7.2.	Vila Galé Lagos	132
7.3.	<i>Resort vs Eco-Resort</i>	134
7.4.	Propostas de Melhoria.....	138
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS.....	153
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
	ANEXOS.....	161

Índice de Figuras

Figura 1.1 - Esquema da organização e estrutura da dissertação.....	4
Figura 2.1 - Chegadas internacionais de turistas (milhões)	9
Figura 2.2 – Propósito das visitas de turistas em 2010	10
Figura 2.3 – Previsão da evolução do turismo até 2020	10
Figura 2.4 – Modelo operacional de ação para o turismo em Portugal.....	13
Figura 3.1 – Esquema do processo, comum, de certificação	30
Figura 4.1 – Esquema do planeamento territorial, adequado, para a implementação de <i>resorts</i>	55
Figura 6.1 - Mapa representativo da localização geográfica de Portugal na Europa e da localização geográfica da região do Algarve em Portugal.	100
Figura 6.2 - Indicação da localização geográfico do concelho de Tavira	101
Figura 6.3 - Indicação da localização geográfico do concelho de Lagos	104
Figura 6.4 - Logótipo do grupo hoteleiro Vila Galé, Sa.....	107
Figura 6.5- Entrada do hotel (esquerda) e vista das traseiras do hotel (direita).....	108
Figura 6.6 – Entrada do hotel (esquerda) e vista do espaço verde de maior dimensão e da piscina exterior (direita)	108
Figura 6.7 – Vegetação autóctone e adequada às necessidades hídricas da região (esquerda) e placar da loja de atividades ao ar livre (direita).....	113
Figura 6.8 – Produtos típicos da região vendidos no hotel (esquerda) e vista do hotel para a Ria Formosa (direita)	113
Figura 6.9 – Bicicletas para aluguer no hotel (esquerda) e diploma da certificação da Travelife (direita).....	114
Figura 6.10 – Barco representativo dos costumes locais (esquerda) caixote de lixo com separação para as diferentes tipologias de resíduos (direita)	114
Figura 6.11 – Papel reciclado utilizado nos quartos (esquerda) e placar informativo sobre as atividades ao ar livre e de natureza (direita)	114
Figura 6.12 – Questionário de satisfação para clientes (esquerda) e brochura informativa sobre o eco-hotel para clientes (direita)	115
Figura 6.13 – Cartaz promocional de passeios em barcos tradicionais (esquerda) e folheto informativo do projeto de apoio social realizado pelo grupo Vila Galé (direita)	115

Figura 6.14 – Extrato do modelo de avaliação da sustentabilidade do <i>resort</i> Vila Galé Albacora em <i>Microsoft Excel</i> TM	120
Figura 6.15 – Espaços verdes no hotel (esquerda) e vista das 3 piscinas exteriores do hotel (direita)	124
Figura 6.16 - Armazenamento em bacia de retenção para produtos tóxicos (esquerda) e contentores para cada tipologia de resíduo (direita)	124
Figura 6.17- Painéis solares para aquecimento de água no hotel (esquerda) e folheto informativo sobre atividades ao ar livre (esquerda)	125
Figura 6.18 – Posters informativos sobre como separar os resíduos por tipologia (esquerda) e questionário de satisfação do cliente (direita)	125
Figura 6.19 - Extrato do modelo de avaliação da sustentabilidade do <i>resort</i> Vila Galé Albacora em <i>Microsoft Excel</i> TM	129
Figura 7.1 – Comparação dos consumos de eletricidade total, dos dois <i>resorts</i> do grupo Vila Galé.....	134
Figura 7.2 - Comparação dos consumos de eletricidade por hóspede dos dois <i>resorts</i> do grupo Vila Galé.....	135
Figura 7.3 - Comparação dos consumos totais de gás dos dois <i>resorts</i> do grupo Vila Galé.....	135
Figura 7.4 - Comparação dos consumos totais de gás por hóspedes dos dois <i>resorts</i> do grupo Vila Galé.....	136
Figura 7.5 - Comparação dos consumos de água por hóspede, dos dois <i>resorts</i> do grupo Vila Galé.....	136
Figura 7.6 - Comparação dos consumos de água dos dois <i>resorts</i> do grupo Vila Galé.....	137
Figura 7.7 - Comparação da produção total de resíduos por hóspede, dos dois <i>resorts</i>	137
Figura 7.8 - Comparação da produção total de resíduos, dos dois <i>resorts</i>	138

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 – Metodologia utilizada na elaboração de cada capítulo da dissertação.....	5
Tabela 2.1 - Impactes do turismo segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.....	16
Tabela 2.2 - Impactes Negativos do Turismo em relação ao ambiente físico.....	17
Tabela 3.1 – Programas de certificação para o turismo	33
Tabela 5.1 – Critérios de Avaliação da Fase de Planeamento	65
Tabela 5.2 - Critérios de Avaliação da Fase de Construção	67
Tabela 5.3 - Critérios de Avaliação da Fase de Exploração	68
Tabela 5.4 - Exemplo da avaliação de uma das questões de avaliação, da fase de exploração.....	78
Tabela 5.5 - Pontuação máxima possível de obter em cada critério da fase de planeamento	79
Tabela 5.6 - Pontuação máxima possível de obter em cada critério da fase de construção.....	79
Tabela 5.7 - Pontuação máxima possível de obter em cada critério da fase de exploração	80
Tabela 5.8 – Resultados e gradação de cores para avaliar a sustentabilidade do <i>resort</i>	81
Tabela 5.9 – Escala de valores para cada questão, de cada critério da fase de Planeamento.....	82
Tabela 5.10 - Escala de valores para cada questão, de cada critério da fase de Construção.....	87
Tabela 5.11 - Escala de valores para cada questão, de cada critério da fase de Exploração.....	91
Tabela 6.1 – Indicadores ambientais e de turismo do concelho de Tavira	103
Tabela 6.2 – Indicadores ambientais e de turismo do concelho de Lagos.....	106
Tabela 6.3 – Observações e Evidências registadas no hotel Vila Galé Albacora	110
Tabela 6.4 – Consumos de água do hotel Vila Galé Albacora no ano 2012.....	116
Tabela 6.5 – Consumos de eletricidade do hotel Vila Galé Albacora no ano 2012.....	117
Tabela 6.6 - Consumos de gás do hotel Vila Galé Albacora no ano 2011.....	117
Tabela 6.7 – Produção de resíduos do hotel Vila Galé Albacora no ano 2011.....	118
Tabela 6.8 - Observações e Evidências registadas no hotel Vila Galé Lagos.....	122
Tabela 6.9 – Consumos de água do hotel Vila Galé Lagos	126
Tabela 6.10 – Consumos de eletricidade no hotel Vila Galé Lagos.....	126
Tabela 6.11 - Consumos de gás do hotel Vila Galé Lagos no ano 2011.....	127
Tabela 6.12 – Produção de resíduos do hotel Vila Galé Lagos	128

Tabela 7.1 – Classificação obtida pelos dois <i>resorts</i> do grupo Vila Galé.....	135
Tabela 7.2 – Propostas e ações para melhorar a sustentabilidade do hotel	
Vila Galé Albacora.....	140
Tabela 7.3 – Propostas e ações para melhorar a sustentabilidade do hotel	
Vila Galé Lagos.....	145

Abreviaturas e Acrónimos

- ADENE – Agência para a Energia
- AIA – Avaliação de Impacte Ambiental
- ATA – Associação de Turismo do Algarve
- BEST - Business Enterprises for Sustainable Tourism
- CI – Conservation International
- CMT – Câmara Municipal de Tavira
- CST - Certification for Sustainable Tourism
- DGS – Direção-Geral de Saúde
- EIA – Estudo de Impacte Ambiental
- ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- EUA – Estados Unidos da América
- FTTSA - Fair Trade in Tourism South Africa
- GG – Green Globe
- GSTC – Global Sustainable Tourism Council
- ICNB – Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
- IPS – International Passenger Survey
- IPSS - Instituições Particulares de Solidariedade Social
- NEAP - Nature and Ecotourism Accreditation Programme
- OAU – Óleos Alimentares Usados
- OMT – Organização Mundial de Turismo
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCTS - Programa de certificação em turismo sustentável
- PIB – Produto Interno Bruto
- RA – Rainforest Alliance
- RAN - Reserva Agrícola Nacional
- REN – Reserva Ecológica Nacional
- RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SGA – Sistema de Gestão Ambiental

STEP - Sustainable Tourism Eco-Certification Program

STSC – Sustainable Tourism Stewardship Council

UNEP – United Nations Environment Programme

VAL – Valor Atual Líquido

SNIRH - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

TIES – The International Ecotourism Society

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

WWF – World Wide Fund for Nature

1. INTRODUÇÃO

Atualmente o turismo é considerado essencial para o avanço sócio - económico, principalmente pela geração de postos de trabalho, empresas, desenvolvimento de infraestruturas e aumento das receitas de exportação (OMT, 2011). O Turismo é ainda uma força central da economia mundial, uma atividade de importância e significado globais (Fernandes, 2007).

A importância do turismo como atividade estratégica para o sector económico, tem contribuído para o aparecimento de diversas iniciativas direcionadas para o seu desenvolvimento devido aos benefícios económicos que gera (Leiper, 1990).

Relativamente a Portugal, o turismo é uma importante atividade estratégica e é um dos principais sectores de exportação e de projeção internacional da imagem do país, sendo por isso umas das principais atividades económicas a nível nacional, responsável por grande parte do desenvolvimento local, principalmente através da criação de postos de trabalho (Turismo de Portugal, 2009).

Devido ao crescimento do turismo, quer em Portugal quer no Mundo, têm-se verificado inúmeros impactes ambientais, resultado da pressão das atividades turísticas em determinados locais. Os impactes ambientais que o turismo pode causar são consideravelmente amplos e multifacetados. Podem ser considerados pelos efeitos adversos ou pelos efeitos benéficos que desencadeiam a partir da implementação e do funcionamento das infraestruturas, associadas às práticas de turismo e dos fluxos e da permanência dos visitantes nas localidades e destinos turísticos (Pires, 2010).

Com vista a combater e a minimizar os impactes negativos, gerados pelo turismo, surgiram novas formas e práticas de turismo, que têm como base a proteção e a conservação do ambiente natural, onde decorrem as atividades turísticas. Surgiram assim, iniciativas com o objetivo de tornar o turismo mais sustentável, como é o caso do ecoturismo, cujo objetivo é o de equilibrar o desenvolvimento económico do turismo com a conservação e proteção das áreas naturais bem como das culturas locais. Pretende-se assim, proporcionar o desenvolvimento sustentável no turismo, desfrutando e compreendendo o ambiente natural e cultural da população nativa, enquanto se está a contribuir para a promoção da sua economia bem como da conservação do meio natural (Hyde, 2003).

Como resposta aos impactes originados pelo aumento da procura no turismo, outras iniciativas, para além do ecoturismo e do turismo sustentável, foram surgindo. Entre as quais, manuais, guias e programas de certificação. Programas ou esquemas de certificação ambiental, prémios de desempenho ambiental e sistemas de avaliação são atualmente utilizados no turismo como instrumentos para a proteção do ambiente e para um desenvolvimento sustentável do sector (Sasidharan, Sirakaya, & Kerstetter, 2001). Quanto aos programas de certificação ambiental ou

eco - certificação podem ser definidos como o processo formal em que um corpo independente certifica outras entidades, de acordo com uma série de critérios específicos. (Buckley, 2002a, 2002b).

Assim a aderência por parte do turismo aos esquemas de certificação deverá ter como objetivo o melhoramento das políticas ambientais, nomeadamente no que diz respeito à gestão de recursos, à proteção e conservação ambiental, ao controlo da poluição e que a todas as outras práticas relacionadas com o turismo tenham presentes o conceito de desenvolvimento sustentável (Sasidharan, et al., 2001). A certificação conduzirá a práticas mais sustentáveis no turismo, o que por sua vez trará benefícios para os governos locais, gerando postos de trabalho, melhorando a economia, incentivando a proteção de áreas sensíveis e reduzindo o consumo de recursos naturais (Russilo, Honey, Rome, & Bien, 2007).

Atendo às melhorias, que os programas de certificação e sistemas de avaliação, podem trazer ao turismo, a criação de um modelo de avaliação de sustentabilidade tornou-se uma boa opção no auxílio à monitorização e à avaliação do desempenho ambiental de um determinada infraestrutura turística. Uma vez que modelos de avaliação da sustentabilidade de empreendimentos turísticos específicos, como é o caso dos *resorts*, ainda não foram totalmente explorados, decidiu-se criar um modelo para esse fim, com vista a tornar os processos de planeamento, construção e de gestão, de um *resort*, mais sustentáveis.

A decisão de se escolher os *resorts*, como objeto de estudo, teve em conta as suas dimensões, características, funções e o impacto que geram no ambiente. Um *resort* é um estabelecimento de hospedagem com serviço completo que permite o acesso ou oferece uma gama de amenidades e instalações de recreio, com vista a enfatizar uma experiência de lazer (Brey, 2009).

Assim, a utilidade ou aplicabilidade prática, de um modelo de avaliação de sustentabilidade, será estudado, para todas as fases do ciclo de vida de um *resort*, com o objetivo de o tornar mais sustentável. Para a elaboração do mesmo, teve-se em conta os impactes gerados por este tipo de empreendimento, em todo o seu ciclo de vida

1.1. Objetivo

Atendendo à evolução mundial do sector turístico e dos impactes ambientais resultantes deste crescimento, pretende-se estudar e analisar as melhores práticas, técnicas e iniciativas existentes, que ajudam a tornar o turismo mais sustentável. Tal análise irá possibilitar a organização e o desenvolvimento de um modelo de avaliação de sustentabilidade. Esta dissertação tem assim o objetivo de desenvolver e criar um modelo que seja aplicado a um determinado tipo de empreendimento turístico, os *resorts*. Espera-se assim, que o modelo permita auxiliar os proprietários ou investidores, a avaliarem o desempenho ambiental e a sustentabilidade dos seus projetos, contribuindo para uma melhoria dos mesmos.

Em termos gerais, a presente dissertação teve em conta os seguintes pontos, na definição do seu objetivo e na orientação dos trabalhos:

- Impactes gerados pela atividade turística
- Práticas e iniciativas sustentáveis no turismo
- Certificação para o turismo
- Impacte gerado por *resorts*
- Avaliação da sustentabilidade em todo o ciclo de vida de um *resort*.

A aplicabilidade prática do modelo foi testada em dois *resorts* do grupo hoteleiro Vila Galé, no qual foi realizado um estágio, com vista a estudar e a avaliar o desempenho ambiental dos dois empreendimentos. Através da perceção do estado atual de cada um dos *resorts*, através da aplicação do modelo, pretende-se ajudar e auxiliar os dois *resorts* a melhorarem o seu desempenho ambiental

O estudo realizado, bem como o modelo desenvolvido, apresentam um carácter multidisciplinar e poderão servir de suporte técnico para a tomada de decisão das entidades responsáveis pelo planeamento, construção e gestão sustentável destes empreendimentos. Assim, o modelo desenvolvido poderá servir de ferramenta aos proprietários dos empreendimentos turísticos, para perceberem em que situação, em termos de sustentabilidade, o seu *resort* se encontra. Pretende-se que o modelo possa ser utilizado pelos empreendimentos que pretendem melhorar o seu desempenho ambiental e através da utilização do modelo, conseguem perceber facilmente onde intervir. Por outro lado, pretende-se que o modelo seja também utilizado pelos empreendimentos que já apresentam um elevado desempenho ambiental mas que pretendem demonstrar e comprovar isso, através da obtenção de um bom resultado no modelo.

1.2. Organização, estrutura e metodologia da dissertação

A presente dissertação, foi estruturada em três partes distintas. Num primeiro momento foi realizada uma recolha de informação sobre o estado atual do tema em estudo e procedeu-se ao tratamento da informação e dos dados recolhidos. Numa segunda parte, procedeu-se ao desenvolvimento e aplicação do modelo de avaliação da sustentabilidade de um *resort* e por fim procedeu-se à análise dos resultados obtidos e procedeu-se à discussão dos mesmos.

Estas três fases, do processo de elaboração da dissertação, encontram-se subdivididas por capítulos:

No capítulo 1 elaborou-se uma introdução à temática abordada na dissertação, definir os objetivos e a metodologia utilizada para a elaboração da mesma. No capítulo 2 abordou-se a temática do turismo, a sua importância para o cenário económico global e português, os impactes que dele advêm e o turismo sustentável como solução para a minimização dos

problemas ambientais. No capítulo 3 analisou-se os atuais esquemas de certificação ambiental para o turismo e uma comparação entre eles. No capítulo 4 analisou-se e estudou-se o planeamento e gestão de *resorts*, os impactes associados e as medidas que podem ser tomadas para diminuir esses impactes. No capítulo 5 desenvolveu-se um modelo de avaliação de sustentabilidade de *resort*. O capítulo 6 consiste na aplicação do modelo ao grupo escolhido para realizar o estágio. No capítulo 7, analisaram-se e trataram-se os resultados obtidos através da aplicação do modelo aos casos de estudo e através desses resultados serão feitas propostas de melhoria. No último capítulo, realizou-se uma reflexão sobre o trabalho realizado, verificou-se se todos os objetivos foram alcançados e concluiu-se sobre os resultados obtidos. O esquema da organização da dissertação encontra-se na figura seguinte:

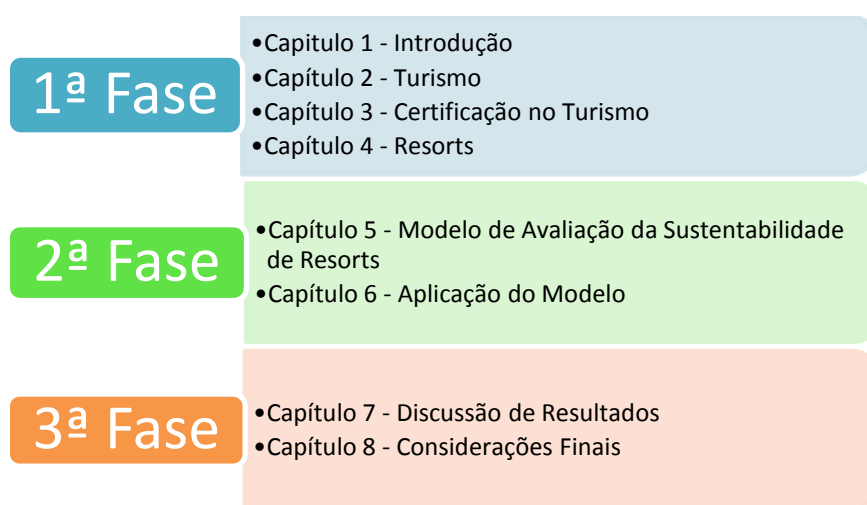


Figura 1.1 - Esquema da organização e estrutura da dissertação

A metodologia utilizada em cada capítulo bem como os objetivos a alcançar, encontra-se descrita na seguinte tabela:

Tabela 1.1 – Metodologia utilizada na elaboração de cada capítulo da dissertação.

Fases	Capítulos	Objetivo	Metodologia
1ª Fase	1. Introdução	Explicar o contexto em que se insere o tema da dissertação e permitir ao leitor perceber os objetivos da mesma e o trabalho a realizar para os alcançar	Pesquisa Bibliográfica; Revisão Bibliográfica;
	2. Turismo	Perceber o sector turístico e o seu contexto a nível mundial e nacional; Compreender os impactes gerados pelo turismo; Estudar os conceitos de turismo sustentável e ecoturismo.	
	3. Certificação no Turismo	Estudar a origem da certificação do turismo; Perceber as vantagens da certificação no turismo; Estudar os diferentes esquemas de certificação existentes.	
	4. <i>Resorts</i>	Perceber e as definições de resort; Estudar e compreender as técnicas mais sustentáveis de planeamento, construção e exploração de <i>resorts</i> .	
2ª Fase	5. Modelo de Avaliação de Sustentabilidade e de <i>Resorts</i>	Desenvolver um modelo que permita avaliar a sustentabilidade de um <i>resort</i> nas diferentes fases do seu ciclo de vida.	Revisão bibliográfica; Seleção de critérios de avaliação; Criação de uma escala de valores para avaliar a sustentabilidade; 1ª Visita aos casos de estudo. Reconhecimento genérico do território e das unidades hoteleiras (registo de observações, registo fotográfico, primeiros contactos com os principais atores, nomeadamente os diretores de unidade).

	6. Casos de Estudo e Aplicação do Modelo	<p>Estudar e perceber o funcionamento de um <i>resort</i>;</p> <p>Estudar e avaliar a sustentabilidade da fase de exploração de duas unidades hoteleiras.</p>	<p>Trabalho de campo: “imersão” na realidade e no dia a dia de um <i>resort</i>. Verificação e análise do funcionamento das duas unidades hoteleiras;</p> <p>Avaliação dos critérios da fase de exploração das duas unidades hoteleiras.</p> <p>Realização de um estágio em cada uma das unidades hoteleiras.</p>
3ª Fase	7. Discussão de Resultados	<p>Perceber e compreender os valores obtidos nos dois <i>resorts</i>;</p> <p>Perceber as áreas com o melhor ou pior desempenho ambiental nos dois <i>resorts</i>.</p>	<p>Elaboração de um relatório do desempenho ambiental dos dois <i>resorts</i>;</p> <p>Elaboração de propostas de melhoria do desempenho ambiental dos dois <i>resorts</i>.</p>
	8. Considerações Finais	<p>Análise e estudo de todos os resultados obtidos no decorrer da dissertação;</p> <p>Verificar se os objetivos foram cumpridos.</p>	<p>Compilação de todos os resultados obtidos e elaboração de comentários conclusivos sobre os mesmos</p>

2. TURISMO: UM FENÓMENO GLOBAL – IMPORTÂNCIA E IMPACTES

Nas últimas décadas, o turismo transformou-se numa importante força de desenvolvimento económico para muitos países (Arbache, 2001).

A importância do turismo como atividade estratégica para o sector económico, tem contribuído para o aparecimento de diversas iniciativas direcionadas para o seu desenvolvimento devido aos benefícios económicos que gera.

Segundo Leiper (1990), há 3 elementos fundamentais para perceber e compreender a melhor forma de se estudar o turismo:

1. O Turista: É o ator do sistema, já que o turismo é essencialmente uma experiência humana, desfrutada, vivida e lembrada como momentos muito importantes nas suas vidas.
2. Elementos Geográficos:
 - a. Região geradora de viajantes: representa o mercado gerador para o turismo e oferece o impulso para estimular e motivar viagens. É o local onde o turista procura informação, faz a reserva e parte.
 - b. Região de destino do turista: Lugar onde todo o impacto do turismo é sentido e as estratégias de planeamento e gestão são implementados. O destino turístico é a própria razão de ser do turismo. É no destino onde ocorrem as consequências mais visíveis e drásticas do sistema.
 - c. Região de rotas de trânsito: representa os lugares intermediários que podem ser visitados no trajeto.
3. “Indústria turística”: Corresponde ao largo espectro de empresas e organizações envolvidas na oferta turística.

Para muitos dos países em desenvolvimento o turismo apresenta-se como a principal fonte de riqueza, principalmente através da geração de emprego. Estratégias de desenvolvimento do turismo, como principal produto de transformação das atividades económicas locais e regionais, podem ser consideradas importantes instrumentos na consolidação do desenvolvimento económico da comunidade. O turismo surge como um dos motores mais potentes para pôr em funcionamento as ideias que irão promover a ascensão de um determinado local. O turismo é uma atividade que permite criar riqueza, sem necessidade de grandes investimentos, com a possibilidade de preservar ocupações e costumes tradicionais (Melo Filho, 2008).

2.1. Contexto mundial

Segundo os dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) (2011), o turismo tornou-se num dos sectores mais importantes de comércio. A receita gerada pelo turismo, incluindo o transporte de passageiros, excedeu em 2010 os dois milhões de euros por dia. Atualmente representa cerca de 30% das exportações mundiais em serviços comerciais e 6% das exportações globais de bens e serviços. No cenário global, o turismo encontra-se em quarto lugar, no ranking das exportações, atrás dos combustíveis, dos produtos químicos e dos produtos automóveis.

De acordo com as informações, atuais, fornecidas por diversos países à OMT (2011), estima-se que o turismo contribui em 5% para o Produto Interno Bruto (PIB) mundial e no que diz respeito ao número de empregos a nível mundial, estima-se que cerca de 7% desses empregos estejam ligados ao turismo.

O fluxo internacional de turistas vem aumentando continuamente, de 25 milhões em 1950 para 277 milhões em 1980 e 438 milhões em 1990. As últimas décadas não foram exceção e o turismo mundial verificou uma expansão e um desenvolvimento contínuos, tendo-se tornado um dos maiores sectores da economia mundial (Ministério do Turismo, 2011). O crescimento desde o ano de 1990 até o ano de 2011 foi na ordem dos 500 milhões, no que respeita a chegadas internacionais (OMT, 2011). O crescimento tem-se sentido, particularmente, mais acentuado nos países em desenvolvimento, tendo estes apresentado um crescimento de 31% em 1990 para 47% em 2010 (OMT, 2011).

Com base nos dados da OMT (2011), sobre a evolução do turismo, podemos verificar que o turismo tem vindo a crescer a nível mundial nos últimos 20 anos, tendo apresentado apenas uma descida significativa em 2009, resultado da crise financeira mundial

Existe uma forte correlação entre o ambiente económico e a expansão da atividade turística. Quando a economia cresce, o nível da receita disponível aumenta e parte desta receita é gasta com atividades relacionadas com o turismo. Por outro lado, a redução do ritmo de crescimento da economia frequentemente resultará na diminuição do gasto turístico. Historicamente, o crescimento da chegada de turistas internacionais tem superado o crescimento da economia (Ministério do turismo, 2011).

Em 2010, o turismo mundial recuperou mais fortemente do que o esperado, do choque que sofreu no final de 2008 e 2009, resultado da crise financeira global e da recessão económica. As chegadas de turistas, na escala mundial, atingiram os 940 milhões em 2010, um aumento de 6,6% em relação ao ano anterior. Na seguinte figura, é possível verificar esse crescimento.

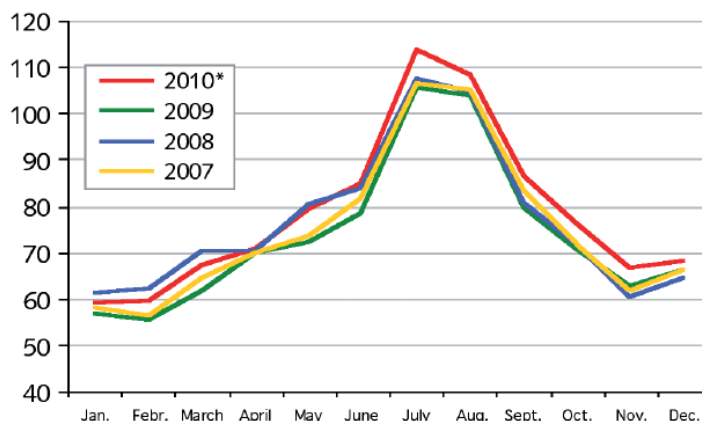


Figura 2.1 - Chegadas internacionais de turistas (milhões). (fonte: OMT, 2011)

Nos primeiros dois meses de 2011 verificou-se um aumento de 5% comparativamente com o ano anterior, o crescimento foi registado em todas as regiões do mundo, com exceção do Norte de África e Médio Oriente (OMT, 2011).

Em 2010, as viagens destinadas a lazer e férias representaram mais de metade das chegadas de todos os turistas. Cerca de 15% correspondem a viagens para negócios e 27% com outros fins, como visitas a familiares e amigos, tratamentos de saúde, entre outros, como observável na figura 2.2

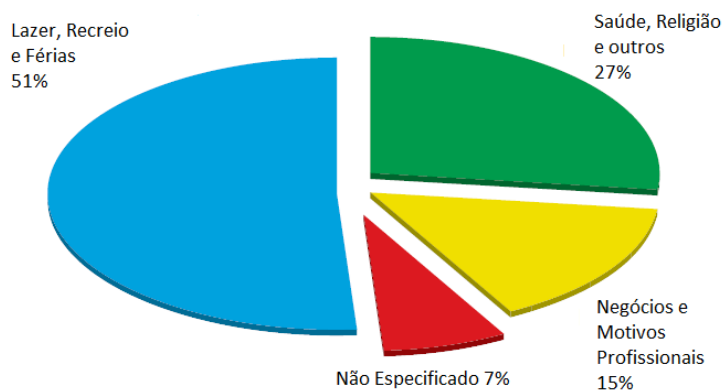


Figura 2.2 – Propósito das visitas de turistas em 2010. (Fonte: OMT, 2011)

Nos primeiros dois meses de 2011 verificou-se um aumento de 5% comparativamente com o ano anterior, o crescimento foi registado em todas as regiões do mundo, com exceção do Norte de África e Médio Oriente (OMT, 2011).

Tendo o aumento da procura, verificado no sector do turismo, especialmente pelo lazer, e de acordo com as previsões da OMT para 2020, estima-se que as chegadas internacionais cheguem aos 1600 milhões nesse mesmo ano (figura 2.3).

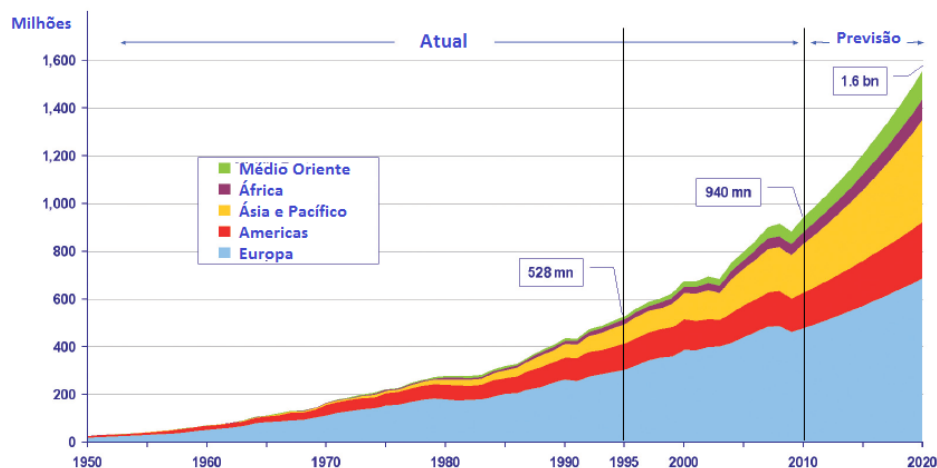


Figura 2.3 – Previsão da evolução do turismo até 2020. (Fonte: OMT, 2011)

Estima-se que do aumento das chegadas, 1200 milhões correspondam a chegadas inter-regionais e 400 milhões correspondam a viagens de longa distância. Espera-se que o Este Asiático e o Pacífico, o Sul Asiático, o médio Oriente e o continente Africano cresçam cerca de 5% por ano, comparativamente à média mundial (4,1%). Relativamente ao continente Europeu e às Américas, espera-se um crescimento ligeiramente inferior à média mundial. O total de chegadas de turistas por região, mostra que as três regiões que mais turistas receberam em 2020, serão a Europa (717 milhões), o Este asiático (397 milhões) e as Américas (282 milhões) (OMT, 2011).

Uma vez que o turismo é atualmente uma fonte de riqueza global e dada a sua ligação com as atividades económicas, deverá ser visto como um meio para o desenvolvimento global (Tao & Wall, 2009).

2.2. Contexto Português

O turismo é um dos principais sectores de exportação e de projeção internacional da imagem de Portugal, sendo por isso umas das principais atividades económicas do país, responsável por grande parte do desenvolvimento local, principalmente através da criação de postos de trabalho (Portugal, 2009).

Segundo o Turismo de Portugal (2009), o sector turístico em Portugal representou, em 2009, 10,3% do PIB português. Os consumos turísticos registados foram na ordem dos 16,5 mil milhões de euros e as receitas turísticas foram na ordem dos 6,9 milhões de euros. Quanto ao saldo da balança turística este foi de 4,2 mil milhões de euros.

O turismo de Portugal (2007), tendo por base a análise das grandes tendências da procura internacional, definiu dez produtos seleccionados em função da sua quota de mercado e potencial de crescimento, bem como da aptidão e potencial competitivo de Portugal, nos quais deverão assentar as políticas de desenvolvimento e capacitação da oferta turística de Portugal. Assim, Portugal destaca-se em termos de oferta turística nos seguintes produtos:

1. Sol e Mar;
2. Turismo de Natureza;
3. Turismo Náutico;
4. *Resorts* Integrados e Turismo Residencial;
5. Turismo de Negócios;
6. Golfe;
7. Gastronomia e Vinhos;
8. Saúde e Bem-Estar;
9. *Touring* Cultural e Paisagístico;
10. *City Breaks*.

Dos dez produtos turísticos identificados, apesar de todos se encontrarem ligados, apenas o correspondente aos *resorts* integrados e ao turismo de natureza serão abordados mais aprofundadamente na presente dissertação.

O mercado correspondente aos *resorts* integrados, é constituído maioritariamente por turistas que viajam com o objetivo de se deslocarem e alojarem em empreendimentos de nova geração, nos quais é oferecido um variado número de atividades e experiências, sob uma gestão mais ou menos integrada. A procura por este tipo de produto turístico, verificou nos últimos anos um crescimento entre os 8 e os 12%. Prevê-se um aumento contínuo no futuro, o que torna este tipo de produto, um dos mais importantes da indústria mundial do turismo (Turismo de Portugal, 2006).

Em termos de hóspedes¹ recebidos em Portugal, tendo como referência o ano de 2010, a Espanha foi o país que apresentou o maior número, liderando com 1.380.729 hóspedes seguida do Reino Unido com um total de 1.117.626 hóspedes, a Alemanha aparece em terceiro lugar com 730.418 hóspedes, em quarto lugar surge a França com 577.922 hóspedes e de seguida do Brasil com 376.540 hóspedes (Turismo de Portugal, 2011).

Quanto às receitas² vindas dos diversos turistas que visitaram Portugal, do Reino Unido resultaram cerca de 1.391.741 euros em receitas, da França 1.323.733 euros, da Espanha 1.114.486 euros, da Alemanha 788.697 euros e da Holanda 318.298 euros.

Na preferência pelo tipo de estabelecimento verifica-se que os hotéis de 4 estrelas são os mais procurados com cerca de 4.102.787 hóspedes, em 2010, seguindo-se os hotéis de 3 estrelas com

¹ Indivíduo que efetua pelo menos uma dormida num estabelecimento de alojamento turístico.

² Todos os bens e serviços adquiridos por não residentes durante a sua estada, fornecidos com contrapartida financeira ou simplesmente oferecidos.

2.704.829 hóspedes e para finalizar em terceiro lugar os hotéis de 5 estrelas com 1.310.154 hóspedes. Os restantes hóspedes encontram-se distribuídos por apartamentos, apart – hotéis, aldeamentos e pousadas.

A análise comparativa dos dados referentes a 2010 e ao ano anterior permite verificar que o turismo em Portugal se encontra em crescimento tal como demonstram os seguintes valores:

- O número de hóspedes aumentou cerca de 4,9%;
- As receitas geradas pelo sector apresentaram um aumento de 10,2%;
- As dormidas³ tiveram um aumento de 2,7%;
- Verificou-se um aumento de passageiros desembarcados de 6,8%;

As regiões mais procuradas em Portugal no ano de 2010 foram Lisboa com cerca de 3.958.528 hóspedes, a zona do Algarve com 2.865.788 hóspedes e a região Norte com 2.547.912 hóspedes.

O turismo apresenta assim uma grande importância para o desenvolvimento da economia portuguesa e apresenta condições para se tornar um dos destinos de maior crescimento na Europa tornando-se num dos motores de crescimento da economia nacional (Turismo de Portugal, 2011).

Futuramente, Portugal prevê um aumento anual, no número de turistas, de 5%, atingindo em 2015 os 20 milhões de turistas e duplicar o atual volume de receitas. Continuando Lisboa, zona Norte e Algarve como principal fonte de receitas, prevê-se ainda um crescimento significativo para a zona do Alentejo, cerca de 11% ao ano. Espera-se que em 2015 o turismo possa contribuir com mais de 15% do PIB e mais de 15% do emprego nacional (Turismo de Portugal, 2007).

De modo a alcançar estes valores o Turismo de Portugal definiu um plano de ação para o turismo composto por três pontos:

- *“O conhecimento, a excelência dos recursos humanos, a qualificação da oferta e a promoção são as bases para o crescimento sustentável do turismo”;*
- *“A diferenciação pela via da inovação é um fator crítico para a obtenção de ganhos de produtividade superiores”;*
- *“A formação de uma cultura de cooperação assente numa parceria favorece a criação de valor económico num contexto de novas exigências ao nível da competitividade”.*

³ Número de noites efetuadas por um indivíduo num estabelecimento que fornece alojamento, por um período compreendido entre as 12 horas de um dia e as 12 horas do dia seguinte.

O Turismo de Portugal definiu ainda um modelo operacional (figura 5) para colocar em prática até 2015, de modo a alcançar os objetivos previstos



Figura 2.4 – Modelo operacional de ação para o turismo em Portugal (Fonte: Turismo de Portugal, 2009)

O modelo inclui a participação ativa de todos os envolvidos num novo centro de saber e de inovação e desenvolvimento, com vista à dinamização da produção e da transferência de tecnologia e conhecimento, englobando ações de sensibilização e disseminação. O objetivo é induzir comportamentos, processos e produto inovadores nas empresas e na sua envolvente, como partes integrantes do produto turístico (Turismo de Portugal, 2009).

2.3. Impactes do Turismo

Os impactes sociais económicos e ambientais do turismo são de tamanha importância que o direito ao turismo e a viajar, foi incorporado em importantes documentos internacionais, como a declaração universal dos direitos humanos (1984), o pacto internacional dos direitos económicos, sociais e culturais (1966) e a declaração da organização mundial de turismo sobre o turismo mundial (1980). A OMT declara que o turismo apresenta potencial para contribuir para o desenvolvimento económico, para a compreensão internacional, a paz, a prosperidade e para a prática dos direitos humanos (Higgins-Desbiolles, 2006).

Os impactes ambientais que o turismo pode causar são consideravelmente amplos e multifacetados. Podem ser considerados pelos efeitos adversos ou pelos efeitos benéficos que desencadeiam a partir da implementação e do funcionamento das infraestruturas associadas às práticas de turismo, dos fluxos e da permanência dos visitantes nas localidades e destinos turísticos (Pires, 2010). De acordo com Pires (2010), o turismo exerce impactes sobre o ambiente, por ser um grande consumidor de combustíveis, eletricidade, alimentos e outros recursos da água e da terra, gerando significativas quantidades de resíduos e emissões de

poluentes. Contudo, possui um elevado interesse na manutenção da qualidade ambiental, por ser o ambiente biofísico a sua principal fonte de recursos. Desta forma, a limpeza e a saúde do ambiente, seja ele natural ou não, torna-se cada vez mais, um fator crítico para que o turismo seja bem-sucedido.

A situação atual do turismo permite-nos aferir que os impactes ambientais, económicos e socioculturais causados, têm-se demonstrado quer positivos quer negativos (Tao & Wall, 2009). O turismo e as atividades a si ligadas causam assim diversos tipos de impactes nos locais onde se desenvolvem, podendo-se distinguir três categorias (Rigall-I-Torrent, 2008):

1. Impactes sobre o ambiente: Os impactes negativos causados nesta categoria estão principalmente ligados à construção de infraestruturas que poderão representar uma ameaça para os recursos naturais, podendo danificá-los ou destruí-los. Por outro lado temos os impactes positivos que o turismo pode ter no ambiente, nomeadamente através da consciencialização da comunidade e dos turistas para a preservação do meio.
2. Impactes socioculturais: Estão relacionados com o efeito direto ou indireto do turismo nas comunidades locais, estes efeitos podem ser negativos quando o turismo provoca mudanças no sistema de valores da comunidade, ameaçando a identidade da população local bem como o seu estilo de vida e comportamento social. No entanto, o turismo pode funcionar como um estímulo ao orgulho da comunidade através da divulgação das suas tradições culturais e através da criação de postos de trabalho, evitando a deslocação urbana. Na tabela seguinte podemos observar, em resumo, quais os principais impactes socioculturais do turismo:

Tabela 2.1 – Impactes socioculturais do turismo. Adaptado de OMT (1997)

Fatores associados com o turismo	Impactes positivos	Impactes negativos
A cultura como atração turística	Revitalização das artes tradicionais, festivais e línguas. Aumento da promoção do património e da cultura tradicional.	Interferência nas atividades tradicionais. Invasão da privacidade.
Relações entre turistas e comunidade local	Rutura dos estereótipos negativos. Aumento das oportunidades sociais.	Aumento da comercialização. Introdução de doenças.
Alterações na estrutura económica	Maiores oportunidades económico-sociais. Diminuição das desigualdades sociais.	Conflitos e tensão na comunidade. Perda da identidade.
Desenvolvimento de infraestruturas	Aumento das oportunidades de lazer.	Perda de acesso às atividades de recreio e lazer.
Aumento do número de turistas	Melhoria das condições sanitárias, educação e melhoria da qualidade de vida.	Congestionamento, multidão, aumento da criminalidade.

3. Impactes económicos: Estes podem ser positivos ou negativos, estando os negativos relacionados com o aumento do custo de vida, resultado do aumento da procura por serviços básicos e bens do turismo, a dependência económica das comunidades locais, no turismo ou mesmo o carácter sazonal do emprego. Os impactes positivos estão maioritariamente relacionados com o aumento das receitas e o investimento realizado pelos governos nas infraestruturas e na economia local.

O impacto do turismo pode ser identificado através dos seus custos potenciais: degradação do ambiente, injustiças e instabilidades económicas, mudanças socioculturais negativas (Boo, 1995).

A degradação ambiental do turismo tem provocado perdas consideráveis nos negócios. Isto porque os turistas evitam praias poluídas, áreas naturais sujas e degradadas e áreas rurais já descaracterizadas por padrões tipicamente urbanos (Pires, 2010). Quanto aos benefícios potenciais, estes são: geração de receita para as áreas protegidas, criação de empregos para as pessoas que vivem próximo a essas áreas e promoção da educação ambiental e de consciencialização sobre a conservação dos recursos naturais (Boo, 1995).

Segundo Pires (2010), o turismo pode assumir um importante papel no aumento da consciência ambiental e na educação para o consumo sustentável, através da sua vasta rede de distribuição de serviços e por criar e promover incentivos económicos para a proteção de habitats naturais que sofrem pressão de outros usos ecologicamente insustentáveis. O turismo pode trazer significativas contribuições para a conservação das áreas protegidas. Desta forma, os benefícios diretos do turismo podem ser agrupados nos seguintes aspetos:

- Fonte de financiamento para a conservação da biodiversidade, especialmente das áreas naturais protegidas, por meio de contribuições financeiras diretas dos turistas e das operadoras turísticas;
- Alternativa económica para as comunidades locais, reduzirem a exploração excessiva dos recursos naturais dentro das áreas protegidas;
- Incentivo económico para a proteção de áreas naturais com potencial de exploração.

De acordo com o autor, os impactes ambientais negativos do turismo podem ocorrer sobre o ambiente natural (ar, água, vegetação, solos, vida selvagem, ecossistemas, formações rochosas, minerais e paisagem), bem como sobre o ambiente construído pelo homem (locais de elevado valor arqueológico, monumentos e construções histórica). Os impactes podem ainda ser de natureza direta, ou seja, causados pela presença de turistas, das suas atividades e comportamentos, ou indireta, resultado da implementação de infraestruturas para servir os turistas.

Os impactos negativos resultantes do turismo foram definidos e classificados por inúmeras instituições acadêmicas e de importante atuação a nível mundial. Iremos abordar duas das classificações e definições propostas, a primeira apresentada no Programa das Nações Unidas (ONU) para o Meio Ambiente (tabela 2.1), e a outra resulta de um documento lançado no ano de 2001, em conjunto, pela associação internacional de hotéis e restaurantes, pela ONU e pela associação de escolas de hotelaria (tabela 2.2).

Tabela 2.2 - Impactes do turismo segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Adaptado de Pires (2010)

Tipologia dos impactes	Incidência/Forma de ocorrência
Esgotamento dos recursos naturais	<ul style="list-style-type: none"> ○ Água potável; ○ Recursos da terra (minerais, solos, florestas, vida selvagem e combustíveis fósseis); ○ Recursos locais (energia, alimentos, matéria-prima).
Impactes físicos	<ul style="list-style-type: none"> ○ Implementação de infraestruturas e equipamentos turísticos; ○ Desenvolvimento de atividades turísticas.
Poluição	<ul style="list-style-type: none"> ○ Nos destinos turísticos; ○ Em escala local.
Em escala global	<ul style="list-style-type: none"> ○ Perda de biodiversidade; ○ Mudanças climáticas; ○ Destruição da camada do Ozono.

Tabela 2.3 - Impactes Negativos do Turismo em relação ao ambiente físico. Adaptado de Pires (2010).

Componente Afetada	Tipologia dos Impactes
Terra	<ul style="list-style-type: none"> ○ Conflitos de uso de solo; ○ Consumo excessivo de recursos naturais; ○ Degradação dos solos; ○ Destruição do coberto vegetal; ○ Efeitos na vida selvagem; ○ Expansão e poluição arquitetónica.
Água	<ul style="list-style-type: none"> ○ Poluição e contaminação por resíduos sólidos e por efluentes bioquímicos; ○ Destruição física dos ecossistemas aquáticos; ○ Erosão do solo e assoreamento de recursos hídricos.
Ar	<ul style="list-style-type: none"> ○ Emissão de poluentes pelos meios de transporte; ○ Emissão de poluentes pelo consumo de energia nos diversos serviços turísticos.
Outros problemas decorrentes	<ul style="list-style-type: none"> ○ Ruído, congestionamento, escassez de água e de alimentos, sazonalidade.

As duas classificações descritas nas tabelas acima, procuram cobrir o vasto role de desdobramentos proporcionados pelo desenvolvimento das atividades turísticas e do próprio turismo em si, sobre o ambiente. Tal como outras atividades que requerem a ocupação de espaços e interferem nos comportamentos ambientais preexistentes, as necessidades e as condições para a oferta turística necessitam de matérias-primas, muitas vezes extraídas de forma ilegal e destrutiva de locais como dunas, leitos e margens de rios, praias e encostas. O turismo na sua forma mais intensiva, na qual se pode observar a concentração excessiva de turistas, equipamentos e infraestruturas, tem deixado uma marca, muitas vezes irreversível, nos destinos turísticos em todo o mundo.

Muitos destinos turísticos, sobretudo os mais sensíveis, têm experimentado uma degradação contínua, consequência de um conjunto de impactos ambientais (Pires, 2010). Impactos esses que resumidamente podem ser agrupados nos seguintes pontos:

- Transformação radical dos ecossistemas;
- Sobrecarga de efluentes e resíduos no ambiente;
- Consumo excessivo de recursos naturais;
- Alteração do relevo natural;
- Perda de identidade das paisagens naturais e culturais.

O desenvolvimento rápido do turismo resultou em inúmeros impactos, principalmente, no ambiente e nas comunidades locais dos destinos turísticos. Sendo que os efeitos ambientais constituem provavelmente o maior problema. As regiões onde ocorre um aumento da população bem como um desenvolvimento excessivo costumam ser pequenas e possuir um ambiente frágil. Ocorre perda de flora e fauna nos locais onde se verifica uma expansão acentuada do turismo, o afluxo de turistas a um determinado local pode não só destruir a componente ambiental mas também a componente cultural da região (Stabler & Sinclair, 2009).

O turismo revelou-se uma atividade que, quando alcança um nível elevado de desenvolvimento, pode servir de base econômica para uma região ou local, no entanto estes casos poderão requerer especial atenção para os impactos ambientais que provocam as atividades que consomem o espaço geográfico existente. A exigência de infraestruturas requer a utilização de recursos naturais, o que conseqüentemente poderá degradar o ambiente (Bissoli, 2002). Assim a relação do homem com o desenvolvimento das atividades turísticas e os impactos delas resultantes constituem um desafio para os atores sociais desta moderna e globalizada atividade (Melo Filho, 2008).

2.4. Turismo Sustentável e Ecoturismo

De acordo com o artigo 3º Código Mundial de Ética do Turismo (1999), o turismo deve ser encarado como fator de desenvolvimento sustentável e como tal foram definidas as seguintes diretrizes:

1. *“O conjunto dos atores do desenvolvimento turístico têm o dever de salvaguardar o ambiente e os recursos naturais, na perspectiva de um crescimento econômico são, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras”;*
2. *“Todos os tipos de desenvolvimento turístico que permitam economizar os recursos naturais raros e preciosos, nomeadamente a água e a energia, bem como evitar, na*

medida do possível, a produção de dejetos, devem ser privilegiados e encorajados pelas autoridades públicas nacionais, regionais e locais”;

3. *“A repartição no tempo e no espaço dos fluxos de turistas e de visitantes, especialmente o que resulta das licenças de férias e das férias escolares, e um melhor equilíbrio entre locais frequentados devem ser procurados de forma a reduzir a pressão da atividade turística sobre o ambiente, e a aumentar o seu impacto benéfico na indústria turística e na economia local”;*
4. *“As infraestruturas devem estar concebidas e as atividades turísticas ser programadas para que seja protegido o património natural constituído pelos ecossistemas e a biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e flora selvagens; os atores do desenvolvimento turístico, nomeadamente os profissionais, devem permitir que lhes sejam impostas limitações ou obstáculos às suas atividades quando elas sejam exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, polares ou de alta montanha, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas húmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas”;*
5. *“O turismo de natureza e o ecoturismo são reconhecidos como formas de turismo especialmente enriquecedoras e valorizadoras, sempre que respeitem o património natural e as populações locais se ajustem à capacidade de acolhimento dos lugares turístico”.*

Em 1992⁴, a ONU identificou as viagens e o turismo como sectores que poderiam contribuir positivamente para o desenvolvimento sustentável⁵.

O turismo surgiria assim como um potencial contribuinte para o desenvolvimento sustentável uma vez que:

- Apresenta menos impactes nos recursos naturais, comparativamente à maioria das outras indústrias;
- Baseia-se no desfrutar e no valorizar da cultura local bem como do património natural;
- Proporciona um incentivo económico para a conservação do ambiente natural e dos habitats, contribuindo para a preservação da biodiversidade.

⁴ Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho no Rio de Janeiro. O seu objetivo principal era definir meios de conciliar o desenvolvimento sócio - económico com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra

⁵ Definido pela primeira vez em 1987, no relatório de Brundtland como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”.

Da interpretação dos princípios básicos do relatório de Brundtland, a indústria do turismo adotou a seguinte definição de turismo sustentável: O turismo sustentável atende às necessidades dos turistas presentes numa determinada região, bem como da população natural dessa mesma região protegendo e valorizando as oportunidades futuras. Prevê-se que a gestão dos recursos seja feita de tal forma que os direitos económicos e sociais possam ser satisfeitos mantendo a integridade cultural, a diversidade biológica e o sistema de suporte à vida (Alampay, 2005).

O turismo sustentável, muitas das vezes, aparece com o nome de ecoturismo e tem havido muita discussão em torno deste tema. Muitos defendem que turismo sustentável e ecoturismo são a mesma coisa, outros autores defendem que são conceitos diferentes. A *The International Ecotourism Society* (TIES) define ecoturismo como uma forma de viagem responsável que preserva o ambiente e melhora a qualidade de vida da população local e define turismo sustentável como o turismo que atende às necessidades atuais quer dos turistas quer das regiões de acolhimento e ainda contribui para a proteção das áreas e proporciona melhorias para o futuro, definindo 6 princípios base para o ecoturismo:

1. Evita impactes negativos que podem danificar ou destruir o carácter dos ambientes naturais ou culturais;
2. Educa o viajante sobre a importância da conservação;
3. Direciona as receitas para a conservação de áreas naturais e gestão de áreas protegidas;
4. Traz benefícios económicos para as comunidades locais e direciona as receitas para as populações locais que vivem perto das áreas protegidas;
5. Enfatiza a necessidade de planeamento e crescimento sustentável da indústria do turismo e procura assegurar que o desenvolvimento do turismo não exceda a capacidade social e ambiental;
6. Mantém uma elevada percentagem das receitas no país de acolhimento, salientando a utilização de instalações de propriedade local e serviços.

A *Rainforest Alliance* define o ecoturismo como um conceito dentro de outro conceito mais amplo que é o turismo sustentável e define ecoturismo como uma forma de turismo sustentável que enfatiza a conservação da natureza e procura o desenvolvimento das comunidades nativas de áreas rurais ou selvagens. Apesar do termo turismo sustentável ser o mais amplo dos dois, o termo ecoturismo tem sido o mais divulgado e mais utilizado na indústria do turismo (Hansen, 2007b).

Segundo Hyde (2003), o ecoturismo terá de se basear nos seguintes princípios:

- Ser uma experiência ligada ao ambiente natural;
- Ser de pequena escala e causar o mínimo impacto;
- Promover a conservação da herança ética e cultural;
- Proporcionar apoios para as comunidades locais;
- Promover a educação ambiental;
- Ajudar a manter e a preservar os recursos naturais da região;
- Adotar técnicas e tecnologias que minimizem ao máximo os impactos no ambiente.

O ecoturismo surgiu em força nos últimos 15 anos com o objetivo de equilibrar o desenvolvimento económico do turismo, com a conservação e proteção das áreas naturais bem como das culturas locais. O ecoturismo surge assim como o movimento que proporciona o desenvolvimento sustentável no turismo (Hyde, 2003).

Podemos ainda considerar o ecoturismo como uma forma de turismo que nos permite desfrutar e compreender o ambiente natural e a cultura da população nativa enquanto ajudamos a promover a sua economia e a conservação do meio natural (Lim & McAleer, 2005).

Por sua vez a *World Wide Fund for Nature* (WWF) define turismo sustentável de uma forma muito idêntica à definição de ecoturismo dos outros autores (Hansen, 2007b; Hyde, 2003; Lim & McAleer, 2005), segundo a WWF o turismo sustentável e as infraestruturas a si associadas deveram:

- Ser compatíveis com a conservação e operar dentro dos limites da capacidade natural da área, com vista a regeneração e produção futura dos recursos naturais;
- Minimizar a pegada ecológica;
- Atender às necessidades das populações locais e garantir que uma parte equitativa dos benefícios económicos seja atribuída à comunidade.

O autor Ricard Torrent (2008), refere que para se considerar o turismo como um modelo sustentável este deverá estar assente em 3 pilares fundamentais:

1. Otimizar a utilização dos recursos naturais, elemento chave no desenvolvimento do turismo, assegurar a manutenção dos processos ecológicos essenciais e ajudar a conservar o património natural e a biodiversidade;
2. Respeitar a autenticidade sócio – cultural das comunidades locais, conservando o seu património cultural e os seus valores tradicionais;

3. Garantir, a longo prazo, a viabilidade das operações económicas, distribuir de forma justa os benefícios económicos gerados pelo turismo na região, criar serviços sociais para a comunidade bem como contribuir para a redução da pobreza.

O turismo sustentável deve também manter o nível de satisfação dos turistas elevado, garantindo uma experiência marcante para os mesmos, aumentar a sua consciência sobre as questões da sustentabilidade e promover as práticas de turismo sustentável (Rigall-I-Torrent, 2008).

Podemos considerar ainda turismo sustentável como o tipo de turismo que minimiza os seus impactes negativos no ambiente, através, por exemplo, da redução nos consumos de energia; proporciona oportunidades de emprego e benefícios económicos para as comunidades locais e maximiza os benefícios sociais das comunidades locais (Buckley, 2002b).

Para que o turismo seja sustentável é necessário que este vá ao encontro das expectativas económicas e dos requisitos ambientais e que respeite não só a estrutura social e física dos locais destinados ao turismo, mas também a população local. O ecoturismo terá de atender a três componentes principais: estar ligado à natureza, ser sustentável, ou seja, considerar os impactes socioeconómicos e educar a população local (Bromberek, 2009).

Segundo o Turismo de Portugal (2011), para que o turismo possa ser considerado sustentável, este terá de ser:

- Rentável e assegurar a distribuição da riqueza;
- Valorizar a herança cultural, ética e social das comunidades;
- Assegurar a manutenção da biodiversidade e da paisagem;
- Eficiente na medida em que reduz o consumo de recursos naturais;
- Acessível a todos, independentemente das condições físicas ou económicas;
- Oferecer e criar oportunidades de emprego.

O Turismo de Portugal definiu assim, como um dos seus produtos estratégicos, o turismo de natureza, ou seja, o turismo cuja sua motivação principal é “*Viver experiências de grande valor simbólico, interagir e usufruir da Natureza*” e as atividades principais proporcionadas por este produto são as atividades desportivas e de interesse especial bem como a contemplação da natureza.

Dos benefícios originados pelo ecoturismo, emprego e renda para as populações locais estão entre os mais apregoados e por vezes usados como meio de promoção do crescimento socioeconómico, quando se sabe que, frequentemente, apenas uma pequena parcela do dinheiro gasto pelos turistas permanece no próprio local (Lindberg & Huber, 1995).

Lindberg (1995), defende que os mecanismos para aumentar os benefícios locais originados pelo ecoturismo incluem: propriedade e administração local do recurso turístico; propriedade parcial ou estruturas de participação de lucros entre indústria turística e os habitantes locais; pagamentos diretos para as comunidades, oriundos de receitas turísticas; e emprego na indústria do turismo. O mesmo autor, defende que as estratégias para o desenvolvimento local do turismo devem incluir ações de curto, médio e longo prazo, isto para que haja um uso produtivo inerente ao sector económico e ambiental, com vista à minimização dos impactes negativos e ao estabelecimento de atividades de controlo e conservação. A utilização destas estratégias contribuirá para o desenvolvimento sustentável da região, enfatizando assim a necessidade de se praticar um turismo sustentável.

Como linha principal desta estratégia surge a ação educativa que deve atingir os diferentes sectores da sociedade, construindo uma nova mentalidade, especialmente a partir do ensino formal nas escolas e estendendo-se às organizações sociais, instituições, empresas, bairros e comunidades locais. Seguindo as linhas gerais do turismo sustentável ou do ecoturismo, uma das formas de potenciar o desenvolvimento local ou regional será através do conhecimento da população local, sobre o meio. Envolver as partes interessadas, quer habitantes locais quer empresas turísticas, permite alcançar mais facilmente, um desenvolvimento sustentável graças ao tipo de turismo que se pretende praticar (Mélo Filho, 2008).

Apesar das divergências em torno dos conceitos de ecoturismo e de turismo sustentável, é nos possível concluir que ambos apontam para a necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades turísticas com vista a melhorar a qualidade de vida dos habitantes, a otimizar os benefícios económicos locais, a proteger o ambiente natural e a proporcionar uma experiência única aos turistas (Choi & Sirakaya, 2006). A sustentabilidade deve ser encarada como pedra fundamental no desenvolvimento do turismo, visto que o ambiente natural corresponde à sua maior base de recursos primários. Assim, os principais benefícios associados ao ecoturismo são ajudar a reduzir pobreza, criar empregos, encorajar a conservação e criar zonas protegidas (Hansen, 2007b; Stabler & Sinclair, 2009).

Relativamente aos dois conceitos, percebeu-se que o Ecoturismo é uma prática diretamente ligada com a natureza e com a preservação do ambiente natural nas atividades e práticas relacionadas com o turismo. Assim, e para concluir a discussão em torno dos dois conceitos, podemos afirmar que o ecoturismo é uma forma de turismo sustentável. O ecoturismo é uma prática sustentável de turismo que obrigatoriamente se encontra associado ao ambiente e à natureza. Sendo o turismo sustentável um conceito muito mais amplo e que nem sempre implica uma atuação direta e ativa na preservação e na conservação do ambiente natural.

3. A CERTIFICAÇÃO NO TURISMO

3.1. Enquadramento

O turismo é por muitos considerado atualmente a maior indústria mundial. Se os padrões de crescimento se mantiverem, na próxima década o turismo como indústria, aumentará para o dobro. Um crescimento desta natureza implicará que mais e mais pessoas irão experienciar o fenómeno turismo, levando isto a um aumento também dos impactes do turismo no ambiente. Alguns desses impactes serão positivos, originando por exemplo um aumento da conservação ambiental bem como uma maior valorização das diferentes culturas, por outro lado outros impactes serão negativo (WWF, 2000).

Um grande número de iniciativas voluntárias surgiu e continua a surgir no sector turístico, como resposta aos impactes originados pelo aumento da procura no turismo. Nos anos 80 e no início da década de 90, começaram a surgir novos códigos de conduta associados às práticas no turismo. Entre eles manuais, guias e programas de certificação.

Programas ou esquemas de certificação ambiental, prémios de desempenho ambiental e sistemas de avaliação são atualmente utilizados no turismo como instrumentos para a proteção do ambiente e para um desenvolvimento sustentável do sector (Sasidharan, et al., 2001).

Quanto aos programas de certificação ambiental ou eco-certificação podem ser definidos como o processo formal em que um corpo independente certifica outras entidades, de acordo com uma serie de critérios específicos. Foram identificados pela OMT cerca de 100 esquemas com cerca de 7000 entidades aderentes. Muitos estados, países e regiões têm os seus próprios esquemas a operarem localmente, são exemplos disso a Costa Rica com a “*Certification for Sustainable Tourism*” (CST) e a Austrália com o “*Nature and Ecotourism Accreditation Programme*” (NEAP), entre outros (Buckley, 2002a, 2002b).

Na Europa, o mais antigo programa de certificação na área do turismo é a Bandeira Azul, que teve início em 1987 e atua essencialmente nas praias. É atribuída a bandeira azul a uma praia quando esta cumpre um determinado conjunto de critérios de qualidade (Ferreira & Lopes, 2003)

Em Novembro de 2000 o *International Passenger Survey* (IPS) organizou uma conferência, nos Estados Unidos da América (EUA), de onde resultou o acordo de *Mohonk*, com a finalidade de se debater a certificação no turismo. A conferência contou com a presença de várias entidades certificadoras na área do turismo e contou também com a presença de várias entidades certificadoras dos mais diferentes sectores, operadoras turísticas, associações de ecoturismo e investigadores também marcaram presença. Dessas entidades, faziam parte a TIES, a *Business*

Enterprises for Sustainable Tourism (BEST), a *Conservation International* (CI), a WWF, a *RainforestAlliance* (RA) e a *United Nations Environment Programme* (UNEP). Desta conferência resultou a definição de um conjunto de princípios que todos os programas de certificação, relacionados com o ambiente, deveriam apresentar bem como a proposta para a criação de uma entidade global de acreditação dos programas de certificação o *Sustainable Tourism Stewardship Council* (STSC). Em 2003, surgia um relatório cujo objetivo era definir as diretrizes para a implementação do STSC (Hansen, 2007a). O STSC seria implementado em 2007 e as suas responsabilidades incluiriam:

- Aumentar a credibilidade dos programas de certificação de turismo sustentável, garantindo que certificação é objetiva e transparente;
- Fornecer informações aos consumidores, operadores turísticos, e outros intervenientes do sector sobre os programas credenciados de certificação
- Reduzir o "greenwashing" e reivindicações falsas de sustentabilidade;
- Ajudar a melhorar os padrões ambientais e sociais através dos programas de certificação;
- Garantir a participação de todas as partes interessadas na certificação e no desenvolvimento do programa;
- Orientar a criação e o desenvolvimento de novos programas de certificação em países onde estes são inexistentes (em coordenação com outros programas em todo o mundo);
- "Lobby" de apoio político e financeiro dos programas de certificação acreditados.

Contudo, em 2007, não se verificou a implementação do STSC e como tal a criação de um corpo de acreditação global, ficou adiada até 2010 com o aparecimento de um projeto idêntico ao STSC, adotando alguns dos mesmos princípios, com o nome de *Global Sustainable Tourism Council* (GSTC).

3.1.1. *Global Sustainable Tourism Council*

Num esforço global para definir o significado de turismo sustentável e encontrar um terreno comum para medir sua eficácia, o GSTC foi criado em agosto de 2010. O GSTC é um conselho de membros, que servirá como o organismo internacional responsável por promover o aumento do conhecimento, do entendimento e a adoção de práticas de turismo sustentável. O GSTC promove o turismo sustentável, através da adoção dos vários princípios universais de turismo sustentável, compilação, adaptação e criação de ferramentas e formação para se realizarem práticas de turismo sustentável, e aumentando a procura por produtos e serviços turísticos sustentáveis. O GSTC pretende ser uma organização aprovada pela ONU, empresas de

hospedagem, governos, organizações não-governamentais, universidades e comunidades envolvidas que se esforcem para alcançar o turismo sustentável (Bricker, 2012).

O GSTC desenvolveu um grupo de critérios, que são os requisitos mínimos que qualquer negócio relacionado com o turismo deve aspirar a alcançar, a fim de proteger os recursos culturais e naturais, assegurando ainda que o turismo evolua como ferramenta para a conservação da natureza e redução da pobreza. Para desenvolver estes critérios, foram consultados especialistas em sustentabilidade e da indústria do turismo e foram analisados mais de 60 programas já existentes, de certificação voluntária. Ao todo, mais de 4.500 critérios foram analisados e o GSTC procurou envolver todos os intervenientes e partes interessadas do turismo, desde compradores, fornecedores e consumidores, a adotarem os critérios. Estes critérios pretendem assim, definir uma linguagem universal que defina os padrões mínimos de sustentabilidade, os princípios globais que possam ser adotados para responder às necessidades e condições específicas de um local ou sector específico da indústria, diretrizes para o estabelecimento de programas de certificação e certificar as “certificadoras”(GTSC, 2010).

O GSTC criou um conjunto de critérios⁶ relativos às práticas de turismo sustentável, que definem um conjunto inicial de diretrizes para o mesmo. Os critérios são organizados tendo em conta quatro pilares do turismo sustentável:

- Planeamento sustentável eficiente;
- Maximização dos benefícios sociais e económicos para a comunidade local;
- Redução de impactos negativos para o património cultural;
- Redução de impactos negativos para o património ambiental.

De acordo com Bricker (2012), espera-se que os critérios e os seus princípios sejam utilizados para o seguinte:

- Servir como diretrizes básicas para as empresas, de todas as dimensões, se tornarem mais sustentáveis e ajudar essas mesmas empresas a escolher os programas de turismo sustentável que se regem por estes critérios globais;
- Servir como orientação para as agências de viagem na escolha de fornecedores e programas de turismo sustentável;
- Ajuda os consumidores a identificar os programas de turismo sustentável;
- Servir como um denominador comum para a comunicação social reconhecer os fornecedores programas de turismo sustentável;

⁶ Os critérios desenvolvidos pelo GSTC podem ser consultados em anexo (Anexo 1)

- Ajuda certificação e outros programas de voluntariado a garantir que os seus padrões sejam aceites;
- Oferecer ao sector governamental, ao sector não-governamental e privado um ponto de partida para o desenvolvimento de programas que assegurem os requisitos necessários para as práticas de turismo sustentável;
- Servir como base para as diretrizes de educação e formação de órgãos como escolas de hotelaria e Universidades.

Relativamente ao processo de acreditação do GSTC, este é constituído por duas etapas que permitirão ao GSTC reconhecer a credibilidade dos padrões utilizados pelos programas de certificação, às cadeias hoteleiras e aos operadores turísticos, independentemente de processos de verificação. Contudo apenas os organismos de certificação verificados por terceiros poderão utilizar o logótipo de credenciamento do GSTC (GSTC, 2010).

Assim, o GSTC tem como objetivo ajudar o sector do turismo a alcançar um papel importante na conservação e preservação dos destinos turísticos, promovendo benefícios sócio económicos para todas as partes interessadas. Para promover o turismo sustentável o GSTC pretende transmitir um maior conhecimento sobre a adoção de práticas sustentáveis no turismo.

3.2. Objetivos da Certificação do Turismo

A indústria do turismo recorre e utiliza a certificação como estratégia de *marketing*, fazendo da preocupação ambiental a sua imagem de marca, imagem essa que é facilmente reconhecida pelos consumidores devido ao logo ou símbolo atribuído pela entidade certificadora. No mercado económico e do turismo, este tipo de estratégia pode dar, às empresas ligadas ao turismo, um avanço em relação à concorrência. De acordo com o autor os esquemas de certificação têm como objetivos principais (Sasidharan, et al., 2001):

- Encorajar as empresas a manterem os seus padrões de desempenho ambiental elevados;
- Educar os turistas sobre os impactes causados pelo turismo no ambiente e alertá-los para o tipo de comportamentos que devem respeitar;
- Desenvolver produtos e serviços que apresentem impactes reduzidos para o ambiente.

Segundo Ferreira e Lopes (2003), a eco-certificação no turismo permite melhorias em três grandes áreas do sector:

1. Economia: a certificação implica uma redução dos custos, resultado de uma melhor gestão do consumo de recursos naturais; Melhoria nas relações das empresas com as comunidades locais; Melhoria das condições de trabalho; Cumprimento da legislação.

2. Ambiente: Uso eficiente dos recursos; Redução dos impactes na biodiversidade; Aumento da conservação de áreas sensíveis e valorização dos ecossistemas.
3. Educação: Aumento da consciência ambiental; Formação de técnicos especializados; Aumento da informação disponível, sobre os ecossistemas locais e a sua importância.

Assim a aderência por parte do turismo aos esquemas de certificação deverá ter como objetivo o melhoramento das políticas ambientais, nomeadamente no que diz respeito à gestão de recursos, à proteção e conservação ambiental, ao controlo da poluição e que todas as outras práticas relacionadas com o turismo tenham presentes o conceito de desenvolvimento sustentável (Sasidharan, et al., 2001). A certificação conduzirá a práticas mais sustentáveis no turismo, o que por sua vez trará benefícios para os governos locais, gerando postos de trabalho, melhorando a economia, incentivando a proteção de áreas sensíveis e reduzindo o consumo de recursos naturais (Russilo, et al., 2007)

A aderência a programas de certificação, pelas empresas, pode ser utilizada como indicador para o turismo e para o ambiente, contribuindo para uma redução dos impactes ambientais da responsabilidade da indústria do turismo (EEA, 2001). A certificação pode atuar diretamente na ligação entre a componente social e económica com a proteção ambiental. A certificação tem como objetivo também proporcionar o aumento da consciência ambiental numa determinada região bem como da importância do turismo para o desenvolvimento local. A certificação no turismo garante um aumento da qualidade e da performance dos trabalhadores, permite que a imagem das empresas melhore uma vez que estas vão apresentar um compromisso na proteção do ambiente bem como das comunidades locais, permite reduzir os custos e ainda ganhar vantagem no mercado em relação a outras empresas não certificadas.

3.3. Processo de certificação

Atualmente um grande número de programas de certificação já é reconhecido pelos consumidores. A característica comum a todos os programas de certificação é a atribuição de um logótipo, específico para cada programa, que permite aos consumidores saberem que determinada empresa está empenhada em aumentar a sua performance ambiental e tornar-se sustentável. A atribuição desse logótipo/rótulo/símbolo demonstra que determinada empresa apresenta ou satisfaz um determinado conjunto de critérios, definidos pela entidade certificadora como conducentes à redução dos impactes negativos (Ferreira & Lopes, 2003).

Geralmente as principais entidades certificadoras atribuem ou não a certificação a uma empresa depois da realização de uma auditoria com a finalidade de avaliar o desempenho ambiental da mesma. Para que o processo de atribuição da certificação seja credível e apresente resultados futuros positivos, o seguinte sistema de seis passos, descrito na figura 3.1, deveria ser adotado (Sasidharan, et al., 2001):

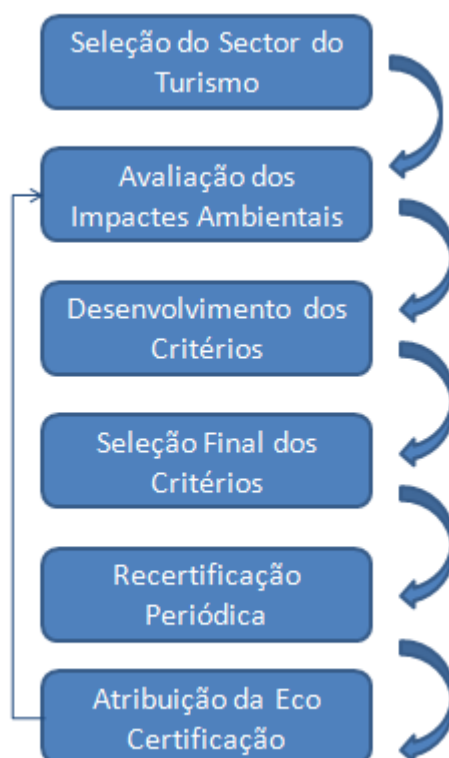


Figura 3.1 – Esquema do processo, comum, de certificação

1. Seleção do tipo de entidade turística. Neste primeiro passo deve ser feito o estudo sobre o tipo de entidade que pretende a certificação, se uma operadora turística se uma agência de turismo, se um hotel ou *resort*, entre outros possíveis serviços relacionados com o turismo. Este estudo deverá ser realizado por um painel de agentes ao serviço da entidade certificadora, dos quais deverão fazer parte especialistas em turismo e nas práticas associadas ao turismo para que posteriormente se possa fazer uma análise sobre os impactes causados pela entidade que se pretende certificar;
2. Avaliação de impactes ambientais: Nesta fase do processo de certificação, deve ser realizada uma avaliação sobre todos os impactes relacionados com o tipo de atividade desempenhada pela entidade a certificar. Num contexto ideal esta avaliação deveria abranger a avaliação de vários indicadores como, por exemplo, a qualidade da água e do ar, níveis de poluição, ruído, resíduos sólidos, alterações provocadas na fauna e flora, utilização de matérias-primas e consumos de energia. Permitindo assim a identificação de todos os impactes resultantes da respetiva entidade turística;
3. Definição de critérios: Neste passo os especialistas da entidade certificadora devem definir um conjunto de critérios a apresentar pela entidade turística, no que diz respeito à redução dos impactes ambientais;

4. Seleção dos critérios: De todos os critérios definidos no passo anterior, a entidade certificadora chega a um consenso sobre os critérios específicos que terão de ser obrigatoriamente atingidos pelo sector turístico em questão;
5. Atribuição da certificação: Nesta fase a entidade certificadora atribui o seu logo/símbolo específico que identificará a entidade em questão como certificada. A certificação só será atribuída se forem respeitados e atingidos todos os critérios seleccionados de acordo com a avaliação de impactes ambientais. A entidade certificada pagará uma taxa a entidade certificadora por utilizar o seu logo como forma de propaganda ou *marketing*;
6. Recertificação: Deverá ser feita periodicamente uma reavaliação dos critérios bem como dos impactes ambientais. Se por algum motivo, por exemplo inovação tecnológica ou novas recomendações do sector turístico, surgirem novos critérios ou a necessidade de serem atingidas novas metas a entidade certificadora terá de exigir o cumprimento dos novos critérios para que a entidade possa continuar a ser certificada e utilizar o logo

3.4. Programas de Certificação

Dada a existência de um grande número de programas de certificação, na presente dissertação iremos abordar apenas alguns dos programas de certificação existentes, a escolha foi feita tendo em conta o seu reconhecimento pelo GSTC e a presença das seguintes características:

- Relevantes a nível nacional e a nível internacional;
- Reconhecidos como credíveis pelas empresas ligadas ao turismo bem como pelos consumidores;
- Apresentem uma lista de critérios específicos a apresentar pelas empresas que queiram aderir;
- Assegurem o cumprimento desses critérios pelas empresas aderentes;
- Respeitem as recomendações da ONU para programas de certificação;
- Garantam o cumprimento de todas as leis quer nacionais quer internacionais;
- Apresentem sistemas de monitorização.

Dos programas de eco-certificação existentes no turismo, foram seleccionados para estudar os seguintes:

- *Green Globe* (GG)
- *Green Key*
- *Nature and Ecotourism Accreditation Programme* (NEAP);
- *Eco-Hotel*;

- *Biosphere*;
- *Certification for Sustainable Tourism (CST)*;
- *Sustainable Tourism Eco-Certification Program (STEP)*;
- Programa de certificação em turismo sustentável (PCTS);
- *Fair Trade in Tourism South Africa (FTTSA)*;

Outros programas de certificação serão ainda considerados apesar de não específicos para o sector turístico, podem ser aplicados e utilizados pelas entidades turísticas, uma vez que se focam na gestão ambiental das mesmas:

- ISO 14001;
- EMAS;
- SA 8000

Programas de certificação relacionados com a construção sustentável que possam ser aplicados no turismo também serão considerados:

- *Building Research Environmental Assessment Method (BREEAM)*;
- *Leadership in Energy and Environment Design (LEED)*;
- LiderA.

De seguida serão descritos os programas de certificação selecionados, de acordo com as suas características e critérios que abrangem nos três pilares da sustentabilidade, o ambiental, o económico e o sociocultural. Dada a quantidade de informação existente sobre cada programa, optou-se pela elaboração de uma tabela síndissertação (Tabela 3.1), onde são descritas as características principais de cada programa, as fases do processo de certificação de cada programa, o que certificam e os critérios que avaliam na componente ambiental, sociocultural e económica.

Tabela 3.1 – Programas de certificação para o turismo

Programas de Certificação	Caracterização	O que certificam?	Etapas de Certificação	Critérios abrangidos:		
				Ambiental	Económico	Sociocultural
<ul style="list-style-type: none"> Green Globe <p>Fonte: (Galhardo, 2008; WWF, 2000; GreenGlobe, 2011)</p>	<p>A GG é atualmente o programa de certificação do turismo mais abrangente no sector e tem como objetivo geral a implementação de um programa que contribua para o desenvolvimento sustentável do turismo num determinado local ou região. A GG é destinada ao turismo de massa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Centros de Negócios; Cruzeiros (rio e mar); Campos de golfe; Hotéis e <i>resorts</i>; Restaurantes; Spas; Transportadoras (companhias de autocarros, serviços de limousines, aluguer de automóveis, etc.); Operadoras turísticas. 	<ol style="list-style-type: none"> Levantamento de dados sobre as características ambientais do local; Desenvolvimento da política ambiental a adotar; Avaliação ambiental estratégica e criação de um plano de ação; Implementação do plano; Formação e treino; Atribuição da certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Gestão Ambiental; Consumo de Energia, Eficiência Energética, Gestão de recursos energéticos, energias renováveis; Consumo e gestão da água; Ruído e qualidade do ar Conservação e gestão do ecossistema; Integração do empreendimento com o espaço natural; Proteção da Biodiversidade Planeamento e gestão do uso de solo; Gestão e tratamento de resíduos; Educação sobre responsabilidade ambiental; 	<ul style="list-style-type: none"> Benefícios diretos e indiretos para as comunidades locais (Financiamento para a construção e requalificação de infraestruturas de ensino e de saúde); Apoio ao comércio e indústria local; Emprego local; 	<ul style="list-style-type: none"> Emprego local; Respeito pelas comunidades locais e pelos direitos dos trabalhadores; Benefícios diretos e indiretos para as comunidades locais (Financiamento para a construção e requalificação de infraestruturas de ensino e de saúde);

Programa de Certificação	Caracterização	O que certificam?	Etapas de Certificação	Ambiental	Económico	Sociocultural
<ul style="list-style-type: none"> Nature and Ecotourism Accreditation Programme <p>Fonte: (Galhardo, 2008; NEAP, 2011; M. Newson, 2001; WWF, 2000)</p>	<p>O NEAP reconhece e premeia o verdadeiro turismo de natureza e o ecoturismo, na Austrália. É uma iniciativa voluntária, desenvolvida em conjunto com os operadores turísticos, gestores de áreas protegidas e todas as outras partes interessadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> Agências de viagens; Operadoras turísticas; Cruzeiros; Alojamentos turísticos. 	<ol style="list-style-type: none"> Registo e seleção do sector que pretende certificar; Autoavaliação e aplicação dos critérios; Auditoria ao local; Atribuição da certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Preservação da área natural; Avaliação de impactes ambientais; Gestão ambiental; Seleção do local; Materiais de construção; Uso do solo; Impactes visuais; Conservação da biodiversidade; Gestão dos recursos naturais; Gestão e conservação da água; Gestão e tratamento de resíduos; Eficiência energética; Tipos de transporte utilizados; Impactes na vida selvagem; Gestão das emissões; Qualidade do ar Ruido; Apoio a iniciativas de conservação ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> Apoio ao comércio e produtos locais; Benefícios diretos e indiretos; Impactes económicos nas comunidades locais. 	<ul style="list-style-type: none"> Respeito e preservação pela comunidade indígena; Formação da comunidade local sobre o turismo; Emprego local; Envolvimento da comunidade; Respeito pela cultura local; Apoio ao comércio e produtos locais; Benefícios diretos e indiretos; Educação ambiental.
<ul style="list-style-type: none"> Eco-Hotel <p>Fonte: (TUV, 2012)</p>	<p>Foi especialmente desenvolvido para o sector hoteleiro ajustado à realidade do mercado e simboliza a melhor maneira de ganhar reconhecimento nacional e internacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Hotéis; Aldeamentos turísticos; Aparthotéis; Empresas do sector da indústria hoteleira; 	<ol style="list-style-type: none"> Avaliação e identificação das áreas a intervir; Plano de ação; Autoavaliação (auditoria interna) Avaliação (auditoria externa) e certificação; 	<ul style="list-style-type: none"> Consumos de energia; Consumos de água Cumprimento da legislação ambiental aplicável à atividade. 	<p>Gestão das despesas e dos custos;</p>	<p>Formação dos funcionários</p>

Programa de Certificação	Caracterização	O que certificam?	Etapas de Certificação	Ambiental	Económico	Sociocultural
<ul style="list-style-type: none"> Biosphere <p>Fonte: (Biosphere, 2011)</p>	<p>A Biosphere, é promovida pelo Instituto de Turismo Responsável (ITR), reconhece e certifica os estabelecimentos turísticos que apresentem uma gestão sustentável e, sejam exemplos de sustentabilidade para o turismo internacional.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Destinos turísticos; Empresas e organizações turísticas; Produtos e estabelecimentos turísticos. 	<ol style="list-style-type: none"> Avaliação; Implementação dos requisitos; Auditoria; Atribuição da certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Preservação do património natural e paisagístico; Proteção ambiental; 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento económico do local; Satisfação dos clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento social do local; Preservação do património cultural;
<ul style="list-style-type: none"> Certification for Sustainable Tourism <p>Fonte: (CST, 2011; Galhardo, 2008; Tepelus & Córdoba, 2005; WWF, 2000);</p>	<p>A CTS foi desenvolvida pelo Instituto do Turismo da Costa Rica em colaboração com entidades governamentais, instituições académicas e organizações não-governamentais. A iniciativa para a criação deste programa de certificação surgiu no âmbito da estratégia nacional para o desenvolvimento sustentável do turismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Hotéis e <i>resorts</i>; Operadoras turísticas; Empresas de aluguer de veículos; 	<ol style="list-style-type: none"> Avaliação da sustentabilidade; Questionário de avaliação; Avaliação e perceção geral; Certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Proteção do meio natural e das áreas de elevada sensibilidade; Preservação da fauna e da flora; Utilização de flora endémica; Prevenção de impactes; Gestão das emissões; Gestão e tratamento dos resíduos; Gestão dos recursos naturais; Produtos utilizados; Promove a responsabilidade ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> Benefícios diretos ou indiretos para as comunidades locais e indígenas; Apoio ao comércio e aos produtos locais; Parcerias com empresas e negócios locais; Incentivos ao desenvolvimento do comércio e dos produtos locais; Satisfação dos clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> Contribuição para iniciativas culturais; Formação e educação da comunidade local; Proteção do património cultural; Emprego local; Proteção dos direitos humanos; Eliminação da discriminação; Benefícios diretos ou indiretos para as comunidades locais e indígenas;

Programa de Certificação	Caracterização	O que certificam?	Etapas de Certificação	Ambiental	Económico	Sociocultural
<ul style="list-style-type: none"> Sustainable Tourism Eco-Certification Program <p>Fonte: (Galhardo, 2008; Hansen, 2007; STEP, 2011)</p>	<p>O STEP pertence à Rede de Certificação de Turismo Sustentável das Américas e consiste um programa de certificação para o ecoturismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Hotéis; Operadoras turísticas; Todos os serviços ligados ao turismo 	<ol style="list-style-type: none"> Determinar a elegibilidade para a eco-certificação e estabelecer o sistema para medir e gerir os impactes ambientais, socioculturais e ambientais; Auto avaliação; Auditoria ao local; Avaliação; Atribuição da eco-certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão e redução de emissões; Gestão de resíduos sólidos, redução, reutilização e reciclagem; Consumo e gestão da água doce; Planeamento e gestão do uso de solo; Eficiência energética; Proteção dos ecossistemas e conservação da biodiversidade; Qualidade do ar e ruído. 	<ul style="list-style-type: none"> Benefícios diretos e indiretos para as comunidades locais e indígenas (Financiamento para a construção e requalificação de infraestruturas de ensino e de saúde); Práticas empresariais responsáveis e éticas; Compra responsável. 	<ul style="list-style-type: none"> Preservação das normas sociais e culturas das comunidades locais e indígenas; Formação e educação dos clientes empregados, prestadores de serviços, e da comunidade; Preparação para situações de emergência.
<ul style="list-style-type: none"> Green Key <p>Fonte: (GreenKey,2012)</p>	<p>O programa “Green Key” é um galardão de reconhecimento de boas práticas ambientais, de âmbito internacional, que pretende acolher na sua rede todas as estruturas hoteleiras que se preocupam com um melhor ambiente</p>	<ul style="list-style-type: none"> Unidades Hoteleiras 	<ol style="list-style-type: none"> Constituição de Candidatura; Processo de encaminhamento (Avaliação documental; avaliação presencial; avaliação do júri; atribuição do galardão) 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão ambiental; Água; Resíduos; Energia; Ambiente interior; Ambiente exterior; Atividades ao ar livre 	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento dos colaboradores; Informação aos clientes; Gestão de topo. 	<ul style="list-style-type: none"> Alimentação e bebidas; Atividades ao ar livre

Programa de Certificação	Caracterização	O que certificam?	Etapas de Certificação	Ambiental	Económico	Sociocultural
<ul style="list-style-type: none"> Programa de certificação em turismo sustentável <p>Fonte: (PCTS, 2011)</p>	<p>O PCTS é uma iniciativa de abrangência nacional, liderada pelo Instituto de Hospitalidade – IH, em parceria com o Conselho Brasileiro de Turismo Sustentável - CBTS. Pretende orientar os meios de hospedagem na implementação dos requisitos da Norma NIH-54: 2004: “Meios de hospedagem – requisitos para a sustentabilidade”.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Todo o tipo de estabelecimento hoteleiro; Micro e pequenas empresas ligadas ao turismo. 	<ol style="list-style-type: none"> Verificação de conformidade legal com a norma; Auditoria ao local (entidade auditora externa); Processo decisório e de avaliação dos resultados da auditoria; Certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Preparação e atendimento a emergências ambientais; Gestão e proteção de áreas naturais; Preservação, proteção e conservação da biodiversidade; Arquitetura e impactes da construção no local; Preservação da paisagem; Gestão das emissões, efluentes e resíduos sólidos; Eficiência energética; Conservação e gestão do uso da água; 	<ul style="list-style-type: none"> Satisfação, relação e comunicação com o cliente; Plano de negócios; Gestão dos custos. 	<ul style="list-style-type: none"> Mão-de-obra local; Formação; Contribuição para projetos sociais. Saúde e segurança no trabalho. Contribuição para o desenvolvimento social. Condições de trabalho; Educação e formação das comunidades locais; Preservação da cultura das comunidades locais e indígenas.
<ul style="list-style-type: none"> Fair Trade in Tourism South Africa <p>Fonte: (FTTSA, 2011)</p>	<p>A FTTSA é uma organização sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento do turismo sustentável. Fornecendo o primeiro programa de certificação comércio justo no turismo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Alojamentos de todos os tipos; Atividades e atrações turísticas; Programas voluntários de turismo. 	<ol style="list-style-type: none"> Registo e aplicação da candidatura; Avaliação (consultor externo); Revisão, análise da avaliação e atribuição da certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Gestão ambiental; Preservação da biodiversidade; Contribuição para a proteção da vida selvagem; Investimento em iniciativas para a conservação da biodiversidade; Educação ambiental e formação do <i>staff</i>; Gestão dos recursos; Gestão e tratamento de resíduos; Apoio e incentivo a iniciativas de voluntariado. 	<ul style="list-style-type: none"> Benefícios para as comunidades locais; Apoio ao comércio local; Transparência nos negócios; Emprego local. 	<ul style="list-style-type: none"> Condições de trabalho; Respeito pelos direitos humanos; Formação dos trabalhadores; Emprego local; Equidade; Promoção, valorização e preservação do património cultural da comunidade local e indígena; Contribuição para o desenvolvimento comunitário; Segurança e saúde dos trabalhadores.

Programa de Certificação	Caracterização	O que certificam?	Etapas de Certificação	Ambiental	Económico	Sociocultural
<ul style="list-style-type: none"> ISO 14001 <p>Fonte: (Galhardo, 2008; ISO, 2012; Seiffert, 2005).</p>	A ISO 14001 é uma norma internacionalmente aceita que define os requisitos para estabelecer e operar um SGA. A norma reconhece que organizações podem estar preocupadas tanto com a sua lucratividade quanto com a gestão de impactos ambientais.	Todo o tipo de organizações e empresas	<ol style="list-style-type: none"> Comprometimento e definição da política ambiental da empresa; Elaboração do plano; Implantação e operacionalização; Avaliação periódica; Revisão do SGA e implementação de melhorias. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Gestão ambiental; Gestão e redução de emissões; Gestão de resíduos sólidos; Consumo e gestão da energia; Consumo e gestão da água. 	Não aplicável	<ul style="list-style-type: none"> Formação dos trabalhadores; Educação ambiental; Envolvimento dos <i>stakeholders</i>.
<ul style="list-style-type: none"> Eco-Management and Audit Scheme <p>Fonte: (EMAS, 2011)</p>	O EMAS é uma ferramenta de gestão para empresas e outras organizações para avaliar, informar e melhorar seu desempenho ambiental e financeiro.	Todo o tipo de organizações e empresas	<ol style="list-style-type: none"> Revisão do estado ambiental da organização; Adoção de uma política ambiental; Desenvolver e implementar um programa ambiental; Implementar um SGA; Auditoria ambiental; Avaliação dos resultados da auditoria; Atribuição da certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Sistema de Gestão ambiental; Gestão e redução de emissões; Gestão de resíduos sólidos; Consumo e gestão da energia; Consumo e gestão da água. 	Não aplicável	<ul style="list-style-type: none"> Formação dos trabalhadores; Educação ambiental; Envolvimento dos <i>stakeholders</i>.
<ul style="list-style-type: none"> SA 8000 <p>Fonte: (SAAS, 2011)</p>	A intenção da SA8000 é oferecer um padrão que se baseia em normas internacionais de direitos humanos e em leis trabalhistas nacionais que irão proteger e habilitar todo o pessoal dentro do escopo de controlo e influência de uma empresa, que produzam ou forneçam serviços para esta mesma empresa.	Todo o tipo de organizações e empresas	<ol style="list-style-type: none"> Auditoria a empresa (auditores externos); Avaliação dos resultados; Certificação. 	Não aplicável	Não Aplicável	<ul style="list-style-type: none"> Condições de trabalho Saúde e Segurança Liberdade de Associação & Direito à Negociação Coletiva Discriminação Práticas Disciplinares Horário de Trabalho Remuneração

Programa de Certificação	Caracterização	O que certificam?	Etapas de Certificação	Ambiental	Económico	Sociocultural
<ul style="list-style-type: none"> BREEAM <p>Fonte: (BREEAM, 2012; Galhardo, 2008);</p>	<p>O BREEAM define o padrão de melhores práticas de elaboração de projetos e de construção sustentável. Tornou-se uma das medidas mais abrangentes e mais amplamente reconhecidas na melhoria do desempenho ambiental de um edifício.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Todos os tipos de edifício. 	<ol style="list-style-type: none"> Auditoria (membro do BREEAM); Avaliação dos critérios; Certificação. 	<ul style="list-style-type: none"> Emissões de gases de efeito de estufa; Consumos e gestão da água; Materiais de construção; Poluição; Impactes no uso do solo; Impactes na biodiversidade (a longo prazo); Qualidade do ar interior; Conforto térmico; Acústica; 	<p>Custo do ciclo de vida;</p>	<ul style="list-style-type: none"> Transportes (infraestruturas, proximidade da rede de transportes);
<ul style="list-style-type: none"> LEED <p>Fonte: (LEED, 2011)</p>	<p>A LEED fornece, aos proprietários e construtores as diretrizes para a implementação de práticas de construção verde.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Construções novas; Edifícios Existentes; Interiores comerciais; Escolas; Hospitais; Bairros. 	<ol style="list-style-type: none"> Registo (especificação das características do projeto); Avaliação; Certificação 	<ul style="list-style-type: none"> Seleção do local; Impactes nos ecossistemas e linhas de água; Eficiência no uso de água; Eficiência energética; Energias renováveis; Seleção dos materiais; Qualidade do ar; Conforto térmico; Utilização eficiente dos recursos; Emissões (materiais e transporte); 		
<ul style="list-style-type: none"> LiderA <p>Fonte: (LiderA, 2012; Pinheiro, 2006);</p>	<p>O sistema de certificação LiderA define como o seu objetivo principal reposicionar a dimensão ambiental da construção desde a fase de planeamento. O sistema através dos seus princípios e critérios, permite apoiar o desenvolvimento de projetos que procurem a sustentabilidade e certificar a procura de sustentabilidade de produtos no ambiente construído</p>	<ul style="list-style-type: none"> Empreendimentos (edifícios e espaços da intervenção) residenciais, de serviços, turísticos, comerciais, entre outros, em qualquer fase do seu ciclo de vida. 	<ol style="list-style-type: none"> Registo (especificação das características do projeto); Avaliação; Certificação 	<ul style="list-style-type: none"> Efluentes; Emissões atmosféricas; Resíduos; Ruído exterior; Poluição iluminó-térmica; Energia; Água; Qualidade do ar; Conforto térmico; Iluminação e acústica; Integração local (solo, ecossistemas, paisagem e património). 	<ul style="list-style-type: none"> Custos no ciclo de vida; 	<ul style="list-style-type: none"> Amenidade e interação social; Trabalho local; Interação com a comunidade.

3.5. Análise comparativa dos programas de certificação

A análise da tabela 3.1, permite-nos perceber e comparar de forma simples os diferentes programas ou esquemas de certificação existentes. Através da comparação dos diferentes programas, poderemos chegar a uma conclusão sobre qual o mais adequado para um determinado produto turístico ou até quais as melhorias ou alterações que deveriam sofrer de forma a tornarem as práticas do turismo mais sustentáveis. Começando por analisar a definição ou a caracterização de cada um dos programas, verifica-se que todos têm como objetivo principal tornar o que certificam, em algo mais sustentável. Quanto aos programas específicos para o sector turísticos, todos podem ser utilizados de modo a tornar mais sustentáveis as atividades, operações ou negócios relacionados com o turismo (Hansen, 2007a; WWF, 2000). Relativamente ao que cada programa certifica, temos os programas mais gerais que podem certificar qualquer tipo de organização, como a ISO 14001 e o EMAS e os mais específicos para determinadas atividades como o CST, o FTTA e o PCTS, que apesar de certificarem na área do turismo, apenas certificam atividades concretas ou alojamentos, por exemplo. Contrariamente a outros programas como o GG ou o NEAP, que certifica qualquer entidade relacionada com o turismo, como as agências de viagens ou operadores turísticos, que apesar de estarem associados ao turismo, não atuam diretamente no território ou não são uma atividade concreta, apenas se destinam a planear e marcar viagens para destinos turísticos. Sendo assim no que respeita ao que os programas específicos para o turismo certificam, a grande diferença está relacionada com a especificidade daquilo que cada um certifica. A grande maioria dos programas de certificação do turismo, são destinados a infraestruturas já existentes, ao invés de novos desenvolvimentos e novos projetos. Assim os programas de certificação no turismo deveriam atender a certificação não só de infraestruturas já existentes mas também de novos projetos em desenvolvimento, de forma a permitir uma sintonia com o ambiente local, sempre que possível. Considerando desde uma fase inicial a capacidade de carga do local e a integração do projeto com as diferentes condicionantes do meio. Quanto às fases do processo de certificação, verifica-se que todos os programas apresentam semelhanças nas fases do processo e que apesar de alguns apresentarem mais ou menos fases todos se baseiam nos mesmos princípios, começando por um registo e uma avaliação do estado da empresa, a criação de um plano de ação, auditorias internas e externas, avaliação dos resultados por parte da entidade certificadora e atribuição da certificação caso a empresa possua os critérios necessários.

Relativamente aos critérios de avaliação, considerados por cada programa de certificação, estes foram divididos em três grupos, ambiental, económico e sociocultural.

A equidade social, o benefício económico a longo prazo para todos e a proteção ambiental são medidas abraçadas pela maioria dos programas de certificação de turismo. Contudo cada um

destes três aspetos do desenvolvimento sustentável não se encontra refletido igualmente em todos os programas (WWF, 2000).

3.5.1. Componente Ambiental

Os empreendimentos turísticos bem como as atividades nelas realizadas, deverão ser compatíveis com a conservação efetiva e operar dentro da capacidade natural da área, para a regeneração e produtividade futura dos recursos naturais e ter em conta a redução da pegada ecológica (Tepelus & Córdoba, 2005; WWF, 2000). Nesta componente, verifica-se que alguns programas de certificação se apresentam bastante específicos e abrangem um grande número de medidas a ter em conta na avaliação da sustentabilidade no turismo, como o GG, a *Green Key*, o NEAP, o CST e o STEP. A ISO 14001 e o EMAS são programas de certificação relacionados com a melhoria contínua e com sistemas de gestão ambiental, como tal, não especificam em detalhe as medidas a tomar pelas entidades a certificar, uma vez que estas apenas necessitam de apresentar melhorias anos após ano. Os programas de certificação da construção sustentável, LEED, BREAAAM e LiderA, apresentam informação detalhada nas mediadas e ter em conta, na componente ambiental do edificado e uma vez que são específicos para projetos de construção esta é a sua componente mais forte. Assim, daqueles programas que mais informações apresentam nesta componente, verifica-se que o CST, o PCTS e o NEAP são os que dão maior relevância à proteção e à conservação do ambiente natural em que se insere o empreendimento ou as atividades turísticas, apresentando especial preocupação pela proteção da fauna e flora endémica bem como a manutenção e a preservação da vida selvagem. O mesmo cuidado é apresentado relativamente a conservação e proteção da biodiversidade. Verifica-se que estes três programas não só têm em comum estes critérios como também são programas de certificação regionais, ou seja, só atuam no seu país. Facto este, leva-nos a crer que a atuação mais local dos programas de certificação do turismo, permite uma avaliação mais detalhada e profunda na componente ambiental dos empreendimentos e atividades turísticas. De destacar as diretrizes e indicações detalhadas fornecidas por certos programas como a *Green Key*, que ajudam em muito o operador a tornar o seu estabelecimento mais sustentável.

3.5.2. Componente Económica

Os programas de certificação devem garantir que os benefícios económicos gerados pelo turismo numa determinada região sejam divididos de forma igual e justa pela população local (WWF, 2000). Todos os programas de certificação para o turismo analisados, apresentam critérios para a componente económica, que apesar de uns apresentarem mais ou menos detalhes, todos requerem que as empresas promovam a sustentabilidade económica local bem como o desenvolvimento económico, através da criação de postos de trabalho para a comunidade local o incentivo e o apoio ao comércio local e o financiamento de projetos e

negócios locais. De referir que o FTTSA é um dos programas que mais se destaca nesta categoria, pois valoriza a distribuição igual dos benefícios económicos do turismo e destaca a necessidade da transparência nos negócios e nas trocas de bens, nas comunidades locais.

Nesta componente, os programas de certificação específicos para o turismo ganham vantagem sobre os programas mais gerais como a ISO 14011 e o EMAS ou os programas de construção sustentável que não especificam tanto os seus critérios nesta componente.

3.5.3. Componente Sociocultural

O respeito e a consideração pelo património cultural em que se inserem as atividades turísticas, deve ser valorizado, como tal todos os programas de certificação analisados abrangem esta componente com determinados critérios de avaliação. Nesta componente é necessário dar especial atenção ao programa de certificação SA 8000, cuja área social é a única onde atua, destacando-se assim dos outros ao apresentar um foco específico de atuação e como tal ser um exemplo a seguir no que respeita às boas práticas do turismo na componente sociocultural da região. O CST, o FTTSA e o PCTS destacam-se nesta componente, também pelo nível de detalhe e pelos critérios que apresentam, nomeadamente pela avaliação da contribuição para o desenvolvimento comunitário, a promoção, valorização e preservação do património cultural da comunidade local e indígena, a educação e formação das comunidades locais, proteção dos direitos humanos e eliminação da discriminação. Uma vez que os aspetos sociais fazem parte da visão da ONU para o desenvolvimento sustentável espera-se que esta componente comece a ter um peso maior na avaliação da sustentabilidade dos empreendimentos turísticos bem como das suas atividades. Assim a componente social deveria ser incluída nos principais e mais importantes esquemas de certificação, de forma a tornar o turismo sustentável (EEA, 2001; WWF, 2000).

4. RESORTS: SUSTENTABILIDADE NO PLANEAMENTO, CONSTRUÇÃO E GESTÃO

4.1. Definição e Características

Com base num estudo realizado por Brey (2009), onde foram inquiridos cerca de 120 administradores e funcionários de *resorts*, surgiu uma definição adequada para o termo *resort*:

Um *resort* é um estabelecimento de hospedagem com serviço completo que permite o acesso ou oferece uma gama de amenidades e instalações de recreio, com vista a enfatizar uma experiência de lazer. Os *resorts* funcionam principalmente como fornecedores de experiências para os hóspedes, apesar de muitas vezes prestarem serviços para empresas, como reuniões, e são localizados em locais caracteristicamente orientados para férias (Brey, 2009).

Relativamente à dimensão dos *resorts*, estes geralmente ultrapassam as 2000 camas e alguns *resorts* aproximam-se das 20000 camas. Os *resorts* destinam-se a um leque variado de segmentos de mercado. Podemos por exemplo encontrar turistas motivados pelas mais diversas atividades, a frequentarem um *resort*. Os *resorts* procuram oferecer um amplo leque de experiências e atividades de todo o tipo de entretenimento, estética e lazer. Nos *resorts* especializados o leque de experiências torna-se mais reduzido. Os *resorts* caracterizam-se também pela diversidade de ambientes que é possível encontrar, desde ambientes urbanos e de cidade, ambiente de praia, de montanha ou de zonas rurais (Turismo de Portugal, 2006).

Para uma propriedade de hospedagem poder ser considerado um *resort*, terão de ser cumpridas certas qualificações mínimas, estas incluem:

- *“Fornecer uma experiência que seja a assinatura ou o atributo âncora do resort”*;
- *“Fornecer cinco experiências secundárias de recreio, lazer ou entretenimento”*;
- *“Oferecer um serviço completo de alimentação (comidas e bebidas)”*;
- *“Deve incluir alojamento de curto prazo ou de uma noite só”*;
- *“Mínimo de 25 quartos ou outras acomodações”*;
- *“Enfatizar uma experiência de lazer ou de retiro ambiental”*.

Enquanto as qualificações mínimas fornecem orientações quanto ao tipo e escopo da propriedade, que vão justificar a sua definição como um *resort*, novas terminologias foram também apresentadas. Estes são novos termos associados à definição de *resort*, estes termos chave incluem:

Experiência ou atributo “assinatura”

“Experiências assinatura são amenidades / atrações / atributos geograficamente significativos que um resort tem de proporcionar ou permitir o acesso, a fim de ser considerado como tal. Tais experiências podem ser, por exemplo, golf, ski/montanha, praia/oceano, lago, casino, spa, saúde, marina, natureza.”

Atributo âncora

“Um atributo âncora é um tema não-típico que liga as experiências terciárias ou secundárias do resort, à experiência assinatura do mesmo. Para ser identificado como um atributo âncora, um mínimo de cinco experiências de recreio/lazer/entretenimento associadas a um tema comum, têm de ser fornecidas. Os exemplos incluem: casais, famílias, educação e natureza.”

Experiências de recreio, lazer e entretenimento

“Uma experiência de recreio, lazer ou entretenimento, é uma amenidade secundária que contribui para a experiência vivida no resort. Apesar destas atividades não serem consideradas como recursos primários, elas são importantes na criação de uma atmosfera adequada e proporcionando uma série de atividades para os hóspedes participarem. Estes atributos são importantes, juntamente com os alimentos e bebidas fornecidas, para determinar se as propriedades podem ou não ser definidas como resorts.”

Serviço completo

“Por definição, o serviço completo corresponde à gama de serviços fornecidos ao cliente, com vista a satisfazer todas as suas necessidades. Isto inclui a oferta de uma variedade de atividades, um restaurante oferecendo dois ou mais serviços de refeições diárias, e níveis de serviço aprimorados, como portaria ou serviço de quarto”(Brey, 2009).

4.2. Eco Resort

O que faz de um *resort*, um *eco-resort*? A resposta está na terminologia da expressão, que é utilizada para descrever um *resort* que não tem qualquer impacto negativo no ambiente. Por definição, nos dicionários comuns, o termo "*resort*", afirma apenas que é um lugar visitado por pessoas. "Eco", por outro lado é traduzida do latim com o significado de "ambiente". Assim, *eco-resort* deveria refletir e compreender um local que foi incorporado no ambiente. Claro que um dos equívocos comuns é que um *eco-resort* é um local que incorpora o ambiente. É este equívoco básico que é a base da má gestão e mau ordenamento no turismo.

Apesar de, antes do projeto estar acordado, as partes interessadas imediatamente envolvidas, usualmente, serem os arquitetos e os empresários, existem outras opções que deveriam ser consideradas. Peritos em ambiente, embora se considere por vezes que os arquitetos desempenham um papel similar, uma vez que necessitam de relacionar e atender aos fatores

culturais, ambientais e económicos do local. Do ponto de vista mais real o resultado apresenta-se, usualmente, mais limitado do que quando se verifica a intervenção de algum perito em ambiente. Outra das opções a considerar é o envolvimento da comunidade, uma vez que os *eco-resorts* devem retratar os elementos culturais do local, torna-se essencial o envolvimento da comunidade local.

A maioria dos *eco-resorts* devem ter presente no seu *design* os elementos culturais do local, esta decisão, de enfatizar as componentes culturais, tem origem no facto de a comunidade turística quando viaja para determinado local é com o intuito de conhecer e se possível ficar fascinado com os aspetos culturais desse mesmo local. É claro que, não se deve desfazer dos elementos ambientais e económicos do local (Magee, 2005).

Um *eco-resort*, deve gerar impactes mínimos para o ambiente sem comprometer o conforto e a segurança dos hóspedes (Bromberek, 2009).

Geralmente, os projetos que são ecologicamente corretos abrangem muitos elementos. A maioria dos elementos é incorporada com base no raciocínio de sucesso dos arquitetos, peritos nas demais variadas áreas e empresários (Peters, 2001).

Um projeto pode reduzir não só os seus custos de construção, mas todos os custos no decorrer do seu ciclo de vida se optar por uma abordagem ecológica ou “verde”. Projetos que apresentem uma filosofia de gestão direcionada para o desenvolvimento sustentável podem facilmente atingir uma maior rentabilidade económica, gerando receita e tornando-se mais competitivos graças a inovação e ao planeamento direcionado nesse sentido.

O desenvolvimento da indústria e da construção, atualmente, exerce o maior controle sobre as condições ambientais de um local. Na verdade, 40% dos materiais e da energia mundial são usados nos edifícios.

Em áreas ecologicamente sensíveis, onde o turismo se está a expandir exponencialmente, o desenvolvimento de indústria está-se a tornar arriscado. Os estabelecimentos mais ecológicos apresentam, atualmente, uma concorrência significativa para *resorts* existentes e até mesmo novos projetos que não são “eco” ou não apresentam preocupações relativas ao desenvolvimento sustentável.

No entanto, a construção e o *design* “verde” ou “eco” são, atualmente, uma forma de gerar receita e vender propriedades. Com um aumento no número de índices e iniciativas relacionadas com a sustentabilidade, especialmente em projetos com financiamento público, a inovação nesta área está se a tornar um ponto-chave de diferenciação. Questões como as alterações climáticas, escassez de água, gestão de resíduos, e capacidade de resposta às necessidades da comunidade tornaram-se os principais focos de atuação por parte de quem é responsável pelo

desenvolvimento dos projetos. Promotores que ignorem esses sinais correm o risco de ser preteridos pelos investidores.

Os principais benefícios, de adotar esta visão do desenvolvimento sustentável, são agrupados em económicos, sociais e ambientais. Economicamente, os benefícios incluem a diferenciação do produto, nichos exclusivos de mercado, custos de capital reduzidos, custos operacionais reduzidos, aumento no valor de mercado e novas oportunidades de negócios. Socialmente, os projetos “verdes” contribuem para a qualidade interior e redução dos custos operacionais ao longo do ciclo de vida do empreendimento. Ambientalmente, verifica-se uma melhoria na utilização dos recursos bem como uma redução da pegada ecológica do empreendimento (Magee, 2005).

Assim o estatuto de *eco-resort* foi visto como sendo alcançável através de estratégias direcionadas para o controlo dos impactes das atividades turísticas no ambiente natural, na economia e na comunidade local (Bromberek, 2009)

4.3. A Procura por empreendimentos ecológicos

A procura por empreendimentos verdes com uma prática mais adequada à sensibilidade ambiental, social e cultural dos territórios onde se instalam, tem aumentado, mesmo apesar de não existir uma política adequada ao consumo destes produtos. É sabido que os consumidores, normalmente respondem apenas ao que está disponível no mercado, como tal se não existir divulgação ou pesquisas sobre as necessidades dos mesmos, estes não vão procurar algo que julgam não existir. É necessário educar e formar os turistas sobre as alternativas disponíveis aos projetos convencionais, desta forma é necessário que a indústria do turismo e da construção garanta que os turistas comecem a frequentar e demonstrar interesse pelos empreendimentos e projetos mais ecológicos.

Quando bem executados, projetos orientados para um desenvolvimento sustentável apresentam um elevado desempenho financeiro. Possíveis recompensas financeiras, resultado da aposta em empreendimentos sustentáveis têm trazido um maior número de investidores para estes tipos de projetos. Os custos destes projetos podem ser reduzidos, e os proprietários destes empreendimentos acabam por ter custos de manutenção inferiores aos dos edifícios e empreendimentos convencionais. A aposta neste tipo de projetos permite ainda ao proprietários e investidores se destacarem e diferenciarem no mercado e no sector. A realização de projeto desta ordem, e adotando uma gestão ambientalmente responsável pode também reduzir os custos ao longo do ciclo de vida do empreendimento. Por exemplo, os custos da construção podem ser menores se utilizados recursos provenientes do local, os consumos energéticos podem ser reduzidos através de um *design* inteligente e a emissão de licenças de construção ou

de outro tipo podem ser emitidas mais rapidamente uma vez que existe menor oposição a estes tipos de projeto (Magee, 2005).

4.4. O Mercado de Eco-Resorts

O aumento da sensibilização do público para as questões ambientais, provocou um crescimento do turismo em destinos com temas relacionados com o património cultural e ambiental do local. Pesquisas recentes, sugerem que o ambiente é um fator significativo e que começa a influenciar a escolha do destino. O ecoturismo como um produto turístico, tem tido um especial interesse e tem-se verificado um crescimento acentuado na procura. No entanto, os considerados como “verdadeiros” *eco-resorts* constituem ainda uma percentagem muito pequena do mercado. Um elevado número de *resorts*, incluindo os mais conhecidos do mercado, encontram-se atualmente a utilizar estratégias de *marketing* onde promovem temas ecológicos, alguns até são certificados, apesar de não integrarem na totalidade os princípios da sustentabilidade. Por este facto, existe a preocupação de que a confiança do consumidor em tais programas de certificação possa diminuir, caso não se verifique uma verificação da credibilidade de tais programas, através, por exemplo, de auditorias realizadas por órgãos independentes. No geral, ainda há pouca informação sobre a procura pelo ecoturismo como produto, especialmente para os segmentos de mercado específicos, tais como famílias, casais idosos, jovens, etc. Isto torna difícil a compreensão das tendências do mercado bem a percepção sobre o seu crescimento (Magee, 2005).

Segundo Magee (2005), informações sobre a procura são necessárias para converter o interesse dos clientes em negócio e aumentar a eficácia no desenvolvimento de novos produtos, no planeamento de infraestruturas específicas e no planeamento regional. Outra das informações, relativas ao ecoturismo, que ainda não é totalmente conhecida está relacionada com as expectativas e satisfação dos clientes deste tipo de produto, bem a falta de informação sobre a totalidade e as características dos produtos existentes.

Os produtos e serviços associados ao ecoturismo não têm apresentado, muitas das vezes, os níveis de qualidade desejados. Os especialistas e investigadores desta área, necessitam de incentivar a pesquisa sobre o mercado do ecoturismo e a procura pelos *eco-resorts*.

Os *eco-resorts* também enfrentam desafios, no que respeita a incentivar os turistas a visitarem e ficarem alojados, muitas vezes estes desafios devem-se à distância a que se encontram estes empreendimentos, a acessibilidade por transportes aéreos, a qualidade das estradas, a qualidade do alojamento e a diversidade da experiências e atrações. Os serviços de transportes e as infraestruturas são as principais questões que afetam o desenvolvimento de produtos deste tipo em áreas rurais e regionais. Os locais de implementação dos *eco-resorts* devem estar ligados a vias pedonais, ciclovias, ecopistas, etc.

Ao se desenvolver um *eco-resort*, deve-se atender à diversidade de estilos e interesses dos viajantes, à proximidade do local às atrações e à sazonalidade da área de acordo com a sua oferta potencial. Os alojamentos, as infraestruturas e os serviços precisam atender a padrões sustentáveis, proteger os valores patrimoniais do local e causar o mínimo de impactos ambientais.

Uma vez que as áreas protegidas estão cada vez mais a ser procuradas e vistas como atrativos turísticos, espera-se um aumento dos conflitos entre a conservação e o uso dos recursos. O desenvolvimento imediatamente adjacente a, e em torno de áreas protegidas, está se a tornar um problema, nos destinos turísticos. Condições e legislação restritiva imposta pelas autoridades governamentais podem desencorajar o investimento e o desenvolvimento descontrolado.

Competências e conhecimentos específicos são necessários para se desenvolver e manter um produto de alta qualidade. A formação e o apoio ao desenvolvimento de mais *eco-resorts* têm aumentado significativamente na última década. A oportunidade de incentivar o desenvolvimento de produtos de alta qualidade é muitas vezes superior quando se trata de novos investidores no mercado (Magee, 2005).

4.5. Planeamento e Gestão Sustentável

De acordo com Bromberek (2009), as instalações turísticas, são usualmente implementadas ou procuram locais ambientalmente muito valiosos e, geralmente, muito sensíveis. Aparentemente, há uma resposta para este dilema ambiental, o desenvolvimento sustentável do turismo.

Construir, por definição, significa gerar um impacto duradouro sobre o ambiente. O desafio é encontrar um equilíbrio entre as necessidades estéticas e ambientais de um projeto, bem como entre as ameaças e oportunidades atingíveis e intangíveis, para assegurar a conservação dos recursos, cada vez mais escassos, para as gerações futuras

Proprietários, projetistas, construtores e operadores de todos os sectores procuram ativamente técnicas para criar um ambiente construído, que possibilite o uso de forma eficiente de todos os recursos e minimize os desperdícios, preserve o ambiente natural e crie um ambiente construído saudável e duradouro (Bromberek, 2009).

Das técnicas e tecnologias existentes e em estudo, destacam se aquelas que se direcionam para:

- Conservação e gestão do ambiente natural;
- Minimização do consumo de recursos não renováveis;
- Redução do uso dos recursos naturais;
- Redução do uso de energia;
- Minimizar a poluição externa e danos ambientais;
- Eliminar ou minimizar o uso de toxinas;

- Minimizar a poluição e os danos à saúde.

Relativamente, ao impacto que um *resort* irá provocar no ambiente, este poderá ser solucionado através da adoção de medidas nas seguintes áreas:

- Fornecimento de energia e água;
- Descarga de resíduos e emissões
- Materiais utilizados na construção e infraestruturas
- Atividades diárias realizadas na comunidade local

Os *resorts* deverão ser totalmente planeados e submetidos a uma gestão integrada e a um processo cuidado de planeamento, onde a utilização do solo, infraestruturas, equipamentos, serviços e o desenvolvimento do *resort* são pensados meticolosamente.

O desenvolvimento de um projeto, de implementação de um *resort*, envolve um planeamento integrado para um local específico como destino turístico específico. Isto inclui o planeamento e a prestação de serviços de transporte, hospedagem, atividades turísticas bem como de todos os serviços necessários para visitantes e funcionários. Atualmente, nos países desenvolvidos, o planeamento de *resorts* está associado a privados, enquanto no passado era visto como uma atividade útil, desenvolvida pelos governos como forma de estimular o turismo. O desenvolvimento e implementação de um *resort* deve ser vista como uma oportunidade para evitar ou mitigar, com antecedência, efeitos adversos, através do planeamento e do design, bem como uma oportunidade de planear o desenvolvimento do turismo (desde a sua fase inicial), consultando as comunidades locais bem como todas as partes interessadas e antecipar ou combater a oposição ao desenvolvimento (Bromberek, 2009).

Para melhor se planear um *resort*, é necessário que a equipa responsável pelo projeto considere e tenha em conta as características do ambiente natural e construído, de modo a atrair turistas para a área do *resort* e ainda assegurar que o resort foi implementado seguindo e de acordo com práticas sustentáveis. Sendo que o objetivo principal, no desenvolvimento de um *resort*, é fazer com que os turistas se sintam atraídas e permaneçam o maior tempo possível.

Os *resorts* podem ser desenvolvidos com base em diversos modelos. Os bons modelos, sustentáveis e integrados no território e os maus modelos com elevados custos económicos, sociais e ambientais (Turismo de Portugal, 2006).

Segundo Bromberek (2009), um sistema de gestão integrada é um meio para alcançar as metas de *design*, de um *eco-resort*. Para que esta gestão funcione, existe uma gama de serviços e atividades que necessitam de especial atenção:

- Abastecimento de água, incluindo a procura por água potável e não potável;
- Iluminação;
- Gestão do fornecimento de energia;
- Ventilação e ar condicionado;
- Aquecimento de água;
- Efluentes e gestão de resíduos;
- Transporte.

Tal integração ocorre em dois níveis, interno e externo. A integração interna requer que a solução mais económica, para um dado serviço, seja adotada em resposta às necessidades identificadas. Praticamente todas as questões operacionais são influenciadas por decisões tomadas numa fase inicial, a fase de planeamento ou de conceção. Menor é melhor, este conceito deverá estar presente aquando da realização de um projeto para um *eco-resort*. Reduzir a procura é o princípio fundamental em sistemas concebidos para serem implementados num *eco-resort*.

A integração externa passa pela coordenação de um sistema com todos os outros, bem como com o ambiente interior e exterior. Isto significa que, se desperdício desnecessário deve ser evitado, e que os sistemas precisam de responder as condições ambientais da forma mais eficiente possível. Além disso, todas as partes do sistema devem ser capazes de executar múltiplas funções. Por exemplo, um tanque decorativo pode funcionar como um reservatório de combate a incêndios, barreira de segurança e apoio a fauna.

Existe uma série de medidas preventivas, que podem ser adotadas com vista a minimizar os impactos operacionais, que passam pela avaliação e pelo acompanhamento das ações que estão diretamente associadas aos seguintes fatores:

- Impacte (visual) na paisagem, resultado das operações e do próprio *resort*;
- Impacte da utilização de energia, particularmente nos dispositivos de iluminação;
- Efeitos potenciais do uso de combustíveis e produtos químicos;
- Aquisição e retenção de água, bem como possíveis medidas de conservação de água, incluindo a reutilização da mesma;
- Impacte da água da chuva, incluindo técnicas de drenagem, esgotos e efluentes no local;
- Impactes do ruído;
- O uso de transporte;
- O uso do ambiente natural da estância;

- Potencial de interação entre funcionários do *resort* e os hóspedes;
- Impacte do *resort* e das suas atividades sobre a biodiversidade.

Práticas sustentáveis e ecológicas, no planeamento e na gestão de um *resort*, podem aumentar a reputação do mesmo.

Assim algumas das técnicas sugeridas, para o planeamento e para uma gestão sustentável de um *eco-resort* passam por:

- Uma arquitetura que permita uma reutilização futura das infraestruturas, ou seja, criar uma estrutura que possa ser adaptável a outros usos aquando da desativação, da mesma, como *resort*.
- Utilização de materiais e componentes reutilizáveis ou recicláveis. Utilizar produtos com maior durabilidade e incorporar a reciclagem de resíduos no projeto.
- Seguir as práticas recomendadas para minimizar os riscos potenciais para a saúde;
- Utilização de resíduos biodegradáveis. Técnicas de compostagem são mais apropriadas para um *eco-resort*, trazendo benefícios adicionais para a paisagem circundante. O tratamento dos esgotos poderá ser realizado no local. A compostagem de resíduos orgânicos, como restos de comida, folhas e galhos de árvores é uma ótima maneira de evitar o desperdício. O composto ou outro material orgânico podem ser, utilizados como fertilizantes naturais.
- Selecionar áreas-chave para a colocação de contentores ou recipientes para o lixo, particularmente junto à praia e ao longo de trilhas.

Um planeamento e uma gestão adequada, de um *eco-resort*, além de simplesmente reduzirem os impactos locais, permitem ainda aos *resorts* criar oportunidades que beneficiam da biodiversidade e conservação da natureza, melhorando o estado do ambiente a nível regional ou nacional. O conceito de desenvolvimento sustentável envolve o reconhecimento da forte interdependência das questões sociais, económicas e ecológicas. Aplicando e tendo presente este conceito, no planeamento e na gestão de um *eco-resort*, será possível ao *eco-resort* gerar benefícios para o ambiente natural bem como para a comunidade e economia local (Bromberek, 2009).

4.5.1. Construção e Desenvolvimento

A maioria dos empreendimentos não são projetados de forma sustentável ou “verde” devido a ausência de um determinado sentido de oportunidade. Grande parte dos proprietários e investidores não compreendem a necessidade de adotar técnicas e realizar projetos sustentáveis, isto porque devido à falta de conhecimento sobre o mercado específico dos destinos mais ecológicos, não sabem dos benefícios económicos que daí podem advir. Apostar num projeto sustentável e ecológico requer um investimento inicial no planeamento, educação sobre as

potencialidades deste tipo de projetos, o tempo e dinheiro que se economiza. Um empreendimento ecológico deve atender a determinadas metas e objetivos, entre os quais, o uso eficiente do solo, o aumento da eficiência energética, o uso e a conservação da água, a melhoria da qualidade do ar interior (Magee, 2005). Assim, e sempre atendendo às orientações decorrentes da legislação ambiental, existem requisitos para os cidadãos, organizações e construções, a ter em conta na implementação de um empreendimento deste tipo, nas seguintes áreas:

- Impactes ambientais - aborda a necessidade para um conjunto de projetos públicos e privados de efetuarem um processo formal de avaliação de impacte ambiental, bem como para planos e programas a avaliação ambiental estratégica;
- Solo, condicionante e ordenamento do território - Centra-se no ordenamento e zonas condicionadas, definidas como reserva agrícola e reserva ecológica nacional, servidões, solos e a sua contaminação, entre outros;
- Conservação da natureza – foca-se nas estratégias de conservação bem como do seu estatuto, quer para as espécies, quer para os habitats.
- Património - visa a proteção do património arquitetónico e arqueológico;
- Águas e efluentes - procura assegurar a gestão dos recursos hídricos e o autocontrolo das fontes poluentes e utilizadores, licenciamento de captações e descargas, valores limite para descarga de águas residuais e valores de qualidade;
- Resíduos sólidos - assentam na responsabilidade do produtor, assegurando a sua adequada gestão, na hierarquia de reduzir, reutilizar, reciclar e recuperar, antes do destino final e a sua rastreabilidade;
- Ar e emissões Atmosféricas – Atende à gestão da qualidade do ar, assente no controlo das fontes emissoras e na qualidade do ar;
- Ruído - assente na proteção acústica, zonas sensíveis e mistas, controlo dos níveis de ruído e potência dos equipamentos;
- Risco para as atividades - centrada na prevenção e controlo dos riscos, notificação de segurança, planos de emergência interna e gestão da segurança, entre outros;
- Controlo integrado da poluição - cria o licenciamento ambiental integrado para um conjunto de atividades, associando consumos e emissões à tecnologia existente, não gerando custos excessivos e estabelecendo a adoção das melhores tecnologias disponíveis;
- Energia - surgindo na perspetiva de redução dos consumos e valorização de recursos renováveis (Pinheiro, 2006).

4.5.2. Seleção do local

Compreender as características de uma região e daí selecionar um local de implementação para um projeto sustentável, em particular para um *resort*, é uma das questões mais críticas. Os responsáveis pelo projeto têm de primeiro perceber que tipo de zona se quer selecionar para este tipo de turismo. Por exemplo uma zona turística restrita apenas permitirá o acesso a um número limitado de turistas, geralmente a pé. Uma zona turística moderada incentiva os visitantes a realizar diversas atividades de baixo impacto, compatíveis com o ambiente natural. Uma zona de intenso desenvolvimento turístico ocorre em destinos populares orientados para o turismo de massa, como *resorts* de praia, onde se localiza e concentra um considerável número de equipamentos turísticos. Apesar de geralmente uma zona de intensa atividade ser incompatível com áreas naturais protegidas, o planeamento deve ainda tentar minimizar todos os impactes negativos, incluindo a poluição do ar, da água, a degradação dos recursos e do solo (Bromberek, 2009).

O local selecionado para um *eco-resort* vai determinar que tipo de infraestruturas físicas e serviços devem ser prestados, por meio de uma categorização clara da modalidade, da intensidade de uso do solo e pelo uso das fontes naturais de água de outros recursos. A seleção do local deverá ter em conta todos os esforços necessários para se minimizar os impactes negativos sobre o ambiente natural e cultural, bem como otimizar a experiência dos turistas. O local selecionado irá indicar também que tipo de instalações, atividades e serviços que não devem ser desenvolvidos ou implementados. É importante que para cada zona, a equipa responsável pelo desenvolvimento do projeto, analise a densidade relativa de imóveis, bem como de uso do solo. Devem também ser examinados os benefícios relativos de concentração versus dispersão, lembrando que os valores naturais da paisagem podem, normalmente, ser melhor conservados se as estruturas físicas estiverem cuidadosamente dispersas. No entanto, concentrando-se edifícios e outras estruturas, permite que mais zonas naturais permaneçam intactas (Magee, 2005). No desenvolvimento de projetos como os *resorts*, é necessário definir e seguir uma estratégia territorial e é essencial não se prescindir do planeamento geográfico. Os modelos de planeamento que preveem uma dispersão geográfica dos *resorts* não são eficazes porque não otimizam a utilização do espaço. A melhor fórmula de planeamento territorial é a concentração dos *resorts* em clusters, identificando áreas do país onde devem ser desenvolvidos grupos de três ou quatro *resorts* relacionados entre si. Cada *cluster* deverá ser identificado com um nome ou um tema ou a fim de facilitar o desenvolvimento da identidade da zona turística. A fórmula de planeamento em *cluster* permite aos *resorts* ser muito mais rentáveis, uma vez que, ao estarem concentrados numa zona, podem aproveitar as mesmas infraestruturas essenciais, como o aeroporto e a rede de estradas, ou partilhar equipamentos como uma marina, campos de golfe ou uma estação de tratamento de águas residuais (Turismo de Portugal, 2006).

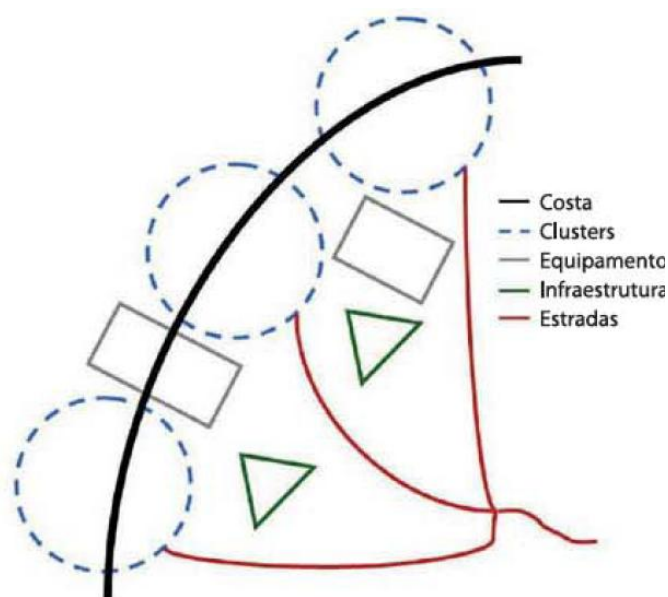


Figura 4.1 – Esquema do planeamento territorial, adequado, para a implementação de *resorts* (Fonte: Turismo de Portugal, 2006).

O desafio, quando se fala de planeamento territorial, no desenvolvimento e implementação de *resort* reside em encontrar o equilíbrio certo (Magee, 2005). Encontrar o equilíbrio entre a implementação e funcionamento de um empreendimento destas dimensões, com a realidade já existente no local de implementação, quer seja do ponto de vista ambiental, sociocultural e económico.

4.5.3. Custos de construção e de operação

Qual o custo de se ser “eco”? Custará mais do que do que o mesmo tipo de empreendimentos, mas que não se preocupam com sustentabilidade? A falta de pesquisa e dados concretos sobre os custos da construção sustentável torna estas questões difíceis de responder. Na realidade, os custos para a construção são o fator que determina a adoção ou não de um *design* sustentável. Ajudando as equipas responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, a compreender os custos reais de adotar uma filosofia “verde” e fornecendo uma metodologia que permita a essas equipas gerirem os custos de construção, será possível alcançar um projeto de sucesso sem custos adicionais.

Uma série de fatores influenciam em grande parte o custo de ser “verde” ou “eco”. Estes incluem, as características demográficas, o clima, a cultura local, os padrões arquitetónicos do local, valores e as intenções associadas ao projeto e o tamanho do empreendimento. De entre os maiores obstáculos para a construção de um empreendimento sustentável, neste caso um eco-resort, destacam-se a complexidade que por vezes existe na integração do *resort* com o local, a falta de um plano de custo para todo o ciclo de vida e informação e dados técnicos insuficientes. Muitos dos projetos deste tipo, são prematuramente inviabilizados devido a estas barreiras

(Magee, 2005). A percepção generalizada que os investidores têm, de que os projetos “verdes” são mais caros irá levar tempo até ser superada. Apesar de algumas barreiras ainda existentes, relativas a estes tipos de projetos, existem evidências de que a construção sustentável fica menos dispendiosa a longo prazo (Hawken *et al.*, 1999).

Os melhores e mais rentáveis projetos são aqueles onde os recursos são incorporados e integrados logo no estágio inicial de concepção do projeto. Os custos do ciclo de vida são utilizados para avaliar os benefícios e eventuais despesas associadas a um determinado produto, tecnologia ou sistema, ao longo de todo o período de vida.

Assim o desenvolvimento de um empreendimento sustentável, ou um *eco-resort*, irá ter benefícios provenientes da implementação de estratégias inovadoras, que iram permitir reduzir os custos das infraestruturas, desenvolver sistemas de aquecimento e arrefecimento energeticamente eficientes, reciclagem e reutilização de resíduos, reutilização e aproveitamento das águas e a conservação dos recursos naturais (Magee, 2005).

4.5.4. Materiais e Tecnologias de Construção

Os materiais utilizados num *eco-resort*, apresentam um número significativo de impactes diretos e indiretos para o ambiente, tanto nos interiores como no exterior do *resort*. Nesta componente as principais questões a considerar são:

- Os tamanhos disponíveis, os componentes e acabamentos necessários, para evitar ou diminuir a erosão
- Pré-fabricação *versus* construção no próprio local;
- Resíduos e poluição (água, ar, ruído), associados a algumas tecnologias;
- Impactes na saúde.

Relativamente aos materiais de construção e às tecnologias utilizadas, deve-se realizar a avaliação dos seguintes pontos:

- Os impactes na paisagem e na vida selvagem, dos métodos de construção utilizados;
- A fonte e origem dos materiais de construção;
- Tecnologias de construção adequadas aos materiais selecionados;
- Os impactes visuais do *resort* na paisagem;
- A quantidade de água necessária para a tecnologia selecionada;
- Os impactos do ruído da construção, sobre a vida selvagem;

- A quantidade e o tipo de combustíveis e produtos químicos, necessários na construção;
- As emissões dos equipamentos;
- As técnicas de drenagem utilizadas, para a remoção das águas resultantes da construção;
- O uso de equipamentos e técnicas energeticamente eficientes;
- Os transportes utilizados nas várias tarefas específicas.

Contudo, num projeto de um *eco-resort*, deve-se visar a redução das quantidades de materiais necessários, antes de qualquer uma das considerações listadas acima ser contemplada (Bromberek, 2009).

4.5.5. Minimização de impactes no local

A redução do local de realização das obras e da implementação das infraestruturas pode ter uma implicação substancial nos custos de construção. Em alguns casos, como no de um *eco-resort*, pode não ser necessário executar grandes escavações isto porque grande parte da área envolvente, são habitats naturais. Se as condutas e tubos para os esgotos ou para outro fim forem colocados por baixo de edifícios elevados (que também apresentam um menor impacte), o trabalho de escavação poderá ser reduzido. A aquisição do local deve ter em conta se este se adequa ou não a implementação de um empreendimento como um *eco-resort*. A exposição solar do local, por exemplo, é um fator importante, bem como o potencial para a ventilação para a manter os níveis de qualidade do ar elevados. Sensibilidade à qualidade da água e a minimização dos desperdícios da mesma, também é importante. Com a demolição, a maioria dos materiais devem ser reutilizados ou reciclados, evitando-se ao máximo o seu envio para aterro.

4.5.6. Conservação e Gestão da Água

Em muitas áreas do mundo, a procura por água excede a oferta, e verifica-se uma enorme pressão sobre os recursos hídricos disponíveis. O impacte é muito perceptível, uma vez que os consumos de água por parte dos hóspedes, ultrapassam os consumos dos habitantes locais. Além da água necessária para cada edifício do *resort* e para as atividades gerais, tais como cozinhas e lavandeira, recursos como as piscinas, os jardins as lavagens são também grandes consumidores de água. O uso excessivo e abusivo de água pode degradar ou destruir os recursos hídricos locais, ameaçando a disponibilidade de água para as necessidades locais no presente e no futuro. Este problema pode ser agravado em áreas onde a época alta de turismo, corresponde aos períodos de menor precipitação.

As estratégias de conservação de água utilizadas em empreendimentos sustentáveis, aplicáveis também a *eco-resorts*, geralmente encaixam-se nas seguintes abordagens possíveis. A

conservação pode acontecer através de uma melhor eficiência no uso da água potável proveniente de uma melhor tecnologia e *design*, da captação das águas provenientes dos lavatórios, chuveiros e máquinas de lavar para irrigação, captação no local das águas pluviais e reutilização e reciclagem das águas usadas. Para projetos de grandes dimensões a utilização de valas ou lagoas de retenção, são abordagens que permitem reduzir os consumos em cerca de 30% no interior dos edifícios e em 50% nas necessidades exteriores ao edifício (rega, lavagem, etc.) (Magee, 2005).

Diminuir o uso total de água pode levar a uma redução de custos, especialmente durante os períodos de seca. Reduzir o consumo de água permite conservar e proteger os recursos hídricos locais, dos quais o *resort* e a comunidade dependem. Preservar a qualidade dos recursos de água pode eliminar a necessidade de investir em dispendiosos processos de tratamento de água. A conservação da água pode melhorar a reputação de um *resort* entre os seus hóspedes, preocupados com os consumos de água, e proteger os recursos locais.

Os *eco-resorts* podem produzir quantidades significativas de águas residuais, provenientes principalmente de máquinas de lavar roupa, pias, chuveiros, banheiros e telhados, lava-louças de cozinha e sanitários.

Um tratamento de águas residuais pobre ou ineficiente pode levar à contaminação das águas subterrâneas e superficiais e à degradação dos recursos marinhos, tais como recifes de coral. Nos casos mais graves, praias têm de ser fechadas ao público por causa dos elevados níveis de poluição química e biológica. Evitando o despejo de esgoto ou águas residuais pode proteger os recursos turísticos, conservar os habitats marinhos e reduzir a poluição costeira.

Assim as várias soluções existente numa boa gestão da água e dos recursos hídricos, são:

- Armazenar água
- Reduzir o consumo de água
- Redistribuição de água
- Evitar o desperdício.

Todas as soluções têm de ser planeadas e têm as suas implicações no projeto. Soluções essas que passam também por envolver e educar aqueles que diretamente utilizam a água, funcionários e hóspedes, tornando-os parte da solução (Bromberek, 2009).

Os benefícios da utilização de técnicas de conservação da água incluem uma diminuição dos volumes de água doce extraída dos rios e das fontes de águas subterrâneas bem como uma

diminuição dos volumes de águas residuais descarregadas para os rios e oceanos. Isto cria uma diminuição na necessidade da criação de novas infraestruturas, tais como barragens. Há também uma redução nas despesas, resultante de uma redução nos volumes de água fornecidos, uma diminuição dos volumes de águas residuais que necessitam de tratamento e uma diminuição correspondente às necessidades para a implementação e construção de novas infraestruturas. A reutilização de água não potável será o mais viável e oferece o maior potencial para se economizar a água no futuro (Magee, 2005).

4.5.7. Energia

A energia é um custo substancial e amplamente reconhecido nas operações associadas à construção, que podem ser reduzidos através de medidas e técnicas de utilização eficiente da energia. Um programa de minimização do uso de energia é essencial. Fontes não poluentes devem ser implementadas, como a energia solar, por exemplo. Turbinas de água num rio, moinhos de vento e represas hidrelétricas são outros tipos de fonte possíveis. O uso no local, de energia renovável, geralmente fotovoltaica, proporciona uma redução nos custos a longo prazo, mas tem um impacto substancial no custo de construção. Em média, edifícios verdes utilizam menos 25% a 30% de energia que um edifício convencional, no processo de construção (Magee, 2005).

Apesar de uma boa gestão da energia, ser atingida através de práticas e comportamentos adotados pelos funcionários e hóspedes, alguns aspetos dos programas de minimização, dos consumos, têm de ser apoiados num adequado planeamento e *design*. Os *resorts* utilizam quantidades significativas de energia, necessárias para suas operações diárias e atividades de lazer. Nas mais remotas instalações os gastos de energia, são a maior parte dos custos operacionais. Esta alta procura de energia é muitas vezes resultado da utilização de tecnologias para fornecer um maior conforto nos alojamentos, como é o caso do ar-condicionado. A grande maioria de *resorts* responde às suas necessidades energéticas, gerando adquirindo energia produzida através da queima de combustíveis, a partir de fontes como o carvão, o petróleo e o gás natural, que contribui para a poluição do ar local e para alteração climática global. Um *design* e uma arquitetura direcionados para o uso eficiente de energia renovável pode diminuir a dependência de energia. Práticas que respeitem o ambiente, podem aumentar a reputação do *resort* entre os seus clientes. As decisões relativas à geração e consumos de energia encontram-se entre as iniciativas mais significativas que podem ser tomadas num *resort* (Bromberek, 2009). Empreendimentos sustentáveis ou ecológicos, são caracterizados pelo consumo menor de energia, e geram energia renovável no local, o que evita a o gasto na compra de energia à rede (Magee, 2005). Algumas das principais recomendações nesta área são:

- Selecionar cuidadosamente os serviços a serem alimentados, muitos deles podem funcionar sem uma entrada adicional de energia;
- Usar o contexto local como principal critério na seleção da fonte de energia;
- Manter o equilíbrio entre oferta e procura, com vista a evitar uma geração superior ao necessário;
- Investigar as implicações da seleção de uma determinada fonte de energia.

4.5.8. Gestão de resíduos

Por resíduos compreendem-se todos os materiais que não têm mais uso (Bromberek, 2009). A redução do volume de resíduos, passa pela reutilização e minimização dos resíduos de construção e de demolição, bem como o encaminhamento dos mesmos para reciclagem ao invés de aterros. Também inclui a redução real na fonte. Isto inclui o uso de materiais de construção com maior durabilidade, mais fáceis de reparar e de realizar a sua manutenção (Magee, 2005).

Os *resorts* produzem grandes quantidades de resíduos sólidos e líquidos, resultantes por exemplo, de embalagens, restos de comida, materiais de limpeza e manutenção, alguns dos quais bastante tóxicos. Em muitos casos, os resíduos são coletados e descartados em aterros mal concebidos, diretamente nos oceanos ou rios, ou simplesmente despejados em áreas fora da vista dos hóspedes. Além da degradação visual de um destino, a eliminação de forma imprópria, de resíduos pode levar à contaminação da água e dos solos.

Aterros ou lixeiras mal projetadas, podem dar origem a incêndios, odores, pragas de animais e na contenção ineficiente dos resíduos. O descarte sem controlo de resíduos tóxicos, tais como latas de tinta e baterias, pode contaminar severamente a água, o ar e os recursos do solo, ameaçando o ambiente e a saúde humana.

Existem muitos perigos relacionados com os resíduos e a poluição gerada nas operações e atividades diárias de um *resort*. O uso excessivo ou inadequado, o armazenamento e a eliminação de vários resíduos pode resultar numa contaminação do local, bem como dos recursos ambientais. O uso de pesticidas, fertilizantes e herbicidas para jardinagem e para controlar insetos pode levar à contaminação das águas costeiras e das águas subterrâneas. Os produtos químicos utilizados para limpeza dos alojamentos ou das instalações do *resort*, podem contaminar o solo e a fonte de abastecimento de água, representando um perigo potencial para a saúde humana.

Um programa eficiente, de gestão de resíduos pode reduzir não só os custos como os problemas de remoção do lixo. A reutilização e reciclagem de produtos podem também reduzir os custos

operacionais. A gestão eficiente de resíduos pode aumentar a qualidade visual e a imagem de um *resort*, uma vez que não se verifica a degradação da mesma. Os efeitos visíveis do despejo de resíduos são a mais suscetível preocupação, mencionada pelos hóspedes.

A deposição de resíduos em redor do *resort*, bem como a poluição da água e atmosférica, acabariam por causar danos irreparáveis aos ecossistemas e, ao mesmo tempo diminuir o valor do recurso que atrai turistas ao *resort*. Um *eco-resort* deve, portanto, prever a eliminação segura dos resíduos gerados nas várias fases do ciclo de vida. Resíduos esses, sólidos ou líquidos, que podem ser:

Resíduos resultantes da geração de energia (por exemplo, água utilizada para arrefecimento de geradores a diesel, derrames acidentais de combustível, armazenado ou transportado, combustível e óleo de descargas) (Bromberek, 2009); Resíduos relacionados com o modo de transporte escolhido (por exemplo, petróleo e derrame de combustível na água ou no solo, bem como os gases emitidos); E ainda:

- Resíduos orgânicos e águas residuais;
- Efluentes da lavandaria;
- Esgoto dos sanitários;
- Resíduos do consumidor;
- Embalagens descartadas;
- Água da chuva recolhida em excesso de telhados e superfícies pavimentadas.

Algumas das possíveis técnicas e soluções a adotar, de modo a tornar mais eficiente a gestão dos resíduos, passam por:

- Limitar os resíduos às necessidades do *resort*, evitando desperdícios;
- Selecionar materiais de construção e técnicas que limitem a quantidade de resíduos, as emissões, a poluição e a contaminação em todas as fases do ciclo de vida;
- Reduzir e limitar a poluição na fonte ao invés de lidar com os seus efeitos mais amplos.

A gestão dos resíduos bem como da poluição, deve começar pela revisão dos tipos e quantidades de resíduos a produzir, e os atuais métodos de eliminação e os custos em todas as

fases do ciclo de vida do *resort*. O programa de gestão desenvolvido deve girar em torno dos três “R’s”: Reduzir, Reutilizar e Reciclar. Só então, o quarto R (Reparar) poderá ser adicionado.

Reduzir (prevenção) - significa consumir desperdiçar menos, por exemplo, na compra de materiais de elevada durabilidade, compra de produtos e embalagens livres de toxinas, e redesenhando produtos que podem ser utilizados novamente após o seu fim de vida útil;

Reutilizar – Aproveitar os produtos que ainda são úteis para outros fins; doar os itens à comunidade local e funcionários, encontrar novas alternativas ao uso desses mesmos produtos;

Reciclar - Transformar os resíduos num recurso valioso, tornando-os em novos produtos.

Em todos estes estágios, é necessária que uma gestão eficaz seja implementada. Reduzir o consumo de energia e de materiais pode ser alcançado, pelo aumento da eficiência (fazendo mais com menos). A reutilização e reciclagem de materiais, são estratégias, de redução de impactes, úteis e bem aceites, que muitas vezes trazem benefícios financeiros.

A utilização do material de construção deve ser otimizada. O planeamento cuidadoso também ajuda a proteger a vegetação, de danos desnecessários durante a construção e evitar grandes alterações na geomorfologia do local (Bromberek, 2009).

4.5.9. Minimização dos impactes das atividades turísticas

Os empreendimentos turísticos podem ter impactes significativos quer no ambiente, quer no desenvolvimento socioeconómico das áreas envolventes.

Além de simplesmente reduzirem os impactes a nível local, os *eco-resorts* também podem procurar e oferecer oportunidades que beneficiem a biodiversidade e a conservação da natureza através da melhoria do estado do ambiente a nível regional ou nacional. Tais ações podem ser particularmente importante em países onde a capacidade de conservação e os recursos do ambiente são limitados. A conservação do ambiente local pode ajudar a preservar os recursos turísticos.

Em muitos locais, o ambiente natural é a principal base ou motivo que leva os turistas a passarem lá férias. A tomada correta de decisões e ações pode minimizar os riscos de futuros problemas para o ambiente e contribuir para o aumento da qualidade do destino. Por sua vez, a reputação do *resort* junto dos hóspedes e da comunidade em geral. O apoio a iniciativas de conservação pode gerar uma publicidade positiva bem como influenciar as relações da comunidade local com a empresa.

A atribuição de prémios de desempenho ambiental ou de certificação, pode ser uma poderosa ferramenta de *marketing*, para atrair turistas e melhorar a reputação do *resort*. Promover formas responsáveis para se desfrutar dos recursos ambientais num destino, também melhora a experiência do hóspede.

O conceito de desenvolvimento sustentável envolve o reconhecimento da interdependência dos direitos sociais, económicos e das questões ecológicas. Aplica-se a *eco-resorts* em especial, porque nestes projetos o dano ambiental pode comprometer gradualmente a capacidade do solo para dar suporte às atividades nele realizadas, resultando numa redução da economia global.

De seguida, são referidas as questões que devem ser tidas em conta pelos operadores que promovem práticas de ecoturismo:

- Conservação e proteção do ambiente natural local e regional;
- Preservação do património cultural da região;
- Conservação dos edifícios representando que representam o estilo arquitetónico local;
- Controlo sobre a construção civil na área;
- Evitar a superlotação da área de implementação e na sua vizinhança imediata.

A avaliação do impacto que um *resort*, possa fazer no ambiente biofísico é possível através de um número de procedimentos conhecidos coletivamente como Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). A AIA é um processo para prever as consequências das decisões e prescrever estratégias e/ou medidas para minimizar os efeitos adversos ou para maximizar os benefícios (Bromberek, 2009).

5. MODELO DE AVALIAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DE *RESORTS*

O desenvolvimento sustentável tornou-se um importante guia para muitas comunidades que perceberam que as abordagens tradicionais para o desenvolvimento, de modo geral, apenas criavam, em vez de resolver, os problemas sociais e ambientais. Enquanto as abordagens tradicionais podem levar ao congestionamento, à expansão, poluição e sobre consumo dos recursos, o desenvolvimento sustentável oferece soluções duradouras que fortalecem o nosso futuro. A premissa básica do desenvolvimento sustentável é que o ambiente construído deve se desenvolver e funcionar dentro do ecossistema natural e dos seus processos e não separadamente (Ahmed, 2001).

Com base no conceito de desenvolvimento sustentável desenvolveu-se, nesta dissertação, um modelo de avaliação de sustentabilidade de *resorts*, que pretende promover práticas para um desenvolvimento sustentável em todo o ciclo de vida do empreendimento. Este modelo pretende contribuir para a preservação, proteção e valorização da qualidade ambiente local e assegurar que o ambiente físico construído é cuidadosamente localizado, concebido, construído e explorado de forma a evitar e a reduzir os potenciais impactes negativos sobre os recursos naturais e culturais.

O modelo permitirá avaliar a sustentabilidade do *resort* e a partir daí perceber as áreas onde atuar. Pretende-se que seja utilizado de forma a permitir aos proprietários dos empreendimentos perceberem a necessidade de utilizar os recursos de forma eficiente e construir algo que fortaleça a economia local, melhor a vida social, preserve as culturas locais e ajude a criar um ambiente saudável. Este modelo pretende ser uma ferramenta de avaliação da sustentabilidade de todo o ciclo de vida, avaliando nas fases de planeamento, construção, exploração e desativação, as componentes ambientais, económicas, sociais e culturais. Este modelo servirá também como guia de boas práticas de implementação de um *resort*, logo desde a fase de conceção. Contudo, poderá também ser utilizado isoladamente em cada fase, ou seja, se um *resort* já se encontrar implementado, por exemplo, o modelo poderá ser aplicado exclusivamente à fase de exploração, caso não haja informação sobre as fases anteriores. Existindo informação sobre as fases que antecederam, poderá ser feita, com base no estudo detalhado das mesmas, uma avaliação da sustentabilidade, de forma a perceber o que foi feito de forma correta e o que falhou e quais as consequências que teve na fase de exploração do *resort*. Relativamente à fase de desativação, não serão apresentados critérios específicos para esta fase uma vez que a sua avaliação significaria a não existência do *resort*, assim optou-se por incluir os critérios referentes a esta fase no processo de planeamento, uma vez que o ciclo de vida deve ser considerado todo logo na fase de planeamento.

Na sustentabilidade ambiental do *resort*, considerou-se a conservação dos recursos naturais, como o ar, água, solo, energia, clima e as características naturais do local, de forma a conservar e preservar a qualidade ambiental dos habitats bem como a diversidade biológica, promover o uso sustentável dos recursos naturais e culturais; reduzir a degradação dos recursos e garantir que o desenvolvimento do projeto é compatível com a manutenção dos processos ecológicos essenciais. Nesta componente pretende-se que os *resorts* possuam uma gestão conservadora do ambiente natural, minimização dos consumos de recursos não renováveis, redução dos consumos de energia, minimizem a poluição externa e os danos ambientais, minimizem a poluição interna e os danos à saúde bem como eliminem e reduzam o uso de toxinas (Bromberek, 2009).

De forma a perceber o quão bem um *resort* ou empreendimento turístico está a atender às necessidades e expectativas das gerações atuais e futuras, utilizam-se indicadores ou critérios de sustentabilidade. Os indicadores ou critérios podem ser utilizados para medir o progresso nas diferentes fases dos empreendimentos turísticos. Estes critérios ir-nos-ão ajudar a entender onde estamos, que caminhos se devem seguir e se estamos longe do nosso objetivo. A utilização de indicadores de sustentabilidade ou critérios permite-nos perceber os problemas com os quais lidamos e reconhecer o que precisa ser feito para os corrigir (Ahmed, 2001).

5.1. Critérios de avaliação

Para melhor avaliar e compreender o estado de um *resort* foram selecionados vários critérios que se dividem em três áreas distintas: Planeamento, construção e exploração. A cada fase, bem como a cada grupo de critérios foi atribuída uma avaliação de forma a perceber o estado do *resort*. Cada um dos grupos de critérios bem como cada critério será descrito no decorrer deste capítulo.

5.1.1. Planeamento

O planeamento pode ser usado em diferentes contextos geográficos e ser aplicado em diversas escalas. Pode ser entendido como o conjunto de atividades que envolve a intenção de estabelecer condições favoráveis para alcançar objetivos propostos. Pode também ser percebido como o processo que pretende estabelecer uma visão estratégica para uma área que reflete os objetivos da comunidade e de o implementar através da identificação de padrões preferenciais do uso do território e de estilos apropriados de desenvolvimento. O planeamento consiste num processo contínuo, permanente e dinâmico (Beni, 2004; Marujo & Carvalho, 2010).

No que se refere ao planeamento, esta é uma atividade muito importante, onde os impactes resultam do traçado, da localização, da ocupação do solo, dos materiais a utilizar, entre outros. O planeamento é provavelmente a fase mais importante do processo, pois é nesta altura que se tomam as principais decisões referentes ao local, à conceção, aos fornecedores, aos materiais a

utilizar, às necessidades energéticas, cujas consequências se irão refletir nas restantes fases do ciclo de vida do empreendimento. A importância desta fase, associa-se à tomada de decisões, que podem levar a uma conceção com a preocupação de reduzir os impactos da construção e da exploração do *resort*, quer a nível dos materiais, quer a nível energético (Pinheiro, 2006).

Aplicando o conceito de planeamento ao turismo, este pode ser entendido como um processo baseado na análise e avaliação, que visa otimizar o potencial da contribuição da atividade turística para a qualidade ambiental e o bem-estar humano. No contexto do turismo, o planeamento é uma atividade multidimensional que se preocupa com o passado, presente e futuro. É definido como um fenómeno interdisciplinar que envolve a inter-relação de diversas componentes do produto turístico (Marujo & Carvalho, 2010).

Na fase inicial de conceção importa desde logo verificar se a proposta de intervenção no local é compatível com os instrumentos e propostas de plano existentes na componente territorial. No que diz respeito à localização será necessário ter em conta a adequada utilização do solo, face às suas características e atribuições de uso. Na fase de conceção deverá ser efetuada a análise da eventual abrangência quanto à realização de um estudo de impacto ambiental (EIA) e do processo de avaliação de impacto ambiental (AIA), que deverá ser uma das primeiras preocupações do empreendedor (Pinheiro, 2006).

Atendendo às características e à importância do processo de planeamento, no sector turístico, pretende-se aplicar os princípios do mesmo aos empreendimentos turísticos. Assim, o modelo a desenvolver apresenta um grupo de critérios que permitirão avaliar a sustentabilidade do empreendimento nesta fase:

Tabela 5.1 – Critérios de Avaliação da Fase de Planeamento.

Planeamento	Critérios
	P1 - Características socioculturais do local
	P2 – Características económicas do local
	P3 – Características ecológicas do local
	P4 – Sensibilidade natural e biológica
	P5 - Património cultural do local
	P6 – Seleção do local e uso do solo
	P7 – Mobilidade e transportes
	P8 – Redução e mitigação de impactos
	P9 – Recuperação de áreas degradadas
	P10 – Ciclo de vida do empreendimento

5.1.2. Construção

Construir, por definição, significa gerar um impacto duradouro sobre o ambiente. O desafio é encontrar um equilíbrio entre as necessidades estéticas e ambientais de um projeto, bem como entre as ameaças e oportunidades atingíveis e intangíveis, para assegurar a conservação dos recursos, cada vez mais escassos, para as gerações futuras (Bromberek, 2009).

A fase de construção é, de modo geral, uma das fases com um impacto mais visível no local, pela mobilização de recursos, escavações, transporte e edificação que comporta (Pinheiro, 2006).

Proprietários, projetistas, construtores e operadores de todos os sectores procuram ativamente técnicas para criar um ambiente construído, que possibilite o uso de forma eficiente de todos os recursos e minimize os desperdícios, preserve o ambiente natural e criar um ambiente construído saudável e duradouro (Bromberek, 2009).

De notar que uma das características fundamentais desta fase, prende-se com a existência na envolvente ou no empreendimento de zonas sensíveis ou de elevada sensibilidade ecológica, devendo, neste caso, os níveis de ruído, face a estes recetores, serem reduzidos, minimizando o seu impacto. Um outro aspeto a notar, associa-se a eventuais contaminações ambientais, como nos solos e na água, assim deverá haver um especial cuidado na utilização de produtos perigosos. No campo dos resíduos, a legislação aponta para que seja assegurada a rastreabilidade dos mesmos, tendo preocupações no sentido de reduzir a produção, reutilizar e reciclar os mesmos, e só em último recorrer a soluções de destino final. Relativamente ao ar e à qualidade do ar, as atividades devem assegurar o respeito pelos níveis de emissão das fontes poluentes, não excedendo os limites definidos nas emissões dessas fontes e assegurando o seu autocontrolo, efetuando medições periódicas e assegurando os níveis legais para as mesmas.

No domínio da água, a legislação aplicável ao sector da construção civil abrange, desde a fase de construção, a possibilidade de utilização do domínio público hídrico, o que significa que a captação de água ou de descarga de efluentes, se necessária, é sujeita à obtenção de uma licença e a requisitos específicos estabelecidos. Assim, os impactes ambientais mais relevantes provocados pela fase de construção podem considerar-se os seguintes: extração e consumo de matérias-primas; a alteração do uso do solo; compactação do solo; contaminação do solo; ruído; consumos de energia; emissões de gases de efeito de estufa; afetação das espécies naturais e seus habitats; alteração da paisagem natural (Pinheiro, 2006).

Assim, atendo a todos estes fatores foram selecionados critérios que permitiram, através do modelo, avaliar na fase de construção de um *resort* ou empreendimento turístico a sua sustentabilidade:

Tabela 5.2 - Critérios de Avaliação da Fase de Construção

Construção	Critérios
	C1 – Arquitetura do Empreendimento
	C2 - Integração paisagística e natural
	C3 - Materiais de construção
	C4 - Conforto Ambiental
	C5 - Mão-de-obra
	C6 - Recursos
	C7 - Mitigação e monitorização de impactes

5.1.3. Exploração/Operação

A fase de exploração ou operação estende-se desde o início do funcionamento do empreendimento até ao fim da sua utilização. Nesta incluem-se as operações de manutenção e renovações pontuais. A manutenção é uma atividade fundamental, compreendendo a execução de atividades, incluindo construtivas, que devem ter um carácter periódico e preventivo. Os impactes relevantes associados ao empreendimento edificado, decorrentes da sua operação, resultam: no consumo de energia, de água e de materiais e na produção de resíduos, de efluentes e de emissões atmosféricas, com consequentes impactes diretos (Pinheiro, 2006). É nesta fase que se verificam as atividades turísticas, a presença de turistas no empreendimento, bem como no espaço envolvente. Os principais impactes ambientais, sociais e económicos, verificam-se nesta fase, pois o objetivo principal da implementação do empreendimento foi o de receber turistas.

Nesta fase devem ser identificadas as necessidades de formação. Devem-se criar condições para que todo o pessoal cujo trabalho possa ter um impacte ambiental significativo receba formação adequada. No que se refere aos seus aspetos ambientais e ao sistema de gestão ambiental, a organização deve estabelecer e manter procedimentos para comunicação interna entre os diversos níveis e funções da organização, e receber, documentar e responder a comunicações relevantes de partes interessadas externas (Ferreira & Lopes, 2003).

De acordo com Bromberek (2009), há uma série de medidas preventivas que podem ser tomadas com vista a minimizar os impactes desta fase, através da monitorização e do acompanhamento das atividades, bem como da avaliação dos impactes, nomeadamente:

- Impacte das atividades do *resort* na paisagem;
- Impacte da utilização e dos consumos de energia;
- Os efeitos potenciais do uso de combustíveis e produtos químicos;

- Impacto da água da chuva, incluindo técnicas de drenagem, esgotos e efluentes no local;
- Os impactes do ruído no local;
- Potencial de interação entre os funcionários do *resort* e os hóspedes;
- Impacte da exploração do *resort* e das suas atividades sobre a biodiversidade.

Atendendo aos impactes que advêm da presença de um grande número de turistas, por vezes subitamente e em locais sensíveis quer do ponto de vista ambiental quer social, que foram selecionados os seguintes critérios para avaliar e tentar compreender o desempenho ambiental nesta fase bem como avaliar a sustentabilidade das práticas associadas à exploração do empreendimento.

Tabela 5.3 - Critérios de Avaliação da Fase de Exploração

Exploração	Critérios
	Critério E1 – SGA
	Critério E2 – Água
	Critério E3 – Energia
	Critério E4 – Emissões
	Critério E5 – Resíduos
	Critério E6 – Bens e Produtos
	Critério E7 – Biodiversidade
	Critério E8 – Cultura, costumes e tradição
	Critério E9 – Desenvolvimento socioeconómico
	Critério E10 – Formação e educação ambiental
	Critério E11 – Clientes e fornecedores

5.2. Descrição dos critérios

A descrição destes critérios, fundamentais para a análise e avaliação da sustentabilidade do *resort*, resultou da consulta de casos de estudo e da bibliografia dos seguintes autores (Ahmed, 2001; Bruce, 2000; GreenGlobe, 2012; GSTC, 2009; Hansen, 2007a; Lamberts, Dutra, & Pereira, 2004; LEED, 2002, 2009a, 2009b; Lim & McAleer, 2005; D. Newson & Sierra, 2008; Pinheiro, 2006; Tepelus & Córdoba, 2005; WWF, 2000).

5.2.1. Planeamento:

Critério P1- Características socioculturais do local

Neste critério pretende-se que na fase de planeamento de um empreendimento turístico, as condições socioculturais do local sejam consideradas e integradas no processo, de forma a assegurar a conservação do património e dos valores sociais e culturais no decorrer do processo, como tal para avaliar a sustentabilidade e a consideração tida pelas comunidades locais, o empreendimento deve responder às seguintes questões: Foram realizados estudos sobre as características demográficas da comunidade local; Os costumes e tradições locais e o seu envolvimento e impacte no projeto foram considerados e respeitados; A comunidade foi consultada e/ou participou nesta fase; Foram definidas medidas relacionadas com a sustentabilidade sociocultural para melhorar as relações sociais, investir na educação, reduzir a criminalidade, promover o orgulho da comunidade; reforçar a identidade da comunidade; incentivar a responsabilidade dos indivíduos para a manutenção da qualidade do ambiente e envolver as comunidades locais na valorização e preservação dos seus recursos.

Critério P2 – Características económicas do local

Neste critério pretende-se verificar se as características económicas do local foram consideradas na fase de planeamento. Fatores como a produtividade, consumo de recursos, atividade económica, serviços básicos, e emprego, devem ser estudados e considerados nesta fase. Nesta fase do processo deve-se atender às seguintes questões: Prevê-se a criação de postos de trabalho bem como novas oportunidades de trabalho para a comunidade local; São evitadas atividades económicas que estimulem o consumo continuado de recursos não-renováveis; Prevê o apoio ou a promoção de uma economia autossuficiente a nível local; Prevê a racionalização e maximização dos benefícios económicos resultantes dos recursos naturais e culturais, tanto a curto como a longo prazo.

Critério P3 – Características ecológicas do local

O objetivo deste critério é perceber se as características ambientais (ecológicas) foram consideradas nesta fase do processo de implementação. Assim pretende-se analisar e avaliar se: A conservação dos recursos naturais, incluindo o ar, a água, a energia, o solo, o clima e todas as outras características naturais do local foram tidas em conta para o processo; Prevê-se que a integridade ambiental dos habitats seja conservada; Considerou-se a promoção e preservação da diversidade biológica; Prevê-se a manutenção e preservação dos recursos naturais; Garante-se que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos ecológicos no ambiente.

Critério P4 – Sensibilidade natural e biológica

Este critério pretende analisar e avaliar se na fase de planeamento as zonas e áreas naturais mais sensíveis foram consideradas e conservadas no decorrer do processo. De forma a avaliar este critério na fase de planeamento, deverão ser atendidos os seguintes pontos: Foram realizados estudos de impacto nas comunidades biológicas mais sensíveis; As áreas de proteção especial ou de reserva natural não sofrem impactes durante o processo; Foram elaboradas cartas de risco e planos para as áreas naturais mais sensíveis; Prevê-se a criação de áreas protegidas; As espécies ameaçadas ou em vias de extinção são preservadas, não sendo consumidas ou vendidas; Não se prevê o uso em cativeiro de animais selvagens; Não se prevê a introdução de espécies exóticas no empreendimento; Os impactes ao nível do ruído, da iluminação e das atividades turísticas, nas áreas mais sensíveis, serão reduzidos ou inexistentes;

Critério P5 - Sensibilidade cultural do local

Neste critério pretende-se averiguar se na fase de planeamento a sensibilidade cultural, ou seja, o património cultural e os valores culturais foram considerados. Assim, as questões a considerar para se poder avaliar este critério são: Locais arqueologicamente importantes do ponto de vista histórico e cultural são preservados; Prevê-se a integração dos valores culturais do local no processo de implementação do empreendimento; Prevê-se o respeito e a preservação das tradições e costumes locais; As tradições e costumes locais são promovidas e divulgadas; Prevê-se um apoio às atividades culturais das comunidades locais.

Critério P6 – Seleção do local e uso do solo

Neste critério pretende-se verificar se a seleção do local para o empreendimento foi adequada e como tal para avaliar e analisar tal facto é necessário atender às seguintes questões: Teve em conta as condicionantes ao nível dos planos municipais de ordenamento, proteção do solo, zonas *non edificandi* e outros instrumentos de ordenamento em vigor no local da construção, com destaque para aqueles nos quais as atividades construtivas e de loteamento não são permitidas; Cumpre com as normas e legislação referente à aquisição de terrenos; Os terrenos foram adquiridos, respeitando as normas e os costumes locais; Não se encontra implementado em solos de elevado valor ecológico; Não se encontra implementado em áreas de alto risco; Os impactes para o solo e para os seus usos são reduzidos; Encontra-se próximo dos locais de chegada dos turistas (aeroportos, portos, estações de caminhos de ferro, etc.).

Critério P7 – Mobilidade e Acessos

De forma a atingir a sustentabilidade do *resort*, logo na fase de planeamento deve-se ter em conta a continuidade e qualidade dos sistemas de tráfego e de transportes, bem como minimizar os seus impactes sobre o ambiente. Na fase de planeamento deve-se pensar nos futuros acessos a construir de modo a facilitar o acesso aos transportes públicos bem às instalações de lazer,

compras e serviços. A promoção do menor uso possível de transportes permitirá reduzir os impactes dos mesmos no ambiente. Assim de forma a alcançar a sustentabilidade neste critério deve-se atender ao seguinte: Prevê-se a criação de meios de transporte ecológicos no empreendimento; Prevê-se a criação de vias (ciclovias, ecopistas, etc.) para transportes não poluentes; Prevê-se a promoção do uso de transportes ecológicos nas deslocações dos turistas para o empreendimento; Prevêm-se restrições quanto ao uso de veículos poluentes;

Critério P8 – Redução e mitigação de impactes

A inclusão na fase de planeamento de medidas preventivas e de redução dos impactes, é um dos critérios a analisar de forma a perceber se o empreendimento está preparado para responder aos possíveis problemas gerados no decorrer do processo. Assim os pontos a ter em conta são: Existe algum plano de monitorização e de controlo das atividades decorrentes do processo de implementação e funcionamento; Prevê a mitigação dos impactes ambientais decorrentes das atividades do empreendimento, nomeadamente na biodiversidade, ar, água, solos, energia, gases e efluentes; Prevê a mitigação e minimização dos impactes por parte das práticas turísticas nas comunidades locais;

Critério P9 – Recuperação de áreas degradadas

Este critério pretende avaliar se, na fase de planeamento, a recuperação de áreas degradadas foi considerada. Como tal pretende-se averiguar, com vista a avaliação da sustentabilidade se: Existe um plano de ação para a recuperação de áreas degradadas, resultantes da implementação do empreendimento, em todas as fases; Prevê-se a melhoria ambiental do local; Prevê-se a recuperação e requalificação de áreas degradadas já existentes; Prevê a melhoria contínua da gestão das áreas naturais envolventes;

Critério P10 – Ciclo de vida do empreendimento

O ciclo de vida de um empreendimento deve ser considerado logo na fase de planeamento, como tal para avaliar este critério, é necessário que o *resort* atente às seguintes questões; Existe um plano de ação para todo o ciclo de vida do empreendimento (planeamento-construção-exploração-desativação); A fase de desativação foi pensada bem como a requalificação do local após final do ciclo de vida; Os custos no ciclo de vida do empreendimento foram considerados;

5.2.2. Construção

Critério C1 – Arquitetura do empreendimento

Os arquitetos e os projetistas devem estabelecer um tema ou conceito arquitetónico em torno do qual vão desenvolver o projeto, utilizando um estilo que se encaixe no local e no contexto da maior comunidade da região. O tema ou conceito utilizado deverá identificar a cultura do lugar

e expressar a identidade e a individualidade da comunidade local. Assim foram selecionados os seguintes pontos para a avaliação deste critério: Arquitetura do empreendimento respeita e foi inspirada na cultura local; A arquitetura foi inspirada nas construções típicas do local.

Critério C2 – Integração paisagística e natural

A integração da paisagem com o ambiente construído, nas zonas de implementação do *resort*, deve-se valorizar. Assim, de modo a avaliar a valorização dada à integração da paisagem, bem como das características naturais do local, na construção deve-se atender às seguintes questões: A arquitetura do empreendimento bem como o espaço construído foram devidamente integrados na paisagem do local; O edificado encontra-se integrado com o património natural envolvente; Encontra-se integrado e respeita as zonas naturais existentes;

Critério C3 – Materiais de construção

A produção e o uso dos materiais de construção têm um impacto significativo no ambiente e nos custos do projeto. Assim, torna-se necessário reduzir a intensidade de materiais utilizados e privilegiar, se possível, a utilização de materiais locais, reciclados e/ou renováveis, bem como assegurar que dispõem de baixo impacto ambiental. Os desperdícios e a ineficiência resultantes do processo de construção, podem ser limitados através da reciclagem dos resíduos de demolição e construção, da reutilização de materiais no local e da monitorização da utilização de materiais e embalagens. As questões a considerar, na sustentabilidade referente aos materiais utilizados na construção, são as seguintes: foram utilizados materiais com reduzido impacto ambiental; foram utilizados materiais reciclados ou materiais com elevado desempenho ambiental; Os materiais utilizados apresentam uma durabilidade elevada; Os materiais apresentam um baixo custo de manutenção; Os materiais utilizados provêm do local ou da região de implementação; Os desperdícios de materiais resultantes da construção foram reutilizados ou reciclados;

Critério C4 – Conforto Ambiental

O conforto ambiental do edificado pode ser entendido como uma adequação ao uso do homem, respeitando as condições térmicas, de ventilação, de insolação, de acústica e visuais, capazes de alterar o desempenho do edificado e o seu contexto urbano. As seguintes questões permitem avaliar a situação dos empreendimentos relativos à qualidade do ar dos espaços interiores, ao ambiente térmico, às condições luminosas e acústicas: Foram adotadas estratégias e técnicas para melhorar a eficiência energética do empreendimento; Foram adotadas e implementadas estratégias de ventilação para melhorar a qualidade do ar interior; Foi adotada uma estratégia de ocupação e uso do solo, utilizando a vegetação e a sua contribuição para a qualidade térmica do empreendimento; Foram utilizadas técnicas de construção que permitem garantir bons níveis de temperatura, de humidade e de velocidade do vento adequados à ocupação e às atividades

realizadas no empreendimento; Os níveis de iluminação ideais para os ambientes exteriores e interiores dos edifícios tiveram em consideração as atividades realizadas no empreendimento bem como o bem-estar dos seus ocupantes; Foram adotadas técnicas de construção de forma a controlar e reduzir os níveis de ruído no empreendimento;

Critério C5 – Mão-de-obra

Relativamente a este critério as questões a ter em conta, de modo a valorizar práticas mais sustentáveis na fase de construção, são as seguintes: Os direitos dos trabalhadores são respeitados e são providenciadas todas as condições necessárias para os mesmos; A mão-de-obra utilizada é natural do local ou da região de implementação do empreendimento; Foi fornecida a formação necessária aos trabalhadores relativa as práticas de construção sustentável.

Critério C6 – Recursos

O consumo de recursos, como a energia a água e os materiais, apresenta-se como um dos principais responsáveis pelos impactes ambientais na fase de construção. Deste modo, e de forma a minimizar ao máximo os impactes nesta fase é necessário fazer uma gestão e uma utilização dos recursos a utilizar, assim, deve-se atender às seguintes questões: Foi implementado um plano de gestão dos consumos de água e de energia; Foram implementados mecanismos de aproveitamento e reutilização da água; O uso da água foi adequado à sua finalidade; A energia utilizada provém de fontes renováveis; A extração das matérias-primas utilizadas não causou impactes significativos para o ambiente;

Critério C7 – Mitigação e monitorização de impactes

Os impactes ambientais resultantes da fase de construção estão relacionados, principalmente, com as emissões de efluentes líquidos, as emissões atmosféricas, dos resíduos sólidos e semissólidos produzidos, do ruído e complementarmente da poluição ilumino-térmica. Assim torna-se essencial que seja implementado nesta fase um plano de monitorização e redução dos impactes gerados nesta fase. Desta forma, deve-se ter em conta os seguintes pontos: Foi implementado um sistema de tratamento das águas utilizadas, ou estas foram devidamente encaminhadas para a estação de tratamento mais próxima; As emissões atmosféricas, foram monitorizadas e foram utilizadas técnicas de redução das mesmas; Os resíduos resultantes desta fase foram devidamente encaminhados para estações de tratamento (reciclagem, valorização, etc.); Os resíduos perigosos utilizados ou resultantes desta fase foram devidamente encaminhados para tratamento; Foram adotadas técnicas de mitigação e controlo do ruído gerado nesta fase.

5.2.3. Exploração

Critério E1 – SGA

O primeiro passo para se criar um negócio que apresente práticas e atividades sustentáveis deverá ser a criação de um sistema de gestão da sustentável que promova a transparência, documente as políticas e os procedimentos comunique e divulgue os seus planos. O objetivo principal do plano de gestão ambiental é o de orientar a tomada de decisões, a gestão e as operações diárias do negócio de forma sustentável. A gestão dos aspetos ambientais, quer através da informação aos agentes envolvidos, quer através dos sistemas de gestão, pode assegurar a consistência e concretização dos critérios e soluções com reflexos no desempenho ambiental. Assim neste critério pretende-se verificar se a empresa tem implementado um sistema de gestão ambiental que é adequado à sua realidade e escala, que considera as questões ambientais, de qualidade, socioculturais, de saúde e de segurança.

Critério E2 – Água

Um objetivo principal para garantir a sustentabilidade é assegurar a manutenção e preservação dos recursos hídricos quantitativamente e qualitativamente. A sustentabilidade num *resort*, deverá atender à preservação das fontes de água bem como dos seus usos, garantindo assim a oferta e disponibilidade de recursos hídricos para as gerações futuras. Neste critério pretende-se analisar os seguintes pontos: Existe a monitorização da qualidade da água, minimizando a poluição da mesma; Verifica-se a preservação dos padrões naturais de drenagem e águas subterrâneas; Existe o controlo da poluição da água com produtos químicos, lixo ou outros materiais nocivos; Utilização de técnicas de redução e de utilização racional dos fluxos de água; Verifica-se a utilização de técnicas e mecanismo de reutilização e aproveitamento de águas; Existe um sistema naturalizado de gestão das águas pluviais; Existe uma estação de tratamento de águas; Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos de água.

Critério E3 – Energia

O objetivo principal do uso sustentável de energia é garantir a capacidade de produção de energia para as gerações futuras e reduzir ou eliminar o uso de energia não renovável, através da utilização de recursos renováveis. O consumo de energia é uma das atividades mais prejudiciais para o planeta, com impactes adversos para o ar, água, qualidade do solo, saúde humana e ecológica. De forma a analisar e a avaliar a situação do *resort* em termos energéticos, este critério pretende verificar as seguintes questões: Existe a monitorização dos consumos energéticos em todas as fontes; Foram adotadas medidas e mecanismos para reduzir os consumos globais de energia no empreendimento; Existem fontes de energia renováveis; Existe

formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos energéticos.

Critério E4 – Emissões

Na exploração de um *resort* deve-se ter em conta os seus efeitos sobre o ambiente, nomeadamente nas emissões de gases que causam alteração do microclima, afetam a camada do ozono, e aumentam o aquecimento global. Manter uma boa qualidade do ar é manter a integridade ecológica e evitar doenças para o homem, a morte de plantas, e a degradação do património construído. Neste critério deve-se ter em consideração as seguintes questões: São respeitadas as especificações legais estabelecidas no que respeita às emissões atmosféricas; As emissões no *resort* são monitorizadas; Foram implementadas técnicas e mecanismos de controlo e redução das emissões; São utilizados meios de transporte ecológicos nas deslocações dos turistas; São fornecidos meios de transporte não poluentes no *resort*; Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir a utilização de meios de transporte poluentes.

Critério E5 – Resíduos

Os resíduos tornaram-se um poluente importante que afeta fatores ambientais (degradação do solo, qualidade da água) e fatores socioeconómicos como a saúde pública. A gestão dos resíduos deve assegurar desde logo redução dos resíduos. Assim, neste critério pretende-se avaliar os seguintes pontos: Existe um plano de monitorização dos resíduos gerados; Existem mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos; Existe uma estação de tratamento dos resíduos gerados no *resort*; Os resíduos perigosos são devidamente armazenados e encaminhados para tratamento.

Critério E6 – Bens e produtos

O consumo e a aquisição responsável dos materiais e produtos utilizados no empreendimento, poderá ajudar a empresa a obter lucros bem como minimizar o impacte ambiental dos fluxos de resíduos produzidos. Neste critério pretende-se verificar, se: Os bens e produtos de consumo adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e são recicláveis ou reutilizáveis; Os bens e os produtos de consumo utilizados no *resort* e nas atividades do *resort* não apresentam impactes negativos para o ambiente; Existe uma política de compra de produtos ecológicos para os materiais de construção, alimentos e produtos consumíveis; Os produtos alimentares provêm do comércio local.

Critério E7 – Biodiversidade

Há um crescente reconhecimento de que a diversidade biológica é um bem global de enorme valor para as gerações presentes e futuras. Ao mesmo tempo, a ameaça para as espécies e

ecossistemas nunca foi tão grande como é hoje. A extinção de espécies causadas pelas atividades humanas continua a um ritmo alarmante. O facto de as atividades turísticas fora das áreas urbanas em geral dependerem, direta ou indiretamente, dos recursos naturais, torna o sector, um dos responsáveis pelos impactes nesta área. Assim, para avaliar a sustentabilidade de um *resort* pretende-se averiguar os seguintes pontos: Existe um plano de monitorização da biodiversidade; A empresa contribui para o apoio à conservação da biodiversidade, incluindo o apoio a áreas naturais protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade; A empresa apoia a criação de reservas naturais ou áreas protegidas; As atividades que, diretamente ou indiretamente, estão relacionadas com a vida selvagem não devem produzir efeitos adversos sobre a viabilidade das populações, e qualquer perturbação dos ecossistemas naturais; Há uma contribuição compensatória para a gestão da conservação das áreas protegidas no local ou na região; A empresa sensibiliza os seus colaboradores para a necessidade de preservar o ambiente natural.

Critério E8 – Cultura, costumes e tradição

A sustentabilidade deve buscar o equilíbrio entre os atuais padrões culturais e os novos desenvolvimentos. O contexto cultural onde se insere o empreendimento pode incluir culturas indígenas, artesanato e artes, arquitetura vernacular, antropologia / etnia / sociologia; e recursos históricos e arqueológicos. Qualquer desenvolvimento deve refletir a herança cultural do ambiente local. Se houver recursos culturais no local ou nas proximidades, pode ser desejável incluir elementos do passado cultural no novo *design* bem como nas atividades do *resort*. Neste critério avaliam-se as seguintes questões: As atividades e operações realizadas no *resort* respeitam e preservam o património cultural do local; Atividades vão ao encontro do estilo de vida da comunidade local; Existe a sensibilização dos visitantes para a compreensão das tradições e costumes locais; Existem atividades para encorajar os visitantes e moradores locais a interagir e partilhar os seus valores e a vivenciar a cultura e as tradições locais; Existe o fornecimento de alimentos locais, música, arte e artesanato local, artes cênicas, vestuário e arquitetura local.

Critério E9 – Desenvolvimento socioeconómico

O primeiro grande desafio da sustentabilidade no turismo é a elevada taxa de crescimento da população associada. Assim o grande desafio na implementação de um empreendimento turístico sustentável é incentivar a tolerância social, prevenir o crime e fornecer segurança na comunidade local. A sustentabilidade incentiva o uso de tecnologias que funcionem de forma autossuficiente, facto essencial para satisfazer as necessidades humanas a nível local e maximizar a produtividade da região. De forma a promover o desenvolvimento social e económico do local onde se encontra implementado o *resort*, deve-se verificar as seguintes

questões; A empresa apoia e dá incentivos para o desenvolvimento dos meios de subsistência da comunidade local (pesca, agricultura, etc.); Os funcionários do *resort* são naturais do local ou da região; A proteção jurídica internacional ou nacional dos trabalhadores é respeitada; A empresa realiza ou apoia projetos de cariz social, na comunidade local; A empresa apresenta uma política contra a exploração humana; A empresa investe em infraestruturas sociais; A empresa apoia o comércio local; A empresa oferece os meios para os empreendedores e comerciantes locais desenvolverem e produzirem produtos sustentáveis originários da região e que refletem a história e cultura local; As atividades do negócio não comprometem a prestação de serviços básicos, como água, energia ou saneamento, para as comunidades vizinhas; O negócio garante a conformidade com todas as medidas relevantes de saúde e segurança para garantir o bem-estar de seus clientes, funcionários e comunidade local.

Critério E10 – Formação e educação ambiental

O sucesso do negócio depende da efetiva integração e interiorização dos conceitos de sustentabilidade, pelos colaboradores em todos os níveis. Assim, uma das formas para sensibilizar e consciencializar todos os colaboradores, desde funcionários, fornecedores clientes e comunidade local, é através da formação e educação ambiental. As seguintes questões devem então ser atendidas: A empresa fornece formação a todos os seus colaboradores; A empresa apoia ou realiza projetos de educação ambiental, na comunidade local.

Critério E11 – Clientes e Fornecedores

O cliente é o foco central da experiência turística. A sua satisfação deve ser procurada com avidez, a fim de lhe proporcionar uma agradável experiência para que este retorne e espalhe a palavra sobre a qualidade do serviço. As ferramentas de negócios usadas para monitorar a satisfação dos clientes relativamente às atividades realizadas, relações com a comunidade permitem que a empresa possa realizar melhorias de forma regular. Quanto aos fornecedores, a sua confiança e segurança na empresa deverá ser valorizada, para que esta possa estar servida dos melhores produtos e serviços. Contudo a empresa deverá realizar uma avaliação aos fornecedores possíveis de acordo com as suas políticas. Assim, neste critério deve-se averiguar: A empresa preocupa-se com a satisfação do cliente e dos fornecedores; A empresa leva em conta as melhorias propostas pelos seus *stakeholders*; A empresa seleciona os fornecedores, com as melhores práticas ambientais e sociais.

5.3. Sistema de avaliação dos critérios

Para que um *resort* possa ser considerado sustentável, este deve-se aproximar da pontuação máxima possível do presente modelo, ou obter a pontuação máxima. A avaliação dos critérios, do modelo, é feita da seguinte forma, primeiramente terá de se verificar se as questões presentes em cada critério são verificadas e posteriormente atribuir uma avaliação, de um a três, a essa

questão. Caso não se verifique o cumprimento de alguma das questões, a cotação será nula. De referir e ter em conta que se algum dos critério não se adequar a realidade do *resort*, este não deverá ser incluído, desde que sejam apresentados todos os factos que o justifiquem. Por exemplo para o critério E3 – Energia, se for verificada a presença de fontes de energias renováveis no empreendimento, então verificou-se este ponto. A avaliação de um a três ira depender da percentagem de energia renovável que é utilizada no *resort* (1: < 30%; 2: 30% - 60%; 3: > 60%). Desta forma, e a titulo de exemplo se um *resort* apresentar fontes de energia renováveis e se 50% da energia utilizada for proveniente dessas mesmas fontes, irá obter uma avaliação de 2 valores, como se pode verificar na seguinte tabela.

Tabela 5.4 - Exemplo da avaliação de uma das questões de avaliação, da fase de exploração.

Critério	Questão	S/N	1 - 3
E3	Utilização de fontes de energia renováveis	S	2

Dado que, este modelo pretende incentivar e contribuir para as boas práticas ao nível do turismo, assim como tornar mais sustentável um *resort*, todas os critérios assumem igual expressão. Assim, o recurso a uma ponderação através da atribuição de pesos distintos a cada critério, não respeitaria a importância global de todos os critérios no processo de planeamento e gestão sustentável de *resorts*. Por esta razão, a pontuação correspondente a cada questão de avaliação não será multiplicada por um fator de ponderação do critério a que corresponde a questão.

A pontuação que se pode obter em cada critério, não pretende refletir significâncias e prioridades, sendo apenas resultado das diferenças entre o número de questões que constituem cada critério. Cada fase apresentará diferentes pontuações máximas, em função do diferente número de critérios e de questões, como se pode verificar nas seguintes tabelas:

Tabela 5.5 - Pontuação máxima possível de obter em cada critério da fase de planeamento

Fase	Critérios	Pontuação Máxima
Planeamento	1. Características socioculturais do local	12
	2. Características económicas do local	9
	3. Características ecológicas do local	3
	4. Sensibilidade natural e biológica	15
	5. Património cultural do local	6
	6. Ciclo de vida do empreendimento	9
	7. Seleção do local e uso do solo	6
	8. Mobilidade e transportes	3
	9. Redução e mitigação de impactes	3
	10. Recuperação de áreas degradadas	6

Tabela 5.6 - Pontuação máxima possível de obter em cada critério da fase de construção

Fase	Critérios	Pontuação Máxima
Construção	1. Arquitetura do Empreendimento	3
	2. Integração paisagística e natural	3
	3. Materiais de construção	15
	4. Conforto Ambiental	15
	5. Mão-de-obra	6
	6. Recursos	9
	7. Mitigação e monitorização de impactes	9

Tabela 5.7 - Pontuação máxima possível de obter em cada critério da fase de exploração

Fase	Critérios	Pontuação Máxima
Exploração	1. SGA	3
	2. Água	24
	3. Energia	18
	4. Emissões	15
	5. Resíduos	18
	6. Bens e Produtos	12
	7. Biodiversidade	15
	8. Cultura, costumes e tradição	6
	9. Desenvolvimento socioeconómico	15
	10. Formação e educação ambiental	6
	11. Clientes e fornecedores	6

A descrição da avaliação para cada questão bem como a totalidade do modelo são apresentadas de seguida. A avaliação atribuída a cada questão poderá ser concreta ou subjetiva dependendo do contexto em que se insere.

5.4. Escala de valores

Para cada questão, referente a cada critério, é possível uma avaliação de 1 a 3 valores, consoante o cumprimento de certos requisitos. Para escalonar o nível de sustentabilidade do resort, expressam-se as pontuações em termos percentuais, multiplicando o quociente, da pontuação obtida em cada critério pela pontuação máxima por 100. Esta medida foi adotada para efeitos de comunicação externa, isto porque uma escala percentual (0 a 100) torna mais perceptível, o estado da sustentabilidade do resort. Os resultados, referentes à sustentabilidade do resort, serão representados por gradação de cores, do vermelho ao verde, correspondendo o vermelho à pior classificação possível e o verde à melhor classificação possível⁷. Uma vez que se pretende criar um modelo exigente e rigoroso, considerou-se que um *resort* só será considerado sustentável com uma classificação superior a 60%. Chamamos à atenção que uma unidade auditada por este modelo exigente e que atinja 55 %, pode cumprir todos os critérios de exigência ambiental à luz da legislação vigente.

⁷ A simulação da aplicação do modelo a um resort pouco sustentável pode ser encontrada em anexo (Anexo 2)

Tabela 5.8 – Resultados e gradação de cores para avaliar a sustentabilidade do *resort*

Resultado (%)	Avaliação	Cor
< 20	<i>Resort</i> insustentável	
20 – 40	<i>Resort</i> muito pouco sustentável	
40 – 60	<i>Resort</i> pouco sustentável	
60 – 80	<i>Resort</i> sustentável	
≥ 80	<i>Resort</i> totalmente sustentável (tendência para a autossuficiência)	

De seguida, são definidos os requisitos necessários para que uma questão obtenha a pontuação mínima ou máxima. A descrição da escala de valores para cada requisito, encontra-se nas tabelas seguintes e resultou da consulta de casos de estudo e da bibliografia dos seguintes autores (Ahmed, 2001; Bromberek, 2009; Bruce, 2000; Buckley, 2002b; GreenGlobe, 2012; GSTC, 2009; Lamberts, et al., 2004; LEED, 2002, 2009a, 2009b; Lim & McAleer, 2005; Magee, 2005; D. Newson & Sierra, 2008; Peters, 2001; Pinheiro, 2006; Tepelus & Córdoba, 2005; WWF, 2000).

I - Planejamento

Tabela 5.9 – Escala de valores para cada questão, de cada critério da fase de Planejamento

Critério P1 - Características socioculturais do local	
Questões	Avaliação
Estudos sobre as características demográficas da comunidade local	1. Estudos com pouca informação relevante sobre as características da comunidade local
	2. Informação e estudos fornecidos adequados e esclarecedores das características demográficas mais gerais da comunidade
	3. Estudos aprofundados, rigorosos e com a toda a informação essencial sobre as características demográficas da comunidade local
Os costumes e tradições locais e o seu envolvimento e impacto no projeto foram considerados e respeitados	1. É verificada a intenção de incluir alguns conceitos relacionados com as tradições locais, no projeto
	2. Verifica-se uma inclusão e uma integração dos costumes e tradições locais no projeto
	3. Todo o conceito de desenvolvimento do projeto inclui e respeita os costumes e as tradições locais
A comunidade foi consultada e/ou participou nesta fase	1. Apenas alguns membros da comunidade foram consultados e a sua participação foi apenas passiva
	2. Todos os membros representantes dos grupos da comunidade são consultados e participam passivamente
	3. Todos os membros representantes dos grupos da comunidade são consultados e participam de forma ativa no processo de implementação do <i>resort</i>
Foram definidas medidas relacionadas com a sustentabilidade sociocultural para melhorar as relações sociais	1. Promoção da identidade da comunidade
	2. Promover e reforçar a identidade da comunidade e auxílio na educação e formação
	3. Investimentos na educação, no combate à discriminação, promover e reforçar a identidade da comunidade.

Critério P2 - Características económicas do local	
Questões	Avaliação
Prevê-se a criação de postos de trabalho bem como novas oportunidades de trabalho para a comunidade local	1. < 30% dos posto de trabalho são para indivíduos da comunidade local
	2. 30 a 60% dos posto de trabalho são para indivíduos da comunidade local
	3. > 60 % dos posto de trabalho são para indivíduos da comunidade local
Prevê o apoio ou a promoção de uma economia autossuficiente a nível local	1. Formação e divulgação na comunidade local sobre práticas económicas autossuficiente
	2. Formação e divulgação na comunidade local sobre economia sustentável e autossuficiente e incentivos financeiros
	3. Formação e divulgação na comunidade local sobre economia e práticas económicas sustentáveis e autossuficientes, incentivos financeiros, investimento em equipamentos, etc.
Prevê a racionalização e maximização dos benefícios económicos resultantes dos recursos naturais e culturais	1. Exploração económica de alguns dos recursos naturais não causaram impactes negativos
	2. Exploração económica sustentável de todos os recursos naturais e culturais, não causando impactes negativos
	3. Exploração económica sustentável de todos os recursos naturais e culturais explorados e aproveitamento dos lucros para investir na proteção e conservação dos mesmos do <i>resort</i>

Critério P3 - Características ecológicas do local	
Questões	Avaliação
A conservação e proteção dos recursos naturais, dos habitats e da diversidade biológica foram tidas em conta para o processo	1. Prevê-se a conservação e proteção de alguns dos recursos naturais
	2. Prevê-se a conservação de todos os recursos naturais bem como a proteção e valorização dos mesmos
	3. Todos os recursos naturais do local serão preservados bem como a manutenção e conservação da integridade ambiental dos habitats naturais e da biodiversidade e será garantido que o desenvolvimento é compatível com a manutenção dos processos ecológicos.

Critério P4 - Sensibilidade natural e biológica	
Questões	Avaliação
Estudos de impacte nas comunidades biológicas	1. Foram realizados estudos de impacte para algumas das comunidades biológicas apenas no local de implementação
	2. Foram realizados estudos para todas as comunidades biológicas no local de implementação
	3. Foram realizados estudos para todas as comunidades biológicas no local de implementação e na sua envolvente
As áreas de proteção especial ou de reserva natural serão preservadas durante o processo	1. Algumas das áreas de proteção especial ou de reserva natural não sofreram alterações durante o processo
	2. Nenhuma área de proteção ou reserva sofrerá alterações ou impactes negativos
	3. Nenhuma área de proteção ou reserva sofrerá alterações ou impactes negativos e serão criadas novas áreas protegidas no decorrer do processo
Cartas de risco e planos para as áreas naturais	1. Foram elaboradas cartas de risco e planos para algumas das áreas naturais existentes no local de implementação
	2. Foram elaboradas cartas de risco e planos para todas as áreas naturais existentes no local de implementação
	3. Foram elaboradas cartas de risco e planos para todas as áreas naturais existentes no local de implementação bem como no meio envolvente
As espécies ameaçadas ou em vias de extinção são preservadas e protegidas	1. As espécies ameaçadas ou em vias de extinção existentes no local de implementação serão protegidas e integradas noutra habitat
	2. As espécies ameaçadas ou em vias de extinção quer no local de implementação quer no meio envolvente serão preservadas e protegidas
	3. Todas as espécies ameaçadas e em vias de extinção quer no local de implementação do resort quer no meio envolvente serão protegidas e preservadas e serão criados meios para divulgar a necessidade de proteção das mesmas e serão feitos investimentos para a preservação e manutenção dessas mesmas espécies.
Os impactes ao nível do ruído, da iluminação e das atividades turísticas, nas áreas mais sensíveis, serão reduzidos ou inexistentes	1. Os impactes das atividades turísticas nas áreas mais sensíveis no local de implementação do resort serão reduzidos
	2. As áreas mais sensíveis no local de implementação não serão afetadas pelas atividades turísticas
	3. As áreas sensíveis no resort e no espaço envolvente não serão afetadas.

Critério P5 - Sensibilidade cultural do local	
Questões	Avaliação
Locais arqueologicamente importantes do ponto de vista histórico e cultural são preservados	1. Os locais ou marcos importantes do ponto de vista histórico e cultural, no resort serão preservados e mantidos
	2. Os locais ou marcos importantes do ponto de vista histórico e cultural, no resort e no espaço envolvente serão preservados, protegidos e mantidos
	3. Os locais ou marcos importantes do ponto de vista histórico e cultural, no resort e no espaço envolvente serão preservados, mantidos e serão realizados investimentos no sentido de melhorar esses mesmos locais ou marcos históricos.
Prevê-se o respeito e a preservação das tradições e costumes locais	1. As tradições e os costumes locais não sofreram impactes
	2. As tradições e os costumes locais não sofreram impactes e serão integradas no decorrer do processo
	3. As tradições e os costumes locais não sofreram impactes e serão integradas no decorrer do processo. As atividades culturais das comunidades serão promovidas, divulgadas e apoiadas.

Critério P6 - Seleção do local e uso do solo	
Questões	Avaliação
Teve em conta as condicionantes ao nível dos planos especiais, planos municipais de ordenamento, servidões e restrições de utilidade pública, legislação e normas locais	1. Respeitou as condicionantes ao nível dos planos de ordenamento (POOC, POAC, PMOT, etc.)
	2. Respeitou as condicionantes ao nível dos planos de ordenamento (POOC, POAC, PMOT, etc.), cumpre com as normas e legislação referente à aquisição de terrenos
	3. Respeitou as condicionantes ao nível dos planos de ordenamento (POOC, POAC, PMOT, etc.), cumpre com as normas e legislação referente à aquisição de terrenos e estes foram adquiridos, respeitando as normas e os costumes locais.
Os impactes para o solo e para os seus usos são reduzidos	1. Os impactes para o solo e para os seus usos no local de implementação são reduzidos e não se encontra implementado em solos de elevado valor ecológico nem em áreas de alto risco
	2. Os impactes para o solo e para o seu uso no local de implementação são inexistentes e não se encontra em áreas de alto risco nem de elevado valor ecológico
	3. O impacte para o solo e para o seu uso, no local de implementação bem como na envolvente ao resort, são inexistentes não se encontra em áreas de alto risco nem de elevado valor ecológico.
Encontra-se próximo dos locais de chegada dos turistas (aerportos, terminais de autocarro, portos, etc.):	1. Encontra-se a mais de 20 km do local mais próximo de chegada de turistas
	2. Encontra-se entre 5 a 20 km do local mais próximo de chegada
	3. Encontra-se a menos de 5km do local de chegada mais próximo

Critério P7 - Mobilidade e Acessos	
Questões	Avaliação
Prevê-se a criação e a promoção de meios e vias de transporte ecológicos no empreendimento	1. Está prevista a utilização de transportes ecológicos no interior do resort
	2. Esta prevista a utilização de transportes ecológicos nas deslocações das atividades dos turistas e a criação de vias (ecopistas, ciclovias, etc.) para transportes não poluentes
	3. Esta prevista a utilização de transportes ecológicos nas deslocações das atividades dos turistas e a criação de vias (ecopistas, ciclovias, etc.) para transportes não poluentes, prevê-se a promoção do uso de transportes não poluentes nas deslocações dos turistas para o empreendimento.
Prevê-se a criação de acessos e infraestruturas para pessoas com mobilidade condicionada	1. Prevê-se a criação de infraestruturas para pessoas com mobilidade condicionada apenas nas principais instalações do hotel (entradas, restaurantes, etc.)
	2. Prevê-se a criação de infraestruturas para pessoas com mobilidade condicionada em todas as instalações do hotel
	3. Prevê-se a criação de infraestruturas para pessoas com mobilidade condicionada em todas as instalações e atividades realizadas pelo hotel

Critério P8 - Redução e mitigação de impactes	
Questões	Avaliação
Existe a monitorização, o controlo e mitigação dos impactes ambientais das atividades decorrentes do processo de implementação e funcionamento	1. Serão adotadas medidas de mitigação dos impactes ambientais decorrentes das atividades e operações no empreendimento
	2. Serão adotadas medidas de mitigação dos impactes ambientais decorrentes das atividades e operações no empreendimento bem como das atividades dos turistas no espaço envolvente
	3. Serão adotadas medidas de mitigação dos impactes ambientais decorrentes das atividades e operações no empreendimento bem como das atividades dos turistas no espaço envolvente e os colaboradores serão informados sobre a necessidade de realizar práticas de turismo sustentável

Critério P9 - Recuperação de áreas degradadas	
Questões	Avaliação
Está prevista a recuperação de áreas degradadas, resultantes da implementação do empreendimento	1. Está prevista a recuperação das áreas degradadas no local de implementação
	2. Está prevista a recuperação de todas as áreas degradadas, no local de implementação e no meio envolvente
	3. Está prevista a recuperação de todas as áreas degradadas, no local de implementação e no meio envolvente bem como a melhoria ambiental do local de implementação e do espaço envolvente

Critério P10 - Ciclo de vida do empreendimento	
Questões	Avaliação
A fase de desativação foi tida em conta no processo de planeamento	1. A desativação do resort não terá impactes negativos para o ambiente
	2. A desativação do resort não trará impactes para o ambiente nem para a comunidade local
	3. A desativação do resort não trará impactes para o ambiente nem para a comunidade local e todos os materiais resultantes do processo serão reutilizados e será realizada uma requalificação e melhoria ambiental do local
Os custos no ciclo de vida do empreendimento foram considerados	1. Apenas para as fases iniciais de planeamento e construção
	2. Para as fases de planeamento, construção e início de operações
	3. Para todas as fases do ciclo de vida (planeamento – construção – operação – desativação).

II - Construção

Tabela 5.10 - Escala de valores para cada questão, de cada critério da fase de Construção

Critério C1 - Arquitetura do empreendimento	
Questões	Avaliação
Arquitetura do empreendimento respeita e foi inspirada na cultura local	1. Alguns elementos no empreendimento representam um conceito inspirado na cultura local
	2. Alguns elementos no empreendimento representam um conceito inspirado na cultura local e expressão a identidade e a individualidade da comunidade local
	3. Todo o empreendimento representa um conceito inspirado na cultura e nas construções típicas do local e expressa a identidade e a individualidade da comunidade local.

Critério C2 - Integração paisagística e natural	
Questões	Avaliação
A arquitetura do empreendimento bem como o espaço construído foram devidamente integrados na paisagem do local	1. Alguns dos elementos presentes no resort encontram-se devidamente integrados com a paisagem local, sendo os impactes no património natural reduzidos
	2. O empreendimento encontra-se devidamente integrado na paisagem natural, sendo os impactes na mesma pouco significativos, respeita e encontra-se integrado com o património natural envolvente
	3. O Empreendimento encontra-se totalmente integrado com a paisagem natural envolvente não causando impactes para a mesma, respeita e está integrado no património natural envolvente não apresentando impactes no mesmo

Critério C3 - Materiais de construção	
Questões	Avaliação
Foram utilizados materiais com reduzido impacto ambiental	1. <50% dos materiais utilizados não apresentam impactos significativos para o ambiente e apresentam um elevado desempenho ambiental
	2. 50 – 80 % dos materiais não apresentam impactos significativos para o ambiente e apresentam um elevado desempenho ambiental
	3. >80% dos materiais utilizados são “amigos do ambiente”, não produzindo impactos para o mesmo e apresentam um elevado desempenho ambiental.
Foram utilizados materiais reciclados	1. <40 % dos materiais utilizados eram reciclados
	2. 40 – 60 % dos materiais utilizados eram reciclados
	3. > 60% dos materiais utilizados eram reciclados.
Foram utilizados materiais duradouros	1. Rede prediais 10 anos, acabamentos para 2 anos, equipamentos entre 2 a 5 anos
	2. Redes prediais 10 – 20 anos, acabamentos para 4 anos, equipamentos entre 5 a 10 anos
	3. Redes prediais 25 anos, acabamentos para mais de 4 anos, equipamentos mais de 10 anos.
Os materiais utilizados provêm do local ou da região de implementação	1. <40% dos materiais provêm do local de implementação
	2. 40 – 60% dos materiais provêm do local ou da região
	3. > 60 % dos desperdícios de materiais resultantes da construção foram reutilizados ou reciclados..
Os desperdícios de materiais resultantes da construção foram reutilizados ou reciclados	1. <40% dos desperdícios de materiais resultantes da construção foram reutilizados ou reciclados
	2. 40 – 60 % dos desperdícios de materiais resultantes da construção foram reutilizados ou reciclados
	3. > 60 % dos desperdícios de materiais resultantes da construção foram reutilizados ou reciclados.

Critério C4 - Conforto Ambiental	
Questões	Avaliação
Foram adotadas estratégias e técnicas para melhorar a eficiência energética do empreendimento	1. Apresenta um plano de monitorização dos consumos energéticos e cumpre a lei em vigor da certificação energética e apresenta níveis de desempenho de E ou D
	2. Apresenta um plano de monitorização dos consumos energéticos cumpre a lei em vigor da certificação energética e apresenta níveis de desempenho de C ou B
	3. Apresenta um plano de monitorização dos consumos energéticos e cumpre a lei em vigor da certificação energética e apresenta níveis de desempenho de A ou A+.
Foram adotadas e implementadas estratégias de ventilação para melhorar a qualidade do ar interior	1. Existe ventilação natural em algumas das divisões do empreendimento reciclados
	2. Existe ventilação natural em algumas das divisões do empreendimento e as contaminações no ar interior são reduzidas
	3. Existe ventilação natural na grande maioria das divisões do empreendimento e não existe contaminação do ar interior
Foi adotada uma estratégia de ocupação e uso do solo, utilizando a vegetação e a sua contribuição para a qualidade térmica do empreendimento	1. Existem algumas zonas exteriores com boas condições de conforto (sombras, proteção do vento, etc.)
	2. Existem algumas zonas exteriores com boas condições de conforto (sombras, proteção do vento, etc.) e os níveis de conforto térmico são quase todos atingidos de forma passiva
	3. Todas as zonas exteriores com boas condições de conforto (sombras, proteção do vento, etc.) e os níveis de conforto térmico são atingidos de forma passiva na sua totalidade
Foram utilizadas técnicas de construção que permitem garantir bons níveis de temperatura, de humidade e de velocidade do vento	1. Diminuição em cerca de 10% das necessidades nominais de energia pela adoção de práticas bioclimáticas e de desempenho solar passivo, para o Verão e Inverno
	2. Diminuição em cerca de 10 a 50% das necessidades nominais de energia pela adoção de práticas bioclimáticas e de desempenho solar passivo, para o Verão e Inverno
	3. Diminuição em mais de 50% das necessidades nominais de energia pela adoção de práticas bioclimáticas e de desempenho solar passivo, para o Verão e Inverno
Foram adotadas técnicas de construção de forma a controlar e reduzir os níveis de ruído no empreendimento	1. Alguns equipamentos silenciosos (potência sonora inferior a 50dB) exteriores e interiores
	2. Alguns equipamentos silenciosos (potência sonora inferior a 50dB) exteriores e interiores, elementos de redução de ruído em alguns equipamentos e utilização de deflectores que reduzam a propagação do ruído
	3. Todos os equipamentos exteriores e interiores são reduzidos, todos os equipamentos possuem elementos de redução de ruído e utilização de deflectores que reduzam a propagação do ruído.

Critério C5 - Mão-de-obra	
Questões	Avaliação
A mão-de-obra utilizada é natural do local ou da região de implementação do empreendimento	1. <30% mão de obra local
	2. 30-60% mão de obra local
	3. > 60%. Mão de obra local
Foi fornecida a formação necessária aos trabalhadores relativa as práticas de construção sustentável	1. <30 % dos trabalhadores receberam formação
	2. 30 – 60% dos trabalhadores receberam formação
	3. >60% dos trabalhadores recebeu formação

Critério C6 – Recursos	
Questões	Avaliação
Foram implementados mecanismos de aproveitamento e reutilização da água	1. 30 % da água utilizada foi aproveitada ou reutilizada e o seu uso adequado à sua finalidade
	2. 30 a 60% da água utilizada foi aproveitada ou reutilizada e o seu uso adequado à sua finalidade
	3. >60% da água utilizada foi aproveitada ou reutilizada e o seu uso adequado à sua finalidade
Foi implementado um plano de gestão dos consumos de água e de energia	1. Os consumos de água e energia foram monitorizados e foram implementadas medidas de redução dos consumos em <30 % das operações
	2. Os consumos de água e energia foram monitorizados e foram implementadas medidas de redução dos consumos entre 30 a 60% das operações
	3. Os consumos de água e energia foram monitorizados e foram implementadas medidas de redução dos consumos em todas as operações desta fase.
A energia utilizada provém de fontes renováveis	1. <30% da energia utilizada provém de fontes renováveis
	2. 30 a 60% da energia utilizada provém de fontes renováveis
	3. 60% da energia utilizada provém de fontes renováveis.

Critério C7 - Mitigação e monitorização de impactes	
Questões	Avaliação
As emissões atmosféricas, foram monitorizadas e foram utilizadas técnicas de redução das mesmas	1. As emissões foram monitorizadas e foram utilizadas técnicas de redução em <30% das fontes
	2. As emissões foram monitorizadas e foram utilizadas técnicas de redução em 30 - 60% das fontes
	3. As emissões foram monitorizadas e foram utilizadas técnicas de redução em >60% das fontes.
Os resíduos resultantes desta fase foram devidamente encaminhados para tratamento	1. <30% dos resíduos foram devidamente encaminhados para estações de tratamento
	2. 30 - 60% dos resíduos foram devidamente encaminhados para estações de tratamento
	3. >60% dos resíduos foram devidamente encaminhados para estações de tratamento
Foram adotadas técnicas de mitigação e controlo do ruído gerado nesta fase	1. Foram adotadas medidas de mitigação e redução do ruído gerado, em <30% das fontes
	2. Foram adotadas medidas de mitigação e redução do ruído gerado, em 30 - 60% das fontes
	3. Foram adotadas medidas de mitigação e redução do ruído gerado, em >60% das fontes.

III – Exploração

Tabela 5.11 - Escala de valores para cada questão, de cada critério da fase de Exploração.

Critério E1 – SGA	
Questões	Avaliação
A empresa tem implementado um sistema de gestão ambiental	1. Sistema de gestão ambiental implementado recentemente com pouca documentação sobre os modos de gestão e não certificado
	2. Sistema de gestão ambiental bem implementado com objetivos de melhoria bem definidos, todos os processos de gestão documentados e em vias de se certificar
	3. Sistema de gestão ambiental bem implementado, com objetivos de melhoria com vista a sustentabilidade bem definidos, todos os processos de gestão ambiental é documentado e encontra-se certificado
Critério E2 – Água	
Questões	Avaliação
Existe a monitorização e o controle da qualidade da água e os valores legais são respeitados	1. São realizadas análises a <30 % das fontes e os valores legais são respeitados
	2. São realizadas análises a 30 - 60 % das fontes e os valores legais são respeitados
	3. São realizadas análises a >60 % das fontes e os valores legais são respeitados
Existe a monitorização dos consumos de água	1. <30 % das fontes são monitorizadas
	2. 30 – 60% das fontes são monitorizadas e
	3. >60% das fontes são monitorizadas
Os consumos de água anuais são inferiores a 0,5m ³ por hóspede	1. Os consumos estão entre os 0,5 e os 0,4m ³ por hóspede
	2. Os consumos estão entre os 0,4 e os 0,2 m ³ por hóspede
	3. Os consumos são inferiores a 0,2 m ³ por hóspede
Utilização de técnicas de redução e de utilização racional dos fluxos de água	1. São utilizadas técnicas em <30 % das fontes
	2. São utilizadas técnicas em 30 – 60% das fontes
	3. São utilizadas técnicas em >60 % das fontes.
Verifica-se a utilização de técnicas e mecanismo de reutilização e aproveitamento de águas	1. <30% das águas (pluviais, residuais, rega, etc.) são reutilizadas ou aproveitadas
	2. 30 - 60% das águas (pluviais, residuais, rega, etc.) são reutilizadas ou aproveitadas
	3. > 60% das águas (pluviais, residuais, rega, etc.) são reutilizadas ou aproveitadas.
Verifica-se o tratamento de águas	1. As águas não são tratadas no empreendimento e são encaminhadas para a estação de tratamento mais próxima
	2. <50% das águas são tratadas no empreendimento e as restantes são encaminhadas para a estação mais próxima
	3. O empreendimento possui uma estação de tratamento de águas e > 50 % é tratada no mesmo.
Os espaços verdes estão adequados à disponibilidade hídrica da região	1. Apenas um dos espaços apresenta vegetação consumidora de quantidades reduzidas de água
	2. Alguns dos espaços apresentam vegetação adequada e sistemas de rega economizadores
	3. Todos os espaços apresentam vegetação adequada e sistemas de rega economizadores
Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos de água	1. Apenas funcionários ou clientes são sensibilizados
	2. Funcionários e clientes são sensibilizados e existe a divulgação (flyers, posters, ecrãs informativos, etc.) da necessidade de reduzir os consumos com vista a sensibilizar os visitantes
	3. Todos os colaboradores recebem formação incluindo a comunidade local e existe uma divulgação ativa, por todo o empreendimento, com vista a sensibilizar e educar os visitantes.

Critério E3 – Energia	
Questões	Avaliação
Existe a monitorização dos consumos energéticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. <30 % das fontes de energia são monitorizadas 2. 30 – 60% das fontes são monitorizadas 3. >60% das fontes são monitorizadas
Os consumos anuais de energia são inferiores a 50 kW por hóspede	<ol style="list-style-type: none"> 1. Os consumos encontram-se entre os 50 e os 30 kW por hóspede 2. Os consumos encontram-se entre os 30 e os 10 kW por hóspede 3. Os consumos são inferiores a 10 kW por hóspede
Foram adotadas medidas e mecanismos para reduzir os consumos globais de energia no empreendimento	<ol style="list-style-type: none"> 1. Foram adotadas técnicas e mecanismos de redução dos consumos apenas nos alojamentos 2. Foram adotadas técnicas e mecanismos de redução dos consumos Nos alojamentos e na iluminação exterior 3. Foram adotadas técnicas e mecanismos de redução dos consumos em todas as instalações e fontes de energia no empreendimento.
Existem fontes de energia renováveis (para aquecimento de água)	<ol style="list-style-type: none"> 1. < 30% da água aquecida no resort provém de fontes renováveis 2. 30 - 60% da água aquecida no resort provém de fontes renováveis 3. > 60% da água aquecida no resort provém de fontes renováveis.
Existem fontes de energia renováveis (fornecimento de energia elétrica)	<ol style="list-style-type: none"> 1. < 30% da energia utilizada no resort provém de fontes renováveis 2. 30 - 60% da energia utilizada no resort provém de fontes renováveis 3. > 60% da energia utilizada no resort provém de fontes renováveis.
Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos energéticos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apenas funcionários ou clientes são sensibilizados 2. Funcionários e fornecedores recebem formação e existe a divulgação (flyers, posters, ecrãs informativos, etc.) da necessidade de reduzir os consumos com vista a sensibilizar os visitantes 3. Todos os colaboradores recebem formação incluindo a comunidade local e existe uma divulgação ativa, por todo o empreendimento, com vista a sensibilizar e educar os visitantes.

Critério E4 – Emissões	
Questões	Avaliação
As emissões no resort são monitorizadas	1. <30 % das fontes são monitorizadas
	2. 30 – 60% das fontes são monitorizadas
	3. >60% das fontes são monitorizadas
São respeitadas as especificações legais estabelecidas no que respeita às emissões atmosféricas	1. Os valores legais limite foram excedidos > 2 vezes num ano
	2. Os valores limite foram excedidos 2 vezes num ano e foram de imediato tomadas medidas
	3. Os valores limite nunca foram excedidos.
Foram implementadas técnicas e mecanismos de controlo e redução das emissões	1. São utilizadas técnicas de controlo e redução em <30 % das fontes
	2. São utilizadas técnicas de controlo e redução em 30 – 60% das fontes
	3. São utilizadas técnicas de controlo e redução em >60 % das fontes.
São utilizados meios de transporte ecológicos nas deslocações dos turistas e funcionários	1. < 30% dos meios de transporte utilizados são não poluentes
	2. 30 - 60% dos meios de transporte utilizados são não poluentes
	3. > 60% dos meios de transporte utilizados são não poluentes
Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir a utilização de meios de transporte poluentes	1. Apenas funcionários ou clientes são sensibilizados
	2. Funcionários e fornecedores recebem formação e existe a divulgação (flyers, posters, ecrãs informativos, etc.) da necessidade de reduzir os consumos com vista a sensibilizar os visitantes
	3. Todos os colaboradores recebem formação incluindo a comunidade local e existe uma divulgação ativa, por todo o empreendimento, com vista a sensibilizar e educar os visitantes.

Critério E5 – Resíduos	
Questões	Avaliação
Existem mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos	1. <30% dos resíduos produzidos no resort são reciclados ou reutilizados
	2. 30 – 60% dos resíduos produzidos no resort são reciclados ou reutilizados
	3. >60% dos resíduos produzidos no resort são reciclados ou reutilizados;.
A produção anual de resíduos é inferior a 5 kg por hóspede	1. A produção anual de resíduos encontra-se entre os 5 e os 3 kg por hóspede
	2. A produção anual de resíduos encontra-se entre 3 e 1 kg por hóspede
	3. A produção anual de resíduos é inferior a 1kg
Verifica-se a separação dos resíduos por tipologia	1. Existem recipientes diferenciados para cada tipo de resíduo apenas nos espaços exteriores
	2. Existem recipientes diferenciados para cada tipo de resíduo nos espaços exteriores e nos quartos de hóspedes
	3. Existem recipientes diferenciados para cada tipo de resíduo em todas as instalações e espaços públicos do resort.
Tratamento dos resíduos gerados é realizado no empreendimento	1. <30% dos resíduos gerados é tratado no empreendimento
	2. 30 - 60% dos resíduos gerados são tratados no empreendimento
	3. >60% dos resíduos gerados são tratados no empreendimento.
Existe um controlo na utilização de produtos, geradores de resíduos tóxicos.	1. Os resíduos tóxicos são devidamente separados, no resort, e encaminhados para tratamento.
	2. Apenas são utilizados produtos tóxicos quando estritamente necessário, ou como única alternativa.
	3. Não são gerados resíduos tóxicos no empreendimento.
Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir e separar os resíduos por tipologia	1. Apenas funcionários ou clientes são sensibilizados
	2. Funcionários e fornecedores recebem formação e existe a divulgação (flyers, posters, ecrãs informativos, etc.) da necessidade de reduzir os consumos com vista a sensibilizar os visitantes
	3. Todos os colaboradores recebem formação incluindo a comunidade local e existe uma divulgação ativa, por todo o empreendimento, com vista a sensibilizar e educar os visitantes.

Critério E6 – Bens e produtos	
Questões	Avaliação
Os bens e produtos adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e são recicláveis ou reutilizáveis	1. Todos os bens e produtos adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e <30% dos quais são recicláveis ou reutilizáveis
	2. Todos os bens e produtos de adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e 30 a 60% dos quais são recicláveis ou reutilizáveis
	3. Todos os bens e produtos de consumo adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e >60% dos quais são recicláveis ou reutilizáveis
Verifica-se a compra de produtos ecológicos para os alimentos e produtos consumíveis	1. 30% dos produtos adquiridos são ecológicos (certificados), não são nocivos para o ambiente
	2. 30 – 60% dos produtos adquiridos são ecológicos (certificados), não são nocivos para o ambiente
	3. >60% dos produtos adquiridos são ecológicos e não são nocivos para o ambiente.
Os produtos e materiais utilizados, nas operações de manutenção, reparação e construção, são recicláveis ou reutilizáveis e pouco nocivos para o ambiente.	1. 30% dos produtos são recicláveis ou reutilizáveis e pouco nocivos para o ambiente
	2. 30 – 60% dos produtos adquiridos são recicláveis ou reutilizáveis e pouco nocivos para o ambiente
	3. >60% dos produtos adquiridos são recicláveis ou reutilizáveis e não apresentam impactes significativos para o ambiente
Os produtos alimentares provêm do comércio local	1. 30% dos produtos alimentares utilizados são locais e provêm do comércio local
	2. 30 - 60% dos produtos alimentares utilizados são locais e provêm do comércio local
	3. >60% dos produtos alimentares utilizados são locais e provêm do comércio local;

Critério E7 – Biodiversidade	
Questões	Avaliação
Verifica-se a monitorização da biodiversidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. Algumas espécies existentes no interior do resort encontram-se identificadas e são monitorizadas (número de indivíduos, de famílias, crescimento, etc.) 2. Todas as espécies existentes no interior do resort encontram-se identificadas e são monitorizadas 3. As espécies existentes no interior do resort e na sua envolvente exterior (locais de atividades turísticas) são monitorizadas e controladas. Existe um plano de monitorização
A empresa contribui para o apoio à conservação da biodiversidade, incluindo o apoio a áreas naturais protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade	<ol style="list-style-type: none"> 1. As atividades turísticas e as operações do resort não apresentam impactes negativos para a biodiversidade no interior do mesmo 2. As atividades turísticas e as operações do resort não apresentam impactes negativos para a biodiversidade no interior e no exterior do resort 3. As atividades turísticas e as operações do resort não apresentam impactes negativos para a biodiversidade no interior e no exterior do resort e foram as áreas naturais protegidas e de alto valor ecológica são preservadas e interditas às atividades turísticas.
A empresa apoia a criação de reservas naturais ou áreas protegidas	<ol style="list-style-type: none"> 1. A empresa realizou donativos para as entidades locais responsáveis pela manutenção e gestão das reservas naturais 2. A empresa apoia as operações das entidades locais gestoras das reservas naturais e investiu na recuperação e manutenção das mesmas 3. A empresa apoia as operações das entidades locais gestoras das reservas naturais e investiu na recuperação e manutenção das mesmas e na criação e expansão de novas reservas naturais e criou áreas protegidas no seu empreendimento
A empresa sensibiliza os seus colaboradores para a necessidade de preservar o ambiente natural	<ol style="list-style-type: none"> 1. Apenas funcionários recebem formação 2. Funcionários e fornecedores recebem formação e existe a divulgação (flyers, posters, ecrãs informativos, etc.) da necessidade de preservar o ambiente 3. Todos os colaboradores recebem formação incluindo a comunidade local e existe uma divulgação ativa, em todas as instalações do resort, com vista a sensibilizar e educar os visitantes;
As pragas são controladas com recurso a técnicas naturais e biológicas	<ol style="list-style-type: none"> 1. <30% das pragas são controladas com recurso a técnicas biológicas ou naturais 2. 30 – 60% das pragas são controladas com recurso a técnicas biológicas ou naturais 3. >60% das pragas são controladas com recurso a técnicas biológicas ou naturais

Critério E8 – Cultura, costumes e tradição	
Questões	Avaliação
As atividades e operações realizadas no <i>resort</i> respeitam e preservam o patrimônio cultural do local	1. As atividades realizadas no <i>resort</i> não produzem impactes negativos no patrimônio cultural
	2. As atividades realizadas no <i>resort</i> não interferem nem produzem impactes negativos no patrimônio cultural, nos costumes e nas tradições locais
	3. As atividades realizadas no <i>resort</i> não interferem nem produzem impactes negativos no patrimônio cultural, nos costumes e nas tradições locais. As atividades realizadas vão ao encontro do estilo de vida da comunidade local, refletem os padrões culturais da comunidade
As tradições e costumes locais encontram-se integrados no <i>resort</i>	1. Existem algumas referências às tradições e costumes da comunidade local, no <i>resort</i>
	2. As tradições e os costumes locais encontram-se divulgados por todo o <i>resort</i>
	3. As tradições e os costumes locais encontram-se divulgadas e são promovidas por todo o <i>resort</i> e estão presentes no <i>resort</i> elementos que refletem as tradições e os costumes da região

Critério E9 – Desenvolvimento socioeconómico	
Questões	Avaliação
A empresa apoia e promove as práticas de subsistência da comunidade local (pesca, agricultura, artesanato, etc.)	1. A empresa tem acordos ou parcerias com empresas, comerciantes e produtores locais.
	2. A empresa tem acordos ou parcerias com empresas, comerciantes e produtores locais e divulga e promove as suas atividades
	3. A empresa tem acordos ou parcerias com empresas, comerciantes e produtores locais, divulga e promove as suas atividades e cede o seu espaço para a promoção das atividades de subsistência locais.
Os funcionários do <i>resort</i> são naturais do local ou da região	1. <30% funcionários locais
	2. 30-60% funcionários locais
	3. > 60%. funcionários locais
A empresa realiza ou apoia projetos de cariz social, na comunidade local	1. A empresa apoia as entidades sociais da região
	2. A empresa faz donativos para as entidades sociais da região e apoia eventuais projetos de cariz social
	3. A empresa faz donativos para as entidades sociais da região, apoia e realiza projetos e eventos de cariz social na comunidade local.
A empresa investe em infraestruturas sociais	1. A empresa faz donativos para a manutenção das infraestruturas sociais existentes na comunidade local
	2. A empresa faz donativos e investe na gestão e manutenção das infraestruturas da região
	3. A empresa faz donativos e investe na gestão e manutenção das infraestruturas da região e investiu na construção e criação de novas infraestruturas sociais.
O negócio garante a conformidade com todas as medidas relevantes de saúde e segurança	1. Apenas dos visitantes
	2. Visitantes e Funcionários
	3. Todos os colaboradores da empresa.

Critério E10 – Formação e educação ambiental	
Questões	Avaliação
A empresa fornece formação aos seus colaboradores	1. Apenas funcionário recebem formação
	2. Funcionários e fornecedores recebem formação
	3. Todos os colaboradores recebem formação incluindo a comunidade local e existe uma divulgação ativa com vista a sensibilizar e educar os visitantes.
A empresa apoia ou realiza projetos de educação ambiental	1. A empresa apoia os projetos realizados na comunidade local
	2. A empresa apoia e investe nos projetos de educação ambiental realizados na comunidade local
	3. A empresa apoia e investe nos projetos de educação ambiental realizados na comunidade local e realiza ela própria eventos e ações de formação na comunidade local.

Critério E11 – Clientes e Fornecedores	
Questões	Avaliação
A empresa preocupa-se com a satisfação e opinião do cliente e dos fornecedores	1. A satisfação dos clientes é constatada através de inquéritos ou questionários
	2. A satisfação dos clientes e dos fornecedores é constatada através de inquéritos ou questionários
	3. A satisfação dos clientes e dos fornecedores é constatada através de inquéritos ou questionários e as propostas de melhoria são registadas e consideradas para desenvolvimentos futuros.
A empresa seleciona os fornecedores, com as melhores práticas ambientais e sociais	1. Alguns dos fornecedores da empresa apresentam produtos com certificação ambiental
	2. Alguns dos fornecedores da empresa apresentam produtos com certificação ambiental e são certificados na componente social
	3. Todos os fornecedores da empresa apresentam produtos com certificação ambiental e são certificados na componente social.

6. APLICAÇÃO DO MODELO AOS CASOS DE ESTUDO

Com vista a estudar e perceber a aplicabilidade prática, bem como a utilidade do modelo desenvolvido, contactou-se com o Grupo Vila Galé, no sentido de apoiar a presente dissertação com o acompanhamento do trabalho, apoio ao trabalho de campo e apoio à realização de um estágio que permitiu a "imersão" na atividade diária dos *resorts* em estudo. A escolha pelo Grupo Vila Galé, deveu-se à sua importância e relevância no sector turístico nacional e internacional e ao interesse demonstrado na sustentabilidade dos seus *resorts*. De seguida, e no decorrer do presente capítulo será feita uma caracterização e um enquadramento dos dois empreendimentos e serão apresentados os resultados obtidos, com a aplicação do modelo.

6.1. Enquadramento Geográfico dos Casos de Estudo

6.1.1. Algarve

Ambos os casos de estudo selecionados, encontram-se localizados na região do Algarve. O Algarve foi a região escolhida dada a sua importância para o sector do turismo em Portugal, isto porque o Algarve é a região do país, juntamente com Lisboa, que maior número de dormidas de estrangeiros e receitas geradas apresenta (Turismo de Portugal, 2007). O turismo no Algarve é a atividade económica de maior importância, representando direta e indiretamente cerca de 60% do total de postos de trabalho e 66% do PIB regional (PROT – Alg, 2004)

O Algarve situa-se no extremo Ocidental da Europa, a Sul de Portugal (Figura 6.1), apresenta uma área de 4.996 km², 150 km de costa e é banhado pelo Oceano Atlântico. Apresenta uma população residente de cerca de 430.084 habitantes, distribuídos por 16 concelhos, Albufeira, Alcoutim, Aljezur, Castro Marim, Faro, Lagoa, Lagos Loulé, Monchique, Olhão, Portimão, São Brás de Alportel, Silves, Tavira, Vila do Bispo e Vila Real de Santo António, apresentando uma densidade populacional média de cerca de 80 habitantes/km² (ATA, 2012).

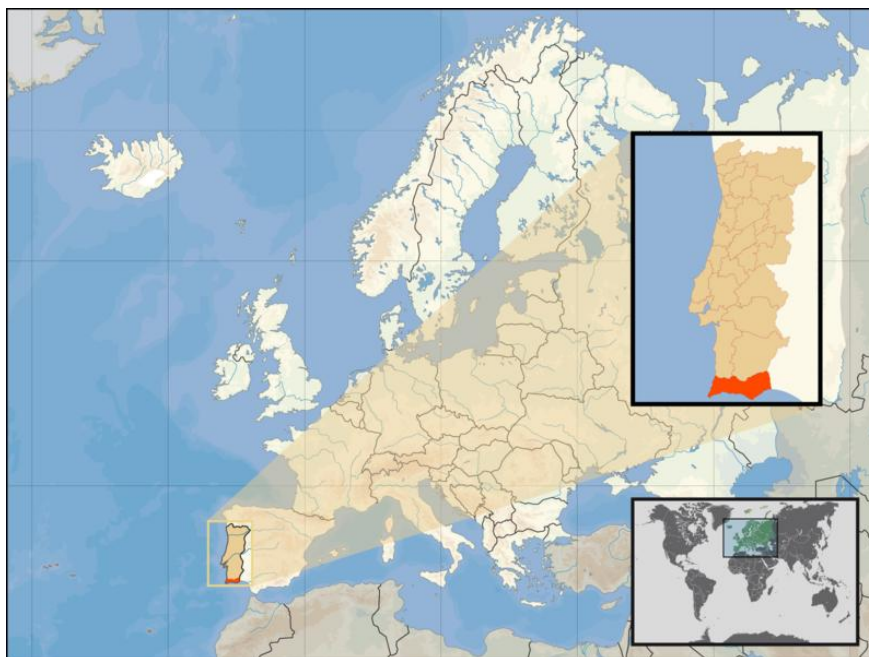


Figura 6.1 - Mapa representativo da localização geográfica de Portugal na Europa e da localização geográfica da região do Algarve em Portugal. (Fonte: Wikipedia, 2012). Sem escala na origem.

A região do Algarve encontra-se subdividida em quatro unidades territoriais distintas, resultantes quer das suas características biofísicas, climáticas e socioeconómicas, quer das transformações operadas com o decorrer dos anos, devido ao desenvolvimento das atividades turísticas e ao declínio das atividades económicas mais tradicionais. As quatro unidades territoriais são a Costa Vicentina, a Serra, o Baixo Guadiana e o Litoral Sul e Barrocal:

Costa Vicentina – Esta unidade apresenta-se, maioritariamente, como objeto de medidas de conservação dos valores naturais;

Serra – Engloba grande parte da Serra do Espinhaço de Cão, a Serra de Monchique, a Meia Serra (Silves) e a Serra do Caldeirão;

Baixo Guadiana – Engloba os concelhos vizinhos do Rio Guadiana e o norte do concelho de Tavira;

Litoral Sul e Barrocal – Corresponde ao maior aglomerado de população residente, visitantes e turistas. Esta unidade tem a sua identidade focada no turismo.

O principal recurso da região é o mar, dada a sua importância para o turismo, para a pesca e para a náutica de recreio, de cruzeiros e comercial (PROT – Alg, 2004). O turismo no Algarve, apesar de ser a atividade económica de maior importância apresenta-se, em alguns casos, como um ponto fraco para a região, isto devido à elevada concentração da oferta em produtos e mercados limitados e pelo conseqüente consumo elevado, de um dos recursos de maior escassez na região (associada a períodos de seca), a água. Como tal, é necessário definir estratégias que contrariem esta tendência. Contudo, a notoriedade do destino turístico Algarve é um ponto forte

da região e como tal deve-se tirar o maior proveito dele, aproveitando outros dos pontos fortes da região, como a qualidade ambiental, climática e paisagística, os recursos histórico-culturais e os recursos naturais, com vista à criação de zonas e praticas turísticas sustentáveis e integradas com o ambiente. As condições naturais favoráveis para a produção de energias renováveis, também são um ponto forte a ter em conta, aquando do planeamento de projetos relacionados com o turismo (PROT – Alg, 2004). Uma vez que, uma das oportunidades da região está diretamente relacionada com o aumento da procura, por produtos turísticos relacionados com o mar, o ambiente e o património cultural (PROT – Alg, 2004). O Algarve torna-se assim, um dos melhores casos de estudo para a avaliação da sustentabilidade dos empreendimentos turísticos presentes na região, neste caso em particular Lagos e Tavira.

6.1.2. Tavira

Tavira situa-se a sul de Portugal, no Algarve, mais exatamente no Sotavento Algarvio (Figura 6.2). O concelho tem uma área de 611 km² e uma população residente de 26.167 habitantes, o concelho é constituído por nove freguesias, Cabanas, Cachopo, Conceição, Luz de Tavira, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santa Luzia, Santa Maria, Santiago e Santo Estêvão.

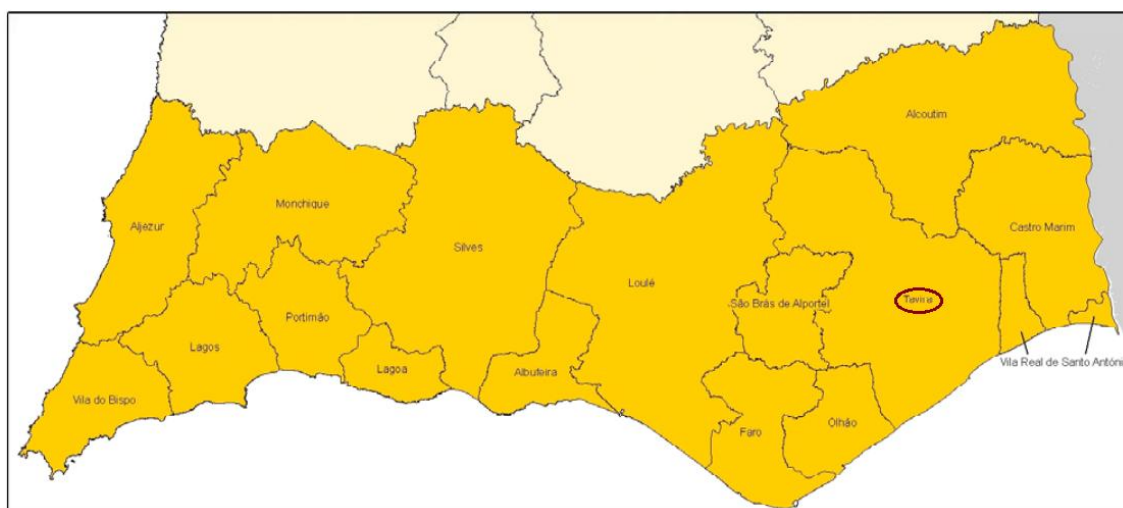


Figura 6.2 - Indicação (a castanho) da localização geográfica do concelho de Tavira (Fonte: PROT-Alg, 2007). Sem escala na origem.

Estende-se da orla marítima para o interior, englobando três das unidades territoriais do Algarve, o litoral, o barrocal e a serra. Temos ainda presente no concelho, o Parque Natural da Ria Formosa caracterizado pela presença de um cordão dunar arenoso litoral (praias e dunas) que protege uma zona lagunar (CMT, 2012). Uma parte do sistema lagunar encontra-se permanentemente submersa, enquanto uma percentagem significativa emerge durante a baixa-mar. Este sistema lagunar de grandes dimensões, inclui uma grande variedade de habitats: ilhas-barreira, sapais, bancos de areia e de vasa, dunas, salinas, lagoas de água doce e salobra, cursos de água, áreas agrícolas e matas, situação que desde logo indicia uma evidente diversidade florística e faunística (ICNB, 2012). O clima da região é temperado mediterrânico, a

temperatura média anual ronda os 18°C. No mês de agosto as temperaturas máximas rondam os 30°C e as mínimas, os 19°C, em janeiro as temperaturas rondam os 16°C e as mínimas, os 7°C (CCDR-Alg, 2003; CMT, 2012).

Para melhor compreender e planear, quaisquer atividades turísticas, torna-se essencial analisar o estado do ambiente, bem como do turismo, no concelho. Assim na tabela seguinte, são apresentados os principais descritores e indicadores ambientais e turísticos, do concelho (Tabela 6.1).

Tabela 6.1 – Indicadores ambientais e de turismo do concelho de Tavira

Tema	Indicador	Estado
Ambiente	Consumo de Energia Fonte: SIDS, 2007	No ano de 2005, o concelho de Tavira apresentou consumos de energia elétrica na ordem dos 90 milhões de kW/h. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) estabelece como meta a redução do consumo final de energia em 1%/ano, relativamente à média dos últimos 5 anos (2001-2005). Tal meta não se verificou para o concelho de Tavira, uma vez que se verificou um aumento dos consumos para esse mesmo período.
	Qualidade do Ar Fonte: SIDS, 2007; CCDR-Alg, 2003	Uma vez que não existem dados específicos e concretos para o concelho de Tavira, foram utilizados os dados recolhidos nas estações de monitorização mais próximas. Desta forma, observou-se um predomínio da classificação Bom para o período de 2004-2007. Observa-se também um ligeiro aumento da classificação Muito Bom em 2006 relativamente aos anos anteriores.
	Consumo de Água Fonte: SIDS, 2007	Os consumos de água no concelho de Tavira, verificaram um decréscimo desde 2004 até 2006, sendo nesse ano o consumo de cerca de três milhões de m ³
	Qualidade de água superficial Fonte: SIDS, 2007	Para o ano de 2006, a qualidade da água no concelho de Tavira, foi considerada razoável.
	Áreas sensíveis Fonte: CCDR-Alg, 2003; ICNB, 2012	Tavira possui uma zona húmida de importância internacional (RAMSAR ⁸), uma área da Rede Nacional de Áreas Protegidas, uma zona de proteção especial (Rede Natura 2000 ⁹) e um sítio de interesse comunitário (Rede Natura 2000).
	Qualidade da água em zonas balneares Fonte: SNIRH, 2011	Todas as praias do concelho, apresentaram, em 2011, uma classificação excelente de acordo com Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).
	Área de Reserva Ecológica Nacional ¹⁰ (REN) Fonte: SIDS, 2007	80% do concelho de Tavira é área classificada como REN
	Área de Reserva Agrícola Nacional ¹¹ (RAN) Fonte: SIDS, 2007	9000 ha do concelho, têm a classificação de RAN.
Turismo	Intensidade turística Fonte: SIDS, 2007	Tavira representa cerca de 5% da atividade turística do Algarve
	Capacidade de alojamento Fonte: SIDS, 2007	Tavira apresenta cerca de 5000 camas.

⁸ A Convenção sobre Zonas Húmidas constitui um tratado intergovernamental adotado em 2 de Fevereiro de 1971 na cidade iraniana de Ramsar. Por esse motivo, esta Convenção é geralmente conhecida como "Convenção de Ramsar" e representa o primeiro dos tratados globais sobre conservação.

⁹ A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas n.º 79/409/CEE (Diretiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitats mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade.

¹⁰ A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais são objeto de proteção especial. O seu regime jurídico encontra-se estabelecido no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de Agosto

¹¹ A RAN é o conjunto das áreas que em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos apresentam maior aptidão para a atividade agrícola. A RAN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos. A RAN foi criada pelo Decreto-Lei n.º 196/89, de 14 de Junho, tendo este diploma sido alterado pelo Decreto-Lei n.º 274/92, de 12 de Dezembro. Foi publicado recentemente o novo diploma da RAN, através do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março

A análise dos indicadores ambientais e turísticos do concelho, permite-nos perceber quais as áreas de maior importância, e neste caso em concreto, verifica-se que se dever dar especial atenção aos consumos de energia elétrica, às áreas sensíveis existentes e às áreas de REN¹² e RAN classificadas no concelho, devido à sua sensibilidade e importância ecológica e ambiental. Verifica-se também que a qualidade das águas balneares, aparece assim como um ponto forte na possível atração de turistas ao local.

6.1.3. Lagos

Localizado na zona ocidental do Algarve (Figura 6.3), o concelho de Lagos estende-se ao longo de 212,8 km² e subdivide-se em seis freguesias, Barão de São João, Bensafirim, Luz, Odiáxere, Santa Maria e São Sebastião, com um total de 28 890 habitantes.

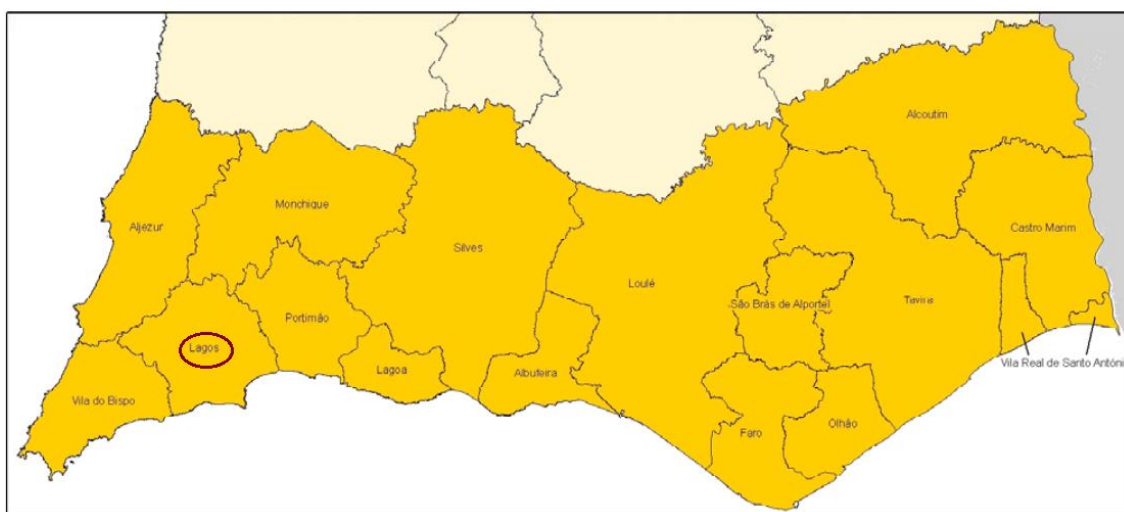


Figura 6.3 - Indicação (a castanho) da localização geográfica do concelho de Lagos (Fonte: PROT-Alg, 2007). Sem escala na origem.

Lagos é conhecido por ser um dos mais importantes destinos turísticos do Algarve, devido à sua linha de costa (cerca de 15 km), às suas 11 praias e à sua paisagem, integrada nas unidades territoriais do Litoral, do Barrocal e de Serra. Geomorfologicamente, o município de Lagos divide-se em dois grandes domínios, designadamente na Serra Algarvia e na Orla Algarvia. A Serra Algarvia, no seu conjunto, compõe-se de uma série de cabeços com cimos de formas arredondadas e suaves e com vertentes de declives acentuados, cobertos por vegetação rasteira dispersa. A Orla Algarvia consiste numa zona calcária, situada a Sul da Serra algarvia, correspondente aos restantes 55% do município, e é constituída por rochas meso-cenozoicas entre as quais sobressaem, pela sua importância no relevo, os calcários. O município de Lagos apresenta um clima mediterrânico temperado inserindo-se na província climática do Algarve, onde os Verões são quentes e os Invernos muito suaves. O seu posicionamento litoral determina que pluviosidade anual não exceda os 350 a 500 mm, sendo usual a ocorrência de cinco a seis meses secos.

¹² Ortofotomapa da delimitação da REN no concelho de Tavira encontra-se em anexo (Anexo 3)

De seguida serão descritos alguns dos indicadores ambientais e turísticos, do concelho, que melhor permitem avaliar a situação atual do estado do ambiente, bem como do turismo, no concelho. Na tabela seguinte, são apresentados os principais descritores e indicadores ambientais e turísticos de Lagos (Tabela 6.2).

Tabela 6.2 – Indicadores ambientais e de turismo do concelho de Lagos

Tema	Descritor	Estado
Ambiente	Consumo de Energia Fonte: SIDS, 2007	No ano de 2005, o concelho de Lagos apresentou consumos de energia elétrica na ordem dos 270 milhões de kW/h, o terceiro concelho com o maior consumo, na região do Algarve. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) estabelece como meta a redução do consumo final de energia em 1%/ano, relativamente à média dos últimos 5 anos (2001-2005). Tal meta não se verificou para o concelho de Lagos, uma vez que se verificou um aumento dos consumos para esse mesmo período.
	Qualidade do Ar Fonte: SIDS, 2007; CCDR-Alg, 2003	Uma vez que não existem dados específicos e concretos para o concelho de Lagoa, foram utilizados os dados recolhidos nas estações de monitorização mais próximas. Desta forma, observou-se um predomínio da classificação Bom para o período de 2004-2007. Observa-se também um ligeiro aumento da classificação Muito Bom em 2006 relativamente aos anos anteriores.
	Consumo de Água Fonte: SIDS, 2007	Os consumos de água no concelho de Tavira, verificaram um decréscimo desde 2004 até 2006, sendo nesse ano o consumo de cerca de 5,8 milhões de m ³ , o quarto concelho com os maiores consumos, no Algarve.
	Áreas sensíveis Fonte: CML	A principal evidência do valor ecológico do Concelho de Lagos é a existência de diversas áreas integradas na Rede Natura 2000. A maior, encontra-se na região Oeste. Na região Este do Município, existe também uma área integrada na Rede Natura 2000, na Ria de Alvor. A Norte, verifica-se outra zona integrada na Rede Natura, na serra de Monchique. Foram também identificadas duas Zonas Importantes para as aves. Uma na região Norte que abrange, em parte, Monchique e outra no extremo Sul (Freguesias da Luz e de Santa Maria). A Ria do Alvor É uma das zonas húmidas mais importantes do Algarve estando abrangida pela Convenção de <i>Ramsar</i>
	Espécies de Fauna e Flora Fonte: CML	Possui uma elevada biodiversidade a nível de espécies e de habitats naturais, sendo muitos deles exclusivos desta área. No total engloba 35 habitats naturais, 9 deles prioritários. No que diz respeito à flora é o Sítio da Rede Natura 2000 (em Portugal) que alberga o maior número de espécies prioritárias, de endemismos portugueses e de endemismos locais. A Ria do Alvor possui pelo menos 16 habitats naturais, sendo dois deles prioritários.
	Qualidade da água em zonas balneares Fonte: SNIRH, 2011	À exceção de uma praia, que obteve a classificação de Bom, todas as outras praias do concelho, apresentaram, em 2011, uma classificação Excelente de acordo com SNIRH.
	Área de Reserva Ecológica Nacional (REN) Fonte: SIDS, 2007	55% do concelho de Tavira é área classificada como REN
	Área de Reserva Agrícola Nacional (RAN) Fonte: SIDS, 2007	5000 ha do concelho, têm a classificação de RAN.
Turismo	Intensidade turística Fonte: SIDS, 2007	Lagos representa cerca de 5% da atividade turística do Algarve
	Capacidade de alojamento Fonte: SIDS, 2007	Lagos apresenta cerca de 6000 camas.

A análise dos indicadores ambientais e turísticos do concelho, permite-nos perceber que Lagos possui inúmeras zonas ecologicamente sensíveis e como tal, aquando do processo de planeamento ou gestão de qualquer atividade turística isso deve ser tido em conta. Verifica-se também que uma grande parte do concelho corresponde as áreas classificadas como REN e RAN¹³. Um dos pontos fracos está diretamente ligado com os consumos de energia elétrica e de água, sendo que Lagos é dos concelhos mais consumidores da região do Algarve.

6.2. Caracterização dos Casos de Estudo

6.2.1. O Grupo Vila Galé

O grupo Vila Galé é um dos principais grupos hoteleiros nacionais e integra o ranking das 250 maiores empresas hoteleiras mundiais. O grupo é composto por diversas sociedades, das quais se destaca, pela sua dimensão e importância, a Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A., que integra o *rating* 1 das empresas nacionais, o que influenciou na escolha do grupo hoteleiro a estudar. Esta sociedade, constituída em 1986, dedica-se à exploração e gestão de todas as unidades hoteleiras que integram o grupo e ainda, à realização de projetos e à construção de novos empreendimentos turísticos.



Figura 6.4 - Logótipo do grupo hoteleiro Vila Galé, Sa.(Fonte: Vila Galé 2012)

O grupo Vila Galé é atualmente responsável pela gestão de 23 unidades hoteleiras: 17 em Portugal e 6 no Brasil. A Vila Galé, S.A conta hoje em dia com cerca de 2400 funcionários.

O capital da Vila Galé, S.A. é integralmente português e encontra-se dividido por Jorge Rebelo de Almeida, José Silvestre Lavrador, Maria Helena Jorge e FCR - Fundo de Capital de Risco da Caixa Geral de Depósitos, sendo o Conselho de Administração presidido pelo primeiro. Participa no capital da Vila Galé Gest, S.A, sociedade que realiza a gestão do Fundo de Investimento Imobiliário Vila Galé (Vila Galé, 2012)

6.2.2. Vila Galé Albacora

O Hotel Vila Galé Albacora (Figura 6.5) nasceu da recuperação de um antigo arraial de pesca de atum. Esta origem contribuiu para as características arquitetónicas e culturais distintas do hotel, inserido em pleno Parque Natural da Ria Formosa, no Algarve. O hotel é certificado pelo

¹³ Ortofotomapa da delimitação da REN e RAN no concelho de Lagos disponível em anexo (Anexo 4)

sistema LiderA, com o nível A na avaliação final de desempenho ambiental na área da gestão e da construção sustentável, classificado pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR). O hotel também recebeu a certificação Eco-Hotel da Tüv Rheinland, o galardão da *Green Key*, atribuída pela associação Bandeira Azul e é galardoado com “gold” pela Travelife por boas práticas ambientais e sociais (Vila Galé, 2012).



Figura 6.5- Entrada do hotel (esquerda) e vista das traseiras do hotel (direita). Fotos obtidas pelo autor Julho de 2012

O Hotel Vila Galé Albacora apresenta 162 quartos, cinco suites junior, dois restaurantes e um bar, salas de reuniões, piscina exterior, sala de jogos, parque infantil, jardins, lavandaria, parque de estacionamento, um *Spa*, um centro de atividades de ecoturismo e um centro de mergulho.

6.2.3. Vila Galé Lagos

O hotel Vila Galé Lagos (Figura 6.6), encontra-se situado na Meia Praia, em Lagos, no Algarve. Teve a sua abertura em Abril de 2009. O hotel dispõe de 248 quartos e 38 suites, dois restaurantes e dois bares, salas de reuniões, uma piscina exterior, salas de jogos, lavandaria, garagens, parque de estacionamento e um *spa* (com uma piscina interior) (Vila Galé, 2012).



Figura 6.6 – Entrada do hotel (esquerda) e vista do espaço verde de maior dimensão e da piscina exterior (direita). Fotos obtidas pelo autor em Julho de 2012.

6.3. Avaliação da Sustentabilidade e Aplicação do Modelo

De forma a avaliar a sustentabilidade, na fase de exploração/operação, dos dois empreendimentos turísticos, Vila Galé Albacora e Vila Galé Lagos, foi realizado trabalho de campo, com o objetivo de observar e registrar o funcionamento dos hotéis bem com das suas práticas ambientais. Para tal, foram realizadas entrevistas aos funcionários dos hotéis, incluindo a direção, foram registadas todas as observações e evidências às práticas e atividades realizadas. Por fim, e após tratamento da informação recolhida, procedeu-se à avaliação da sustentabilidade através da aplicação do modelo desenvolvido.

6.3.1. Vila Galé Albacora

O hotel/*resort* Vila Galé Albacora recebeu a classificação de Eco-Hotel e pode ser considerado um *Eco-Resort*, devido às suas características. Para receber esse estatuto o empreendimento teve de atender a um variado número de práticas sustentáveis e apresentar uma melhoria contínua no seu desempenho e eficiência ambiental.

Como resultado do trabalho de campo realizado, foi possível registrar as seguintes observações/evidências¹⁴ (Tabela 6.3), para se proceder à avaliação da sustentabilidade através do modelo desenvolvido, na presente dissertação.

¹⁴ As evidências e observações registadas com recurso a fotografia e fornecidas pela direção, bem como a lista de inquiridos encontram-se disponíveis em anexo (Anexo 5 e 7)

I. Observações/Evidências

Tabela 6.3 – Observações e Evidências registadas no hotel Vila Galé Albacora

Critérios	Observações/Evidências
SGA	<ul style="list-style-type: none"> • SGA implementado desde 2009; • O hotel tem apresentado uma melhoria contínua desde o ano da implementação do SGA; • Atualmente certificado pelo Eco-Hotel.
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Existe monitorização e controle da qualidade da água nos dois depósitos existentes no hotel, nas piscinas, na água para rega e nos quartos; • São realizadas análises duas vezes por mês (uma a mais do que a obrigatoriedade legal); • É realizado o tratamento das águas das piscinas; • Reaproveitamento de 14 m³/ dia proveniente de ambas as piscinas (interior e exterior) + jacuzzi (diário 6m³) ; • Autoclismos com dois volumes de água separados; • Existem mecanismos redutores de caudal em todas as torneiras; • A rega é feita de forma automática, gota a gota, para evitar desperdícios e gastos excessivos; • Vegetação autóctone com vista a racionalização de água; • A lavandaria é dos sectores que mais água consome; • A lavagem de roupa, na lavandaria, tenta ser feito nos períodos mais económicos, programas automáticos com vista à racionalização de custos por tipo de roupa; • Existe a formação para todos os colaboradores sobre as necessidades de poupança.
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Os consumos energéticos são monitorizados na lavandaria, nas caldeiras e no <i>spa</i>; • A iluminação exterior possui sensores de regulação de acordo com a intensidade luminosa; • Mais de 80% das lâmpadas no hotel são de baixo consumo; • 90% da energia (eletricidade) fornecida é de origem renovável; • A passagem a ferro da roupa é feita quando esta ainda se encontra húmida, de forma a gastar menos energia. • Os quartos estão equipados com um sistema de poupança de energia (só há alimentação de energia para o quarto quando a chave do hóspede se encontra no devido equipamento); • Existe a formação para todos os colaboradores sobre as necessidades de poupança.

Critérios	Observações/Evidências
Emissões	<ul style="list-style-type: none"> • Existe uma calibração anual das caldeiras e respetivo controlo das emissões; • São disponibilizados meios de transporte não poluentes para os turistas (bicicletas, canoas, caiaques); • Verifica-se a promoção e a divulgação de atividade que recorrem a transportes não poluentes; • Os funcionários utilizam um veículo elétrico para se deslocarem no <i>resort</i> e nas sumas imediações.
Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os resíduos são separados e encaminhados devidamente para as estações de tratamento mais próximas; • Existem contentores com separadores para cada tipologia de resíduos, espalhados por todas as zonas de serviço e alojamento dos hóspedes; • Os responsáveis pela limpeza recebem sacos diferenciados para cada tipo de resíduos; • Os funcionários recebem formação sobre as práticas adequadas na recolha dos resíduos; • No folheto disponível em cada quarto é possível verificar informações sobre o destino a dar aos resíduos gerados; • Existe um controlo na utilização de resíduos tóxicos, sendo estes armazenados em local próprio e existem bacias de retenção para os mesmos nos locais devidos.
Bens e Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se a utilização de produtos recicláveis e ecológicos (papel higiénico, frascos de <i>shampoo</i> e gel de banho, etc.); • Alguns dos alimentos e produtos consumíveis são ecológicos; • Utilização de tinteiros reciclados e toda a papelaria utilizada no empreendimento é reciclada; • A confeção de refeições típicas é feita com produtos alimentares provenientes da região e do comércio local; • São utilizadas na confeção de refeições e bebidas frutas e ervas aromáticas, provenientes da horta própria;

Critérios	Observações/Evidências
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • As espécies de árvores presentes no hotel encontram-se identificadas (placas com o nome); • A empresa apoiou e apoia iniciativas e projetos de conservação da natureza (na ria formosa); • A empresa realiza donativos para associações responsáveis pela preservação da natureza; • É realizada a libertação de aves (recuperadas) para o seu habitat natural; • Existem posters, folhetos e quadros que promovem e divulgam a biodiversidade local e a importância da sua preservação; • Algumas das atividades oferecidas pelo hotel estão relacionadas com a observação da vida selvagem (mergulho, <i>birdwatching</i> e passeios de caiaque e a cavalo); • Iniciativas e projetos de conservação da natureza na ria formosa com parceria da Almagem e ICNB.
Cultura, Costumes e Tradições	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de um núcleo museológico, no interior do hotel, sobre a prática tradicional da pesca do atum; • Existe uma capela (original) no interior do hotel, onde se celebram cerimónias religiosas (missas, casamentos, Bodas); • Verifica-se a divulgação da história do arraial ferreira neto (atual Vila Galé Albacora) e da pesca do atum; • Existem diversas atividades relacionadas com as práticas tradicionais da pesca;
Desenvolvimento Socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> • O hotel cede espaços para a realização de eventos por parte das cooperativas e associações locais; • Verifica-se a divulgação e a venda de obras de artistas locais (quadros, esculturas, pinturas, etc.); • Verifica-se o patrocínio e a realização de eventos no hotel com vista a promoção da gastronomia local; • O hotel contrata os serviços de empresas locais (deslocações dos turistas); • Organização de festivais e concursos de gastronomia local; • Verifica-se que grande parte dos funcionários é natural da região; • A empresa realiza donativos e apoia projetos de cariz social, nomeadamente da Cruz Vermelha e das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) da região.

Critérios	Observações/Evidências
Formação e Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os colaboradores recebem formação; • Existe a realização de <i>workshops</i> no resort sobre a importância da preservação da fauna e da flora local; • Existem <i>posters</i> e <i>flyers</i> distribuídos pelo resort que informam sobre a importância da fauna e flora da Ria Formosa.
Clientes e Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um questionário de satisfação para clientes; • Grande parte dos fornecedores da empresa, são certificados.



Figura 6.7 – Vegetação autóctone e adequada às necessidades hídricas da região (esquerda) e placar da loja de atividades ao ar livre (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.



Figura 6.8 – Produtos típicos da região vendidos no hotel (esquerda) e vista do hotel para a Ria Formosa (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.

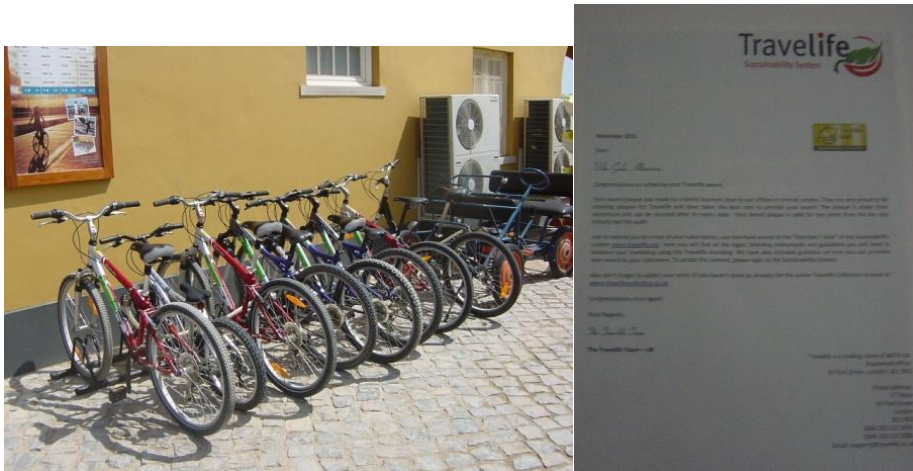


Figura 6.9 – Bicicletas para aluguer no hotel (esquerda) e diploma da certificação da Travelife (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012



Figura 6.10 – Barco representativo dos costumes locais (esquerda) caixote de lixo com separação para as diferentes tipologias de resíduos (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.



Figura 6.11 – Papel reciclado utilizado nos quartos (esquerda) e placar informativo sobre as atividades ao ar livre e de natureza (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.

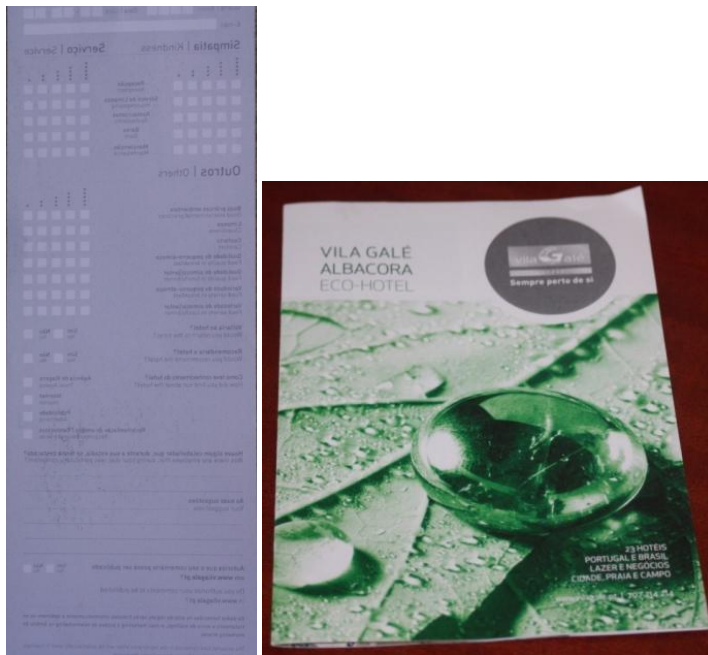


Figura 6.12 – Questionário de satisfação para clientes (esquerda) e brochura informativa sobre o eco-hotel para clientes (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012



Figura 6.13 – Cartaz promocional de passeios em barcos tradicionais (esquerda) e folheto informativo do projeto de apoio social realizado pelo grupo Vila Galé (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.

II. Consumos

Analisando os consumos¹⁵ energéticos e de água do *resort*, será possível perceber em que situação se encontra, relativamente aos valores ideais para um hotel sustentável e eficiente. Uma vez que o ano de 2012 ainda não terminou, foram utilizados os dados referentes aos consumos de água e eletricidade até ao mês de Agosto e os dados referentes ao ano 2011 para os consumos de gás. Os consumos de água e de energia encontram-se nas tabelas seguintes:

Tabela 6.4 – Consumos de água do hotel Vila Galé Albacora no ano 2012. (Fonte: Vila Galé 2012)

Meses	Contador 1 (m ³)	Contador 2 (m ³)	Número de hóspedes	Consumo por hóspede (m ³ /hóspede)
Jan	258	401	1	659
Fev	704	1250	1	1954
Mar	419	1018	2778	0,52
Abr	674	1018	4773	0,35
Mai	751	1608	3641	0,65
Jun	1603	2009	9184	0,39
Jul	1669	2690	9927	0,44
Ago	1680	2789	10372	0,43
Total	5116	8343	30303	0,44

Relativamente aos consumos de água, verifica-se que o contador 2 (jardins, piscina e lavandaria) é o que apresenta os maiores consumos. Verifica-se também que os meses de Junho a Agosto são os que apresentam maiores consumos, isto porque são os meses de verão (época alta) correspondente à maior afluência de turistas. O valor total dos consumos por hóspede foi de 0,44 m³.

¹⁵ Os dados detalhados relativos aos consumos de água e energia do hotel Vila Galé Albacora encontram-se em anexo (Anexo 8).

Tabela 6.5 – Consumos de eletricidade do hotel Vila Galé Albacora no ano 2012. (Fonte: Vila Galé 2012)

Meses	Consumo eletricidade (kW)	Número de hóspedes	Consumo por hóspede (kW/hóspede)
Jan	9986	1	9986,00
Fev	12019	1	12019,00
Mar	46298	2778	16,67
Abr	59809	4773	12,53
Mai	62067	3641	17,05
Jun	93871	9184	10,22
Jul	113710	9927	11,45
Ago	126789	10372	12,22
Total	524549	30303	17,31

Quanto aos consumos de energia elétrica verifica-se que de forma idêntica aos consumos de água, são os meses de Junho a Agosto que apresentam os maiores consumos. O consumo total por hóspede foi de 17,31 kW. Os consumos de gás encontram-se na tabela seguinte:

Tabela 6.6 - Consumos de gás do hotel Vila Galé Albacora no ano 2011. (Fonte: Vila Galé 2012)

Meses	Consumo gás (kg)	Número de hóspedes	Consumo por hóspede (kg/hóspede)
Jan	6400	1811	3,53
Fev	6810	2335	2,91
Mar	7270	3185	2,28
Abr	6710	6539	1,03
Mai	6390	4853	1,32
Jun	5360	8183	0,66
Jul	6150	10203	0,60
Ago	6280	10840	0,58
Set	5940	6212	0,96
Out	3070	3255	0,94
Nov	0	1	0,00
Dev	0	1	0,00
Total	60390	57418	1,05

Relativamente ao consumo total de gás por hóspede o valor é de 1,05 kg, os meses de Janeiro a Março apresentam os consumos mais elevados.

III. Produção de Resíduos

Analisando a produção de resíduos, do *resort*, será possível perceber em que situação se encontra, relativamente aos valores ideais para um hotel sustentável e eficiente. Foram utilizados os dados¹⁶ referentes à produção de resíduos para o ano de 2011. O valor referente à produção de resíduos encontra-se na seguinte tabela:

Tabela 6.7 – Produção de resíduos do hotel Vila Galé Albacora no ano 2011. (Fonte: Vila Galé 2012)

Meses	Número de hóspedes	Total de papel por hóspede (kg/hóspede)	Total de plástico por hóspede (kg/hóspede)	Total de vidro por hóspede (kg/hóspede)	Total de RSU hóspede (kg/hóspede)	Total de OAU hóspede (kg/hóspede)	Total de resíduos por hóspede (kg/hóspede)
Jan	1741	0,30	0,07	0,21	3,17	0,02	3,77
Fev	2335	0,28	0,09	0,16	2,64	0,00	3,18
Mar	3185	0,26	0,09	0,16	1,99	0,02	2,55
Abr	6539	0,12	0,05	0,11	1,29	0,00	2,40
Mai	4853	0,19	0,06	0,26	1,88	0,02	2,39
Jun	8183	0,14	0,06	0,12	1,23	0,01	1,55
Jul	10203	0,14	0,04	0,13	1,32	0,01	2,25
Ago	10840	0,15	0,05	0,10	1,42	0,00	1,72
Set	6212	0,18	0,07	0,25	1,75	0,01	2,25
Out	3255	0,17	0,06	0,29	2,40	0,02	2,93
Nov	0	0	0	0	0	0	0
Dez	0	0	0	0	0	0	0
Total	57346	0,17	0,06	0,16	1,63	0,01	2,22

Relativamente à produção de resíduos no hotel, verificou-se que a maior produção de resíduos por hóspede aconteceu nos meses de Janeiro, Fevereiro e Outubro. Verifica-se também que o tipo de resíduos mais produzidos no hotel são os resíduos sólidos urbanos (RSU), seguidos do papel e do vidro e por fim o plástico e os óleos alimentares usados (OAU). O valor total de resíduos produzidos por hóspede foi de 2,22 kg.

¹⁶ A informação detalhada da produção de resíduos do hotel Vila Galé Albacora encontra-se em anexo (Anexo 9)

IV. Modelo de Avaliação da Sustentabilidade de *Resorts*

Após o registo e observação de todas as evidências, procedeu-se então à aplicação do modelo de avaliação da sustentabilidade de *resorts*, para a fase de exploração. A avaliação atribuída a cada questão bem como o resultado final obtido pelo Vila Galé Albacora, encontra-se na tabela seguinte:

Critérios	Questões	S/N	1-3	Pontuação Obtida	Pontuação Máxima
E1-SGA	A empresa tem implementado um sistema de gestão ambiental	S	3	3	3
E2-Água	Existe a monitorização da qualidade da água e são respeitados os valores legais	S	3	17	24
	Existe a monitorização dos consumos de água	S	3		
	Os consumos de água anuais são inferiores a 0,5 m3 por hóspede	S	1		
	Utilização de técnicas de redução e de utilização racional dos fluxos de água	S	3		
	Verifica-se a utilização de técnicas e mecanismo de reutilização e aproveitamento de águas	S	1		
	Existe o tratamento de águas	S	1		
	Os espaços verdes estão adequados à disponibilidade hídrica da região	S	3		
	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos de água	S	2		
E3-Energia	Existe a monitorização dos consumos energéticos	S	2	11	18
	Os consumos anuais de energia são inferiores a 50 kW por hóspede	S	2		
	Foram adotadas medidas e mecanismos para reduzir os consumos globais de energia no empreendimento	S	2		
	Existem fontes de energia renováveis (aquecimento de água)	N	0		
	Existem fontes de energia renováveis (eletricidade)	S	3		
	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos energéticos.	S	2		
E4-Emissões	São respeitadas as especificações legais estabelecidas no que respeita às emissões atmosféricas	N	0	6	15
	As emissões no resort são monitorizadas	S	2		
	Foram implementadas técnicas e mecanismos de controlo e redução das emissões	N	0		
	São utilizados meios de transporte ecológicos nas deslocações dos turistas	S	2		
	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir a utilização de meios de transporte poluentes.	S	2		
E5-Resíduos	Existem mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos	S	3	13	18
	A produção anual de resíduos é inferior a 5 kg por hóspede	S	2		
	Verifica-se a separação dos resíduos por tipologia	S	3		
	Existe um controlo na utilização de produtos, geradores de resíduos tóxicos.	S	2		
	O tratamento dos resíduos gerados é realizado no empreendimento	N	0		
	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir e separar os resíduos	S	3		
E6-Bens e Produtos	Os bens e produtos de consumo adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e são recicláveis ou reutilizáveis	S	2	7	12
	Os produtos e materiais utilizados, nas operações de manutenção, reparação e construção, são recicláveis ou reutilizáveis	S	1		
	Existe uma política de compra de produtos ecológicos para os materiais, alimentos e produtos consumíveis	S	2		
	Os produtos alimentares provêm do comércio local.	S	2		
E7-Biodiversidade	Verifica-se a monitorização da biodiversidade	S	1	12	15
	A empresa contribui para o apoio à conservação da biodiversidade, incluindo o apoio a áreas naturais protegidas	S	3		
	A empresa apoia a criação de reservas naturais ou áreas protegidas	S	2		
	As pragas são controladas com recurso a técnicas naturais e biológicas	S	3		
	A empresa sensibiliza os seus colaboradores para a necessidade de preservar o ambiente natural	S	3		
E8-Cultura	As actividades e operações realizadas no resort respeitam e preservam o património cultural do local	S	3	6	6
	As tradições e costumes locais encontram-se integrados no resort	S	3		
E9-Desenvolv. Socioeconómico	A empresa apoia e incentiva o desenvolvimento dos meios de subsistência da comunidade local	S	2	12	15
	Os funcionários do resort são naturais do local ou da região	S	3		
	A empresa realiza ou apoia projetos de cariz social, na comunidade local	S	2		
	A empresa investe em infraestruturas sociais	S	2		
	O negócio garante a conformidade com todas as medidas relevantes de saúde e segurança para garantir o bem-estar	S	3		
E10-Formação e Educação Ambiental	A empresa fornece formação aos seus colaboradores	S	2	5	6
	A empresa apoia ou realiza projetos de educação ambiental, na comunidade local.	S	3		
E11-Clientes e Fornecedores	A empresa preocupa-se com a satisfação do cliente e dos fornecedores	S	2	4	6
	A empresa seleciona os fornecedores com as melhores práticas ambientais e sociais.	S	2		
Classificação final				69,57	

Figura 6.14 – Extrato do modelo de avaliação da sustentabilidade do resort Vila Galé Albacora em *Microsoft Excel*TM.

De acordo com a avaliação obtida, através da aplicação do modelo de avaliação da sustentabilidade do *resort* Vila Galé Albacora, verificamos que estamos na presença de um *resort* sustentável (60 – 80), relativamente à fase de exploração, pois obteve uma pontuação de 69,57 %.

6.3.2. Vila Galé Lagos

O *resort* Vila Galé Lagos é um empreendimento turístico convencional, que não apresenta um nicho de mercado diferenciado. Tal como sucedeu no Vila Galé Albacora, procedeu-se à avaliação da sustentabilidade do *resort*, recorrendo a mesma metodologia, que consistiu num período de trabalho de campo, do qual resultou o registo de observações e evidências, análise de dados internos do empreendimento e entrevistas com funcionários. O hotel Vila Galé Lagos possui uma certificação energética tanto ao nível de projeto, como ao nível da construção do edificado. Esta certificação respeita os requisitos do sistema nacional de certificação energética e da qualidade do ar interior nos edifícios e é da competência da Agência para a Energia (ADENE).

I. Observações/Evidências

As observações¹⁷ registadas durante a estadia no Vila Galé Lagos, bem como todas as evidências recolhidas relativas às práticas ambientais do *resort*, encontram-se na tabela seguinte:

¹⁷ As evidências e observações registadas com recurso a fotografia e fornecidas pela direção encontram-se disponíveis em anexo (Anexo 6 e 7)

Tabela 6.8 - Observações e Evidências registadas no hotel Vila Galé Lagos.

Critério	Observações/Evidências
SGA	<ul style="list-style-type: none"> • O resort não possui um SGA implementado, contudo verifica-se a preocupação com a gestão de certas componentes ambientais, como os consumos de energia e de água, as emissões e a produção de resíduos
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Existe monitorização e controle da qualidade da água em todos os depósitos, o hotel possui um sistema informatizado que permite o controlo de todas as fontes; • Existem mecanismos redutores de caudal em todas as torneiras; • A rega é feita de forma automática, gota a gota, para evitar desperdícios e gastos excessivos; • Todas as águas que entram nos hotéis são tratadas e controladas analiticamente, de acordo com a legislação em vigor e as diretrizes da Direção-Geral de Saúde (DGS); • Existe um grande gasto e consumo de água nos espaços verdes do <i>resort</i>, grande parte dos espaços públicos exteriores são relvados; • A lavandaria é das unidades que mais água consome; • Existe a formação para todos os colaboradores sobre as necessidades de poupança.
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Os consumos energéticos são monitorizados em todas as fontes, o hotel possui um sistema informatizado que permite o controlo de todas as fontes; • Existem lâmpadas de baixo consumo nas instalações do hotel; • A passagem a ferro da roupa é feita quando esta ainda se encontra húmida, de forma a gastar menos energia. • Em período de época baixa, são encerradas instalações de forma a poupar energia. • 90% da energia (eletricidade) fornecida é de origem renovável; • Os quartos estão equipados com um sistema de poupança de energia (só há alimentação de energia para o quarto quando a chave do hóspede se encontra no devido equipamento); • Certificação energética do edificado (Classe energética A); • Existe a formação para todos os colaboradores sobre as necessidades de poupança.

Critério	Observações/Evidências
Emissões	<ul style="list-style-type: none"> • Existe monitorização das emissões nas caldeiras; • Os valores limite, estabelecidos legalmente, nunca foram ultrapassados. • Verifica-se a divulgação de atividade que recorrem a transportes não poluentes;
Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os resíduos são separados e encaminhados devidamente para as estações de tratamento mais próximas; • Existem contentores com separadores para cada tipologia de resíduos, em algumas áreas exteriores do hotel • Os responsáveis pela limpeza recebem sacos diferenciados para cada tipo de resíduos; • Os funcionários recebem formação sobre as práticas adequadas na recolha dos resíduos; • Existe um controlo na utilização de resíduos tóxicos, sendo estes armazenados em local próprio e existem bacias de retenção para os mesmos nos locais devidos.
Bens e Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se a utilização de produtos recicláveis e ecológicos (papel higiénico, frascos de <i>shampoo</i> e gel de banho, etc.); • A fruta provém do comércio local; • Alguns dos alimentos e produtos consumíveis são ecológicos;
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Não foram observados registos específicos para esta componente; • Apenas se verifica uma sensibilização de alguns colaboradores para a preservação do ambiente natural.
Cultura, Costumes e Tradições	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se a realização de algumas atividades e jogos tradicionais no interior do empreendimento. • Existe a divulgação de espaços culturais da região.
Desenvolvimento Socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> • O hotel cede espaços para a realização de eventos por parte das cooperativas e associações locais; • O hotel oferece refeições e alojamentos para as entidades sociais da região sorteaem; • Verifica-se a oferta de estágios profissionais para pessoas com deficiências; • Verifica-se que grande parte dos funcionários é natural da região; • A empresa realiza donativos e apoia projetos de cariz social, através da cedência de material

Critério	Observações/Evidências
Formação e Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecedores são alertados sobre as boas práticas ambientais que devem seguir; • Formação em boas práticas ambientais para todos os colaboradores. A formação é ministrada anualmente e cobre todo o hotel em ciclos de 3 anos.
Clientes e Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • Existe um questionário de satisfação para clientes; • A empresa realiza uma avaliação à qualidade dos fornecedores, através de um questionário.



Figura 6.15 – Espaços verdes no hotel (esquerda) e vista das 3 piscinas exteriores do hotel (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.



Figura 6.16 - Armazenamento em bacia de retenção para produtos tóxicos (esquerda) e contentores para cada tipologia de resíduo (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.



Figura 6.17- Painéis solares para aquecimento de água no hotel (esquerda) e folheto informativo sobre atividades ao ar livre (esquerda). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.

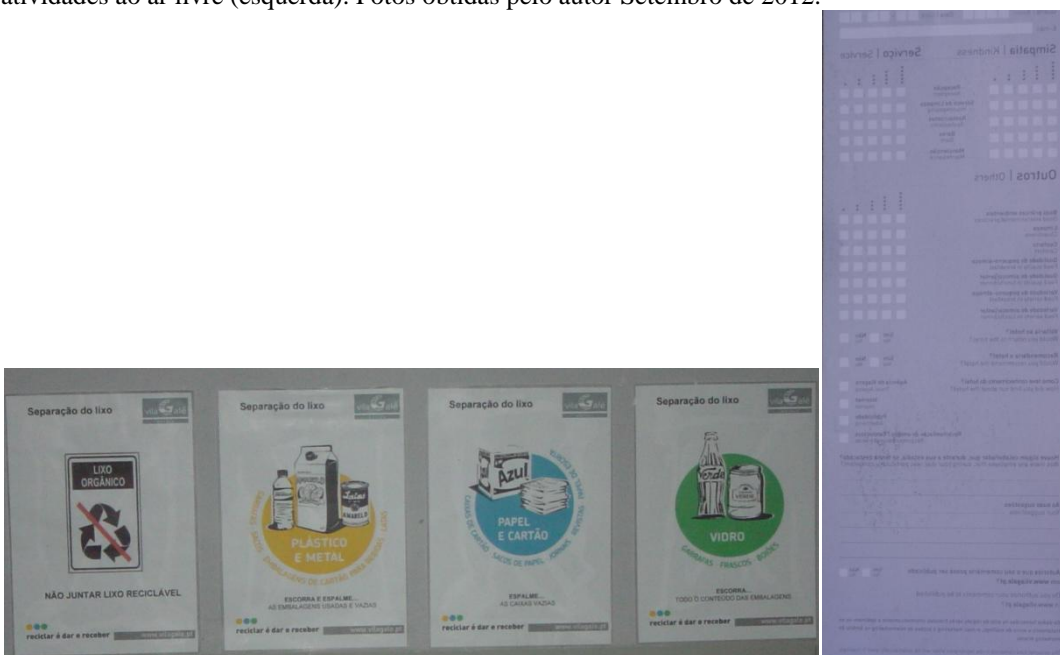


Figura 6.18 – Posters informativos sobre como separar os resíduos por tipologia (esquerda) e questionário de satisfação do cliente (direita). Fotos obtidas pelo autor Setembro de 2012.

II. Consumos

Analisando os consumos¹⁸ energéticos e de água, do *resort*, será possível perceber em que situação se encontra, relativamente aos valores ideais para um hotel sustentável e eficiente. Uma vez que o ano de 2012 ainda não terminou, foram utilizados os dados referentes aos consumos até ao mês de Agosto. Os consumos de água e de energia encontram-se nas tabelas seguintes:

¹⁸ Os dados detalhados relativos aos consumos de água e energia do hotel Vila Galé Lagos encontram-se em anexo (Anexo 10).

Tabela 6.9 – Consumos de água do hotel Vila Galé Lagos. (Fonte: Vila Galé, 2012)

Meses	Contador 1 (m ³)	Contador 2 (m ³)	Número de hóspedes	Consumo por hóspede (m ³ /hóspede)
Jan	2070	1620	1696	1,73
Fev	3609	1801	2735	1,22
Mar	3637	2697	7556	0,62
Abr	1192	4265	10745	0,84
Mai	4342	3405	9611	0,69
Jun	4117	4236	18113	0,58
Jul	4053	5644	21639	0,67
Ago	3733	6809	22557	0,82
Total	26753	30477	94652	0,60

Quanto aos consumos de água, verifica-se que o contador 2 (jardins e piscina) é o que apresenta os maiores consumos. Verifica-se que os meses de Janeiro, Fevereiro, Abril e Agosto são os que apresentam maiores consumos por hóspede. O valor total do consumo de água por hóspede foi de 0,60 m³.

Tabela 6.10 – Consumos de eletricidade no hotel Vila Galé Lagos. (Fonte: Vila Galé, 2012)

Meses	Consumo eletricidade (kW)	Número de hóspedes	Consumo por hóspede (kW/hóspede)
Jan	106516	1696	62,80424528
Fev	119699	2735	43,76563071
Mar	130413	7556	17,25952885
Abr	135299	10745	12,59181014
Mai	156840	9611	16,31880137
Jun	188511	18113	10,40749738
Jul	220929	21639	10,20976016
Ago	213741	22557	9,475595159
Total	1271948	94652	13,43815239

Quanto aos consumos de eletricidade, verifica-se que os maiores consumos ocorrem nos meses de Junho a Agosto, isto deve-se ao facto de ser época alta (Verão). Verifica-se que os consumos por hóspede são mais elevados em época baixa Janeiro e Fevereiro. Podemos verificar que 13,43 é o valor correspondente ao total dos consumos por hóspede. Os consumos de gás no ano 2011, podem ser verificados na tabela seguinte:

Tabela 6.11 – Consumos de gás do hotel Vila Galé Lagos no ano 2011. (Fonte: Vila Galé, 2012)

Meses	Consumo gás (kg)	Número de hóspedes	Consumo por hóspede (kg/hóspede)
Jan	6362	2439	2,60
Fev	3532	2635	1,34
Mar	5806	3431	1,69
Abr	2126	10821	0,19
Mai	6698	8638	0,77
Jun	5826	14893	0,39
Jul	5650	20358	0,27
Ago	8009	22052	0,36
Set	3671	12291	0,29
Out	5152	4963	1,03
Nov	2458	2378	1,03
Dev	6002	2009	2,98
Total	61292	106908	0,57

Como se pode verificar os meses que apresentam valores mais elevados para os consumos de gás foram Dezembro e Janeiro, os meses com os menores consumos por hóspede foram Abril, Julho e Setembro.

III. Produção de Resíduos

Analisando a produção de resíduos, do *resort*, será possível perceber em que situação se encontra, relativamente aos valores ideais para um hotel sustentável e eficiente. Foram utilizados os dados¹⁹ referentes à produção de resíduos para o ano de 2011. O valor referente à produção de resíduos encontra-se na seguinte tabela:

¹⁹ A informação detalhada da produção de resíduos do hotel Vila Galé Lagos encontra-se em anexo (Anexo 9)

Tabela 6.12 – Produção de resíduos do hotel Vila Galé Lagos. (Fonte: Vila Galé Lagos)

Meses	Número de hóspedes	Total de papel por hóspede (kg/hóspede)	Total de plástico por hóspede (kg/hóspede)	Total de vidro por hóspede (kg/hóspede)	Total de RSU hóspede (kg/hóspede)	Total de OAU hóspede (kg/hóspede)	Total de resíduos por hóspede (kg/hóspede)
Jan	2439	0,16	0,12	0,09	0,29	0,03	2,03
Fev	2635	0,14	0,18	0,13	0,22	0,04	3,16
Mar	3431	0,19	0,18	0,09	0,55	0,05	2,30
Abr	10821	0,05	0,07	0,07	0,21	0,04	0,89
Mai	8638	0,07	0,08	0,12	0,39	0,03	1,33
Jun	14893	0,08	0,07	0,10	0,48	0,03	0,92
Jul	20358	0,07	0,06	0,08	0,48	0,02	0,92
Ago	22052	0,06	0,06	0,06	0,50	0,02	0,75
Set	12291	0,05	0,07	0,08	0,59	0,03	1,17
Out	4963	0,10	0,11	0,09	0,88	0,06	1,31
Nov	2378	0,14	0,16	0,15	0,81	0,04	1,71
Dez	2009	0,14	0,10	0,18	0,86	0,02	1,88
Total	106908	0,08	0,08	0,09	0,49	0,01	1,13

Relativamente à produção de resíduos pelo hotel, verificou-se que a maior produção de resíduos por hóspede aconteceu nos meses de Janeiro a Março e em Agosto. Verifica-se também que o tipo de resíduos mais produzidos no hotel são os RSU e o vidro, seguido do vidro e do papel e do plástico e por fim os OAU. A produção total de resíduos por hóspede é de 1,13 kg.

IV. Modelo de Avaliação da sustentabilidade do Resort

Após o registo e observação de todas as evidências, procedeu-se então à aplicação do modelo de avaliação da sustentabilidade de *resorts*, para a fase de exploração. A avaliação atribuída a cada questão bem como o resultado final obtido pelo *resort* Vila Galé Lagos, encontra-se na tabela seguinte:

Critérios	Questões	S/N	Pontuação		
			1-3	Obtida Máxima	
E1-SGA	A empresa tem implementado um sistema de gestão ambiental	N	0	0	3
E2-Água	Existe a monitorização da qualidade da água e os valores legais são respeitados	S	3		
	Existe monitorização dos consumos de água	S	3		
	Os consumos de água anuais são inferiores a 0,5 m ³ por hóspede	N	0		
	Utilização de técnicas de redução e de utilização racional dos fluxos de água	S	3		
	Verifica-se a utilização de técnicas e mecanismo de reutilização e aproveitamento de águas	N	0		
	Existe o tratamento de águas	S	3	13	24
	Os espaços verdes estão adequados à disponibilidade hídrica da região	N	0		
	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos de água	S	1		
E3-Energia	Existe a monitorização dos consumos energéticos	S	3		
	Os consumos anuais de energia são inferiores a 50 kW por hóspede	S	2		
	Foram adotadas medidas e mecanismos para reduzir os consumos globais de energia no empreendimento	S	2	13	18
	Existem fontes de energia renováveis (aquecimento de água)	S	2		
	Existem fontes de energia renováveis (eletricidade)	S	3		
	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos energéticos.	S	1		
E4-Emissões	São respeitadas as especificações legais estabelecidas no que respeita às emissões atmosféricas	S	3		
	As emissões no resort são monitorizadas	S	1		
	Foram implementadas técnicas e mecanismos de controlo e redução das emissões	N	0	6	15
	São utilizados meios de transporte ecológicos nas deslocações dos turistas	S	1		
	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir a utilização de transporte poluentes.	S	1		
E5-Resíduos	Existem mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos	S	3		
	A produção anual de resíduos é inferior a 5 kg por hóspede	S	2		
	Verifica-se a separação dos resíduos por tipologia	S	2	10	18
	Existe um controlo na utilização de produtos, geradores de resíduos tóxicos.	S	2		
	O tratamento dos resíduos gerados é realizado no empreendimento	N	0		
	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir e separar os resíduos	S	1		
E6-Bens e Produtos	Os bens e produtos de consumo adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e são recicláveis ou reutilizáveis	S	2		
	Os produtos e materiais utilizados, nas operações de manutenção, reparação e construção, são recicláveis ou reutilizáveis	S	1	6	12
	Existe uma política de compra de produtos ecológicos para os materiais, alimentos e produtos consumíveis	S	2		
	Os produtos alimentares provêm do comércio local.	S	1		
E7-Biodiversidade	Verifica-se a monitorização da biodiversidade	N	0		
	A empresa contribui para o apoio à conservação da biodiversidade, incluindo o apoio a áreas naturais protegidas	N	0		
	A empresa apoia a criação de reservas naturais ou áreas protegidas	N	0	2	15
	As pragas são controladas com recurso a técnicas naturais e biológicas	N	0		
	A empresa sensibiliza os seus colaboradores para a necessidade de preservar o ambiente natural	S	2		
E8-Cultura	As actividades e operações realizadas no resort respeitam e preservam o património cultural do local	S	2		
	As tradições e costumes locais encontram-se integrados no resort	S	2	4	6
E9-Desenvolv. Socioeconómico	A empresa apoia e incentiva o desenvolvimento dos meios de subsistência da comunidade local	S	2		
	Os funcionários do resort são naturais do local ou da região	S	3		
	A empresa realiza ou apoia projetos de cariz social, na comunidade local	S	3		
	A empresa investe em infraestruturas sociais	S	2	13	18
	O negócio garante a conformidade com todas as medidas relevantes de saúde e segurança para garantir o bem-estar	S	3		
E10-Formação e Educação Ambiental	A empresa fornece formação aos seus colaboradores	S	2		
	A empresa apoia ou realiza projetos de educação ambiental, na comunidade local.	S	1	3	6
E11-Clientes e Fornecedores	A empresa preocupa-se com a satisfação do cliente e dos fornecedores	S	2		
	A empresa seleciona os fornecedores com as melhores práticas ambientais e sociais.	S	2	4	6
Classificação final			53,62		

Figura 6.19 - Extrato do modelo de avaliação da sustentabilidade do resort Vila Galé Lagos em Microsoft Excel™.

De acordo com a avaliação obtida, através da aplicação do modelo de avaliação da sustentabilidade do *resort* Vila Galé Lagos, verificamos que estamos na presença de um *resort* pouco sustentável (40 – 60), pois obteve uma pontuação de 53,62 %.

7. DISCUSSÃO DE RESULTADOS E PROPOSTAS DE MELHORIA

A recolha de informação nos dois *resorts* do grupo Vila Galé, permitiu avaliar o desempenho ambiental e a sustentabilidade dos mesmos. A análise dos dados recolhidos, tornou possível aplicar o modelo de avaliação desenvolvido na presente dissertação. Após a aplicação do modelo aos dois *resorts* foi possível perceber o estado atual de cada um deles.

7.1. Vila Galé Albacora

O *resort* vila Galé Albacora apresentou um valor de 69,57%, no modelo de avaliação da sustentabilidade, o que corresponde a um *resort* sustentável. As observações e evidências recolhidas no *resort*, demonstraram que grande parte das iniciativas e esforços para melhorar o desempenho do hotel, surgiram quando teve início o processo de certificação do hotel (Eco-Hotel) e aquando da implementação do SGA. As certificações que o hotel foi obtendo bem como o respeito pela legislação em vigor e os referenciais que o hotel implementou ao longo dos anos, traduziram-se em melhorias no desempenho ambiental do mesmo.

Os problemas mais comuns neste tipo de empreendimento estão relacionados com os consumos de energia e de água e a produção de resíduos. Verificou-se que o Vila Galé Albacora apresenta os valores mais elevados nos consumos, quer de energia quer de água, na lavandaria. Outro setor que se apresenta como grande consumidor de água são os espaços verdes, contudo esse problema no Albacora é mais reduzido uma vez que o relvado existente é de dimensões reduzidas e os restantes espaços verdes possuem vegetação autóctone com reduzida necessidade de água e a rega é feita com recurso a técnica gota-a-gota (95%).

Os consumos por hóspede são superiores nos meses de Verão, devido ao aumento da temperatura média nestes meses, o que influencia as necessidades de rega e o enchimento das piscinas exteriores. Comparando os valores dos consumos de água e de energia do Vila Galé Albacora com os valores dos hotéis com as melhores práticas ambientais, verificamos que o hotel ainda se encontra algo distante desses valores. Relativamente à água, os hotéis com as melhores práticas ambientais apresentam valores na ordem dos 0,12-0,13 m³ por hóspede, o Vila Galé Albacora apresenta valores na ordem dos 0,40 m³ por hóspede. Nos consumos de eletricidade o hotel apresenta valores na ordem dos 17 kW por hóspede e o valor para um hotel com as melhores práticas ambientais seria na ordem dos 12 kW por hóspede (Projeto LiderA, ND).

Relativamente aos consumos de gás os valores mais elevados são nos meses de Janeiro a Março, isto porque estes são os meses de Inverno, e as necessidades de água quente e de aquecimento são superiores.

No que respeita à produção de resíduos, verifica-se que a maior quantidade de resíduos gerados em relação ao número de hóspedes acontece nos meses de Julho a Setembro. O valor ideal para

um hotel com as melhores práticas ambientais seria de 0,3 kg de resíduos por hóspede, o Albacora apresenta valores na ordem de 1 kg por hóspede (Projeto LiderA, ND).

Analisando o resultado da aplicação do modelo de avaliação, podemos ter a percepção de quais as áreas ou critérios que melhor ou pior desempenho apresentam. Analisando critério a critério verificamos que a totalidade da pontuação é obtida em dois dos critérios SGA (3/3) e Cultura e Costumes (6/6). De seguida aparece o critério Formação e Educação Ambiental (5/6), o critério Biodiversidade (12/15), o critério Resíduos (13/18), Água (17/24), o critério Clientes e Fornecedores (4/6), o critério Desenvolvimento Socioeconómico (12/15) e o critério Energia (11/18). Os critérios que apresentaram menor pontuação foram Bens e Produtos (7/12) e Emissões (6/15).

Apesar do resort Vila Galé Albacora receber a avaliação de sustentável, verifica-se que ainda existem muitas oportunidades de melhoria, mesmo dentro da classificação de sustentável, isto porque o Vila Galé Albacora atingiu um valor de aproximadamente 70%, e encontra-se a uma distância de 10% para poder ser considerado um resort quase autossuficiente ou um verdadeiro *eco-resort*. A aplicação do modelo permitiu verificar as áreas que maior necessidade de intervenção apresentam. Desta forma, no decorrer do presente capítulo serão discutidas possíveis ações a realizar no *resort*, com vista a melhorar o seu desempenho ambiental e futuramente a obter um valor mais elevado no modelo de avaliação da sustentabilidade apresentado.

7.2. Vila Galé Lagos

O *resort* Vila Galé Lagos obteve um valor de cerca de 53,62%, no modelo de avaliação da sustentabilidade, o que corresponde a um resort pouco sustentável. O resultado obtido vai ao encontro da tipologia e das características do hotel. Contudo, reforçamos a ideia que o *resort* de Lagos no que respeita à obrigatoriedade legal das questões ambientais, cumpre totalmente a legislação e obedece aos seus princípios e verifica-se uma preocupação e um esforço em gerir certos aspetos ambientais, com vista a minimizar os impactos dos mesmos, como os consumos de energia e água, as emissões e a produção de resíduos.

No Vila Galé Lagos, a lavandaria é dos setores que mais água consome, junto com os espaços verdes. Grande parte dos espaços públicos exteriores, são relvados o que tem como consequência um enorme consumo de água anual, cerca de metade do total da água consumida vai para rega dos espaços verdes, apesar de cerca de 30% da rega ser efetuada com auxílio de expressores.

Relativamente aos consumos por hóspede, estes aumentam nos meses de Verão, devido ao maior afluxo de turistas. Contudo verifica-se que nos meses de época baixa, os consumos de eletricidade e de água por hóspede também são elevados, tal facto é explicado pela diminuição

do número de hóspedes e pela existência de vários consumos operacionais fixos ao longo de todo o ano. De seguida iremos comparar os valores dos consumos de água e de energia do Vila Galé Lagos com os valores dos hotéis com as melhores práticas ambientais (Projeto LiderA, ND). Relativamente à água, os hotéis com as melhores práticas ambientais apresentam valores na ordem dos 0,12-0,13 m³ por hóspede, o Vila Galé Lagos apresenta valores na ordem dos 0,60 m³ por hóspede. Nos consumos de eletricidade o hotel apresenta valores na ordem dos 13 kW por hóspede e o valor para um hotel com as melhores práticas ambientais seria na ordem dos 12 kW por hóspede, verifica-se uma proximidade de valores, o que demonstra preocupação do hotel nesta temática.

Os consumos de gás do hotel Vila Galé Lagos são superiores nos meses de Inverno, isto porque as necessidades de aquecimento são superiores comparativamente aos meses de verão, onde os consumos são mais reduzidos.

No que respeita à produção de resíduos, verifica-se que a maior quantidade de resíduos gerados em relação ao número de hóspedes acontece nos meses de Janeiro e Fevereiro, tal facto pode acontecer uma vez que o número de hóspedes diminui, mas as operações do hotel mantém-se no mesmo nível. O valor ideal para um hotel com as melhores práticas ambientais seria de 0,3 kg de resíduos por hóspede (Projeto LiderA, ND), o *resort* apresente valores na ordem de 1,13 kg por hóspede.

Analisando o resultado da aplicação do modelo de avaliação, podemos ter a perceção de quais as áreas ou critérios que melhor ou pior desempenho apresentaram. Analisando critério a critério verificamos que em nenhum critério a totalidade da pontuação é obtida. O critério que maior pontuação possível apresentou foi Desenvolvimento Socioeconómico (13/18) e Energia (13/18) seguidos do critério Cultura (4/6) e do critério Clientes e Fornecedores (4/6). Com apenas um valor a mais do que metade da pontuação possível obtida o critério Resíduos (10/18) seguido pelo critério Água (13/24), Formação e Educação Ambiental (3/6) e Bens e Produtos (6/12). Os critérios que não alcançaram metade da pontuação máxima possível Emissões (6/15) e Biodiversidade (2/15). O critério SGA obteve classificação nula (0/3).

O *resort* Vila Galé Lagos obteve a avaliação de pouco sustentável, verifica-se que, apesar de algumas boas práticas de gestão ambiental verificadas no hotel, são ainda necessários alguns esforços e alterações de comportamento para alcançar um nível de *resort* sustentável. Contudo, a aplicação do modelo permitiu verificar as áreas mais carentes e que maior intervenção necessitam, com vista a melhorar a sustentabilidade do hotel. Desta forma, no decorrer do presente capítulo serão discutidas possíveis ações a realizar no *resort*, com vista a melhorar o seu desempenho ambiental e futuramente a obter um valor mais elevado no modelo de avaliação da sustentabilidade apresentado.

7.3. *Resort vs Eco-Resort*

O trabalho realizado na presente dissertação, com vista a estudar as vantagens de adotar medidas mais sustentáveis nos empreendimentos turísticos bem como da certificação no turismo, culminou com a análise de dois casos de estudo concretos. O *resort* Vila Galé Albacora e o *resort* Vila Galé Lagos apresentam duas realidades diferentes, o primeiro é um empreendimento vocacionado para a natureza, é um *eco-resort*, e que vende a sua imagem como tal, apresenta um produto diferenciado em relação ao *resort* de Lagos que se apresenta como um *resort* essencialmente de turismo familiar. O *resort* Vila Galé Albacora é atualmente certificado por várias entidades vocacionadas para o turismo sustentável e possui um SGA implementado desde 2009, o mesmo já não se verifica no *resort* Vila Galé Lagos, onde não existe um SGA, apesar de algumas condições favoráveis à sua implementação, uma vez que já se verificam preocupações ao nível dos consumos de água e de energia, bem como da eficiência energética, das emissões e da produção de resíduos. A aplicação do modelo de avaliação veio comprovar que um hotel certificado e direcionado para as questões do ambiente e da natureza apresenta maiores valores numa escala de avaliação da sustentabilidade (Tabela 7.1).

Tabela 7.1 – Classificação obtida pelos dois *resorts* do grupo Vila Galé

Hotel	Resultado (%)	Classificação
Vila Galé Albacora	69,54	<i>Resort sustentável</i>
Vila Galé Lagos	53,62	<i>Resort pouco sustentável</i>

Relativamente à análise de consumos de eletricidade e água, a comparação pode ser verificada nos gráficos seguintes:

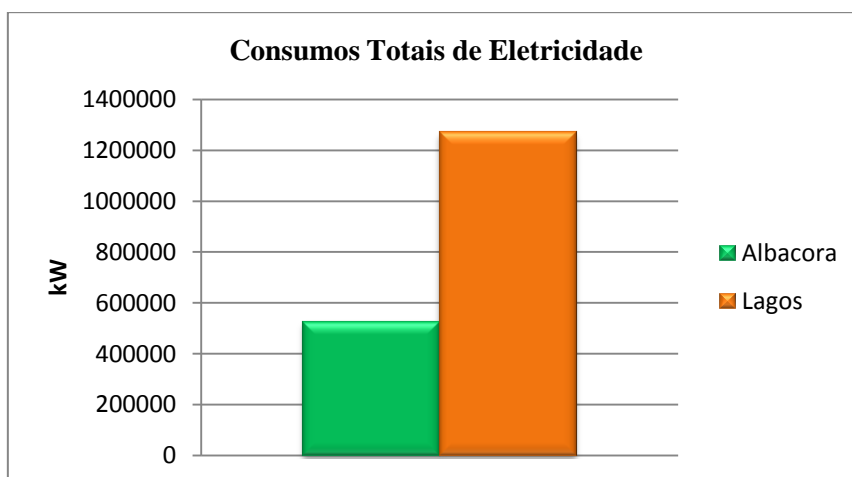


Figura 7.1 – Comparação dos consumos de eletricidade, dos dois *resorts* do grupo Vila Galé.

Relativamente aos consumos totais de eletricidade no presente ano, verifica-se o *resort* Vila Galé Lagos apresenta mais do dobro dos consumos que o *resort* Vila Galé Albacora. O menor número de hóspedes (metade) estará na origem de tais valores.

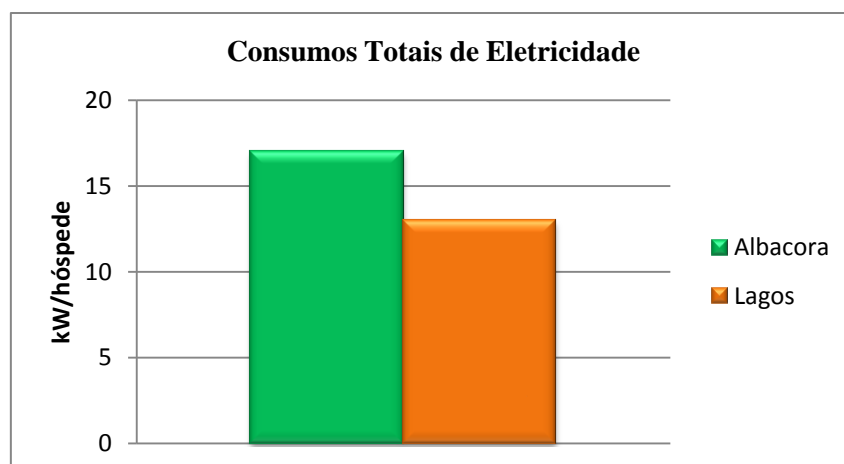


Figura 7.2 - Comparação dos consumos de eletricidade por hóspede dos dois *resorts* do grupo Vila Galé. Apesar das preocupações ambientais e com a redução dos consumos de energia, o resort Vila Galé Albacora apresenta consumos de eletricidade por hóspede superiores aos do Vila Galé Lagos. A redução dos consumos de eletricidade provoca uma redução direta na despesa do hotel, daí a preocupação com esta temática e o hotel Vila Galé Lagos não é exceção, e apresenta valores inferiores a um *eco-resort*. Podemos verificar, através da análise deste gráfico, que existe uma preocupação do hotel Vila Galé Lagos com a eficiência energética do hotel, uma vez que apresenta consumos muito próximos dos considerados ideais. O Vila Galé Lagos possui também equipamentos e instalações novas e mais eficientes e instalações elétricas mais sectorizadas o que permite controlar melhor os consumos por áreas.

Relativamente aos consumos de gás, dos dois empreendimentos, os resultados podem ser verificados nos seguintes gráficos:

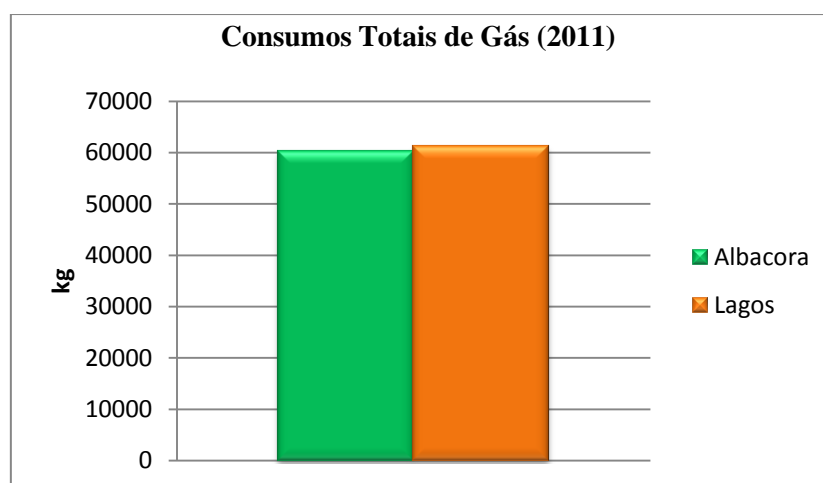


Figura 7.3 - Comparação dos consumos totais de gás dos dois *resorts* do grupo Vila Galé.

Relativamente aos consumos totais de gás nos dois empreendimentos, verifica-se que o hotel Vila Galé Lagos apresenta um valor ligeiramente superior (61292 kg) ao valor dos consumos do Vila Galé Albacora (60390 kg), contudo o Vila Galé Lagos apresenta um número de hóspedes muito superior ao do Vila Galé Albacora. Desta forma verifica-se que o Vila Galé Lagos

apresenta um desempenho superior ao Vila Galé Albacora, tal facto pode ser explicado devido à existência de equipamentos mais eficientes e à existência de painéis solares para aquecimento de água. Quanto aos consumos de gás por hóspede (Figura 7.3), o hotel Vila Galé Lagos apresenta um valor inferior (0,57 kg/hóspede) ao do hotel Vila Gale Albacora (1,05 kg/hóspede). Tal facto poderá ser explicado com o facto dos consumos globais serem idênticos entre hotéis e o Vila Galé Lagos apresentar um número mais elevado de hóspedes que o Vila Galé Albacora, mas também pela existência de painéis solares, para o aquecimento de água, no Vila Galé Lagos.

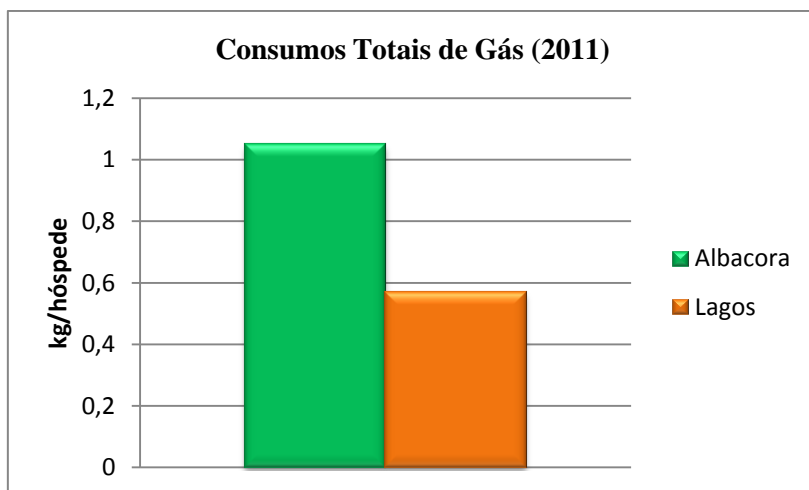


Figura 7.4 - Comparação dos consumos de gás por hóspede dos dois *resorts* do grupo Vila Galé.

Quanto aos consumos de água nos dois empreendimentos, podem ser verificados nos gráficos seguintes:

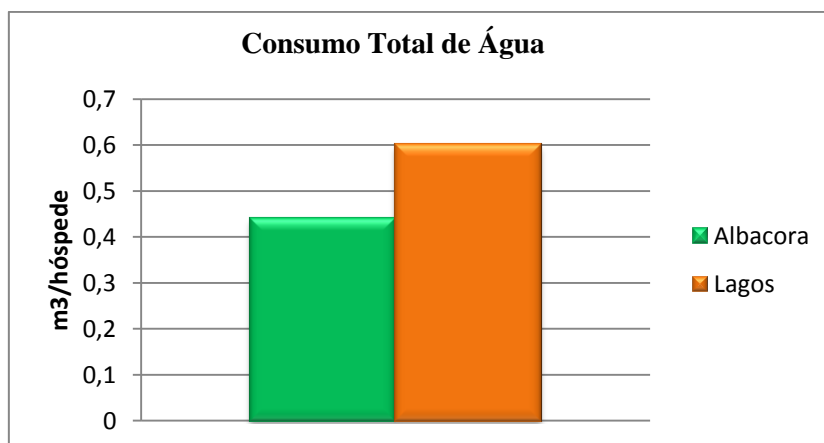


Figura 7.5 - Comparação dos consumos de água por hóspede, dos dois *resorts* do grupo Vila Galé.

A análise do gráfico permite verificar que o Vila Galé Albacora apresenta valores mais reduzidos no que respeita aos consumos de água por hóspede, do que o Vila Galé Lagos.

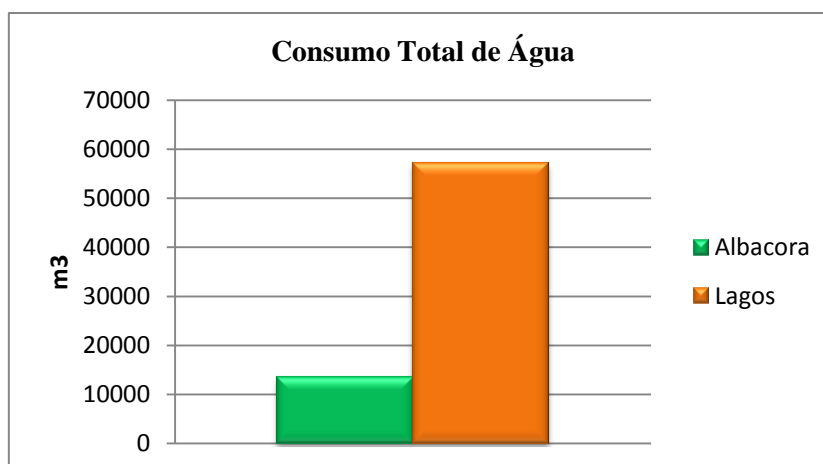


Figura 7.6 - Comparação dos consumos de água dos dois *resorts* do grupo Vila Galé.

Os consumos totais de água revelam que os consumos no Vila Galé Albacora (13459 m³) são muito inferiores aos consumos do Vila Galé Lagos (57230 m³).

A mesma análise comparativa foi feita para a produção de resíduos pelos dois empreendimentos. A comparação pode ser observada nos seguintes gráficos:

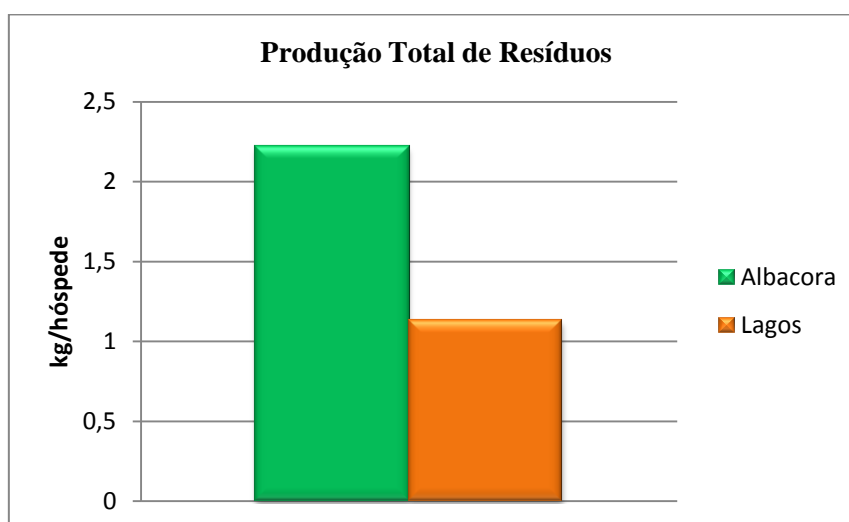


Figura 7.7 - Comparação da produção total de resíduos por hóspede, dos dois *resorts*.

Verifica-se uma grande diferença na produção de resíduos por hóspede, o *resort* Vila Galé Albacora (2,22 kg/hóspede) apresenta um valor superior ao *resort* Vila Galé Lagos (1,13 kg/hóspede), como observável na figura 7.7. Este valores, demonstram uma preocupação com esta componente por parte do Vila Galé Lagos e demonstram que o Vila Galé Albacora não apresenta um esforço significativo na redução da produção dos resíduos, apesar de ser um eco-resort e ter menos hóspedes.

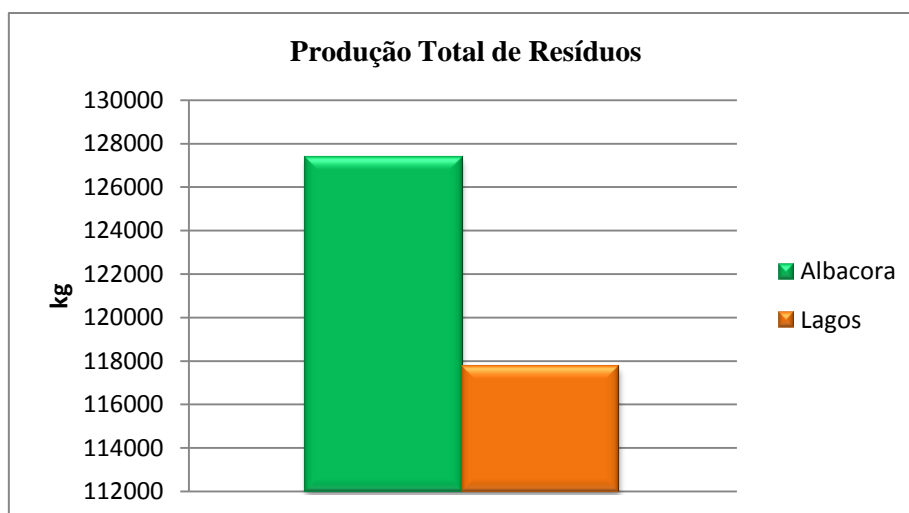


Figura 7.8 - Comparação da produção total de resíduos, dos dois *resorts*

Quanto à produção total de resíduos nos dois empreendimentos, o Vila Galé Albacora (127381,71 kg) apresenta um valor maior que o Vila Galé Lagos (1178000 kg), como observável na figura 7.8.

A análise quer dos valores do modelo de avaliação, quer dos consumos de energia e água, bem como da produção de resíduos permitiu-nos verificar que um *eco-resort*, preocupado com a componente ambiental apresenta-se como mais sustentável que um *resort* convencional, contudo no que respeita aos consumos energéticos e à produção de resíduos o Vila Galé Lagos apresenta, atualmente, um desempenho ambiental superior ao do Vila Gale Albacora, o que demonstra preocupações com a gestão dos consumos energéticos e com a produção de resíduos, bem como o investimento em equipamentos mais eficientes. Sendo que os consumos de gás, aqueles que mais despertam a atenção, uma vez que o Vila Galé Lagos apresenta consumos muito inferiores aos do Vila Galé Albacora, tal facto demonstra a importância de apostar em equipamentos mais eficientes e principalmente em fontes de energia renováveis, como é o caso dos painéis solares para aquecimento de água. Tais resultados permitem aferir que as preocupações ambientais de um hotel, têm como consequência a preservação da natureza dos recursos e uma redução nas despesas.

7.4. Propostas de Melhoria

A análise dos resultados obtidos bem como das evidências registadas nos dois empreendimentos permitiu perceber quais as áreas a intervir para melhorar a performance e o desempenho ambiental dos hotéis, bem como atingir práticas e objetivos mais sustentáveis.

Por forma a alterar comportamentos, recomenda-se vivamente, a adoção de uma nova estratégia de comunicação e marketing ambiental para as duas unidades estudadas. Comunicar de uma forma eficaz a política de sustentabilidade é uma estratégia eficiente para atingir os objetivos de

excelência ambiental e eficiência econômica com ganhos em termos de sustentabilidade e financeiros.

As propostas de melhoria com vista a aumentar a sustentabilidade para cada hotel, tiveram por base a análise dos resultados de cada critério de avaliação do modelo desenvolvido na presente dissertação e tiveram em conta as realidades distintas dos dois hotéis. As propostas encontram-se nas tabelas seguintes:

Tabela 7.2 – Propostas e ações para melhorar a sustentabilidade do hotel Vila Galé Albarcora

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar (classificação mais baixa)
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar uma central de tratamento no local; • Modificação do sistema de canalização de forma a recuperar, tratar e armazenar a água não muito poluída, utilizada em determinadas operações podendo esta ser utilizada, por exemplo, nas descargas dos autoclismos; • Divulgação mais ativa por todo o hotel, da necessidade de reduzir os consumos e os impactes negativos que advém do uso excessivo de água (Colocação de posters ou cartazes no interior dos quartos em especial nas casas de banho, distribuição de flyers mais apelativos que os atuais); • Ações de educação ambiental na comunidade local sobre a necessidade de reduzir os consumos de água; • Monitorizar todas as fontes em separado 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento de águas; • Redução dos consumos de água; • Sensibilização dos clientes; • Consciencialização e sensibilização da comunidade local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se o tratamento de águas; • Os consumos de água anuais são inferiores a 0,5m³ por hóspede; • Verifica-se a utilização de técnicas e mecanismo de reutilização e aproveitamento de águas; • Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos de água;
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação mais ativa por todo o hotel, da necessidade de reduzir os consumos energéticos (Colocação de posters ou cartazes no interior dos quartos e em todo o hotel inclusive na zona do pessoal funcionário), distribuição de flyers mais apelativos que os atuais); • Ações de educação ambiental na comunidade local sobre a necessidade de reduzir os consumos energéticos; • Instalação de painéis solares para aquecimento de água e fornecimento de eletricidade; • Monitorizar todas as fontes em separado. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos consumos energéticos; • Sensibilização dos clientes e da comunidade local; • Redução dependência de energias não renováveis e combustíveis fósseis; 	<ul style="list-style-type: none"> • Os consumos anuais de energia são inferiores a 50 kW por hóspede; • Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos energéticos; • Existem fontes de energia renováveis; • Existe a monitorização dos consumos energéticos.

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Emissões	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar as emissões em todas as fontes; • Divulgar mais ativamente a necessidade de se utilizarem meios de transporte ecológicos nas deslocações diárias dos turistas; • Utilizar transportes não poluentes nas deslocações dos turistas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da poluição do ar; • Redução da dependência de combustíveis fósseis; • Sensibilização dos clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • As emissões no resort são monitorizadas; • São utilizados meios de transporte ecológicos nas deslocações dos turistas e funcionários; • Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir a utilização de meios de transporte poluentes
Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • O tratamento dos resíduos gerados ou parte deles poderiam ser tratados no empreendimento, nomeadamente os resíduos verdes e orgânicos para compostagem; • O hotel poderia reduzir a quantidade de embalagens plásticas (shampoos e gel de banho) que produz, se optasse pela reutilização através do enchimento dos mesmos no hotel ou através da utilização de doseadores de maiores dimensões; • Deveria utilizar exclusivamente materiais reciclados; • Utilização de produtos alternativos ao cloro para a limpeza das piscinas; • Os atuais produtos de plástico poderiam ser substituídos por outros de plástico reciclado, biodegradável e produzido com biopolímeros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da produção de resíduos; • Valorização dos resíduos (por exemplo composto para adubo); • Redução dos consumos de matéria-prima e recursos naturais; • Eliminação da libertação de produtos tóxicos para o ambiente; 	<ul style="list-style-type: none"> • A produção anual de resíduos é inferior a 5 kg por hóspede; • Tratamento dos resíduos gerados é realizado no empreendimento; • Existe um controlo na utilização de produtos, geradores de resíduos tóxicos.

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Bens e Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • O hotel deveria procurar adquirir quase exclusivamente produtos alimentares biológicos /orgânicos. • Fomentar a aquisição de produtos algarvios a empresas/cooperativas de produtos biológicos, produtos tradicionais, produtos comércio justo. • Tendo em consideração a pegada ecológica de cada produto, deverá garantir-se uma maior aquisição de produtos nacionais em detrimento dos importados. • Todos os produtos utilizados em operações de manutenção deveriam ser também ecológicos e deveria ser evitada a utilização de produtos químicos nocivos ao ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da poluição do ar e do solo; • Redução da utilização de produtos químicos nas práticas agrícolas; • Benefícios para a economia da região e nacional; • Redução do uso de transportes; • Melhoria na performance e confiança a nível ambiental do hotel 	<ul style="list-style-type: none"> • Os bens e produtos adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e são recicláveis ou reutilizáveis; • Verifica-se a compra de produtos ecológicos para os alimentos e produtos consumíveis; • Os produtos alimentares provêm do comércio local; • Os produtos e materiais utilizados, nas operações de manutenção, reparação e construção, são recicláveis ou reutilizáveis e pouco nocivos para o ambiente.
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • O hotel deveria tomar a iniciativa ou apoiar a monitorização das espécies na envolvente do empreendimento e criar um plano de monitorização das mesmas, onde regista a evolução do número de espécies e de indivíduos. • O hotel deveria interditar as áreas mais sensíveis aos turistas/visitantes hóspedes ou não no hotel ou especialmente a veículos motorizados 	<ul style="list-style-type: none"> • Perceber se a atividade turística produz efeitos nas comunidades biológicas; • Preservação das zonas mais sensíveis bem como das suas comunidades biológicas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se a monitorização da biodiversidade; • A empresa apoia a criação de reservas naturais ou áreas protegidas.

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Desenvolvimento Socioeconômico	<ul style="list-style-type: none"> • A Flexibilização dos procedimentos da central de compras por forma a introduzir mais fornecedores locais nos referenciamentos disponíveis para o hotel • Fomentar o aparecimento de empresas/cooperativas de produtos algarvios (produtos biológicos, produtos tradicionais, produtos comércio justo) através de contratos de fornecimento. Tendo em consideração a geração de riqueza nacional, deverá garantir-se uma maior aquisição de produtos nacionais em detrimento dos importados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio e benefícios económicos para os fornecedores locais; • Apoio ao desenvolvimento de novas empresas; • Melhoria na economia regional e nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa apoia e promove as práticas de subsistência da comunidade local (pesca, agricultura, artesanato, etc.)
Formação e Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Dever-se-iam realizar mais ações de educação ambiental na comunidade local, por exemplo nas escolas • O hotel deveria realizar ações regulares de educação ambiental para funcionários e fornecedores • O hotel poderia desenvolver uma estratégia eficaz de comunicar ao cliente que este encontra-se num espaço diferente, especial, até como forma de justificar os preços praticados face ao quarto <i>standart</i> oferecido; 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da consciencialização ambiental na comunidade; • Sensibilização e aumento da consciencialização ambiental dos funcionários e fornecedores; • Sensibilização e aumento da consciencialização ambiental em hóspedes; • Divulgar ativamente o Vila Galé Albacora como eco-resort, melhorando assim a performance e confiança ao nível ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa apoia ou realiza projetos de educação ambiental; • A empresa fornece formação aos seus colaboradores.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

	<ul style="list-style-type: none"> • Aconselha-se a criação de uma estratégia de comunicação dos valores ambientais que se pretendem proteger, por forma a induzir um comportamento adequado aos objetivos a atingir (sensibilização pela biodiversidade, a importância dos produtos biológicos e locais, a importância da poupança de recursos, como a energia e água, a redução de utilização de produtos descartáveis, entre outros.) Esta estratégia deveria ser acompanhada por um projeto de formação aos monitores e animadores e o desenvolvimento de "GaléEcoKIT adaptados às diferentes idades dos hóspedes, por forma a que todas as atividades de ocupação, formação e lúdicas tenham um cariz marcadamente ambiental. 		
Clientes e Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • O hotel deveria apenas trabalhar com fornecedores certificados na componente ambiental e social; • O hotel deveria de criar uma estratégia global de marketing e comunicação ambiental para os seus hóspedes, por forma a criar uma atmosfera especial e inspirada nos princípios do ecoturismo. Os clientes têm de ser sensibilizados e "sentirem" que estão num espaço distinto culturalmente e com preocupações ecológicas e que a sua pegada ecológica é a menor possível. Esta sensibilização e "imersão" num espírito ecológico poderá ajudar a justificar os preços praticados e a tipologia / <i>standard</i> de quartos oferecidos; • Criação de uma campanha publicitária apelando a umas férias ecologicamente sustentáveis (Slogans como: "Tenha as melhores férias da sua vida com uma pegada ecológica reduzida"; "Contribua para a preservação da natureza nas suas férias"; "Salve o Planeta nas suas férias"). 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar da performance e confiança ao nível ambiental, do hotel; • Sensibilização e consciencialização ambiental dos clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa seleciona os fornecedores, com as melhores práticas ambientais e sociais

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Tabela 7.3 – Propostas e ações para melhorar a sustentabilidade do hotel Vila Galé Lagos.

Critério	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar (pior classificação)
SGA	<ul style="list-style-type: none">• Implementação de um SGA	<ul style="list-style-type: none">• Benefícios para o ambiente;• Benefícios económicos para o hotel; Redução dos consumos energéticos e de água;• Redução da produção de resíduos• Redução nos custos de manutenção• Melhoria da performance e confiança a nível ambiental do hotel.	<ul style="list-style-type: none">• A empresa tem implementado um sistema de gestão ambiental

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Critério	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar (pior classificação)
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Deveriam ser adotadas medidas com vista a poupança dos consumos nos espaços verdes (redução de relvado e/ou inclusão de espécies vegetais autóctones e com necessidades reduzidas de água); • Implementação de sistemas de aproveitamento de águas pluviais e resultantes das descargas das instalações do hotel; • Criação de um sistema ou de uma estação de tratamento das águas residuais e das águas não muito poluídas para serem utilizadas na rega; • Técnicas de reutilização e aproveitamento das águas da lavandaria ao invés de irem diretamente para a rede de saneamento público; • Divulgação mais ativa em todo o hotel, alertando para a necessidade dos hóspedes reduzirem os consumos (Colocação de posters ou cartazes no interior dos quartos em especial nas casas de banho, distribuição de folhetos); • Ações de educação ambiental na comunidade local sobre a necessidade de reduzir os consumos de água; • Redução do espaço relvado atual com um redimensionamento às necessidades estritas; • Apostar num paisagismo baseado em técnicas de engenharia ecologia por forma a reduzir os consumos de água. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento de águas; • Redução dos consumos de água; • Sensibilização dos clientes; • Consciencialização e sensibilização da comunidade local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Os espaços verdes estão adequados à disponibilidade hídrica da região; • Os consumos de água anuais são inferiores a 0,5m³ por hóspede; • Verifica-se a utilização de técnicas e mecanismo de reutilização e aproveitamento de águas; • Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos de água;

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Energia	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação mais ativa por todo o hotel, da necessidade de reduzir os consumos energéticos (Colocação de posters ou cartazes no interior dos quartos e em todo o hotel, distribuição de folhetos); • Ações de educação ambiental na comunidade local sobre a necessidade de reduzir os consumos energéticos; • Instalação de mais painéis solares para o fornecimento de eletricidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos consumos energéticos; • Sensibilização dos clientes e da comunidade local; • Redução dependência de energias não renováveis e combustíveis fósseis; 	<ul style="list-style-type: none"> • Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos energéticos; • Existem fontes de energia renováveis.
Emissões	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorizar as emissões em todas as fontes; • Divulgar mais ativamente a necessidade de se utilizarem meios de transporte ecológicos nas deslocações diárias dos turistas; • Promover mais ativamente e disponibilizar transportes ecológicos no hotel 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da poluição do ar; • Redução da dependência de combustíveis fósseis; • Sensibilização dos clientes. 	<ul style="list-style-type: none"> • As emissões no <i>resort</i> são monitorizadas; • Foram implementadas técnicas e mecanismos de controlo e redução das emissões; • São utilizados meios de transporte ecológicos nas deslocações dos turistas e funcionários; • Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir a utilização de meios de transporte poluentes

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> • O tratamento dos resíduos gerados ou parte deles poderiam ser tratados no empreendimento, nomeadamente os resíduos verdes e orgânicos para compostagem, uma vez que o <i>resort</i> possui um vasto espaço; • O hotel poderia reduzir a quantidade de embalagens plásticas (shampoos e gel de banho) que produz, se optasse pela reutilização através do enchimento dos mesmos no hotel ou através da utilização de doseadores de maiores dimensões; • Deveria utilizar exclusivamente materiais reciclados; • Utilização de produtos alternativos ao cloro para a limpeza das piscinas; • Divulgação mais ativa por todo o hotel, da necessidade de reduzir os consumos energéticos (Colocação de posters ou cartazes no interior dos quartos e em todo o hotel, distribuição de folhetos); 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da produção de resíduos; • Redução dos consumos de matéria-prima e recursos naturais; • Eliminação da libertação de produtos tóxicos para o ambiente; 	<ul style="list-style-type: none"> • A produção anual de resíduos é inferior a 5 kg por hóspede; • Tratamento dos resíduos gerados é realizado no empreendimento; • Existe um controlo na utilização de produtos, geradores de resíduos tóxicos.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Bens e Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • O hotel deveria procurar adquirir produtos alimentares biológicos/orgânicos; • Os produtos consumíveis poderiam ser provenientes do comércio local, por forma a fomentar a aquisição de produtos algarvios, produtos tradicionais, produtos comércio justo; • Os produtos utilizados em operações de manutenção deveriam ser também ecológicos e sem produtos químicos nocivos ao ambiente; • Tendo em consideração a pegada ecológica de cada produto, deverá garantir-se uma maior aquisição de produtos nacionais em detrimento dos importados. • 	<ul style="list-style-type: none"> • Redução da poluição do ar e do solo; • Redução da utilização de produtos químicos nas práticas agrícolas; • Benefícios para a economia da região e nacional; • Redução do uso de transportes; • Melhoria na performance e confiança a nível ambiental do hotel 	<ul style="list-style-type: none"> • Os bens e produtos adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e são recicláveis ou reutilizáveis; • Verifica-se a compra de produtos ecológicos para os alimentos e produtos consumíveis; • Os produtos alimentares provêm do comércio local; • Os produtos e materiais utilizados, nas operações de manutenção, reparação e construção, são recicláveis ou reutilizáveis e pouco nocivos para o ambiente.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • O hotel poderia apostar numa divulgação sobre a biodiversidade local e a necessidade de a conservar; • Poderiam ser realizadas ações e atividades relacionadas com a preservação da natureza e biodiversidade local; • O impacto do hotel na fauna e flora locais poderia ser estudado; • Uma introdução de flora local e a sua respetiva identificação seria uma mais-valia na caracterização ambiental do empreendimento; • As pragas deveriam ser eliminadas/controladas com recurso a produtos biológicos; • Aconselha-se um projeto de uso sustentável do espaço do <i>resort</i>, com a introdução de espécies autóctones ou marcadamente mediterrânicas e algarvias, como a alfarrobeira, citrinos, pinheiro manso, oliveiras, ervas e arbustos locais (tomilho, rosmaninho, alfazema entre outras), por forma a criar áreas de recreio, lazer e descanso ambientalmente mais amigas e financeiramente mais eficientes. Esta iniciativa fomenta ainda a criação de ecossistemas locais fundamentais para a sobrevivência de algumas espécies em risco de extinção como é o caso do camaleão (essências para o bio controle de insetos). 	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção e conservação da natureza; • Sensibilização dos clientes para a necessidade de proteção da natureza; • Dar a conhecer a fauna e flora locais; • Melhoria na performance e confiança a nível ambiental do hotel. 	<ul style="list-style-type: none"> • Verifica-se a monitorização da biodiversidade; • A empresa contribui para o apoio à conservação da biodiversidade; • A empresa apoia a criação de reservas naturais ou áreas protegidas; • As pragas são controlados com recurso a técnicas naturais e biológicas.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Os padrões culturais da comunidade local poderiam estar mais integrados no hotel e haver uma maior divulgação dos mesmos; • Realização de mais atividades que fossem ao encontro dos costumes e do estilo de vida da comunidade local 	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a identidade da comunidade local bem como os seus padrões culturais; • Preservação das tradições locais; • Receitas adicionais para o hotel. 	<ul style="list-style-type: none"> • As Atividades e operações realizadas no resort respeitam o património cultural do local; • As tradições e costumes locais encontram-se integrados no resort.
Desenvolvimento Socioeconómico	<ul style="list-style-type: none"> • A central de compras deveria introduzir mais fornecedores locais nos referenciamentos disponíveis para o hotel; • Deveriam ser realizadas mais atividades no hotel relacionadas com os meios de subsistência da comunidade local (feiras, festivais, exposições, eventos, etc.). 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio e benefícios económicos para os fornecedores locais; • Melhoria na economia regional. 	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa apoia e incentiva o desenvolvimento dos meios de subsistência da comunidade local.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Critérios	Ações/Propostas	Objetivos	Questões do modelo a melhorar
Formação e Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Poderiam ser realizados e ventos relacionados com a preservação do ambiente; • A necessidade de preservar o ambiente e a natureza deveria ser mais divulgado pelo hotel (posters, cartazes, folhetos, etc.). • Aconselha-se a criação de uma estratégia de comunicação dos valores ambientais que se pretendem proteger, por forma a induzir um comportamento adequado aos objetivos a atingir (sensibilização pela biodiversidade, a importância dos produtos biológicos e locais, a importância da poupança de recursos, como a energia e água, a redução de utilização de produtos descartáveis, entre outros.) Esta estratégia deveria ser acompanhada por um projeto de formação aos monitores e animadores e o desenvolvimento do “GaléEcoKIT” adaptados às diferentes idades dos hóspedes, por forma a que todas as atividades de ocupação, formação e lúdicas tenham um cariz marcadamente ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da sensibilização ambiental dos turistas e colaboradores. 	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa apoia ou realiza projetos de educação ambiental
Clientes e Fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> • O hotel poderia procurar trabalhar com fornecedores certificados na componente ambiental e social. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da performance e confiança a nível ambiental do hotel 	<ul style="list-style-type: none"> • A empresa seleciona os fornecedores com as melhores práticas ambientais.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DESENVOLVIMENTOS FUTUROS

Atendendo que os objetivos principais desta dissertação eram:

- Compreender os impactes gerados pela atividade turística;
- Estudar e conhecer as práticas e iniciativas sustentáveis no turismo;
- Estudar e perceber as vantagens da certificação para o turismo;
- Analisar os impactes gerado pelos empreendimentos turísticos;
- Desenvolver um modelo de avaliação de sustentabilidade de resorts;
- Traçar uma estratégia de melhoria da sustentabilidade dos casos de estudo.

Uma vez que todos os objetivos foram atingidos na sua totalidade, podemos concluir sobre o seguinte:

O turismo é, atualmente, um dos sectores económicos mais importantes a nível nacional e a nível mundial. O seu crescimento acentuado ao longo dos anos, provocou inúmeros impactes nas regiões e destinos turísticos. O turismo tem causado impactes diretos e indiretos na economia, na cultura e principalmente no ambiente. O facto de grande parte dos destinos turísticos se encontrarem em áreas sensíveis, do ponto de vista ambiental, fez com que se gerasse uma grande pressão nesses ambientes devido a forte presença de turistas, que resultou na degradação e destruição do meio natural em muitos locais. Contudo nem todos os impactes gerados pelo turismo, são negativos. Do turismo e das atividades turísticas advém vários benefícios para as comunidades e para os governos locais, através da geração de receitas, da promoção e valorização do património cultural e da reabilitação ou proteção de áreas protegidas.

Assim, podemos concluir que o turismo pode gerar impactes negativos e impactes positivos nas regiões onde se verifica maior atividade turística. O grande desafio do sector, é encontrar o equilíbrio entre as práticas turísticas e o ambiente natural em que se inserem. De forma a encontrar esse equilíbrio, tornou-se necessário incorporar o conceito de desenvolvimento sustentável no turismo. Da inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável no turismo, resultou o aparecimento de novas formas de turismo, preocupadas com a sustentabilidade das atividades e práticas relacionadas com o turismo. Da preocupação crescente com o ambiente, surgiu o turismo sustentável e o ecoturismo, ambos direcionados para a preservação do ambiente e para a exploração sustentável dos destinos turísticos.

Desta forma, é nos possível concluir que as formas sustentáveis de turismo apontam para a necessidade de se promover o desenvolvimento sustentável nas comunidades turísticas com vista a melhorar a qualidade de vida dos habitantes, otimizar os benefícios económicos locais, proteger o ambiente natural e proporcionar uma experiência única aos turistas. Podemos

concluir que a sustentabilidade deve ser encarada como pedra fundamental no desenvolvimento do turismo, visto que o ambiente natural corresponde à sua maior base de recursos.

A preocupação com a sustentabilidade no turismo, levou a criação de iniciativas e programas que ajudassem o turismo e as suas atividades a tornarem-se menos nocivas para o ambiente e para as comunidades locais. Assim, surgiram os programas de certificação, com o objetivo de auxiliar e definir as diretrizes para as boas práticas no turismo. A análise de vários programas de certificação permitiu-nos concluir que estes podem atuar diretamente na ligação entre a componente socioeconómica e a proteção ambiental. A certificação tem como objetivo proporcionar o aumento da consciência ambiental numa determinada região bem como da importância do turismo para o desenvolvimento local, garante um aumento da qualidade e da performance dos trabalhadores, permite que a imagem das empresas melhore uma vez que estas vão apresentar um compromisso na proteção do ambiente bem como das comunidades locais, permite reduzir os custos e ainda ganhar vantagem no mercado em relação a outras empresas não certificadas. Contudo, verificou-se que a grande maioria dos programas de certificação foca-se essencialmente em infraestruturas já existentes, não contemplando projetos em desenvolvimento. De notar que os novos projetos e as futuras infraestruturas devem ter em conta as condicionantes ambientais e interagir com o meio natural. Novos projetos devem ser elaborados já com vista à sustentabilidade. Desta forma seria importante que os programas de certificação servissem também para garantir que as futuras práticas de operação das empresas fossem ambientalmente responsáveis ou no mínimo de acordo com os requisitos legais. Assim garantia-se um comprometimento desde a fase de conceção do projeto. Analisando os diversos programas, conclui-se que é necessário:

- Aumentar a participação;
- Premiar pelos feitos e não somente pelo comprometimento;
- Promover a sustentabilidade em todas as componentes, não só a ambiental;
- Trabalhem ativamente com todas as partes interessadas;
- Garantirem a transparência.

A certificação poderá conduzir a práticas mais sustentáveis no turismo, o que por sua vez irá trazer inúmeros benefícios, melhorando a economia, incentivando a proteção de áreas sensíveis e reduzindo o consumo de recursos naturais.

A percepção de que o turismo e em particular os empreendimentos e infraestruturas geram impactes significativos no ambiente e na comunidade local, fez com que se tornasse necessário avaliar o desempenho ambiental e a sustentabilidade desses mesmos empreendimentos. A avaliação da sustentabilidade de um empreendimento turístico, permite perceber que impactes

são gerados no seu local de implementação. Os impactes gerados por um projeto turístico de grandes dimensões, acontecem desde a fase de conceção ou planeamento até á fase de desativação do empreendimento, ou seja, os impactes são gerados ao logo de todo o ciclo de vida. Assim analisado a sustentabilidade de cada fase, tornará mais fácil perceber o que está a ser feito e de errado e onde intervir para evitar mais impactes.

A criação de um modelo de avaliação da sustentabilidade de *resorts*, permite avaliar critérios ambientais, socioeconómicos e culturais do local onde se encontra implementado. A aplicação do modelo a dois casos de estudo reais, permitiu aferir sobre a necessidade e a utilidade de se realizar uma avaliação ao desempenho ambiental e à sustentabilidade de empreendimentos turísticos de grandes dimensões. A aplicação do modelo permitiu perceber que tal ferramenta, é útil uma vez que, de forma fácil e simples, demonstra quais as áreas que melhor desempenho apresentam e quais as áreas que necessitam de intervenção ou que neste momento são as que geram mais impactes no meio.

A aplicação do modelo à fase de exploração de um *eco-resort* e de um *resort* convencional, possibilitou concluir que um resort mais preocupado com as questões ambientais e com a sustentabilidade apresenta um desempenho melhor que um resort convencional. Os valores obtidos, através da aplicação do modelo, para cada *resort* demonstraram que um *resort* convencional gera mais impactes que um resort ecológico e neste caso certificado. O *resort* certificado obter uma avaliação superior ao resort não certificado, permitiu perceber e concluir que a certificação é, de facto, importante no auxílio às entidades turísticas que pretendem tornar-se mais sustentáveis.

Relativamente aos casos de estudo verificou-se que todos os requisitos legais, relacionados com o ambiente, são cumpridos. O que permitiu concluir que os dois empreendimentos e o próprio grupo ao aceitarem a realização de uma avaliação bem como a sugestão de propostas de melhoria, apresentam uma preocupação em melhorarem o seu desempenho e performance ambiental. Uma vez que todas as propostas e ações realizadas seriam e são de carácter voluntário para o hotel, compreende-se que por vezes seja difícil de implementar certas medidas que não justifiquem um retorno financeiro a curto prazo ou representem um custo muito elevado em relação aos benefícios económicos daí resultantes. Assim, apesar dos dois empreendimentos apresentarem realidades e produtos diferentes, ambos demonstram uma tendência no sentido de melhorar continuamente a sua performance e desempenho.

Assim, a elaboração da presente dissertação tornou possível a compreensão sobre o crescimento do turismo e os impactes que daí advém. Permitiu perceber que é necessário encontrar o equilíbrio entre as atividades turísticas e o ambiente. Equilíbrio esse, que poderá ser alcançado através da adoção de práticas sustentáveis. Os programas de certificação são uma ferramenta útil

na melhoria da sustentabilidade de uma empresa, bem como da sua imagem no mercado. Desta forma, a participação em programas de certificação pelo sector turístico, apresenta-se como uma grande vantagem, na medida em que, não só contribui para a conservação da natureza e dos padrões culturais de um local, como traz benefícios económicos para a empresa certificada. O modelo de avaliação da sustentabilidade de *resorts*, desenvolvido na presente dissertação, apresentou-se como uma ferramenta útil, uma vez que de forma simples torna possível perceber o estado atual de um empreendimento turístico e quais as áreas mais debilitadas e que mais impactes geram, o que por sua vez permite concentrar uma atuação mais eficiente nessas mesmas áreas. A aplicação do modelo não só permitiu avaliar a sustentabilidade da fase de exploração de dois *resorts*, como também demonstrou que um resort certificado apresenta um desempenho ambiental superior a um resort não certificado, o que significa que um resort certificado gera menos impactes para o ambiente e contribui ativamente para a economia e cultura de um determinado local.

A experiência nos dois resorts e o trabalho de campo neles realizado, permitiu perceber o funcionamento de empreendimentos turísticos em época alta (Verão) e compreender o processo e as etapas que um hotel tem de completar para atingir um padrão elevado de sustentabilidade. Apesar de esta ser uma primeira abordagem à aplicação do modelo num caso de estudo real, os resultados alcançados foram satisfatórios e os objetivos do trabalho foram alcançados.

Desenvolvimentos Futuros

A aplicação do modelo a um caso de estudo real permitiu perceber que este ainda pode de certa forma ser melhorado e aperfeiçoado. Uma vez que o tempo disponível para a elaboração da presente dissertação não o permitiu, ficam as seguintes propostas para desenvolvimento futuro do modelo se avaliação:

- A continuação do desenvolvimento e do aperfeiçoamento do modelo de acordo com os resultados obtidos com a primeira aplicação prática;
- Testar o modelo num caso real, para todas as fases do ciclo de vida do empreendimento e perceber qual o seu contributo para o desenvolvimento sustentável do mesmo;
- Divulgação do modelo no meio turístico com a finalidade de obter um feedback sobre a sua utilidade e como melhorar o mesmo;
- A elaboração de estudos com vista a perceber as vantagens, em termos financeiros, da adoção de práticas sustentáveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahmed, B. (2001). *Sustainable Beach Development: A Decision Framework For Coastal Resort Development in Egypt and The United States*. Virginia Polytechnic Institute, Virginia.
- Alampay, R. (2005). *Sustainable Tourism - Challenges for the Philippines*. Makati City: Phillipine Institute for Development Studies.
- Arbache, J. (2001). *O Mercado de Trabalho na Atividade Econômica do Turismo No Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília.
- Beni, M. (2004). *Análise Estrutural do Turismo (10 ed.)*. São Paulo: SENAC.
- Bissoli, M. A. (2002). *Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistema de Informação (3 ed.)*. São Paulo: Editora Futura.
- Boo, E. (1995). *O Planejamento Ecoturístico para Áreas Protegidas*. In K. L. e. D. E. Hawkins (Ed.). *Ecoturismo: Um Guia para planejamento e gestão (3ª ed., pp. 31-58)*. São Paulo: SENAC.
- Brey, E. (2009). *Resort Definition & Classifications - A Summary Report to Research Participants*. Memphis: The University of Memphis - Center for Resort and Hospitality Business.
- Bricker, K. (2012). *An Introduction of the Global Sustainable Tourism Council and Criteria*. Paper presented at the BEST EN Think Thank XI.
- Bromberek, Z. (2009). *Eco-resorts : planning and design for the tropics. (1st ed.)*. Amsterdam: Elsevier/Architectural Press.
- Bruce, P. (2000). *The resort development spectrum — a new approach to modeling resort development*. *Tourism Management*, 21(3), 225-240.
- Buckley, R. (2002a). *Tourism Ecocertification in the International Year of Ecotourism*. *Journal of Ecotourism*, 1(Routledge), 197-203.
- Buckley, R. (2002b). *Tourism ecolabels*. *Annals of Tourism Research*, 29(1), 183-208.
- CCDR-Alg (2003). *Relatório do Estado do Ambiente do Algarve*. CCDR-Alg.Faro
- Choi, H. C., & Sirakaya, E. (2006). *Sustainability indicators for managing community tourism*. *Tourism Management*, 27(6), 1274-1289.
- EEA. (2001). *European Environment Agency, Indicator Fact Sheet Signals – Chapter Tourism*. European Environment Agency.
- Fernandes, A. (2007). *Tendências de Evolução e Novas Estratégias para o Turismo Mundial*. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Ferreira, A. D., & Lopes, M. (2003). *A Gestão Ambiental e a Certificação em Espaços Rurais e Naturais. Uma Abordagem Conceptual*. Coimbra: Escola Superior Agrária de Coimbra.
- Galhardo, R. (2008). *Avaliação Sustentável de Empreendimentos Turísticos: Proposta de Modelo para orientar a prática a nível de desenho e avaliação de projectos de empreendimentos turísticos no Alentejo Litoral*. Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.
- GreenGlobe. (2012). *Green Globe Certification Standard*. Associação Bandeira Azul da Europa
- GreenKey. (2012). *Guia de Interpretação e Explicação do Programa “Green Key”*.
- GSTC. (2009). *Global Sustainable Tourism Council Criteria*.

- GTSC. (2010). *Travel Forever - The Global Sustainable Tourism Council Annual Report*.
- Hansen, A. (2007). *The Ecotourism Industry and the Sustainable Eco-Certification Program (STEP)*. University of California, San Diego.
- Higgins-Desbiolles, F. (2006). *More than an "industry": The forgotten power of tourism as a social force*. *Tourism Management*, 27(6), 1192-1208.
- Hyde, G. (2003). *Mass Tourism vs Ecotourism*. Paper presented at the South Pacific Tourism Organisation Regional Ecotourism Management Seminar.
- Lamberts, R., Dutra, L., & Pereira, F. (2004). *Eficiência Energética na Arquitetura (2 ed.)*. São Paulo: Pro Livros.
- LEED. (2002). *Green buildin Rating System*.
- LEED. (2009a). *LEED 2009 For Existing Buildings Operations and Maintenance*. Washington, DC.
- LEED. (2009b). *LEED 2009 For New Construction And Major Renovation*. Washington, DC.
- Leiper, N. (1990). *Tourist Attraction Systems*. *Annals of Tourism Research*, 17(3), 367-384.
- Lim, C., & McAleer, M. (2005). *Ecologically sustainable tourism management*. *Environmental Modelling & Software*, 20(11), 1431-1438.
- Lindberg, K., & Huber, R. (1995). *Questões Econômicas na Gestão do Ecoturismo*. In K. Lindberg. & D. E. Hawkins (Eds.), *Ecoturismo: Um guia para planejamento e gestão*. (3ª ed., pp. 143-196). São Paulo: SENAC.
- Magee, J. (2005). *Sustainable Resort Development: Case Studies From Australia That Make Business Sense*. Australia.
- Marujo, M., & Carvalho, P. (2010). *Turismo, Planeamento e Desenvolvimento Sustentável*. *Turismo e Sociedade*, 3, 147-161.
- Mélo Filho, B. (2008). *Turismo Sustentável: Diretrizes e Fundamentos*. Brasília: Martielli.
- Newson, D., & Sierra, C. (2008). *Impacts of Sustainable Tourism - Best Management Practices in Saripiqui, Costa Rica*: Rainforest Alliance.
- Newson, M. (2001). *Encouraging and rewarding best practice: Australia's Nature and Ecotourism Accreditation Programme (NEAP)*. *Industry & Environment*, 24(3/4), 24-27.
- OMT. (1997). *Impactes Socioculturais do Turismo*.
- OMT. (2011). *UNWTO-Tourism Highlights*.
- Peters, R. (2001). *Eco-Resorts: Management and Landscape Planning*. Paper presented at the 6th SITE Research Seminar.
- Pinheiro, M. D. (2006). *Ambiente e Construção Sustentável. Amadora: Instituto do Ambiente*.
- Pires, P. (2010). *Turismo e o meio Ambiente: relação de interdependência*. In A. P. J. D. V. D. M. Ruschmann (Ed.), *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo (1 ed., pp. 21-26)*. São Paulo: USP.
- Projeto LiderA. (ND). *Hotéis: Certificação Ambiental -Sistemas e Desempenho*.
- PROT – Alg. (2004). *Plano Regional de Ordenamento do Território*. CCDR – Alg.
- Rigall-I-Torrent, R. (2008). *Sustainable development in tourism municipalities: The role of public goods*. *Tourism Management*, 29(5), 883-897.
- Russilo, A., Honey, M., Rome, A., & Bien, A. (2007). *Practical Steps For Marketing Tourism Certification*: Inter-American Development Bank.

- Sasidharan, V., Sirakaya, E., & Kerstetter, D. (2001). *Developing countries and tourism ecolabels*. *Tourism Management*, 23, 161-174.
- Seiffert, M. (2005). *ISO 14002 Sistemas de Gestão Ambiental: Implantação Objetiva e Econômica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Stabler, M., & Sinclair, M. T. (2009). *Aspectos Econômicos Do Turismo (1 ed.)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Tao, T. C. H., & Wall, G. (2009). *Tourism as a sustainable livelihood strategy*. *Tourism Management*, 30(1), 90-98.
- Tepelus, C. M., & Córdoba, R. C. (2005). *Recognition schemes in tourism*. *Journal of Cleaner Production*, 13(2), 135-140.
- Turismo de Portugal, ip. (2006). *10 Produtos Estratégicos Para O Desenvolvimento do Turismo Em Portugal - Resorts Integrados e Turismo Residencial* Lisboa: Turismo de Portugal,ip
- Turismo de Portugal, ip. (2006). *10 Produtos Estratégicos Para O Desenvolvimento do Turismo Em Portugal - Turismo de Natureza*. Lisboa: Turismo de Portugal,ip
- Turismo de Portugal, ip. (2007). *Plano Estratégico Nacional de Turismo*. Lisboa: Turismo de Portugal,ip
- Turismo de Portugal, ip. (2009). *Relatório de Sustentabilidade - Liderar O Debate Da Sustentabilidade No Sector*. Lisboa: Turismo de Portugal,ip
- Turismo de Portugal, ip. (2011). *Plano Estratégico Nacional de Turismo - Propostas Para Revisão No Horizonte 2015*. Lisboa: Turismo de Portugal, ip
- Turismo, M. d. (2011). *Turismo no Brasil 2011-2014*. Brasil.
- WWF. (2000). *Tourism Certification - An analysis of Green Globe 21 and other certification programmes: WWF*.

Sites Consultados

- ATA. (2012). Associação de Turismo do Algarve. Sítio oficial disponível em: <http://www.algarvepromotion.pt/produtos.php?pid=1>;
- Biosphere. (2011). *Biosphere Responsible Tourism*. Sítio oficial da Biosphere, disponível em: biospheretourism.com. Última consulta: Agosto de 2011;
- BREEAM. (2012). *BRE Environmental Assessment Method*. Disponível no sítio oficial da BRE em: <http://www.bre.co.uk>
- CST. (2011). *Certificación para la Sostenibilidad Turística en Costa Rica*. Sítio oficial da CST, disponível em: <http://www.turismo-sostenible.co.cr/index.php?lang=es>. Última consulta: Setembro de 2011;
- PCTS. (2011). *A Certificação do Turismo Sustentável no Brasil*. Disponível em: <http://www.ecobrasil.org.br/publicue/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=362&sid=65>. Última consulta em: Agosto de 2011.
- CMT. (2012). *Caracterização do Concelho*. Disponível em: <http://www.cm-tavira.pt/site/content/turismo-concelho/caracteriza%C3%A7%C3%A3o>. Última consulta: Julho de 2012.
- EMAS. (2011). *Eco-Management and Audit Scheme*. Disponível em: http://ec.europa.eu/environment/emas/index_en.htm. Última consulta em Setembro de 2011.
- FTTSA. (2011). *Fair Trade in Tourism South Africa*. Sítio oficial da FTTSA. Disponível em: <http://fairtourismsa.org.za>

- GreenGlobe. (2011). *Green Globe Certification Standard*. Disponível no sítio oficial da Green Globe, em: <http://greenglobe.com>. Última consulta em Agosto de 2011.
- ICNB. (2012). *Parque Natural da Ria Formosa*. Disponível em: <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-RiaFormosa>. Última consulta em: Julho de 2012.
- ISO. (2012). *Environmental management systems*. Disponível no sítio oficial da ISO em http://www.iso.org/iso/catalogue_detail?csnumber=31807.
- LEED. (2011). *Leadership in Energy and Environmental Design*. Disponível em: <http://www.usgbc.org>. Última consulta em Setembro de 2011.
- LiderA. (2012). *Sistema voluntário para avaliação da construção sustentável*. Disponível no sítio oficial da LiderA, em: <http://www.lidera.info>.
- NEAP. (2011). *Eco Certification Program*. Disponível em: http://www.ecotourism.org.au/eco_certification.asp. Última consulta em Setembro de 2011.
- SAAS. (2011). *Social Accountability Accreditation Services*. Disponível no sítio oficial da SAAS em: <http://www.saasaccreditation.org/>
- SIDS. (2007). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve*. CCDR-Alg. Disponível em: <https://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/index.asp?idp=1>. Última consulta: Julho de 2012.
- SNIRH. (2011). *Qualidade das Águas Balneares*. Disponível em: <http://snirh.pt/index.php?idMain=1&idItem=2.1>. Última consulta em Julho de 2012.
- STEP. (2011). *Specialists in Eco-certification and Standards Development*. Disponível em: <http://www.sustainabletravelinternational.org/documents/sustainabletourismcertification.html>. Última consulta em: Agosto de 2011
- TUV. (2012). *Certificação Eco-Hotel*. Sítio oficial da TUV Portugal, disponível em: http://www.tuv.pt/trp_Eco_Hotel.html.
- Vila Galé. (2012). *Hotéis Vila Galé*. Disponível no sítio oficial do grupo Vila Galé em: <http://www.vilagale.pt/pages/hoteis/?hotel=4>.

ANEXOS

Anexo 1 – Critérios do GSTC

A. Demonstrate effective sustainable management.

- A.1. The company has implemented a long-term sustainability management system that is suitable to its reality and scale, and that considers environmental, sociocultural, quality, health, and safety issues.
- A.2. The company is in compliance with all relevant international or local legislation and regulations (including, among others, health, safety, labor, and environmental aspects).
- A.3. All personnel receive periodic training regarding their role in the management of environmental, sociocultural, health, and safety practices.
- A.4. Customer satisfaction is measured and corrective action taken where appropriate.
- A.5. Promotional materials are accurate and complete and do not promise more than can be delivered by the business.
- A.6. Design and construction of buildings and infrastructure:
 - A.6.1. comply with local zoning and protected or heritage area requirements;
 - A.6.2. respect the natural or cultural heritage surroundings in siting, design, impact assessment, and land rights and acquisition;
 - A.6.3 use locally appropriate principles of sustainable construction;
 - A.6.4 provide access for persons with special needs.
- A.7. Information about and interpretation of the natural surroundings, local culture, and cultural heritage is provided to customers, as well as explaining appropriate behavior while visiting natural areas, living cultures, and cultural heritage sites.

B. Maximize social and economic benefits to the local community and minimize negative impacts.

- B.1. The company actively supports initiatives for social and infrastructure community development including, among others, education, health, and sanitation.
- B.2. Local residents are employed, including in management positions. Training is offered as necessary.
- B.3. Local and fair-trade services and goods are purchased by the business, where available.
- B.4. The company offers the means for local small entrepreneurs to develop and sell sustainable products that are based on the area's nature, history, and culture (including food and drink, crafts, performance arts, agricultural products, etc.).
- B.5. A code of conduct for activities in indigenous and local communities has been developed, with the consent of and in collaboration with the community.
- B.6. The company has implemented a policy against commercial exploitation, particularly of children and adolescents, including sexual exploitation.
- B.7. The company is equitable in hiring women and local minorities, including in management positions, while restraining child labor.
- B.8. The international or national legal protection of employees is respected, and employees are paid a living wage.
- B.9. The activities of the company do not jeopardize the provision of basic services, such as water, energy, or sanitation, to neighboring communities.

C. Maximize benefits to cultural heritage and minimize negative impacts.

- C.1. The company follows established guidelines or a code of behavior for visits to culturally or historically sensitive sites, in order to minimize visitor impact and maximize enjoyment.
- C.2. Historical and archeological artifacts are not sold, traded, or displayed, except as permitted by law.
- C.3. The business contributes to the protection of local historical, archeological, culturally, and spiritually important properties and sites, and does not impede access to them by local residents.
- C.4. The business uses elements of local art, architecture, or cultural heritage in its operations, design, decoration, food, or shops; while respecting the intellectual property rights of local communities.

D. Maximize benefits to the environment and minimize negative impacts.

- D.1. Conserving resources
 - D.1.1. Purchasing policy favors environmentally friendly products for building materials, capital goods, food, and consumables.
 - D.1.2. The purchase of disposable and consumable goods is measured, and the business actively seeks ways to reduce their use.
 - D.1.3. Energy consumption should be measured, sources indicated, and measures to decrease overall consumption should be adopted, while encouraging the use of renewable energy.
 - D.1.4. Water consumption should be measured, sources indicated, and measures to decrease overall consumption should be adopted.
- D.2. Reducing pollution
 - D.2.1. Greenhouse gas emissions from all sources controlled by the business are measured, and procedures are implemented to reduce and offset them as a way to achieve climate neutrality.
 - D.2.2. Wastewater, including gray water, is treated effectively and reused where possible.
 - D.2.3. A solid waste management plan is implemented, with quantitative goals to minimize waste that is not reused or recycled.
 - D.2.4. The use of harmful substances, including pesticides, paints, swimming pool disinfectants, and cleaning materials, is minimized; substituted, when available, by innocuous products; and all chemical use is properly managed.
 - D.2.5. The business implements practices to reduce pollution from noise, light, runoff, erosion, ozone-depleting compounds, and air and soil contaminants.
- D.3. Conserving biodiversity, ecosystems, and landscapes
 - D.3.1. Wildlife species are only harvested from the wild, consumed, displayed, sold, or internationally traded, as part of a regulated activity that ensures that their utilization is sustainable.
 - D.3.2. No captive wildlife is held, except for properly regulated activities, and living specimens of protected wildlife species are only kept by those authorized and suitably equipped to house and care for them.
 - D.3.3. The business uses native species for landscaping and restoration, and takes measures to avoid the introduction of invasive alien species.
 - D.3.4. The business contributes to the support of biodiversity conservation, including supporting natural protected areas and areas of high biodiversity value.
 - D.3.5. Interactions with wildlife must not produce adverse effects on the viability of populations in the wild; and any disturbance of natural ecosystems is minimized, rehabilitated, and there is a compensatory contribution to conservation management.

Anexo 2 – Simulação da aplicação do modelo de avaliação da sustentabilidade de um *resort* pouco sustentável

Crítérios	Questões	S/N	1-3	Pontuação por critério	Pontuação Máxima
P1	Estudos sobre as características demográficas da comunidade local Os costumes e tradições locais e o seu envolvimento e impacte no projecto foram considerados e respeitados A comunidade foi consultada e/ou participou nesta fase Foram definidas medidas relacionadas com a sustentabilidade sociocultural para melhorar as relações sociais	2 2 1 1	2	6	12
P2	Prevê-se a criação de postos de trabalho bem como novas oportunidades de trabalho para a comunidade local Prevê o apoio ou a promoção de uma economia autossuficiente a nível local Prevê a racionalização e maximização dos benefícios económicos resultantes dos recursos naturais e culturais	3 3 2	3	8	9
P3	A conservação e proteção dos recursos naturais, dos habitats e da diversidade biológica foram tidas em conta para o processo	2	2	2	3
P4	Estudos de impacte nas comunidades biológicas As áreas de proteção especial ou de reserva natural serão preservadas durante o processo Cartas de risco e planos para as áreas naturais As espécies ameaçadas ou em vias de extinção serão preservadas e protegidas Os impactes ao nível do ruído, da iluminação e das actividades turísticas, nas áreas mais sensíveis, serão reduzidos ou inexistentes	2 2 1 1 3	2	10	15
P5	Locais arqueologicamente importantes do ponto de vista histórico e cultural são preservados Prevê-se o respeito e a preservação das tradições e costumes locais	3 2	2	5	6
P6	Teve em conta as condicionantes ao nível dos planos municipais de ordenamento, legislação e normas locais Os impactes para o solo e para os seus usos são reduzidos Encontra-se próximo dos locais de chegada dos turistas	3 1 1	2	5	9
P7	Prevê-se a criação de meios de transporte ecológicos no empreendimento Prevê-se a criação de acessos e infraestruturas para pessoas com mobilidade condicionada	2 2	2	4	6
P8	Existe algum plano de monitorização e de controlo das actividades decorrentes do processo de implementação e funcionamento	2	2	2	3
P9	Existe um plano de ação para a recuperação de áreas degradadas, resultantes da implementação do empreendimento, em todas as fases	1	1	1	3
P10	A fase de desativação foi pensada bem como a requalificação do local após final do ciclo de vida Os custos no ciclo de vida do empreendimento foram considerados	1 2	2	3	6
Classificação final			63,89		
C1	Arquitetura do empreendimento respeita e foi inspirada na cultura local	2	2	2	3
C2	A arquitetura do empreendimento bem como o espaço construído foram devidamente integrados na paisagem do local	2	2	2	3
C3	Foram utilizados materiais com reduzido impacte ambiental Foram utilizados materiais reciclados Os materiais utilizados apresentam uma durabilidade elevada Os materiais utilizados provêm do local ou da região de implementação Os desperdícios de materiais resultantes da construção foram reutilizados ou reciclados	2 1 2 0 0	2	5	
C4	Foram adoptadas estratégias e técnicas para melhorar a eficiência energética do empreendimento Foram adoptadas e implementadas estratégias de ventilação para melhorar a qualidade do ar interior Foi adoptada uma estratégia de ocupação e uso do solo, utilizando a vegetação e a sua contribuição para a qualidade térmica do empreendimento Foram utilizadas técnicas de construção que permitem garantir bons níveis de temperatura, de humidade e de velocidade do vento Foram adoptadas técnicas de construção de forma a controlar e reduzir os níveis de ruído no empreendimento	2 2 2 2 1	2	9	15
C5	A mão-de-obra utilizada é natural do local ou da região de implementação do empreendimento Foi fornecida a formação necessária aos trabalhadores relativa a práticas de construção sustentável	2 0	2	2	6
C6	Existiu a gestão e monitorização dos consumos de água e de energia Foram implementados mecanismos de aproveitamento e reutilização da água A energia utilizada provém de fontes renováveis	0 0 0	2	0	9
C7	As emissões atmosféricas, foram monitorizadas e foram utilizadas técnicas de redução das mesmas Os resíduos resultantes desta fase foram devidamente encaminhados para tratamento Foram adoptadas técnicas de mitigação e controlo do ruído gerado nesta fase	0 2 2	2	4	9
Classificação final			40		
E1	A empresa tem implementado um sistema de gestão ambiental	2	2	2	3
E2	Existe a monitorização da qualidade da água Existe monitorização dos consumos Os consumos de água anuais são inferiores a 0,5 m3 por hóspede Utilização de técnicas de redução e de utilização racional dos fluxos de água Os espaços verdes estão adequados à disponibilidade hídrica da região Verifica-se a utilização de técnicas e mecanismo de reutilização e aproveitamento de águas Existe o tratamento de águas Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos de água	2 1 2 2 3 2 1 2	2	15	24
E3	Existe a monitorização dos consumos energéticos Os consumos anuais de energia são inferiores a 50 kW por hóspede Foram adoptadas medidas e mecanismos para reduzir os consumos globais de energia no empreendimento Existem fontes de energia renováveis (aquecimento de água) Existem fontes de energia renováveis (energia elétrica)	2 2 2 1 2	2	10	18
E4	Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir os consumos energéticos.	1	2	8	15
E5	São respeitadas as especificações legais estabelecidas no que respeita às emissões atmosféricas As emissões no resort são monitorizadas Foram implementadas técnicas e mecanismos de controlo e redução das emissões São utilizados meios de transporte ecológicos nas deslocações dos turistas Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir a utilização de meios de transporte poluentes.	2 2 1 2 1	3	10	18
E6	Existem mecanismos de redução, reciclagem e reutilização dos resíduos A produção anual de resíduos é inferior a 5 kg por hóspede Verifica-se a separação dos resíduos por tipologia Existe um controlo na utilização de produtos, geradores de resíduos tóxicos. O tratamento dos resíduos gerados é realizado no empreendimento Existe formação/educação e sensibilização dos colaboradores para a necessidade de reduzir e separar os resíduos	3 1 3 2 0 1	2	4	12
E7	Os bens e produtos de consumo adquiridos respeitam as normas e legislação ambiental e são recicláveis ou reutilizáveis Os produtos e materiais utilizados, nas operações de manutenção, reparação e construção, são recicláveis ou reutilizáveis e pouco nocivos para o ambiente. Existe uma política de compra de produtos ecológicos para os materiais, alimentos e produtos consumíveis Os produtos alimentares provêm do comércio local.	1 1 0 1	2	3	15
E8	Verifica-se a monitorização da biodiversidade A empresa contribui para o apoio à conservação da biodiversidade, incluindo o apoio a áreas naturais protegidas e áreas de alto valor de biodiversidade A empresa apoia a criação de reservas naturais ou áreas protegidas As pragas são controladas com recurso a técnicas naturais e biológicas A empresa sensibiliza os seus colaboradores para a necessidade de preservar o ambiente natural	1 0 0 1 1	2	4	6
E9	As actividades e operações realizadas no resort respeitam e preservam o património cultural do local As tradições e costumes locais encontram-se integrados no resort	2 2	2	9	15
E10	A empresa apoia e incentiva o desenvolvimento dos meios de subsistência da comunidade local Os funcionários do resort são naturais do local ou da região A empresa realiza ou apoia projetos de cariz social, na comunidade local A empresa investe em infraestruturas sociais	2 2 1 2	2	3	6
E11	O negócio garante a conformidade com todas as medidas relevantes de saúde e segurança para garantir o bem-estar A empresa fornece formação aos seus colaboradores A empresa apoia ou realiza projetos de educação ambiental, na comunidade local.	1 2 2	2	3	6
E11	A empresa preocupa-se com a satisfação do cliente e dos fornecedores A empresa selecciona os fornecedores com as melhores práticas ambientais e sociais.	2 1	2	3	6
Classificação final			51,45		
Avaliação Global			51,78		

Anexo 3 – Mapa da REN no concelho de Tavira

Anexo 4 – Ortofotomapa da delimitação da REN e RAN no concelho de Lago

Anexo 5 – Fotografias retiradas às evidências observadas no hotel Vila Galé Albacora



Figura 1-Vegetação autóctone, com baixa necessidade de água e identificação das espécies de árvores.



Figura 2-Promoção do turismo de natureza e das atividades ao ar livre



Figura 3 – Promoção e venda de produtos alimentares tradicionais da região





Figura 4-Ambiente natural na proximidade do hotel (Ria Formosa, Praia e Salinas).



Figura 5-Diplomas das diversas certificações do Vila Galé Albarcora

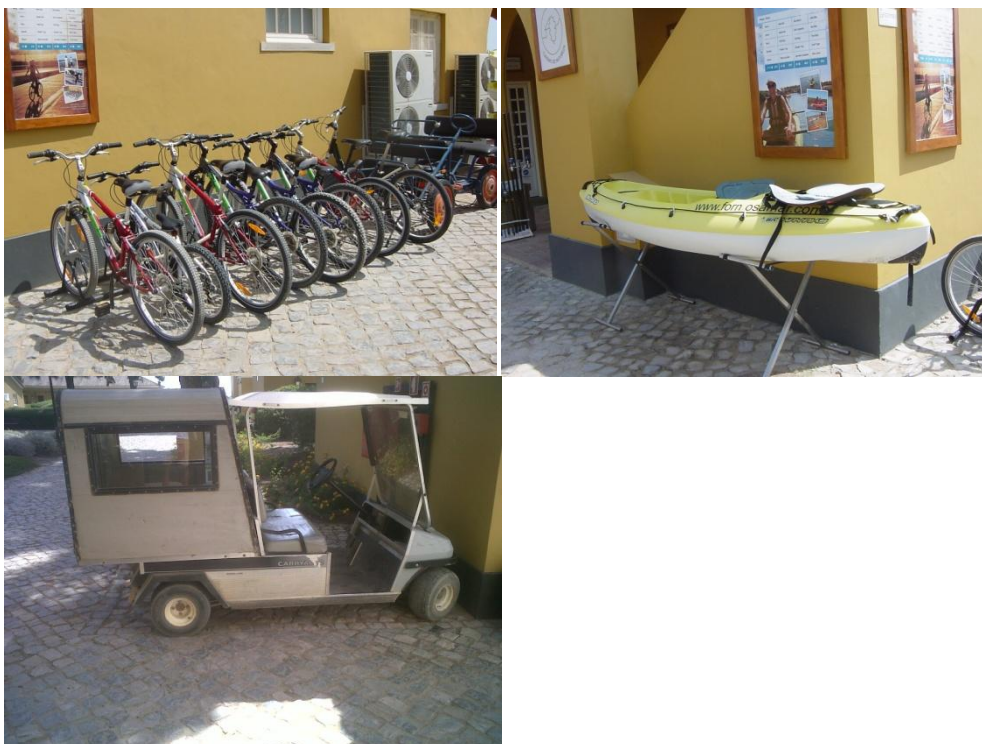


Figura 6-Transportes ecológicos no hotel (bicicletas, caiaques e carro elétrico para deslocação dos funcionários)



A PESCA DO ATUM

A Companhia de Pescarias do Algarve S.A foi fundada em 1835.

Face de Fora, Face de Terra, Gopo, Bicho, Camara, Colinas, Mercado, Portas, Portas de Baixo, Portas de Cima, Calbrestos, Andifes, Pêças, Legítimo de S. Nicolau, Legítima de Leste, Língua, Palmatorres, Rabeira, Quartel de Bicheiros, Atalho, Bando, Pão-de-Água, 590 Apocras que pesavam 150 a 750 quilogramas, Cabos de Aço para as Amarras das Apocras, Cabos de aço, porri, Corvo, Górrites para o Prumo, Argóões, Sapatilhas, Manilhas, Arisques, Balões, Balões, Boças, Bóris, Cabeçadeiras, Gavieiras, 2 Ferros da Tou, Turco, Bicheiros de Alcance.

O Atum do sudeiro vem de Sudoeste o Atum de revés vem de Sueste.

O comprimento da armação são 10 a 11 quilómetros.

A área do quadro da armação tem 350 metros.

O Capto tem 150 metros de comprimento, 54 de largura.

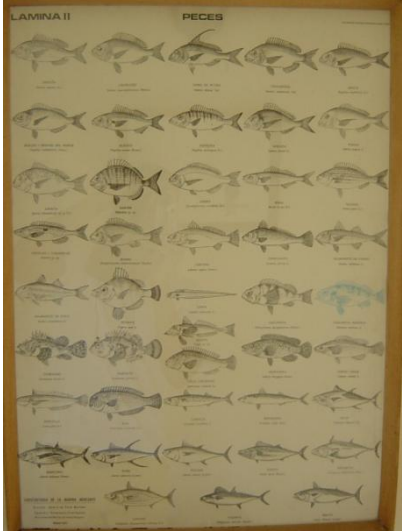
A Rabeira tem 4.000 metros, 70.000 metros de cabo de aço com diâmetro superior a 5 centímetros, 90.000 quilos de cortiça.

A superfície vertical ocupada pelas redes atinga os 400.000 mil metros quadrados.

A superfície da água.

Todo o conjunto da Armação ocupara uma área com cerca de 600 hectares.

Barras: 2 cobreadores, 20 caldes, 15 barracas de ardamã, 20 botes.



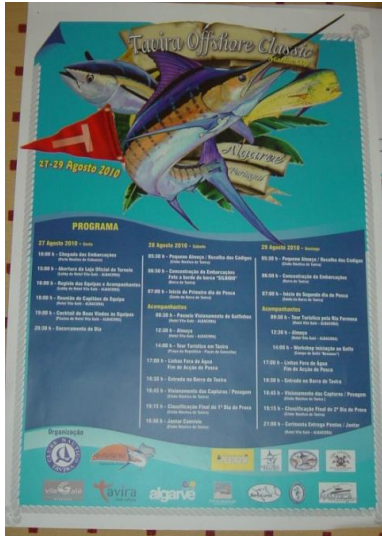


Figura 7-Referencia e promoção do património e costumes culturais da comunidade local



Figura 8-Contentores específicos para cada tipologia de resíduo (espalhados por todo o hotel e praia próxima) e papel reciclado utilizado nos quartos.



Figura 9-Promoção e realização de atividades e eventos relacionadas com a natureza e a educação ambiental.

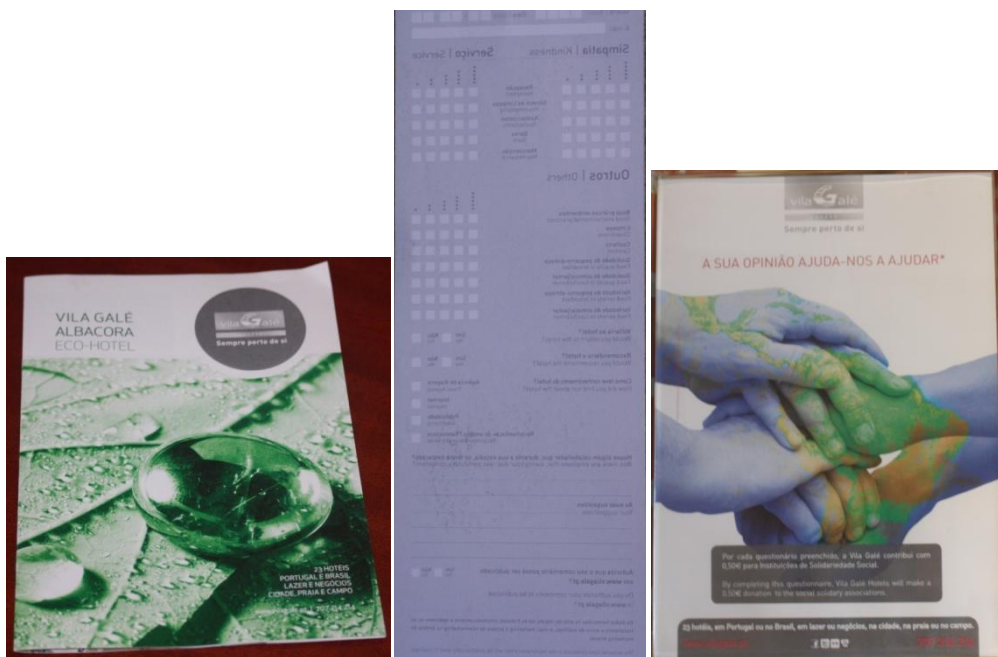


Figura 10- Folheto informativo sobre o eco-hotel com as práticas ambientais a adotar pelos clientes (direita) e questionário de satisfação para clientes (centro) e projeto de ação social (direita)

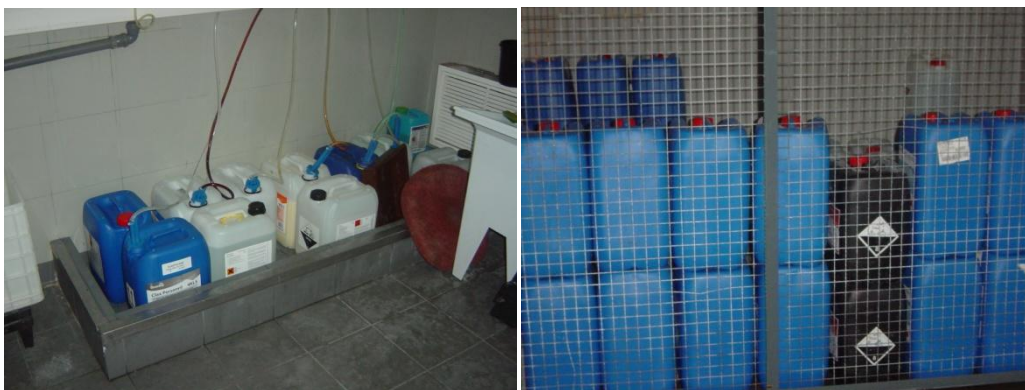


Figura 11-Lavandaria do hotel

Anexo 6 - Fotografias retiradas às evidências observadas no hotel Vila Galé Lagos



Figura 12-Espaços verdes e piscinas do hotel



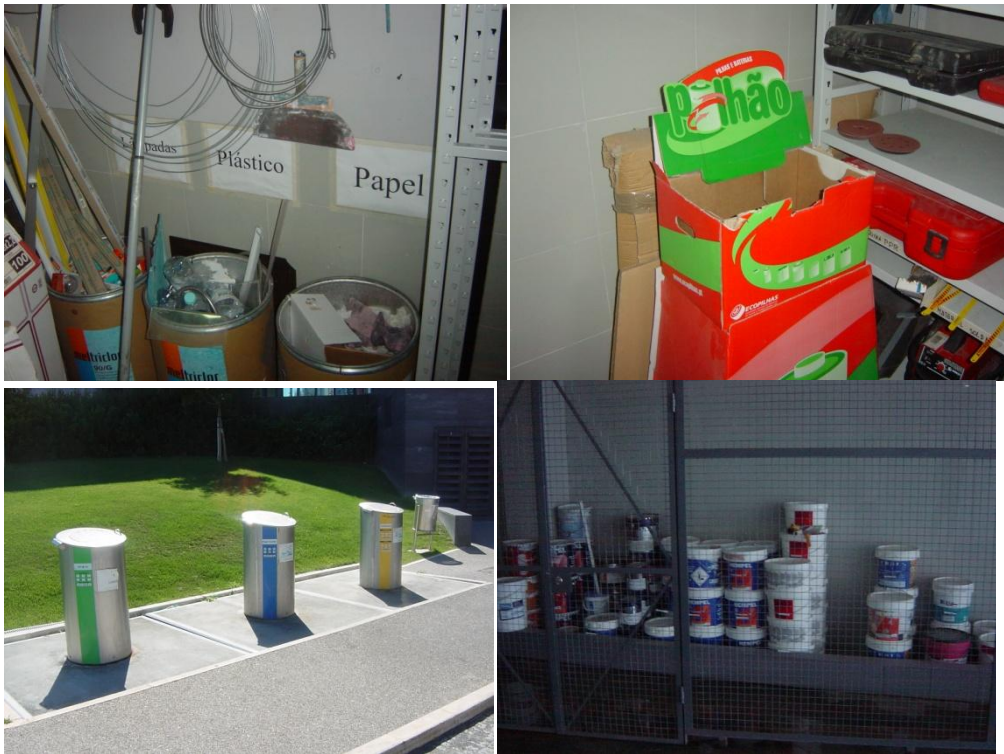


Figura 13-Separação dos resíduos por tipologia e armazenamento devido de produtos tóxicos



Figura 14- Painéis solares para aquecimento de água



Figura 15-Folhetos informativos, para funcionários, sobre a necessidade de poupar energia e como separar os resíduos.



Figura 16-Contentores próprios para cada tipologia de resíduo na praia junto ao hotel (em cima) e para as funcionárias de limpeza (baixo)



Figura 17-Promoção de atividade ao ar livre e de contato com a natureza (flyers) e questionário de satisfação para clientes.



Figura 18-Lavandaria do hotel

Anexo 7 - Lista de inquiridos e evidências fornecidas pela direção dos hotéis


Hotel	Inquiridos - Função
Vila Galé Albacora	Diretor
	Limpeza/Manutenção
	Mestre do barco de transporte dos clientes
	Responsável pela loja de turismo da natureza
	Responsável pela lavanderia
Vila Galé Lagos	Diretor
	Sub-Diretor
	Secretária da Direção
	Responsável da Manutenção
	Responsável pela Lavandaria
	Responsável pela Animação

Hotel	Evidências Fornecidas
Vila Galé Albacora	Manual de Gestão do Eco-Hotel Vila Galé Albacora
	Plano de Ações do Eco-Hotel Vila Galé Albacora
	Questionário de Auditoria do Eco-Hotel Vila Galé Albacora
	Projeto de Conservação da Natureza: Recuperação da Flora Dunar na área em torno do Arraial Ferreira Neto
	Relatório da auditoria da TravelLife ao Vila Galé Albacora
	Avaliação LiderA do Hotel Vila Galé Albacora
	Mapa de gestão dos consumos energéticos
	Mapa de gestão dos consumos de água
	Mapa de gestão da produção de resíduos
Vila Galé Lagos	Questionário de Avaliação e Seleção de Fornecedores
	Entidades Gestoras dos Resíduos do hotel
	Protocolo de estágios de inserção de pessoas com deficiências e incapacidades
	Protocolo entre a Camara Municipal de Lagos e o hotel para realização de eventos da Campanha Bandeira Azul 2012
	Folheto informativo para sensibilizar funcionários a reduzirem os consumos de energia, água, combustíveis
	Mapa de Gestão da Produção de Resíduos
	Consumos de água do hotel
	Custos de energia do hotel
	Certificado de desempenho energético e qualidade do ar interior

Anexo 8 – Consumos de energia e de água do hotel Vila Galé Albacora

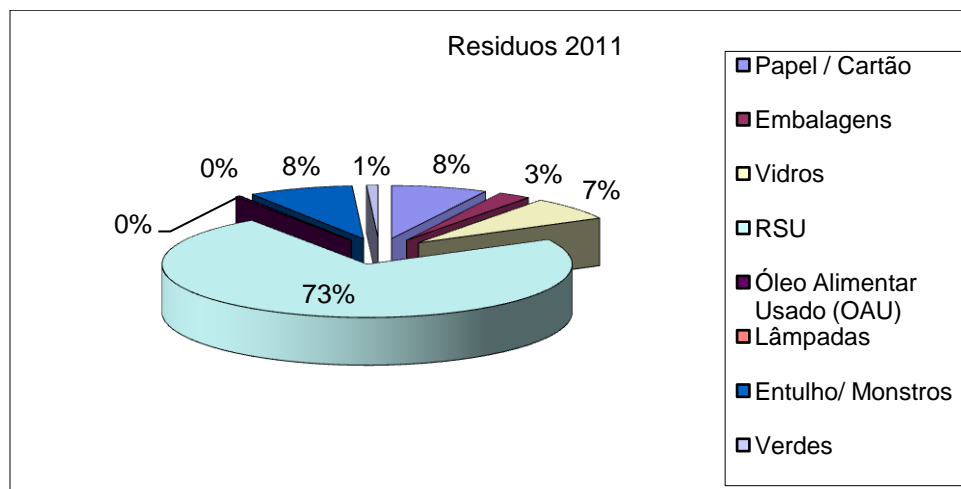
vila Galé HOTELS		MAPA DE GESTÃO DOS CONSUMOS DE ÁGUAS 2012															Data:		25-04-2011	
																	Rev.:		1	
																	Aprovado:		Reinaldo Silhéu	
	SMAS (Ano n-1)	AGUA CONSUMO	AGUA JARDIM	SMAS (Actual)	SMAS (Objectivo)	SMAS (Objectivo hóspede)	Custo (Ano n-1)	Custo (Actual)	Número de quartos (Ano-1)	Número de quartos (Actual)	Consumo o / quarto (Ano n-1)	Consumo o / quarto (Actual)	Custo o / quarto (Ano n-1)	Custo o / quarto (Actual)	Número de hóspedes (n-1)	Número de hóspedes (Actual)	Custo / hóspede (Ano n-1)	Custo / hóspede (Actual)	Consumo m3 (n-1) / hóspede	Consumo m3 (Actual) / hóspede
Jan	729	258	401	659	656	656,1000	1216	1256	1038	1	0,70	659,00	1,17	1255,76	1741	1	0,70	1255,76	0,42	659,00
Fev	1090	704	1250	1954	981	981,0000	1564	2201	1379	1	0,79	1954,00	1,13	2200,86	2037	1	0,77	2200,86	0,54	1954,00
Mar	1410	419	1018	1437	1269	0,4568	3369	5031	1887	1453	0,75	0,99	1,79	3,46	2924	2778	1,15	1,81	0,48	0,52
Abr	2205	674	1018	1692	1985	0,4158	4641	4476	3209	2285	0,69	0,74	1,45	1,96	6372	4773	0,73	0,94	0,35	0,35
Mai	2036	751	1608	2359	1832	0,5033	5901	3645	2576	1907	0,79	1,24	2,29	1,91	4390	3641	1,34	1,00	0,46	0,65
Jun	3368	1603	2009	3612	3031	0,3301	6153	7197	3715	3987	0,91	0,91	1,66	1,81	7936	9184	0,78	0,78	0,42	0,39
Jul	4246	1669	2690	4359	3821	0,3850	9835	9705	4377	4256	0,97	1,02	2,25	2,28	10008	9927	0,98	0,98	0,42	0,44
Ago	4622	1680	2789	4469	4160	0,4011	11270		4517	4344	1,02	1,03	2,50	0,00	10840	10372	1,04	0,00	0,43	0,43
Set	3451			0	3106	#DIV/0!	12996		3115		1,11	#DIV/0!	4,17	#DIV/0!	6212		2,09	#DIV/0!	0,56	#DIV/0!
Out	2382			0	2144	#DIV/0!	8785		1642		1,45	#DIV/0!	5,35	#DIV/0!	3255		2,70	#DIV/0!	0,73	#DIV/0!
Nov	402			0	362	#DIV/0!	3833		1		402,00	#DIV/0!	3833,14	#DIV/0!	1		3833,14	#DIV/0!	402,00	#DIV/0!
Dez	299			0	269	#DIV/0!	1681		1		299,00	#DIV/0!	1680,66	#DIV/0!	1		1680,66	#DIV/0!	299,00	#DIV/0!
Total	13265	5116	8343	13459	11938,5	0,3940	29899	30054	15764	13888	0,84	0,97	1,90	2,16	31630	30303	0,95	0,99	0,42	0,44

vila Galé HOTELS		GESTÃO DOS CONSUMOS ENERGÉTICOS - ENERGIA ELÉCTRICA 2012																				Data:		25-04-2011		
																						Rev.:		1		
																						Aprovado:		Reinaldo Silhéu		
	VAZIO (n-1)	VAZIO (actual)	SUPER VAZIO (n-1)	SUPER VAZIO (actual)	PONTA (n-1)	PONTA (actual)	CHEIA (n-1)	CHEIA (actual)	TOTAL KW (n-1)	TOTAL KW (actual)	OBJECT KW (actual)	OBJECT KW (hosp)	€ (N-1)	€ (actual)	RN (n-1)	RN (actual)	hósped (n-1)	hósped (actual)	KW QUARTO (n-1)	KW QUARTO (actual)	KW HOSP (n-1)	KW HOSP (actual)	€ QUARTO (n-1)	€ QUARTO (actual)	€ HOSP (n-1)	€ HOSP (actual)
Jan	17985	2442	7049	1490	9358	2131	21223	3923	16107	9986	15624	15624	5.196 €	1.357 €	1038	1	1741	1	15,52	9986,00	9,25	9986,00	5,01	1357,00	2,98	1357,00
Fev	15315	2772	6769	1857	10026	2388	22099	5002	50595	12019	49077	49077	5.128 €	578 €	1379	1	2037	1	36,69	12019,00	24,84	12019,00	3,72	578,00	2,52	578,00
Mar	16990	12071	7602	5065	11810	8493	27411	20669	63347	46298	61447	22	5.995 €	5.747 €	1887	1453	2924	2778	33,57	31,86	21,66	16,67	3,18	3,96	2,05	2,07
Abr	21598	22082	7094	5893	7424	6084	30316	25750	67566	59809	65539	14	6.189 €	5.334 €	3209	2285	6372	4773	21,06	26,17	10,60	12,53	1,93	2,33	0,97	1,12
Mai	19630	18065	7274	6548	7171	7288	30548	30166	74001	62067	71781	20	6.042 €	7.484 €	2576	1907	4390	3641	28,73	32,55	16,86	17,05	2,35	3,92	1,38	2,06
Jun	29628	26729	10655	9574	9617	10309	42047	47259	91108	93871	88375	10	8.414 €	9.585 €	3715	3987	7936	9184	24,52	23,54	11,48	10,22	2,26	2,40	1,06	1,04
Jul	32021	33530	13963	11883	11633	11137	58751	57160	130142	113710	126238	13	10.313 €	12.718 €	4377	4256	10008	9927	29,73	26,72	13,00	11,45	2,36	2,99	1,03	1,28
Ago	38541	36149	14863	13832	12681	12593	61035	64215	146789	126789	142385	14	11.200 €		4517	4344	10840	10372	32,50	29,19	13,54	12,22	2,48	0,00	1,03	0,00
Set	23533		11326		10864		47133		106341	0	103151	#DIV/0!	8.382 €		3115		6212		34,14	#DIV/0!	17,12	#DIV/0!	2,69	#DIV/0!	1,35	#DIV/0!
Out	21749		8786		6555		30003		69333	0	67253	#DIV/0!	6.037 €		1642		3255		42,22	#DIV/0!	21,30	#DIV/0!	3,68	#DIV/0!	1,85	#DIV/0!
Nov	3608		1696		2200		4571		48468	0	47014	#DIV/0!	1.382 €		1		1		48468,00	#DIV/0!	48468,00	#DIV/0!	1382,38	#DIV/0!	1382,38	#DIV/0!
Dez	2386		1375		1556		3308		49498	0	48013	#DIV/0!	1.259 €		1		1		49498,00	#DIV/0!	49498,00	#DIV/0!	1258,53	#DIV/0!	1258,53	#DIV/0!
Total	191708	153840	75269	56142	79720	60423	#####	254144	639655	524549	620465	20	58476	42803	22698	18234	35408	30305	28,18	28,77	18,07	17,31	2,58	2,35	1,65	1,41
Tep/Ano	41	33	16	12	17	13	63	55	138	113	133	20														

		GESTÃO DOS CONSUMOS ENERGÉTICOS - GÁS 2011														Data:		25-04-2011	
																Rev.:		1	
																Aprovado:		Reinaldo Silhéu	
	Gás Propano (n-1) Ton	Gás Propano (Actual) Ton	Gás Propano (Object) Ton	Gás Propano (Object) quarto	Gás Propano (Object) Hósp	Custo (n-1)	Custo (Actual)	RN (n-1)	RN (Actual)	Cons/ quarto (n-1)	Cons/ quarto (Actual)	€/ quarto (n-1)	€/ quarto (Actual)	hósped (n-1)	hósped (Actual)	€/ hósped (n-1)	€/ hósped (Actual)	Ton/ hosped (n-1)	Ton/ hosped (Actual)
Jan	0,00	6,40	0,000	0,000	0,0000	- €	7.966,08 €	1	1059	0,00000	0,00604	0,00	7,52	1	1811	0,00	4,40	0,00000	0,00353
Fev	6,97	6,81	6,620	0,005	0,0028	5.571,34 €	8.276,35 €	1269	1379	0,00549	0,00494	4,39	6,00	2337	2335	2,38	3,54	0,00298	0,00291
Mar	6,52	7,27	6,191	0,004	0,0019	5.440,41 €	8.047,85 €	1593	1813	0,00409	0,00401	3,42	4,44	3171	3185	1,72	2,53	0,00206	0,00228
Abr	5,57	6,71	5,292	0,003	0,0008	4.524,26 €	7.345,41 €	2148	3155	0,00259	0,00213	2,11	2,33	4461	6539	1,01	1,12	0,00125	0,00103
Mai	11,30	6,39	10,732	0,004	0,0022	8.679,76 €	7.469,77 €	2649	2576	0,00426	0,00248	3,28	2,90	5187	4853	1,67	1,54	0,00218	0,00132
Jun	1,38	5,36	1,313	0,000	0,0002	1.039,74 €	5.688,43 €	3430	3715	0,00040	0,00144	0,30	1,53	7706	8183	0,13	0,70	0,00018	0,00066
Jul	6,17	6,15	5,859	0,001	0,0006	4.512,20 €	6.178,26 €	4186	4518	0,00147	0,00136	1,08	1,37	9551	10203	0,47	0,61	0,00065	0,00060
Ago	6,49	6,28	6,162	0,001	0,0006	4.516,08 €	5.236,00 €	4726	4517	0,00137	0,00139	0,96	1,16	11022	10840	0,41	0,48	0,00059	0,00058
Set	6,02	5,94	5,714	0,002	0,0009	4.201,54 €	4.862,64 €	3092	3115	0,00195	0,00191	1,36	1,56	6397	6212	0,66	0,78	0,00094	0,00096
Out	5,32	3,07	5,055	0,002	0,0016	4.101,00 €	2.524,49 €	2173	1642	0,00245	0,00187	1,89	1,54	4089	3255	1,00	0,78	0,00130	0,00094
Nov	2,81	0,00	2,670	0,004	2,6695	2.712,95 €	- €	618	1	0,00455	0,00000	4,39	0,00	1092	1	2,48	0,00	0,00257	0,00000
Dez	4,24	0,00	4,030	0,007	4,0299	5.086,83 €	- €	628	1	0,00675	0,00000	8,10	0,00	1113	1	4,57	0,00	0,00381	0,00000
Total	62,78	60,39	59,64	0,03	0,001	50.386 €	63.595 €	26.513 €	####	0,00237	0,00220	1,90	2,31	56127	57418	0,90	1,11	0,00112	0,00105

Anexo 9 – Produção de resíduos do hotel Vila Galé Albacora (2011)

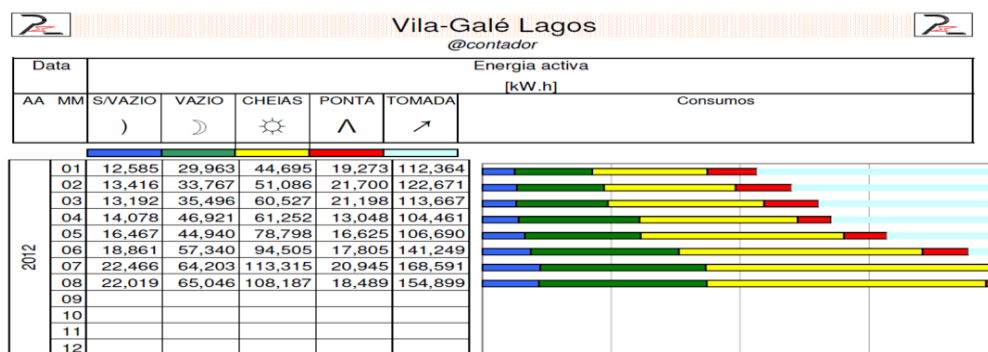
ANO	Papel / Cartão	Embalagens	Vidros	RSU	Óleo Alimentar Usado (OAU)	Lâmpadas	Entulho/ Monstros	Verdes	Metais	Embalagens e substâncias perigosas	Resíduos Hospitalares	Nº. hóspedes	Nº Refeições	Total Papel / hóspede	Total Plástico / hóspede	Total Vidro / hóspede	Total RSU / hóspede	Total OAU / Refeição	Total Resíduos / hóspede
Código LER	150101	150106	150107	200301	200125	200121	200307	200201	200140	150110	180101								
Meses	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Uni	Uni	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg
Janeiro	518,41	124,62	360	5525	40							1741	2130	0,30	0,07	0,21	3,17	0,02	3,77
Fevereiro	653,9	209,24	380	6175								2335	1699	0,28	0,09	0,16	2,64	0,00	3,18
Março	842,95	291,09	520	6337,5	40							3185	1639	0,26	0,09	0,16	1,99	0,02	2,52
Abril	765,05	327,52	720	8450		60	4240	1140				6539	3014	0,12	0,05	0,11	1,29	0,00	2,40
Maio	942,9	279,48	1257,78	9100	40							4853	2306	0,19	0,06	0,26	1,88	0,02	2,39
Junho	1162,15	453,03	950	10075	40							8183	5151	0,14	0,06	0,12	1,23	0,01	1,55
Julho	1381,99	419,49	1284,74	13487,5	80		6280					10203	10493	0,14	0,04	0,13	1,32	0,01	2,25
Agosto	1592,38	524,22	1050	15437,4	40							10840	9126	0,15	0,05	0,10	1,42	0,00	1,72
Setembro	1092,57	423,52	1545,65	10887,5	40							6212	4293	0,18	0,07	0,25	1,75	0,01	2,25
Outubro	554,1	194,78	950	7800	40							3255	2350	0,17	0,06	0,29	2,40	0,02	2,93
Novembro	150,25	20	30	0	25							0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Dezembro	0	0	30	0	0							0	0	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Totais	9656,65	3266,99	9078,17	93274,9	385	60	10520	1140	0	0	0	57346	42201	0,17	0,06	0,16	1,63	0,01	2,22



Anexo 10 - Consumos de energia e de água do hotel Vila Galé Lagos

Contadores do hotel - Informação interna										
Meses	Total Consumo agua contador Hotel	Consumo agua jardins	Consumo agua Hotel	Consumo agua total facturado pela CML	Valor pago sem iva	Valor medio /m3 incluindo residuos e saneamento	Quartos ocupados	Dormidas	Media consumo por dormida	Media consumo por quarto ocupado
Jan-11	1577	15	1562	1553	3834,55	2,47	1351	2491	0,63	1,16
Fev-11	1612	120	1492	1467	3629,15	2,47	1505	2833	0,53	0,99
Mar-11	3676	1836	1840	2170	5308,19	2,45	1821	3585	0,51	1,01
Abr-11	6075	3004	3071	4626	11165,77	2,41	4854	11070	0,28	0,63
Mai-11	5614	2604	3010	6129	14752,83	2,41	4728	8920	0,34	0,64
Jun-11	10383	5828	4555	5052	12182,47	2,41	6102	15112	0,30	0,75
Jul-11	11649	6447	5202	12797	30666,68	2,40	8152	20666	0,25	0,64
Ago-11	10277	4862	5415	10331	24781,32	2,40	8357	22272	0,24	0,65
Set-11	7849	3868	3981	8552	20535,57	2,40	5731	12549	0,32	0,69
Out-11	5705	3203	2502	9670	23203,78	2,40	2726	5253	0,48	0,92
Nov-11	2489	5	2484	4426	10688,45	2,41	1424	2575	0,96	1,74
Dez-11	2218	555	1663	1675	4122,92	2,46	998	2146	0,77	1,67
Jan-12	3690	2070	1620	3219	10112,68	3,14	938	1696	0,96	1,73
Fev-12	5410	3609	1801	3534	11096,21	3,14	1479	2735	0,66	1,22
Mar-12	6334	3637	2697	5491	17206,54	3,13	4317	7556	0,36	0,62
Abr-12	5457	1192	4265	7181	22483,22	3,13	5104	10745	0,40	0,84
Mai-12	7747	4342	3405	5263	16494,67	3,13	4937	9611	0,35	0,69
Jun-12	8353	4117	4236	8355	26148,8	3,13	7289	18113	0,23	0,58
Jul-12	9697	4053	5644	9370	29317,95	3,13	8430	21639	0,26	0,67
Ago-12	10542	3733	6809	8625	26991,83	3,13	8329	22557	0,30	0,82

	Gas	
	2011	2012
	Kg	Kg
JANEIRO	6.362,00	5.496,00
FEVEREIRO	3.532,00	6.080,00
MARÇO	5.806,00	8.066,00
ABRIL	2.126,00	5.606,00
MAIO	6.698,00	5.974,00
JUNHO	5.826,00	3.811,00
JULHO	5.650,00	6.140,00
AGOSTO	8.009,00	4.866,00
SETEMBRO	3.671,00	6.312,00
OUTUBRO	5.152,00	
NOVEMBRO	2.458,00	
DEZEMBRO	6.002,00	
TOTAL Ano	61.292,00	52.351,00



Anexo 11 - Produção de Resíduos do hotel Vila Galé Lagos (2011)

ANO	Papel / Cartão	Embalagens	Vidros	RSU	Óleo Alimentar Usado (OAU)	Lâmpadas	Entulho/ Monstros	Pilhas e acumuladores	Toners e Tinteiros	Verdes	Metais	Embalagens de substâncias perigosas	Resíduos Hospitalares	Nº. hóspedes	Nº Refeições	Total Papel / hóspede	Total Plástico / hóspede	Total Vidro / hóspede	Total RSU / hóspede	Total OAU / Refeição	Total Resíduos / hóspede
Código LER	150101	150106	150107	200301	200125	200121	200307	200133	160216	200201	200140	150110	180101								
Meses	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Uni	Uni	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg	Kg
Janeiro	402,2	285,945	231	717,1	50			33		3220				2439	1951	0,16	0,12	0,09	0,29	0,03	2,03
Fevereiro	363,03	480,5	334	583,08	90			61		6420				2635	2075	0,14	0,18	0,13	0,22	0,04	3,16
Março	665,35	607,2	324,5	1885,58	140			89		4180				3431	2681	0,19	0,18	0,09	0,55	0,05	2,30
Abril	584,46	771,173	730	2243,25	230	68		113	68	4940				10821	5818	0,05	0,07	0,07	0,21	0,04	0,90
Mai	590,064	660,14	1057	3384,2	270			22		5540				8638	8394	0,07	0,08	0,12	0,39	0,03	1,33
Junho	1260,67	1047,108	1537	7211,25	340			66		2260				14893	11843	0,08	0,07	0,10	0,48	0,03	0,92
Julho	1458,293	1130,138	1726	9681,68	380			40		4400				20358	16852	0,07	0,06	0,08	0,48	0,02	0,92
Agosto	1243,073	1382,444	1406	11058,9	400			29		1060				22052	19567	0,06	0,06	0,06	0,50	0,02	0,75
Setembro	605,102	903,257	955	7241	340			57		4270				12291	10216	0,05	0,07	0,08	0,59	0,03	1,17
Outubro	510,509	566,224	431	4370,9	190			50		400				4963	2925	0,10	0,11	0,09	0,88	0,06	1,31
Novembro	341,98	390,5	356	1929,3	75			52		920				2378	2033	0,14	0,16	0,15	0,81	0,04	1,71
Dezembro	285,031	206,097	356,15	1722,17	25	494		86		600				2009	1041	0,14	0,10	0,18	0,86	0,02	1,88
Totais	8309,76	8430,73	9443,65	52028,4	2530	562	0	698	68	38210	0	0	0	106908	85396	0,08	0,08	0,09	0,49	0,03	1,13

